

QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2010

PRESIDÊNCIA: Gianni PITTELLA

Vice-Presidente

1. Abertura do período de sessões

2. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta

3. UE 2020 - Seguimento do Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010 (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

4. Aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

5. Situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

6. Relatório anual 2008 sobre a PESC - Aplicação da Estratégia Europeia de Segurança e da Política de Defesa e de Segurança Comum - Tratado de Não-Proliferação Nuclear (debate)

Presidente. – Dou as boas-vindas à senhora Baronesa Ashton e declaro reaberta a sessão.

Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

– do relatório (A7-0023/2010) de Gabriele Albertini, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre o relatório anual do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em 2008, apresentado ao Parlamento Europeu nos termos do ponto 43 da Parte II-G do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006 (2009/2057(INI));

– do relatório (A7-0026/2010) de Arnaud Danjean, em nome da Comissão dos Assuntos Externos, sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança e a Política Comum de Segurança e Defesa (2009/2198(INI));

– da pergunta oral apresentada por Gabriele Albertini e Arnaud Danjean, em nome da Comissão dos Assuntos Externos ao Conselho, sobre o Tratado de Não-Proliferação (O-0169/2009 - B7-0009/2010); e

– da pergunta oral apresentada por Gabriele Albertini e Arnaud Danjean, em nome da Comissão dos Assuntos Externos à Comissão, sobre o Tratado de Não-Proliferação (O-0170/2009 - B7-0010/2010).

Gabriele Albertini, relator. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União necessita de adoptar uma nova abordagem e de actuar colectivamente no combate aos desafios globais. Os poderes recentemente adquiridos com a entrada em vigor do Tratado implicam que o Parlamento entabule debates frequentes, colaborativos e eficazes com o nosso principal interlocutor, a nova figura de Vice-Presidente/Alto Representante, que a senhora Baronesa Ashton tem a honra de representar pela primeira vez.

O seu mandato foi objecto do nosso voto consensual em Janeiro e, em várias ocasiões, enquanto Assembleia Parlamentar, foi-nos prometido que o Conselho e a Comissão estariam permanentemente envolvidos em todos os aspectos mais importantes da segurança e da defesa europeia. Como o relatório confirma, o Alto Representante é portanto convidado a comparecer perante o Parlamento Europeu e a consultá-lo com frequência e regularidade.

Com o Tratado de Lisboa, a acção externa da União Europeia adquire uma nova e importante dimensão, mas a concretização deste objectivo depende também de a União Europeia dispor dos recursos orçamentais necessários. O Parlamento Europeu tem um papel essencial a desempenhar na sua capacidade de guardião da legitimidade democrática da acção externa. A criação de um Serviço Europeu para a Acção Externa

conferirá um corpo e um sistema diplomático à União Europeia que, até ao presente, só tem podido contar com a representação nacional.

Os papéis dos representantes oficiais, cuja nomeação é da responsabilidade do Alto Representante, assumem grande relevância e actualidade. No entanto, como referido no relatório, o Parlamento solicita uma fiscalização e um controlo parlamentares acrescidos dos papéis e dos mandatos de cada representante, com vista a fazer respeitar os princípios da transparência e do mérito que devem reger o Alto Representante na nomeação dos candidatos. Espera-se que alcancemos gradualmente uma situação de dupla representação – excepto no caso do representante especial, que deve actuar a nível regional – e que, portanto, beneficiemos de economias de escala, tornando a acção externa da União Europeia mais eficaz e simultaneamente menos onerosa.

Após uma primeira secção introdutória sobre a estratégia, o relatório aborda a questão da política externa europeia por temas e por zonas geográficas. A União Europeia deve fazer sentir a sua presença junto das organizações internacionais suas aliadas, sobretudo das Nações Unidas, principal garante da segurança mundial. A UE deve poder contar não só com o assento no Conselho de Segurança, mas também com o pessoal e com as delegações que estabelecem a ligação entre as duas entidades. Instamos a Vice-Presidente/Alta Representante a permitir que a Europa satisfaça a sua ambição de se tornar um parceiro activo, estratégico e independente de um grande aliado como os Estados Unidos, a fim de responder aos desafios globais do terrorismo, da finança e das relações muitas vezes tensas com gigantes industriais como a Rússia, a China e o Japão.

O relatório prossegue com uma análise geográfica do que podemos esperar alcançar. Nos Balcãs, é introduzido o tema do alargamento: o relatório regista com apreço a realização gradual do processo de estabilização no Kosovo, onde a União Europeia está presente com a missão EULEX, mas devem ser envidados esforços adicionais para que os critérios de adesão sejam respeitados pelos países próximos da candidatura à adesão: Turquia e Bósnia e Herzegovina.

No capítulo relativo à cooperação com as regiões oriental e do Mar Negro, o relatório aborda a questão da segurança do aprovisionamento e da dependência energética da União Europeia. Na secção dedicada à Rússia, o relatório solicita a assinatura de um novo acordo de parceria e cooperação. Relativamente ao Sul do Cáucaso, o relatório solicita o respeito da integridade territorial da Geórgia e das suas minorias étnicas e a resolução dos conflitos no Nagorno-Karabakh e na Transnistria.

Médio Oriente: conflito israelo-palestiniano, em que a União Europeia deve desempenhar um papel político mais forte no relançamento do processo de paz, na sequência da decisão do Conselho de 12 de Dezembro de 2009. União para o Mediterrâneo: resolução do conflito entre a Turquia e Chipre. Ásia: Afeganistão, período crítico para a formação de um novo governo após as eleições; papel essencial do Paquistão na luta contra o terrorismo; preocupação com a violação dos direitos fundamentais no Irão. África: contributo positivo da missão de defesa da costa somali. América Latina: necessidade de estabelecer uma parceria estável e duradoura para as relações entre a União Europeia e a América Latina.

Ouvirei os comentários dos meus colegas com grande interesse e responderei no fim.

Arnaud Danjean, relator. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, o relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança que hoje apresentamos é um documento anual do Parlamento que fornece uma espécie de balanço intercalar da Política Europeia de Segurança e Defesa e que avança com propostas destinadas a melhorar a eficácia e a visibilidade desta política.

Este ano, o relatório inscreve-se num contexto muito particular, pelo que deverá tornar-se uma base para a apresentação de propostas. Este contexto específico é caracterizado pela conjugação de três grandes ciclos.

O primeiro diz respeito aos 10 anos da Política Europeia de Segurança e Defesa, que celebrámos no final de 2009. Os últimos 10 anos mostraram que a Europa é capaz de conduzir operações civis e militares em mais de 23 cenários de crise. Este feito fundamental pode continuar a ser desenvolvido. Ele demonstra que há uma procura de Europa e que a União dispõe de capacidade institucional, política e operacional para fazer face a estes desafios.

O segundo ciclo importante é, evidentemente – e o senhor deputado Albertini mencionou-o há instantes –, a aplicação do Tratado de Lisboa. As alterações em matéria de segurança e de defesa ultrapassam em muito um estrito ajustamento semântico. Com efeito, a PESC torna-se a Política Comum de Segurança e Defesa, PCSD, e deve assumir uma nova dimensão. O Tratado enriqueceu o leque de ferramentas e o âmbito de aplicação da política de segurança e defesa, particularmente com a inclusão de cláusulas de assistência e de cláusulas de solidariedade, com a cooperação estruturada permanente e, acima de tudo, com a instituição

do Serviço Europeu para a Acção Externa e com a criação do seu cargo de Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Por último, o terceiro acontecimento importante que caracteriza o contexto em que o presente relatório foi elaborado é o facto de a NATO, que para 21 dos 27 Estados-Membros da União continua a ser o principal ponto de referência em matéria de segurança colectiva do continente europeu, estar a proceder à revisão do seu conceito estratégico; esta reflexão da NATO deve levar-nos, União Europeia, a definir com maior clareza as condições desta parceria que permanece fundamental.

Neste contexto, o objectivo do relatório não é tanto cristalizar uma doutrina, mas sim fornecer um roteiro necessariamente evolutivo para todas as novas instituições que estão a ser criadas e que devem aprender a trabalhar em conjunto. O objectivo é tornar a União mais credível, mais eficaz e mais visível em matéria de segurança e de defesa. Neste sentido, uma maior responsabilidade do Parlamento Europeu nestes domínios sensíveis é indispensável para conferir plena legitimidade a uma política cujo principal objectivo é garantir a segurança dos cidadãos europeus.

Com este relatório, quisemos salientar os seguintes pontos. Em primeiro lugar, lembrar que, acima de tudo, a Estratégia Europeia de Segurança e a Política Comum de Segurança e Defesa existem para servir os cidadãos europeus, para garantir e melhorar a sua segurança. Esta ambição política não é supérflua; não é uma questão de aparências. Ela corresponde à necessidade de o nosso continente velar pela sua própria segurança, mas também de contribuir para a estabilidade do mundo à nossa volta, de combater as crises e as ameaças que se desenvolvem no nosso meio. Além dos tradicionais conflitos armados que continuam a ter lugar no nosso meio circundante, a Europa deve ser capaz de expressar os seus interesses e de os defender face às novas ameaças – penso particularmente na pirataria e na cibercriminalidade.

Também considerámos importante sublinhar o quanto é desigual o valor acrescentado da Europa na gestão das crises, em razão da variedade de soluções que fornece e do equilíbrio que estabelece em cada uma das operações entre as dimensões civil e militar. Além disso, nesta matéria, rejeito as críticas que alguns poderão fazer à política de segurança e defesa da União, nomeadamente de que consiste apenas na militarização. Acredito sinceramente na complementaridade dos instrumentos civis e militares de que a União dispõe, e a recente crise no Haiti, aonde se deslocou – e creio que pôde observar esta boa cooperação –, atesta a necessidade de combinar os recursos civis e os recursos militares para fazer face às catástrofes naturais e às crises de grandes proporções.

Justamente a respeito destas operações, fizemos questão de passar todas em revista, a fim de salientar o que nos parecem ser os seus pontos fortes, mas também, por vezes, as suas falhas – é preciso reconhecer as falhas para poder melhorar. Também quisemos destacar várias regiões de importância estratégica para a segurança da União e incentivar o Conselho e a Comissão a acelerarem a aplicação de estratégias globais, em particular para o Corno de África e para a região do Afeganistão e do Paquistão.

No domínio das capacidades – tanto civis como militares –, questão crucial para a credibilidade da nossa política, o desafio é melhorar a capacidade e a rapidez de resposta da União. Temos de ser capazes de mobilizar com maior rapidez e com maior eficácia os recursos materiais e o pessoal competente que os Estados-Membros têm à sua disposição. Mas devemos também ser capazes, com recurso a uma indústria de segurança e de defesa que é eficiente, que reúne conhecimentos tecnológicos inestimáveis e que representa centenas de milhares de postos de trabalho na Europa, de nos dotarmos de programas de equipamento que correspondam a estas necessidades previstas.

A Europa da indústria e da defesa começou a organizar-se no nosso continente com o "pacote de defesa". Será conveniente abordar rapidamente as questões relativas à cooperação industrial e comercial com países terceiros, sobretudo à luz das recentes dificuldades encontradas pelas indústrias europeias no acesso ao mercado norte-americano, por exemplo.

Este é um resumo breve, demasiado breve, forçosamente, das prioridades que constam deste relatório e que representam todos os desafios a que terá de dar resposta. O Parlamento está preparado para desempenhar plenamente o seu papel, o seu papel positivo e construtivo, para a ajudar a concretizar esta ambição, que é uma ambição comum. Aproveito também esta oportunidade para agradecer a todos os grupos políticos que trabalharam com afinco para enriquecer este relatório. Todos colaborámos muito bem com o objectivo de manter um nível elevado de ambição, tendo sempre em conta, evidentemente, as características de cada um dos nossos grupos.

Aproveito igualmente, Senhora Baronesa Ashton, para abordar hoje consigo a questão da não-proliferação. Em vésperas da conferência de revisão do Tratado de Não-Proliferação, a realizar em Maio, o Parlamento Europeu desejava rever consigo o compromisso da União em matéria de luta contra a proliferação e do controlo do armamento e do desarmamento; é este o sentido das perguntas orais que lhe foram apresentadas e a que responderá dentro de momentos.

O contexto internacional parece oferecer novas oportunidades na véspera desta conferência de revisão. Em primeiro lugar, o Presidente Obama afirmou determinadamente a sua ambição de um mundo sem armas nucleares e o seu compromisso de procurar activamente a ratificação do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares pelos Estados Unidos. Em segundo lugar, a conclusão com a Rússia de um novo acordo destinado a suceder ao acordo START parece estar a correr bem e, por último, temos o lançamento das negociações de um novo tratado de desarmamento que proibiria a produção de materiais cindíveis para armas nucleares.

Relativamente à redução dos arsenais nucleares, a prioridade consiste obviamente em reduzir os dois principais arsenais, ou seja, da Rússia e dos Estados Unidos, que se crê deterem só os dois perto de 95% de todas as armas nucleares que existem no planeta. Por conseguinte, congratulamo-nos com o compromisso assumido pelos Presidentes Medvedev e Obama de celebrarem um novo acordo de redução num futuro próximo. Neste contexto, como tenciona a União apoiar estes esforços e cooperar com os Estados Unidos e a Rússia?

A União deve igualmente estar à altura dos desafios lançados ao regime de não-proliferação e, mais especificamente, dos desafios com que nos confrontamos face às duas maiores crises de proliferação, ou seja, Irão e Coreia do Norte, que continuam a constituir as principais ameaças à segurança internacional. Irá a União continuar a empenhar-se plena e eficazmente na resolução destas crises, particularmente no caso do Irão? Aguardamos as suas orientações nesta importante questão, Senhora Baronesa Ashton. Por outro lado, a União tem um papel a desempenhar para promover a cooperação em matéria de utilização pacífica da energia nuclear. Sabe que é um desafio importante. Que acções estão a ser empreendidas neste contexto e qual é a sua estratégia nesta matéria?

Por último, o Parlamento Europeu pretende que a União seja uma força pró-activa na futura conferência de revisão do Tratado de Não-Proliferação. A adopção de uma nova posição comum ambiciosa e equilibrada é essencial para que a UE possa defender a sua posição. Qual é o papel dos Estados-Membros a este respeito?

Catherine Ashton, *Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*. – (EN) Senhor Presidente, muito obrigada. É uma enorme satisfação estar convosco para debater as grandes questões na agenda internacional da Europa.

Quero começar por agradecer ao senhor deputado Albertini e ao senhor deputado Danjean os seus excelentes relatórios. Sublinharam, se me permitem que diga, o número, o alcance e a urgência dos desafios que enfrentamos.

Do reforço do Estado de direito no Kosovo à cooperação com as potências emergentes para partilhar a responsabilidade pela governação mundial, da promoção da paz no Médio Oriente – e associo-me ao Vice-Presidente Joe Biden na condenação da decisão de construir 1 600 novas casas em Jerusalém Oriental – ao fornecimento de abrigo às vítimas sobreviventes do terramoto no Haiti, que visitei na semana passada, do combate aos problemas de proliferação, como o Irão, à procura de respostas eficazes a "novos" desafios como a energia, as alterações climáticas e a cibersegurança.

A Europa encontra-se numa fase de construção de algo novo que exige a adaptação dos nossos mapas mentais e o reposicionamento das instituições. Fazê-lo é difícil e complicado, mas também empolgante, pois nunca será demais sublinhar como este momento é importante. Temos agora uma oportunidade de construir o que muitos cidadãos de toda a Europa e muitos membros desta Assembleia há muito desejam: uma política externa europeia mais forte e mais credível.

Evidentemente, o Serviço Europeu para a Acção Externa será fundamental para alcançar este objectivo. É necessário construir um sistema robusto que nos permita fazer face aos problemas de hoje e aos novos problemas de amanhã.

Há anos que tentamos conceber e aplicar estratégias amplas, mas as estruturas e os sistemas de que dispúnhamos dificultaram este processo. Com o Tratado de Lisboa e o Serviço Europeu para a Acção Externa, devemos ser agora capazes de o concretizar.

No cerne de tudo o que fazemos encontra-se uma simples verdade: para proteger os nossos interesses e promover os nossos valores é necessário actuar no exterior das nossas fronteiras. Ninguém pode esperar ser uma ilha de estabilidade e de prosperidade num mar de insegurança e de injustiça.

O nosso mundo, se permitem que diga, está em mutação. Para acompanhá-lo eficazmente, temos primeiro de o enquadrar. No meu entender, são duas as principais características do mundo actual. Primeiro, uma profunda interdependência em termos políticos, económicos e de segurança: tecnologias, ideias, doenças, dinheiro – tudo se move. Estamos ligados como nunca antes estivemos. Segundo, uma transferência de poder, quer dentro dos sistemas políticos – de um modo geral, dos governos para os mercados, para os meios de comunicação social e para as ONG – quer entre sistemas políticos – em termos gerais, do velho Ocidente para o Oriente e para o Sul. Ambas são o resultado da globalização, que não é só um fenómeno económico, como também político, tanto nas suas manifestações como, evidentemente, nas suas consequências.

Pensem na ascensão da China e de outros a principais actores políticos ou considerem o impacto político da crise financeira. As dívidas estão no Ocidente; os excedentes estão no Oriente. Esta redistribuição do poder financeiro também está a moldar os nossos debates políticos. Ou pensem nas alterações climáticas que não são apenas um problema ambiental, mas também um problema com ramificações geopolíticas e de segurança.

Portanto, há que enfrentar problemas complexos e de o fazer num novo cenário geopolítico. Temos de nos adaptar. Este não é o momento para voar em piloto automático ou para nos agarrarmos à defesa cerrada dos modos de agir nacionais. Este é um tempo em que temos de ser inteligentes e ambiciosos.

Permitam-me que indique alguns números para ilustrar o que quero dizer. A Europa representa 7% da população mundial, sendo que há um século representava 25%. Nos últimos 60 anos, a nossa quota-parte do PIB mundial diminuiu de 28% para 21%. As economias da China, da Índia e outras estão a adiantar-se a 10% por ano.

O peso económico está a traduzir-se em influência política e em autoconfiança. É perceptível em todo o lado: das negociações sobre as alterações climáticas ao Irão, a acordos energéticos de grandes proporções em África ou na Ásia Central. Se desenvolvermos esforços conjuntos, podemos salvaguardar os nossos interesses. Se não, outros tomarão as decisões por nós. É tão simples quanto isto, mesmo muito simples.

A minha preferência é clara. Devemos responder como europeus. Em primeiro lugar, agindo colectivamente, porque a união é uma condição necessária para a influência, e, em segundo lugar, tomando medidas, porque a resposta a um problema não pode ser um papel ou uma reunião. Se queremos resultados, temos de agir e, por vezes, de correr riscos. E sim, existe na Europa a tendência de colocar o processo à frente dos resultados. Em terceiro lugar, é necessário basearmo-nos em princípios e sermos criativos: basearmo-nos em princípios na defesa dos nossos valores e sermos criativos na elaboração de soluções adaptadas à complexidade dos problemas.

Como o relatório do senhor deputado Albertini aponta com razão, é necessária uma nova abordagem para que a UE possa actuar colectivamente e responder aos desafios globais de uma forma coerente, sistemática e eficaz. Deste cenário geral derivam vários objectivos centrais: em primeiro lugar, aumentar a estabilidade e a segurança nos nossos países vizinhos através da promoção de reformas políticas e económicas. Isto, por si só, é importante por razões muito evidentes, mas a nossa credibilidade internacional mais vasta também depende do nosso contributo para a estabilidade na nossa vizinhança.

Em segundo lugar, combater os desafios de segurança globais, os desafios do nosso tempo. Para isso, necessitamos de estratégias amplas, de organizações internacionais fortes e do primado da lei dentro e entre os nossos países.

Em terceiro lugar, construir uma rede de relações estratégicas com países e organizações fundamentais, porque os problemas que enfrentamos não podem ser resolvidos unilateralmente.

A acrescentar a tudo isto, temos a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa, que é um meio de alcançar os outros três objectivos e uma forma de cumprir a promessa do Tratado de Lisboa.

São estas as principais tarefas a que dediquei o meu tempo desde que assumi este cargo. Desloquei-me em primeiro lugar a Washington e a Nova Iorque para iniciar da melhor maneira as importantes relações com os Estados Unidos e com a ONU. Desde então, estive em Moscovo, em Kiev, nos Balcãs e no Haiti. Deslocar-me-ei ao Médio Oriente para a semana e novamente a Nova Iorque no final do mês. Entretanto, presidi ao Conselho "Negócios Estrangeiros" três vezes, estive presente no Conselho Europeu informal e reuni com o Colégio de Comissários. Trabalhei com afinco para criar o necessário consenso interno, visitando

várias capitais da UE: Berlim, Paris, Londres, Viena e Liubliana. Naturalmente, dediquei bastante tempo à criação do Serviço Europeu para a Acção Externa, o que se prolongará pelas próximas semanas, nomeadamente em colaboração com o Parlamento.

Foi também tendo em conta os interesses desta Assembleia que garanti o envolvimento do Parlamento Europeu no grupo director que criei. Irei igualmente debater este assunto esta tarde na Conferência dos Presidentes. Na reunião de 23 de Março da Comissão dos Assuntos Externos, em que estarei presente, teremos a oportunidade de realizar uma troca aprofundada de opiniões na presença de todas as comissões relevantes.

Há sempre resistência quando se cria algo novo. Alguns preferem minimizar as perdas em vez de maximizar os ganhos colectivos. Eu tenho outra perspectiva e espero que o Parlamento também.

Esta é uma oportunidade única numa geração para construir algo novo, algo que finalmente reúna os instrumentos do nosso compromisso com uma estratégia política única. É uma enorme oportunidade para a Europa. Não devemos reduzir as nossas ambições, mas sim munir-nos dos meios para as concretizar. É um momento para ter uma visão de conjunto das situações, para sermos criativos e para assumir uma responsabilidade colectiva. Se formos bem-sucedidos – e é imperativo que o sejamos –, poderemos forjar uma política externa europeia para o século XXI com um serviço externo concebido para a alcançar: um serviço que mobiliza todos os nossos mecanismos de influência – ferramentas políticas, económicas, de desenvolvimento e de gestão de crises – de forma concertada. Um serviço que representa a União Europeia em termos geográficos e também de género. Acredito que esta é a única via aceitável.

Permitam-me que ilustre com alguns exemplos o que tenho em mente quando falo numa "abordagem ampla".

Relativamente aos Balcãs Ocidentais, foi com agrado que me desloquei recentemente à região. De certo modo, os Balcãs são o berço da política externa da UE. Mais do que qualquer outro lugar, é lá que não podemos fracassar. O meu objectivo era estabelecer boas relações de trabalho com líderes políticos, debater com a sociedade civil as possíveis consequências da pertença à Europa e assegurar a coordenação dos diferentes actores da UE no terreno. Uma conclusão a que cheguei foi que a região está a fazer progressos, ainda que de forma desigual e incompleta. A perspectiva europeia continua a ser o enquadramento determinante, enquanto nosso objectivo e principal incentivo à reforma. Como tenho frisado sempre, os progressos na via da adesão à UE dependem do compromisso com a reforma em casa. Em matéria de direitos humanos, de Estado de direito e de cooperação regional.

Estamos a reforçar a nossa estratégia com as ferramentas de política externa disponíveis. No Kosovo, temos em curso a nossa maior missão civil, e é um sucesso. Na Bósnia, adaptámos a operação ALTHEA, uma vez que a situação estabilizou, e desenvolvemos um programa de formação. Estamos a insistir na mensagem europeia na perspectiva das eleições de Outubro. Em toda a região, estamos a fazer progressos em matéria de liberalização de vistos e de contactos interpessoais.

Portanto, a nossa estratégia para os Balcãs é o que deveria ser: estratégica nos seus objectivos, multifacetada em termos de instrumentos e adaptada em termos de aplicação.

O segundo exemplo é o Corno de África. Neste caso, é colocada em destaque a interacção entre, por um lado, a fragilidade do Estado, a pobreza e a concorrência a nível dos recursos, incluindo a água, e, por outro lado, a pirataria, o terrorismo e a criminalidade organizada. A única resposta possível é uma resposta ampla, que é exactamente o que estamos a fazer. A nossa operação naval Atalanta tem sido amplamente saudada como um êxito. O próximo passo é continuar a desenvolver as nossas opções para a transferência dos suspeitos de pirataria, com vista a serem julgados na região. Vamos adicionar uma missão de formação do Governo Federal de Transição da Somália, com início previsto para a Primavera. Por meio do Instrumento de Estabilidade, estamos a financiar medidas de acompanhamento para treinar e reforçar as capacidades das autoridades marítimas e estamos a avançar com o trabalho de desenvolvimento a longo prazo no Iémen e na Somália, nos domínios da pobreza, da literacia e da saúde.

A forma como estamos envolvidos na Geórgia vai no mesmo sentido. Quando um conflito congelado escalou para um conflito aberto em Agosto de 2008, respondemos de imediato. Assumimos a liderança internacional, mediámos as tréguas e colocámos no terreno uma missão de observação com 300 efectivos em tempo recorde. Desde então, temos disponibilizado os vários meios comunitários e da PCSD para prevenir o retorno à violência e para criar estabilidade na Geórgia e na região.

Com a ONU e a OSCE, liderámos as conversações de Genebra, o único fórum em que todos os envolvidos reúnem. Organizámos uma conferência de doadores para a reconstrução e o apoio económico na Geórgia e incluímos este país, juntamente com a Arménia e o Azerbaijão, na Política Europeia de Vizinhança.

Continuamos a promover as reformas e o desenvolvimento de laços mais estreitos. Actuamos no domínio do comércio e da liberalização de vistos e apoiamos medidas de reforço da confiança, com vista ao reatamento dos laços com as repúblicas dissidentes.

Há mais trabalho a realizar na Geórgia, e temos uma agenda muito cheia para debater com a Rússia, como fiz há apenas dez dias com o Ministro Sergey Lavrov. Neste caso, demonstrámos o que a UE pode fazer quando mobilizamos todos os nossos recursos. Aqueles que estiveram envolvidos naquelas semanas incredivelmente intensas disseram-me que o que alcançámos neste caso foi excepcional. Portanto, necessitamos de estruturas mais fortes, de mais flexibilidade e de uma melhor preparação se queremos que a Geórgia sirva de termo de comparação para as nossas acções futuras.

Permitam-me que passe à política comum de segurança e defesa e que diga que estou de acordo com as linhas gerais do relatório Danjean acerca da importância das nossas missões. Elas salvam vidas, criam o espaço necessário para as políticas funcionais darem frutos e permitem à Europa explorar todos os seus instrumentos de poder para cumprir as suas responsabilidades.

É espantoso como chegámos longe nos últimos dez anos. Mais de 70 000 homens e mulheres foram destacados nesse período, em mais de 20 missões. Conduzimos a gestão de crises à maneira europeia, com uma abordagem ampla e em apoio do direito internacional e da conclusão de acordos, em estreita cooperação com os nossos parceiros fundamentais. Trabalhamos bem em conjunto com a NATO na Bósnia e Herzegovina e na costa da Somália. No Kosovo e no Afeganistão, isso é mais difícil devido às questões políticas. É necessário resolver esta situação, pelo que estou a trabalhar com o Secretário-Geral da NATO com vista a melhorar as relações UE-NATO em domínios práticos e a estabelecer um clima positivo. Veremos como podemos desenvolver as nossas relações de forma pragmática. A ONU é outro parceiro fundamental. Existem muitos bons exemplos de cooperação entre a UE e a ONU no terreno: República Democrática do Congo, Chade e, efectivamente, Kosovo. Recentemente, adquirimos um maior conhecimento mútuo, mas podemos e devemos reforçar esta parceria centrando-nos em domínios como o planeamento e a partilha de melhores práticas.

No relatório Danjean, e noutras instâncias, questiona-se se não está na altura de a UE ter o seu próprio centro de operações permanente. Esta é uma questão séria que exige um debate sério. Ninguém contesta que necessitamos de um quartel-general com capacidade para planear e conduzir operações militares. A questão é se o actual sistema, que depende do Quartel-General Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE) ou dos quartéis-generais nacionais, constitui a solução mais eficaz ou se existe uma solução melhor.

Muitas vezes abordamos esta questão em termos de estruturas. Penso que primeiro é necessário analisar as funções que temos de desempenhar. No meu entender, há três funções principais que devem determinar as decisões: primeiro, a capacidade de planear e de conduzir operações militares, incluindo o planeamento avançado, e de reagir rapidamente, quando necessário; segundo, a capacidade de desenvolver a coordenação civilo-militar de uma forma mais estruturada, a fim de maximizar o nosso desempenho; terceiro, a capacidade de estabelecer relações com outros, com vista a otimizar a coordenação geral e a denominada "comunidade internacional". Se utilizarmos esta análise como ponto de partida para os nossos debates, devemos ser capazes de estabelecer a base comum necessária e de determinar quais as medidas a adoptar.

O relatório também solicita a criação de um Conselho de Defesa, ideia que sei já existir há algum tempo. A próxima reunião, em Abril, seguirá a prática estabelecida, mas, na reunião informal dos Ministros da Defesa, formou-se um consenso com base nas minhas propostas de realizar sempre os Conselhos "Negócios Estrangeiros" na presença dos Ministros da Defesa. Isto permitiria aos Ministros da Defesa reunir e tomar decisões, nomeadamente no domínio do desenvolvimento das capacidades.

O meu último comentário diz respeito à sugestão de ser instituída uma força de protecção civil. Começamos com o processo de identificação dos ensinamentos colhidos no Haiti, que está em curso. Depois, aplicaremos o espírito de Lisboa e veremos quais são as nossas opções em termos de mobilização de recursos dos Estados-Membros, conjuntamente com os instrumentos da UE, para apoiar o Gabinete da ONU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA) ou para actuarmos em nome próprio. A nossa divisa deve ser maximizar as sinergias e evitar clivagens "duras" ou artificiais entre a gestão das crises internas e externas.

Finalmente, permitam-me que aborde o tema da não-proliferação, tendo em conta a pergunta oral que foi apresentada. Quero referir brevemente os dois aspectos mais importantes: primeiro, a conferência de revisão do Tratado de Não-Proliferação, prevista para Maio, em Nova Iorque. Participarei com o objectivo de garantir o seu sucesso. Não nos devemos iludir: todo o sistema de não-proliferação assente em tratados, que tem o TNP como pedra angular, está sob crescente pressão. Em resposta, é necessário estarmos preparados para

dar o nosso contributo: facilitando o acesso às utilizações pacíficas da energia nuclear, sobretudo dos países em desenvolvimento, evitando sempre os riscos de proliferação, o que inclui trabalhar no domínio das abordagens multilaterais ao ciclo de combustível nuclear – penso que 84 países beneficiaram de programas de assistência da UE; realizando progressos no domínio do desarmamento nuclear – o que, politicamente, é fundamental para criar uma atmosfera construtiva; e abordando as crises regionais de proliferação, particularmente com o Irão, que tem potencial para fazer descarrilar a conferência.

Como sabem, a UE está a liderar os esforços para encontrar soluções diplomáticas. Apoiamos plenamente o processo do Conselho de Segurança de imposição de novas medidas restritivas contra o Irão, se este – como é actualmente o caso – continuar a ignorar as suas obrigações.

Em segundo lugar, temos a Cimeira sobre Segurança Nuclear do Presidente Obama. Partilhamos o objectivo da cimeira, nomeadamente de reforçar a segurança dos materiais nucleares e de impedir que os terroristas tenham acesso a esses materiais. Penso que a UE fornece apoio à Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA) desde 2004, a fim de prestar assistência aos vários países neste domínio, e continuaremos a fazê-lo.

Por último, permitam-me que regresse ao ponto de partida. A procura do envolvimento europeu a nível mundial é enorme. É necessário garantir que as reservas respondem à procura. O Tratado de Lisboa dá-nos essa oportunidade. Devemos agir de acordo com a letra e com o espírito do Tratado, nunca esquecendo a razão por que os líderes europeus o negociaram. Penso que a razão era clara: construir uma política externa europeia mais forte, mais assertiva e autoconfiante ao serviço dos cidadãos da União Europeia. Sei que muitos membros desta Assembleia partilham este objectivo e conto com o vosso apoio para que isso aconteça.

Nadezhda Neynsky, *relatora de parecer da Comissão dos Orçamentos*. – (EN) Senhor Presidente, quero felicitar a senhora Baronesa Ashton pela sua alocução encorajadora.

Ao mesmo tempo, na qualidade de relatora de parecer da Comissão dos Orçamentos sobre a PESC, quero também sublinhar a importância fulcral de a senhora Vice-Presidente/Alta Representante iniciar uma auditoria às operações da PESC e às missões civis da PCSD, presentes e passadas, a fim de identificar os seus pontos fortes e os seus pontos fracos. Deste modo, a União Europeia será mais eficaz no reforço da segurança, aumentará a sua autonomia e, acima de tudo, fará uma utilização mais sensata do orçamento relevante, que lamentavelmente continua a dispor de meios financeiros insuficientes.

Ioannis Kasoulides, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhor Presidente, é assustador imaginar um engenho nuclear, de pequenas dimensões, mas potencialmente letal para milhões de pessoas, na posse de terroristas. Há alguns anos, podíamos dizer que isso era altamente improvável. Já não o podemos dizer.

Países como o Irão e a Coreia do Norte estão em vias de adquirir, ou têm capacidade para adquirir, uma arma nuclear. Alegadamente, um cientista paquistanês terá vendido conhecimentos ao Irão, e a Coreia do Norte efectuou transacções de material nuclear. Ninguém se opõe a que o Irão obtenha energia nuclear para fins pacíficos, mas a paciência está a esgotar-se se o intuito do país é ganhar tempo no diálogo com o Grupo 5+1, que apoiamos.

A abordagem de duas vias e a preparação de sanções inteligentes e direccionadas pelo Conselho de Segurança da ONU estão garantidas. A proliferação nuclear encontra-se num ponto tão crítico que personalidades como Henry Kissinger defenderam que só a evolução no sentido da eliminação total garantirá a não-proliferação e a segurança mundial.

Portanto, apoiamos um tratado internacional para a eliminação progressiva das armas nucleares, o fim da produção de material cindível, a entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares, a redução das ogivas nucleares, o acordo START, a transferência do controlo do tratamento de todo o combustível nuclear para a AIEA e o reforço do mandato e dos poderes de verificação desta agência.

Adrian Severin, *em nome do Grupo S&D*. – (EN) Senhor Presidente, espero que estejamos de acordo em que precisamos de uma política externa pró-activa guiada pelos nossos objectivos comuns europeus e baseada nos nossos valores comuns. Esta política deve reconhecer a indivisibilidade da segurança num mundo globalizado, pois constitui uma fonte de solidariedade, de interesse dentro e fora da União Europeia.

Esta política exige e pressupõe um instrumento institucional adequado. Consequentemente, as prioridades são claras e fico satisfeito por constatar que as prioridades que irei mencionar são as mesmas da senhora Baronesa Ashton. Um Serviço Europeu para a Acção Externa eficaz, uma política de vizinhança activa, uma política de alargamento visionária, parcerias bem estruturadas com os actores estratégicos, tradicionais e emergentes, uma estratégia eficaz para combater os desafios globais, nomeadamente a segurança energética,

a não-proliferação, a migração, a criminalidade organizada transnacional, a expressão transnacional da pobreza, os conflitos culturais, etc.

Relativamente ao Serviço Europeu para a Acção Externa, necessitamos de uma instituição construída sobre o princípio da responsabilidade política e orçamental, mas também sobre o princípio da eficácia. Não devemos instituir um serviço que preserve a velha concorrência nacional ou a presente estrutura burocrática. O responsável pela acção externa europeia, que acumula dois pelouros, deve actuar sempre na sua dupla qualidade, de modo a assegurar a unidade do SEAE e a coerência da sua acção.

No que diz respeito à política de vizinhança, é necessária uma abordagem que não exclua a Rússia e a Turquia. No Mar Negro, temos de passar da sinergia à estratégia. Nos conflitos congelados, precisamos de iniciativas regionais e de mecanismos de cooperação e de segurança regional sujeitos a garantias internacionais.

No domínio da segurança mundial, é necessário um novo acordo que reflecta as realidades da ordem pós-bipolar. Temos de promover os nossos valores no mundo, mas de uma forma secular e não como novos cruzados.

Estas e muitas outras são as nossas prioridades, que definem os contornos de uma tarefa hercúlea. Trabalhemos em conjunto – Parlamento, Comissão e Conselho – para cumprir esta tarefa.

Annamie Neyts-Uyttebroeck, em nome do Grupo ALDE. – (NL) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União, Senhoras e Senhores Deputados. Senhora Baronesa Ashton, primeiro que tudo, permita-me que lhe dê as boas-vindas e que diga que espero muito sinceramente que a sua excelente e firme alocução de hoje constitua efectivamente o prenúncio do fim de um período particularmente difícil para todos nós, que teve início em Novembro, quando terminou o mandato da anterior Comissão. Se há uma coisa em que estamos de acordo, é a seguinte: não nos podemos permitir períodos tão longos de hesitação. Desde o final de Novembro até muito recentemente, e lamento ter de o dizer, foi como se a UE tivesse desaparecido do palco mundial ou estivesse muito perto disso. Permita-me que repita que não podemos permitir que isso aconteça em circunstância alguma. Porque, obviamente, o mundo não esperará por nós. Citou alguns números que ilustram claramente este facto. Contudo, também testemunhámos uma série de acontecimentos que o ilustraram claramente: as catástrofes naturais que se sucedem, os ataques horrendos que se sucedem, o facto de alguns governos do Médio Oriente, apesar de democráticos, terem tomado decisões que dificultaram seriamente o processo de paz, ou o pouco que dele resta, etc. Em consequência, precisamos de um Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União que esteja em posição de estar presente no terreno, e não só nos centros decisórios europeus, mas também nos centros decisórios do resto do mundo. A Senhora Baronesa e nós sabíamos que estava a assumir uma tarefa quase impossível. Admiro-a por isso. Prometemos apoiá-la nessa tarefa. Estamos satisfeitos por a termos ouvido falar hoje e por termos testemunhado a sua enérgica declaração acerca do Serviço Europeu para a Acção Externa, de que todos necessitamos tão desesperadamente. Se existe alguém que ainda conserva a vontade de pôr termo ao que os ingleses chamam "turf wars" – em que uma das partes combate com luvas e a outra sem –, então tenho a certeza de que, se todos trabalharmos em conjunto, seremos capazes de nos prepararmos para os desafios do futuro. Obrigada pela sua atenção.

Franziska Katharina Brantner, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Baronesa Ashton, ouvimos atentamente o que tinha a dizer. Infelizmente, não podemos deixar de observar que provavelmente ainda teremos de esperar algum tempo até que elabore planos para futuros projectos concretos, partindo do seu ensaio sobre os princípios que a regem, e que efectivamente consideramos poder apoiar.

Permita-me que diga algumas palavras a respeito do Serviço Europeu para a Acção Externa, acerca do qual esperava ouvir algo muito mais concreto da sua parte. Afirmou repetidamente que o essencial é a coerência, o que está na ordem do dia. Em muitos casos, necessitamos de planos e de programas conjuntos do Serviço Europeu para a Acção Externa e da Comissão. Quem é a favor de deixar numerosas políticas à Comissão ou ao Secretariado-Geral do Conselho deve ser honesto e admitir que é a favor do *status quo*, do sistema estabelecido pelo Tratado de Nice.

Para nós, um primeiro ponto importante é em que medida somos capazes de alcançar uma maioria em todas as questões relacionadas com a prevenção e com a gestão das crises civis e com a reconstrução. No nosso entender, está em causa tudo o que é abrangido pelo termo consolidação da paz, ou seja, prevenção de conflitos, alerta rápido, mediação de conflitos, reconciliação e estabilização a curto e médio prazo. É necessária uma unidade organizacional capaz de dar resposta a este objectivo, pelo que propomos a criação de um departamento de gestão de crises e de consolidação da paz. Em consequência, quero perguntar-lhe qual é a

sua posição relativamente à criação deste departamento. Nesta fase, gostaria também de salientar que apoiamos a incorporação do orçamento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e do Instrumento de Estabilidade no Serviço Europeu para a Acção Externa, embora não como parte da Direcção-Geral da Gestão e de Crises e Planeamento (CMPD), nem a ela subordinados, mas sim numa nova estrutura que espero que crie. Gostaria de ouvir a sua posição nesta matéria.

Uma segunda observação que consideramos importante é a relação entre os domínios tradicionais da política externa e os novos domínios, como a política energética, a política climática, a justiça e os assuntos internos. Que estruturas tenciona criar para possibilitar o acesso sistemático do Serviço Europeu para a Acção Externa a estas esferas da política global da UE e dos seus Estados-Membros?

Existe mais um ponto a que atribuímos importância: deve ser um serviço moderno com uma política de pessoal equilibrada. Esta semana, celebrámos o 8 de Março. Portanto, é absolutamente claro que acreditamos que os direitos das mulheres devem estar firmemente ancorados neste serviço e que as mulheres devem nele participar. Senhora Baronesa Ashton, várias deputadas ao PE escreveram-lhe solicitando que assegurasse, desde o início, a aplicação das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas nas estruturas institucionais do SEAE. Portanto, a minha pergunta a este propósito é a seguinte: quais são os seus planos a este respeito?

Como já disse, apoiá-la-emos na construção de um Serviço Europeu para a Acção Externa sólido. Aguardo com expectativa as suas respostas.

Charles Tannock, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa é agora uma realidade jurídica na ordem internacional, ainda que careça de legitimidade democrática, uma vez que foi negado à maioria dos cidadãos da UE, incluindo da Grã-Bretanha, o voto num referendo. Apesar de tudo, o Grupo ECR e os Conservadores Britânicos estão empenhados num envolvimento positivo e em fazer progressos no âmbito do novo quadro institucional.

Gostaríamos de ver uma abordagem semelhante dos Estados-Membros e da Comissão. É profundamente irónico, no meu entender, que o primeiro grande desenvolvimento institucional ao abrigo do Tratado de Lisboa, nomeadamente a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa, ameace empurrar a UE de volta precisamente à introspecção e às querelas que Lisboa deveria ter erradicado. Indubitavelmente, a criação do SEAE deve ser objecto de debate e de consenso acerca da distribuição eficaz das responsabilidades, mas os elementos de política externa da PESC devem permanecer firmemente sob a alçada do Conselho.

Mas precisamos também de uma liderança forte, em teoria possibilitada pelo Tratado de Lisboa, a fim de forjar uma visão duradoura para a diplomacia da Europa no mundo. Contamos consigo, Senhora Alta Representante, para tomar a iniciativa e para afirmar a autoridade e a liderança que lhe foram atribuídas pelo Tratado, para congregar esforços, se necessário, e para definir o caminho a seguir. Apoiá-la-emos nos seus esforços se demonstrar estar à altura do difícil desafio.

A UE dispôs de muitos anos para equacionar este serviço, pelo que este embaraço e esta hesitação a que assistimos não credibilizam as ambições da UE de desempenhar um papel global na política externa por meio da PESC.

Existem considerações mais gerais. O relatório Albertini, que apoio firmemente, estabelece as prioridades da política externa da União e apoia, a justo título, as aspirações de adesão à UE dos países dos Balcãs Ocidentais, particularmente da Croácia, da Macedónia e do Montenegro, matéria de que sou relator.

Mas o relatório também menciona a aliança transatlântica e a NATO, que consideramos as pedras angulares da política externa e de segurança da UE. O relatório salienta, com muita justeza, a responsabilidade da UE na resolução de conflitos congelados, particularmente na Transnístria e em Nagorno-Karabakh, na nossa vizinhança imediata, e na manutenção de boas relações com a Ucrânia.

Finalmente, Taiwan é também mencionada como um importante parceiro para a UE que deve poder participar de forma activa e plena nas organizações internacionais, em conformidade com a política da UE e com a política de "uma só China".

Willy Meyer, em nome do Grupo GUE/NGL. – (ES) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, o senhor deputado Albertini já conhece as razões por que o meu grupo apresentou um parecer minoritário a respeito do relatório sobre a Política Externa de Segurança e Defesa. Fazemo-lo, fundamentalmente, Senhora Baronesa Ashton, porque chegámos a uma conclusão. Nos países que nos rodeiam, na União Europeia, as políticas de

segurança e de defesa nada têm que ver actualmente com a defesa do território: a política de segurança é agora uma projecção da política externa.

Acreditamos que o principal objectivo da política externa deve ser alcançar o desarmamento a nível internacional: armamento zero, por meio de políticas pragmáticas que permitam dar resposta às causas actuais da insegurança no mundo.

As principais armas de destruição maciça no mundo de hoje são a fome e a pobreza. Estas armas não se podem combater com a utilização da força militar. Consequentemente, acreditamos, com base nesta consideração, que devemos apostar num sistema de segurança transitório que possibilite a desmilitarização gradual de toda a segurança no mundo. Evidentemente, não concordamos com a vinculação da União Europeia à NATO, entre outras coisas, porque a estratégia da NATO tem sido a opção pela resposta militar às inseguranças como a criminalidade organizada e o terrorismo, que nunca foram matérias de resposta militar.

Creio que esta militarização crescente obriga os Estados-Membros a possuírem indústrias de armamento cada vez mais poderosas e a aumentarem as despesas com armamento. Encontramo-nos ao nível mais elevado em termos civilizacionais e de armamento, mais ainda do que durante a Guerra Fria, o que está muito longe de políticas pragmáticas no sentido da desmilitarização.

Não, o terrorismo e a criminalidade organizada não devem ser objectivos militares. Devem ser objectivos de polícia, dos tribunais internacionais, dos serviços de inteligência, para que os criminosos sejam levados à barra dos tribunais, mas não devem ser objecto de uma resposta militar.

Por conseguinte, não concordamos com este enfoque militar. Não concordamos que a União Europeia tenha no seu território bases militares norte-americanas. Não o queremos em Estado algum, não queremos que Estados poderosos possam implantar força militar no mundo, pelo que consideramos que o respeito do direito internacional é muito importante. Não concordamos com o reconhecimento do Kosovo – não acreditamos no reconhecimento de qualquer Estado que utiliza a força à margem do direito internacional – porque acreditamos no direito internacional e, em consequência, consideramos que o processo de descolonização do Saara Ocidental deveria constar do relatório. Evidentemente, solicitamos também a retirada das tropas do Afeganistão, conflito que, como a própria NATO reconhece semana após semana, está a causar vítimas civis inocentes. Não concordamos, portanto, com a via da militarização.

Fiorello Provera, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Baronesa Ashton, o excelente relatório do senhor deputado Albertini contém uma passagem que considero de grande importância política: a parte que associa o fenómeno da imigração à política de cooperação com os países em desenvolvimento.

Seria impensável controlar fluxos migratórios de tão grandes proporções exclusivamente com medidas repressivas e políticas nacionais. A distribuição dos imigrantes pelos Estados-Membros da UE também não solucionaria o problema. Em vez disso, encorajaria novas chegadas. Uma resposta fundamental para controlar o fenómeno migratório é o desenvolvimento de uma política de cooperação, preferencialmente coordenada a nível europeu, que tenha como objectivo não só o progresso económico, como também o progresso social e democrático. A emigração deve ser uma escolha e não uma necessidade.

Para que esta política de cooperação seja eficaz e chegue a quem dela verdadeiramente necessita, é essencial promover a boa governação local, sem a qual haveria ineficácia, corrupção, desperdício de recursos e fracos resultados. Garantir a governação local e a colaboração entre governos é o objectivo da política externa, e a cooperação deve tornar-se um instrumento importante da política externa europeia: esta é a minha mensagem pessoal para a senhora Baronesa Ashton, num sector que me é muito caro, ou seja, a cooperação.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, estamos a sentir os efeitos negativos do facto de apenas terem sido definidos no Tratado de Lisboa objectivos de política externa muito pouco específicos. Possivelmente haverá também um preço a pagar pelo facto de, na senhora Baronesa Ashton, termos uma Alta Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sem qualquer experiência efectiva em política externa, que foi impingida à União como o mínimo denominador comum que os Estados-Membros conseguiram encontrar.

Se nos mantivermos em silêncio em todas as questões importantes de política externa, nós, enquanto europeus, não alcançaremos mais do que um grupo de diplomatas que apertam as mãos por todo o mundo enquanto professam vias distintas de política externa.

Os desacordos acerca do Serviço Europeu para a Acção Externa são algo que também não nos podemos permitir. Este novo serviço indubitavelmente importante não deve e não pode ser reduzido, à revelia dos Estados-Membros, a uma esfera de actividade para eurocratas.

Está provavelmente na altura de nos desenroilharmos da confusão que grassa a respeito do estabelecimento do Serviço Europeu para a Acção Externa e de a UE ser ouvida novamente no mundo. É também o momento de a nova Alta Representante actuar de forma mais sensata nestas matérias, através, por exemplo, da utilização das três línguas de trabalho da União – incluindo, portanto, o alemão – no Serviço Europeu para a Acção Externa.

Temos de tirar o melhor partido possível da experiência e das boas relações que os Estados-Membros mantêm com certas regiões. Pensem, por exemplo, na experiência histórica da Áustria com os Balcãs Ocidentais. Ao fazê-lo, deve ficar claro que a segurança da Europa não é defendida no Hindu Kush, mas sim nas fronteiras externas da UE nos Balcãs. A UE deve parar de agir como a extensão do braço e como o principal financiador da NATO e dos Estados Unidos. O dinheiro europeu é definitivamente mais bem gasto com a FRONTEX do que nos desertos do Afeganistão.

Catherine Ashton, *Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que comente directamente as questões e as perguntas que foram apresentadas.

Senhor Deputado Kasoulides, a respeito da revisão do Tratado de Não-Proliferação, é fundamental que seja um sucesso, acima de tudo. Consideramos que é necessário tomar medidas práticas: entrada em vigor de um tratado de proibição total de ensaios nucleares; fim da produção de material cindível; apoio às utilizações pacíficas da energia nuclear, com vista a encontrar formas seguras de evitar a proliferação – por exemplo, a contribuição da UE para o banco de combustível nuclear –, e apoio a uma AIEA muito forte e eficaz. Evidentemente, é necessário trabalhar sobretudo, como já dissemos, em regiões como o Médio Oriente, o que significa que temos de continuar a exercer pressão sobre o Irão e de fazer face aos problemas que forem suscitados no país.

Senhor Deputado Severin, relativamente ao Serviço Europeu para a Acção Externa e às prioridades que estabeleceu, partilhamos precisamente a mesma opinião. Atribuo extrema importância à responsabilização política e orçamental do SEAE, exactamente como referiu, que deve prestar contas à Comissão e ao Conselho. Será também essencial, como sugeriu, debater estas questões com outros parceiros. Julgo que mencionou, por exemplo, a Rússia e a Turquia. Bom, a Rússia já visitei. Passei parte do fim-de-semana com o Ministro dos Negócios Estrangeiros turco: uma verdadeira oportunidade para debater em profundidade a nossa relação para o futuro. Portanto, concordo sinceramente com as prioridades que definiu e que lhe agradeço.

Senhor Deputada Neyts-Uyttebroeck, obrigada pelas suas palavras amáveis. Penso que a UE não desapareceu propriamente do palco mundial. Verificou-se um hiato inevitável até haver uma Comissão eficaz, mas já foi resolvido. E, pela minha parte, isso foi extremamente importante, uma vez que, até a Comissão ter entrado em funções, eu não tinha sequer um gabinete, quanto mais um serviço para a acção externa. Estamos agora em condições de começar a reunir os recursos.

Penso que tem toda a razão em referir a importância de sermos visíveis no terreno. A minha dificuldade, como sabe, é ainda não ter aprendido a viajar no tempo. Mas considero absolutamente essencial, ao olharmos para o futuro, que analisemos as prioridades que foram definidas, e com que penso que esta Assembleia estará largamente de acordo, e que as minhas acções visem dar resposta a essas prioridades, uma das quais é a criação do SEAE, que ainda não existe. Não tem uma estrutura de pessoal. Não está ainda nessa fase. Mas quando lá chegarmos, poderemos demonstrar a força da Europa, na melhor acepção da palavra, em todo o mundo.

Senhora Deputada Brantner, mais uma vez o tema que habitualmente me dirige, ou seja, a recolha do máximo possível de informações: considero-o muito importante. Algumas das questões que suscitou são cruciais. Não queremos duplicações de esforços nas várias instituições. Queremos uma abordagem geográfica às nossas acções, e estou de acordo consigo acerca da consolidação da paz: constitui uma parte muito importante do domínio em que a UE deve actuar.

E, em certo sentido, a consolidação da paz traduz-se na construção das várias vertentes em que somos eficazes: o trabalho no domínio da edificação de Estados, da justiça, do Estado de direito, dos programas de desenvolvimento, do combate às alterações climáticas, do apoio aos governos e às populações; tudo isto é

pensado para nos dar mais segurança, mais estabilidade e mais prosperidade, mas, ao fazê-lo, estamos na realidade a criar um mundo mais seguro, mais estável e mais próspero.

Estes objectivos são extremamente importantes.

Estou completamente de acordo consigo em relação às mulheres. Precisamos de mais mulheres, nomeadamente nas nossas missões policiais, em que já pude constatar haver muito poucas. É necessário que as mulheres sejam firmemente integradas no SEAE, a todos os níveis. Este é um desafio que é indispensável abordar. Mas, mais importante ainda, o Serviço Europeu para a Acção Externa está ao serviço de toda a União Europeia.

Então, o que fazemos no domínio da justiça e dos assuntos internos no mundo, como desejam os deputados ao PE cooperar com os outros parlamentos? O SEAE deve ser utilizado, à medida que for sendo construído, para vos ajudar a abordar estas questões no terreno. Creio que no que respeita a estas questões, o nosso ponto de vista é exactamente o mesmo.

Senhor Deputado Tannock: liderança assertiva à altura do desafio. Espero que comece a ver aquilo que considera uma liderança assertiva. É muito importante, como diz, abordarmos algumas destas questões críticas: os Balcãs e a relação transatlântica são absolutamente fundamentais e centrais nas nossas acções. É por esse motivo que passamos muito tempo em conversações com os Estados Unidos e porque eu própria passo muito tempo a debater e a dialogar com os EUA e, evidentemente, com a Ucrânia.

Espero que tenha ficado satisfeito com a minha decisão de estar presente na tomada de posse do Presidente Yanukovich e de o convidar a vir a Bruxelas, onde passou um dos seus primeiros dias como presidente. Tomou posse na quinta-feira. Na segunda-feira, estive em Bruxelas para dar início ao aprofundamento da nossa relação para o futuro.

Senhor Deputado Meyer, falou de política externa, do desarmamento e da questão de ser ou não adequado pensar em termos militares. Permita-me que lhe dê dois exemplos muito breves, um dos quais já referi, ou seja, a Operação Atalanta e a importância de adoptarmos uma abordagem ampla às nossas acções.

Ao largo da costa da Somália, temos navios posicionados que foram extremamente bem-sucedidos este fim-de-semana, a propósito, em cooperação com a marinha francesa, numa operação de captura de piratas que estavam determinados a semear o caos naquela parte do oceano. Além disso, certificamo-nos de que são julgados e tratados adequadamente, tomando por referência as normas judiciais europeias, nos países daquela região.

A complementar a operação naval, temos o programa de desenvolvimento que está a ser preparado pela Comissão e que visa ajudar a estimular a economia da Somália. Além disso, estamos prestes a dar início a um programa de formação das forças de segurança da região. Por outras palavras, é uma abordagem articulada e é uma abordagem ampla. Isto significa que recorreremos às ferramentas de que precisamos para sermos capazes de combater os problemas das populações.

Outro exemplo: tendo estado no Haiti na semana passada, devo prestar homenagem aos italianos que lá vi a trabalhar. Pessoas com a tragédia de L'Aquila bem fresca na memória; mas lá estava a marinha, lá estavam bombeiros, ONG, civis, médicos, psiquiatras, dentistas, enfermeiros, todos trabalhando sob as ordens do comandante de um navio hospital onde inúmeras pessoas eram tratadas às consequências directas do terramoto. Jovens amputados; crianças com queimaduras terríveis a receber tratamento; equipas no terreno a apoiar as vítimas.

O que estou a tentar dizer é que deve pensar na estratégia e na abordagem amplas que podemos proporcionar, e que envolvem a utilização dos meios de que dispomos com a máxima eficácia.

Senhor Deputado Provera, relativamente à cooperação para o desenvolvimento e à imigração, a sua observação é importante, ou seja, se as pessoas sentirem que não têm outras opções, irão correr riscos, muitas vezes colocando as suas vidas em perigo, para abandonar o país onde vivem, onde nasceram e onde querem viver. A maioria das pessoas quer poder viver no país onde cresceu.

Portanto, o mais importante no domínio do desenvolvimento, no meu entender, sempre foi a capacidade de apoiar os meios de subsistência económicos dos indivíduos, para que possam permanecer e viver onde querem e receber apoio educacional, sanitário, etc.

Este apoio será uma parte muito significativa das acções que iremos empreender no terreno, o que será particularmente benéfico nos Estados em que a instabilidade poderá ser muito grande devido às alterações climáticas.

Finalmente, Senhor Deputado Mølzer, não seja tão pessimista, é o que lhe quero dizer. Não se trata de agir à revelia dos Estados-Membros. Trata-se de construir algo exclusivamente europeu – e não à semelhança do que acontece nos Estados-Membros, quer seja na Alemanha, na Itália, na França, no Reino Unido ou noutro país. Não é a mesma coisa. Estamos a construir algo diferente que tem como objectivo a segurança, a estabilidade e o crescimento económico a longo prazo no terreno, e o facto de podermos contribuir para isso é no nosso interesse, mas é também uma questão de defesa dos valores que nos são muito caros.

E, quanto às línguas, *oui, je peux parler français, mais je ne suis pas très bien en français. Ich habe auch zwei Jahre in der Schule Deutsch gelernt, aber ich habe es jetzt vergessen.*

Portanto, sei falar as línguas e irei aperfeiçoá-las cada vez mais. Aguardo com expectativa o momento em que serei capaz de ter uma conversa a sério consigo num alemão muito melhor do que o que falo presentemente.

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, os relatórios Albertini e Danjean, assim como a proposta de resolução sobre a não-proliferação das armas nucleares, mostram que terão em breve de ser tomadas decisões importantes e que é necessário prepararmo-nos para isso. Permitam-me que destaque mais alguns exemplos. Considero que a União Europeia tem um papel importante a desempenhar nesta fase crucial, em que o objectivo deve ser impedir o Irão de produzir armas nucleares, e que o Grupo 5+1 deve intensificar os seus esforços, concretamente no que respeita à elaboração de uma resolução das Nações Unidas e à eventual extensão das sanções, a fim de impedir, por meios não militares, o aparecimento de um novo Estado nuclear. A situação dramática no Médio Oriente e a resolução dos problemas da região estão relacionadas com esta questão, directa ou indirectamente.

Senhora Baronesa Ashton, quero agradecer-lhe ter-se deslocado a Kiev para falar com o Presidente Yanukovich. É de importância crucial que sejamos bem-sucedidos no apoio a estes países, para que não tomem decisões erradas, que deixemos claro que uma união aduaneira com a Rússia e uma zona de comércio livre com a União Europeia não são compatíveis e que as vantagens de fazer a escolha certa sejam clarificadas.

Tenho mais um comentário a acrescentar. Ao contrário de muitos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, manteremos a paciência necessária para construir um bom Serviço Europeu para a Acção Externa em conjunto consigo. Queremos este Serviço Europeu para a Acção Externa. É imperativo que seja bem-sucedido. É uma condição necessária para a nossa capacidade de falar a uma só voz. Seria contraproducente tomar decisões excessivamente rápidas e, portanto, erradas. Não estamos pressionados pelo tempo – precisamos de bons resultados. É necessário termos em conta, contudo, que, na sua história, a União foi bem-sucedida nos casos em que o método comunitário foi aplicado e que, nos casos em que o método intergovernamental foi seguido, raramente ou nunca foi bem-sucedida. Em consequência, deve ficar claro que as matérias que constituem política comunitária não podem ser sub-repticiamente transformadas em política intergovernamental, por meio do Serviço Europeu para a Acção Externa. É necessário introduzir salvaguardas para este efeito, a fim de garantir a eficácia do SEAE, mas também, simultaneamente, a política comunitária e os direitos do Parlamento Europeu em questão – em matéria de orçamento, de controlo orçamental e da concessão de quitação –, assim como os direitos de supervisão política do Parlamento Europeu. Esperamos uma colaboração positiva.

(Aplausos)

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, interpelo-a, Senhora Baronesa Ashton, enquanto Vice-Presidente da Comissão, mas também enquanto Alta Representante, uma vez que, ao contrário dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, parto do princípio que, como Alta Representante, também tem um certo grau de responsabilidade política perante esta Assembleia. Faz hoje 100 dias que o Tratado de Lisboa entrou em vigor. Existem duas decisões iminentes e importantes a tomar quanto ao nosso rumo. Uma – como a Senhora Baronesa também disse no início – é expandir a política externa, uma vez que o clima, a energia e outras questões constituem matérias de política externa, e a outra é criar um Serviço Europeu para a Acção Externa dinâmico e eficaz.

A propósito da política energética, Copenhaga mostrou que, se não estivermos unidos, se estivermos fragmentados, se todos os Chefes de Governo tiverem objectivos próprios, seremos menos bem-sucedidos do que se agirmos de outra forma. Não digo que alcançaremos resultados espantosos, dada a posição da

China e dos Estados Unidos, mas não devemos permitir que a novela de má qualidade que foi Copenhaga se repita.

Consequentemente – e concordo com o senhor deputado Brok a este respeito –, temos de instituir um Serviço Europeu para a Acção Externa sólido. Tal como muitos de nós, não estou surpreendido, mas estou, no entanto, aterrado com o número de ministros dos Negócios Estrangeiros que lhe estão a colocar problemas, movidos por uma inveja mesquinha. Dizemo-lo muito claramente. Muitos apoiam-na, efectivamente, mas muitos estão a criar problemas. Simplesmente não toleram o facto de já não desempenharem o papel principal e de terem voltado a ser ministros dos negócios estrangeiros. Afinal, ser ministro dos negócios estrangeiros não é um mau cargo, e isto não significa necessariamente que cabe a si decidir todos os pormenores do que acontece na União Europeia. Por este motivo, também afirmamos claramente que faremos pleno uso dos nossos poderes parlamentares não para impedir algo, mas sim para edificar algo construtivo. O Serviço Europeu para a Acção Externa é construtivo – como é dito no Tratado de Lisboa –, desde que esteja claramente subordinado a si, Senhora Baronesa Ashton, e também, evidentemente, desde que colabore de perto com a Comissão.

De igual modo, não toleraremos que qualquer actividade jurídica até aqui objecto do método comunitário e que, segundo o Tratado de Lisboa, deve continuar a sê-lo, passe subitamente a ser submetida ao método intergovernamental. Isso é exactamente o que muitos ministros, e talvez até muitos chefes de governo, pretendem, não só para enfraquecer a Comissão, como também para lesar o direito comunitário. Não é aceitável. É necessário estabelecer limites claros.

Como esta situação irá afectar o Serviço Europeu para a Acção Externa é algo que será debatido nas próximas semanas, como anteriormente. Em consequência, terminarei também com algo que já foi dito. Não é uma questão de *timing*, ainda que desejemos uma solução rápida, mas sim de apresentação de conteúdos. É necessário dizer novamente, em particular ao Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que este Parlamento exercerá os seus direitos – não mais, mas não menos – em matéria de orçamento e de Estatuto dos Funcionários, porque temos um objectivo, que é um Serviço Europeu para a Acção Externa eficaz e eficiente.

(Aplausos)

Andrew Duff (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, penso que todos esperávamos dificuldades na entrada em vigor do Tratado e podemos pedir desculpa por não termos nele incluído uma cláusula relativa às viagens no tempo, mas o que não esperávamos e que não podemos aceitar é uma quebra de confiança entre a Comissão e o Conselho na criação do SEAE. A solução está no Tratado, que deve ser reconhecido e escrupulosamente respeitado.

O artigo 40.º protege as funções respectivas da Comissão e do Conselho. Ambos devem aplicar o pragmatismo para que seja criada uma diplomacia forte, eficaz e coerente no que se refere à totalidade das políticas. A senhora Baronesa Catherine Ashton fez-nos uma descrição pitoresca da UE como uma potência em ascensão num continente em declínio. É bastante evidente que a campanha afegã constitui um problema que domina a nossa atenção; é necessária uma reforma profunda em termos de estratégia e de tática. A nossa tarefa deve ser reavaliar o objectivo, o custo e a duração do nosso envolvimento no Afeganistão.

O Grupo ALDE está ansioso por carregar no acelerador da defesa. É imperativo identificar os interesses de segurança comuns dos 27 Estados e retirar ensinamentos de exercícios comparáveis levados a cabo a nível nacional e de uma avaliação franca dos pontos fortes das missões da PESD, criando as condições para o estabelecimento de uma cooperação estruturada e permanente no domínio da defesa.

Reinhard Bütikofer (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, quero agradecer ao senhor deputado Danjean o seu excelente relatório, que explica a situação em que nos encontramos no que se refere à Política Comum de Segurança e Defesa. O relator explica também em que pontos não existe acordo.

Se o Parlamento aprovar o relatório, terá ido mais longe do que a Comissão e o Conselho em alguns pontos específicos, uma vez que o documento, por exemplo, faz novamente referência expressa e positiva ao relatório Barnier sobre a protecção civil europeia. É lamentável que a senhora Baronesa Ashton tenha mais uma vez rejeitado esta ideia.

(EN) Senhora Baronesa Ashton, lamento que um dos poucos pontos da sua exposição a que disse "não" tenha sido a esta ideia do senhor Comissário Michel Barnier, enquanto na maioria dos assuntos parece partilhar a opinião geral.

(DE) O novo relatório, à semelhança do relatório Albertini, apoia uma missão de formação da UE na Somália. O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia rejeita esta ideia. Estamos a iniciar uma missão de olhos vendados, sem sabermos claramente qual o seu valor acrescentado em relação ao que já foi feito na região, em que quadro político mais vasto assenta ou se efectivamente contribui para a reconstrução nacional na Somália. Existem grandes probabilidades de estarmos a pagar mais do que é razoável para treinar a infantaria que irá servir o próximo senhor da guerra disposto a pagar mais.

Permita-me que faça um terceiro comentário. O relatório menciona o objectivo de alcançar a autonomia estratégica da Europa no domínio da política de segurança e defesa. Pessoalmente, considero-o excessivo – queremos fazer mais do que aquilo de que somos capazes. Não acredito que haja algum Estado-Membro em posição de efectuar a avultadíssima contribuição para as despesas militares que seria necessária se levássemos a sério a expressão "autonomia estratégica". Com efeito, penso também que seria sempre um erro estratégico. A Europa tem de encontrar o seu papel numa malha de segurança europeia e mundial, e esse papel não pode ser o de um isolacionismo estratégico. Por conseguinte, seria preferível concordarmos, muito racional e realisticamente, em reforçar as capacidades e as estruturas que nos permitem actuar de forma mais autónoma.

Paweł Robert Kowal (ECR). – (PL) Senhora Baronesa Ashton, Senhor Presidente, um influente oficial militar russo declarou que, se a Rússia possuísse embarcações de assalto anfíbio da classe Mistral, a invasão da Geórgia teria durado cerca de meia hora. Entretanto, a França está a vender embarcações Mistral à Rússia, apesar de o "plano Sarkozy" ainda não ter sido aplicado, e, ao mesmo tempo, está a apoiar o gasoduto do Norte da Europa.

É difícil falar de segurança na Europa se fugirmos ao debate sobre a situação na fronteira oriental da União Europeia, mas foi o que aconteceu durante a preparação do relatório, e dirijo-me agora, com enorme pesar, ao presidente da Subcomissão da Segurança e da Defesa. Foram desenvolvidos todos os esforços possíveis para não se falar de assuntos como as manobras "Zapad 2009". Houve a preocupação de não falar deste assunto, como se a política de segurança e defesa – uma política comum da União Europeia, que nos cabe criar – fosse uma política de apenas alguns grandes países. Muito foi dito acerca do que está a acontecer lá longe, do outro lado do mundo, e do que está a acontecer em quase todas as partes do planeta, mas tentou-se evitar, a todo o custo – esta abordagem foi também adoptada por muitos deputados –, falar de problemas importantes na fronteira oriental da União. Foi uma extraordinária mistura de megalomania europeia e de desrespeito dos interesses de alguns Estados-Membros. Este é o motivo por que não apoiaremos o relatório, mas é também um pedido que faço à senhora Baronesa Ashton.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Desculpe, Senhor Deputado Kowal, mas falou um minuto e 44 segundos, em vez do minuto que lhe cabe.

Sabine Lösing (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, em nome do meu grupo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, quero deixar claro que estamos profundamente preocupados com o desenvolvimento da política externa da UE no sentido da militarização e de uma política cada vez mais intervencionista. Esta evolução é perigosa. Quero dizer, com toda a clareza, que consideramos a abordagem militar à resolução dos conflitos e à suposta estabilização dos países ou das regiões a via absolutamente errada para aumentar a segurança da UE e do mundo. As intervenções militares – e o Afeganistão, infelizmente, constitui um exemplo muito actual – causam sofrimento, morte e devastação prolongada, mas não trazem a paz nem a melhoria da situação da população residente.

O relatório Danjean enumera as denominadas principais ameaças que constituem um desafio para a futura política de segurança da UE. Uma delas diz respeito às alterações climáticas, que foram esmagadoramente causadas pelas nações industrializadas do Ocidente. Se os habitantes dos países do Sul se virem obrigados a fugir porque já não têm água e os alimentos são cada vez mais escassos, representarão um problema de segurança para a Europa. Esta perspectiva é cínica e desumana. Se os Estados colapsarem em resultado da política económica neoliberal, constituirão um problema de segurança. Não precisamos de mais meios militares, mas sim de uma mudança, do fim da orientação neoliberal da União Europeia.

O Serviço Europeu para a Acção Externa, a Agência Europeia de Defesa, a criação de uma direcção-geral de gestão de crises e planeamento e o fundo de lançamento previsto para financiar operações militares têm

como objectivo tornar a UE um actor global em termos militares. Consideramos que desenvolvimentos no sentido da centralização do Serviço Europeu para a Acção Externa constituem uma evolução perigosa e não democrática. A UE deve assumir um papel de liderança no que diz respeito à desmilitarização e ao desarmamento, particularmente no domínio do desarmamento nuclear. É necessário pressionar para que a obrigação dos Estados nucleares resultante do artigo 6.º do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, ou seja, o desarmamento nuclear total, seja finalmente honrada. Esta foi uma promessa fundamental que determinou a assinatura do Tratado de Não-Proliferação por muitos Estados, que, em resultado, se abstiveram de adquirir armas nucleares. Garantias fiáveis de não agressão constituem o meio mais eficaz de evitar a proliferação, uma vez que os países confrontados com uma ameaça de intervenção tentarão dissuadir o ataque com a aquisição de armas nucleares.

Quanto mais não seja, gostaria, neste contexto, e em particular no que respeita ao Irão, de salientar e de advertir que as operações militares ou actividades militares de qualquer tipo com vista a impedir a proliferação são totalmente contraproducentes e altamente perigosas. Iremos rejeitar o relatório Danjean e apresentámos a nossa própria resolução sobre o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente, "milhares de milhões chineses para os Balcãs" é um recente cabeçalho de jornal que certamente exige uma resposta europeia no presente debate, pois é um facto que as novas iniciativas de investimento chinesas estão a visar países que já se tornaram membros da UE ou que aspiram a esse estatuto.

Conselho e Comissão, como vêem o papel da China nos Balcãs? Afinal, ele abrange uma série de actividades económicas: do financiamento e da construção de grandes obras públicas ao investimento na indústria e na agricultura, à compra de portos. O ponto essencial é que a abordagem chinesa é definitivamente incompatível com os modelos ocidentais. A grande questão é a seguinte: terá a agenda chinesa por vezes lançado uma pedra na engrenagem da laboriosa agenda da UE em matéria de alargamento para esta região? Independentemente da vossa resposta, os ponteiros do relógio chinês estão a avançar mais depressa e de forma mais produtiva do que os ponteiros do relógio ocidental, também nesta região.

Por último, Senhora Alta Representante, irá deslocar-se ao Médio Oriente. Noam Shalit, pai de Gilad Shalit, um soldado israelita que foi raptado há quase quatro anos, está a contar com o seu pleno apoio para conseguir a libertação de Gilad. Eu também.

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhor Presidente, permita-me que aborde brevemente duas questões. Primeiro que tudo, o dever de prestar assistência é claramente incompatível com a neutralidade da Áustria e, por este motivo, seria importante incluir os seguintes pontos no relatório. Deve ser declarado, em primeiro lugar, que o dever de prestar assistência não é juridicamente vinculativo; em segundo lugar, que a utilização de meios militares não é necessariamente exigida; e, em terceiro lugar, que cada Estado-Membro conserva a liberdade de decidir o tipo de assistência que pretende prestar.

A comissão não aceitou esta alteração, essencialmente em termos de conteúdo. Em minha opinião, a própria forma como foi rejeitada demonstra também uma grave falta de respeito. Peço-lhe, Senhora Baronesa Ashton, que revele mais respeito pelos austríacos nesta matéria muito sensível.

A minha segunda observação diz respeito ao relatório minoritário. Como é evidente, a qualidade das democracias e das sociedades é constantemente demonstrada pela forma como as minorias são tratadas. Pessoalmente, considero extremamente positivo ser possível optar por um relatório minoritário. Não estou de acordo com todos os pontos que dele constam, mas estou muito satisfeito por a senhora deputada Lösing ter feito uso desta possibilidade.

(Aplausos)

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu aproveito os excelentes relatórios dos meus colegas, senhores deputados Danjean e Albertini, para reiterar o meu apoio ao papel fundamental da Alta Representante. Para o bem de todos, espera-se que a senhora Baronesa Ashton compreenda a importância do seu papel, que o defenda e que esteja determinada a afirmá-lo na concretização dos requisitos do Tratado, por exemplo reforçando as relações da União Europeia com os seus parceiros estratégicos e consolidando a sua liderança nos fóruns multilaterais.

Resumindo, necessitamos com urgência de uma estratégia que finalmente identifique os verdadeiros interesses que tencionamos perseguir, e é importante envolvermos os Estados-Membros em objectivos relevantes. É também importante não nos deixarmos condicionar por quaisquer disputas interinstitucionais pela divisão

de competências – refiro-me, em particular, ao futuro Serviço Europeu para a Acção Externa. Essencialmente, Senhora Baronesa Ashton, queremos que seja uma protagonista. Queremos que seja uma protagonista livre de burocracias.

Permita-me, portanto, que faça a seguinte observação: lamento sinceramente que tenha decidido não participar no debate de hoje sobre Cuba. Sei que o faz por motivos válidos e que será a primeira a participar no debate sobre o Ártico, que também é extremamente importante. Mas *Cuba Libre* não é só o nome de um *cocktail*: é o grito de democracia que muitos membros deste Parlamento trazem no coração. Por conseguinte, espero que encontre tempo para poder participar, intervir e apoiar a decisão do Parlamento com a sua força e com a força do seu papel. Irá participar no debate sobre o Ártico e verá que *Cuba Libre* é melhor com um pouco de gelo.

Kristian Vigenin (S&D). – (BG) O relatório da Comissão dos Assuntos Externos sobre o relatório anual do Conselho foi preparado num espírito de cooperação e de diálogo, o que é indicativo da nossa abordagem a todas as questões estratégicas. Uma parte substancial do relatório é dedicada às implicações do Tratado de Lisboa.

A este respeito, gostaria de chamar a atenção para um aspecto importante da nossa cooperação conjunta. O sucesso da política externa comum e os resultados reais das reformas institucionais estão a tornar-se um factor fundamental que determinará a atitude dos cidadãos europeus em relação à capacidade da União Europeia para defender os seus interesses, para mudar e evoluir. Justificadas ou não, as expectativas são grandes quanto a um reforço significativo do papel da União Europeia no palco mundial, e não temos o direito de decepcionar os cidadãos europeus.

Infelizmente, nas últimas semanas, a imprensa europeia, não sem alguma razão, tem pintado um quadro muito negro da política externa, retratando-a como uma luta entre Estados-Membros pelos cargos no novo Serviço Europeu para a Acção Externa, como uma competição entre as instituições pelo "chapéu" que a senhora Baronesa Ashton irá envergar mais vezes – o da Comissão ou o do Conselho – e como uma luta desigual do Parlamento Europeu para adquirir mais influência.

Compreende que isto está a prejudicar-nos internamente. Além disso, é também particularmente nocivo como mensagem para os nossos parceiros externos. A divisão enfraquece-nos aos seus olhos.

Por este motivo, aproveito a oportunidade oferecida por este debate para fazer um apelo. Todos nós, que participamos na concepção e no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum, devemos concentrar-nos nas questões estratégicas importantes e fazer todos os possíveis para mostrar, quanto antes, resultados palpáveis, por meio do reforço do diálogo e de uma abordagem construtiva. Temos uma dívida para com os cidadãos da Europa: fazer com que se sintam parte de uma única União Europeia cuja voz é ouvida e tem influência na política mundial.

Pino Arlacchi (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, a proposta de resolução sobre o Tratado de Não-Proliferação é muito importante, e o Grupo ALDE e eu estamos muito orgulhosos de termos contribuído para a sua elaboração. É uma resolução holística, uma vez que engloba todos os assuntos relativos ao desarmamento, da conferência de revisão do TNP à questão das zonas livres de armas nucleares.

A resolução exige um Médio Oriente sem armas nucleares e a retirada de todas as ogivas tácticas do solo europeu, no âmbito de um diálogo fraternal com a Rússia. A resolução também refere frequentemente um mundo sem armas nucleares, objectivo a ser alcançado por meio de uma convenção especial e dentro de um calendário "ambicioso" – o que significa a curto prazo.

A nossa resolução é a resposta europeia à proposta do Presidente Obama no sentido da abolição das armas nucleares. Este documento deve ser considerado, por conseguinte, um passo na via que conduz à proibição total das armas nucleares. Significa pôr termo ao paradoxo entre, por um lado, a posse legal de dispositivos nucleares por alguns países, e, por outro lado, a proibição total de arsenais químicos e biológicos aplicável a todos os países. As bombas atómicas devem ser ilegalizadas e a sua posse deverá, no futuro, ser considerada um acto criminoso. Estou confiante de que o Parlamento irá prosseguir neste sentido com determinação e perspicácia acrescidas.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante, enquanto relatora deste Parlamento sobre o Kosovo, estou muito satisfeita por a ter ouvido dizer que considera os Balcãs Ocidentais um dos núcleos da política externa europeia e que a União Europeia não se pode permitir fracassar.

Disse também, contudo, que a Bósnia estabilizou. Senhora Baronesa Ashton, na situação em que a Bósnia se encontra, a estabilidade e a estabilização são, na verdade, perigosas. Nem toda a gente tem acesso à participação no processo democrático. A Constituição, na sua versão actual – a Constituição de Dayton –, constituiu um sinal de estabilidade na década de 1990, mas hoje já não o é. De que estratégia dispomos, enquanto UE, para alterar esta situação? Afirmou que tem uma estratégia para a Bósnia. Uma estratégia conduzida pelo Gabinete do Alto Representante; mas onde está a estratégia da UE? Gostaria que me dissesse. Penso que a estratégia da UE neste domínio ainda está por desenvolver.

Relativamente ao Kosovo, descreveu a missão EULEX como um sucesso. Isso é apenas parcialmente verdade. Há ainda muito a fazer no país, por exemplo no domínio da liberalização dos vistos para os cidadãos. Senhora Baronesa Ashton, insto-a a velar por que a Comissão comece de imediato a trabalhar num roteiro, a fim de deixar claro aos cidadãos do Kosovo que não serão abandonados.

Infelizmente, não respondeu a uma pergunta colocada pela senhora deputada Brantner. É fundamental que haja um departamento especializado, uma direcção-geral para a consolidação da paz no Serviço Europeu para a Acção Externa. Está de acordo conosco em que a consolidação da paz é importante, mas irá ancorá-la no Serviço Europeu para a Acção Externa? Tenciona criar uma direcção-geral da consolidação da paz? Isto é indispensável para deixar claro que rumo a União Europeia está a seguir.

No que respeita ao relatório do senhor deputado Danjean, fico muito satisfeita por a comissão ter aceite que a evolução da política europeia de segurança e defesa deve respeitar plenamente a neutralidade e o não-alinhamento de alguns Estados-Membros da UE. Isto significa que são os próprios a decidir onde, quando e como participam e prestam assistência.

PRESIDÊNCIA: Alejo VIDAL-QUADRAS

Vice-Presidente

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Senhor Presidente, nos casos em que a UE pode conferir valor acrescentado e não prejudica os nossos interesses soberanos ou concorre com organizações como a NATO, podemos apoiá-la.

No essencial, isto significará adoptar posições comuns em determinadas questões fundamentais e empreender missões civis no domínio da ajuda humanitária ou da reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, embora deva dizer que o balanço da EUPOL no Afeganistão não inspira muita confiança.

A verdade pura e simples é que o seu papel enquanto Ministra dos Negócios Estrangeiros da UE é servir a integração política da UE. O efeito do Serviço Europeu para a Acção Externa, da cadeia de embaixadas da UE em todo o mundo, será o comprometimento da representação nacional em muitas capitais, armado perversamente com dinheiro oriundo das nossas nações para prosseguir uma política externa que não é nossa.

O relatório em apreço sobre a política de segurança e defesa da UE é um manifesto para a integração militar da UE, que confunde deliberadamente a gestão civil e militar das crises, a fim de justificar um papel da UE. O relatório assenta numa narrativa falsa a respeito das operações da UE e procura aumentar o envolvimento da Comissão em domínios que são mais correctamente da responsabilidade das nossas nações e do Conselho.

Praticamente todos os pontos do relatório advogam o reforço da integração militar da UE a expensas da NATO e da integridade soberana dos países europeus.

Recordo um dos limites intransponíveis da posição negociada do Governo Trabalhista britânico, que afirmou que se oporia à ideia de um centro de operações da UE autónomo e permanente responsável pelo planeamento operacional e pela condução de operações militares, uma vez que constituiria um exemplo claríssimo de duplicação da NATO, cujo Quartel-General Supremo das Forças Aliadas na Europa (SHAPE) desempenha precisamente esse papel.

Senhora Baronesa Ashton, quando a questioneei sobre este assunto em 11 de Janeiro, disse que concordava com a posição que assumi na altura. Parece ter mudado de ideias. Teria todo o interesse em saber o que realmente pensa neste momento.

Nikolaos Salavrakos (EFD). – (EL) Senhor Presidente, o relatório do senhor deputado Albertini é efectivamente excepcional e felicito-o por isso. O senhor deputado Albertini é uma pessoa séria que produz

sempre relatórios de qualidade. A exposição da senhora Baronesa Ashton foi igualmente importante e excepcional.

No meu entender, estão abrangidas numerosas questões de política externa, mas considero que tudo o que é referido nos dois relatórios em matéria de exercício correcto da política externa e da política de segurança está inextricavelmente associado a duas coisas: em primeiro lugar, a uma definição clara das fronteiras da União Europeia, para que esta seja tratada com respeito uniforme, e, em segundo lugar, aos recursos, ou seja, dinheiro; nada li a respeito dos recursos em qualquer um dos relatórios, apesar de constituírem o requisito mais básico para uma política externa eficaz.

Acredito que a nova ordem veio acompanhada de uma nova desordem económica global. A desordem social e política é evidente e a desordem monetária está a bater à porta. O meu desejo, portanto, é que a senhora Baronesa Ashton coordene a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e a Comissão dos Assuntos Externos para que possamos debater os recursos necessários para apoiar a política adoptada.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, receio que o que hoje nos apresentou seja um catálogo de domínios para ponderação ou um catálogo de lugares-comuns. Infelizmente, a sua exposição é muito incipiente em termos de visão estratégica.

Por exemplo, que acções se propõe empreender para fomentar uma maior aproximação da Rússia, em vez de permitir que esta reforce a cooperação com regimes párias como o Irão e a Coreia do Norte? Quais são as suas propostas no que respeita às tentativas do Irão de produzir armas nucleares? Que posição irá assumir face ao crescente sentimento anti-ocidental e anti-europeu no mundo islâmico? Sentimento este que também pode ser constatado em países candidatos, como a Turquia.

Senhora Baronesa Ashton, está preparada para defender as realizações europeias, como a liberdade de expressão e a separação entre Estado e Igreja, de forma inequívoca e firme, perante um Islão político em ascensão? No meu entender, a atitude fraca que a UE adoptou há alguns anos em relação à crise das caricaturas dinamarquesas não se pode repetir.

À semelhança do senhor deputado Provera, também eu quero perguntar se está preparada para utilizar a Política Externa e de Segurança Comum para controlar a torrente de imigração em massa para a Europa. Refiro-me à imigração ilegal e legal. Não respondeu a esta pergunta.

Jacek Saryusz-Wolski (PPE). – (EN) Senhor Presidente, saúdo a senhora Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União e presidente do Conselho "Negócios Estrangeiros" nestas três qualidades. A senhora Baronesa Ashton tem três "chapéus". Os nossos relatórios referem-se aos velhos tempos. O seu cargo, Senhora Baronesa Ashton, destinava-se a iniciar uma nova era, pelo que me referirei a esta nova era. Representa um cargo recém-criado, uma instituição acabada de nascer, que está a ter uma infância difícil.

É um híbrido com um motor eléctrico de método comunitário e um motor a gasóleo de método intergovernamental. É um órfão cujos supostos pais, Estados-Membros, Conselho, Comissão, o olham com alguma suspeição e distância. O Parlamento está preparado para assumir a paternidade.

Nesta fase inicial, existe o perigo de o SEAE ser despedaçado por rivalidades e interesses institucionais divergentes. O nosso Parlamento foi e é um firme defensor de uma política externa da UE forte. Pode contar connosco.

Olhe o Parlamento como seu aliado, talvez também como um corretor honesto entre aqueles que se sentem tentados a ver apenas um "chapéu" na sua cabeça e não três.

O Parlamento espera que a nova instituição, como outras, esteja a ele associada através de um acordo interinstitucional que estabeleça claramente as regras da cooperação. Tencionamos co-decidir, como o Tratado prevê, em matéria de regulamentos financeiros e do Estatuto dos Funcionários, no espírito de um SEAE integral e não de um SEAE despedaçado. Considere reforçar o seu Gabinete em termos de competências e de peso político, dotando-o de adjuntos – uma espécie de "vice-ministros" que incluam membros do Parlamento. Isto resolveria o problema de o dia só ter 24 horas, que não pode ser resolvido de outra forma. A sua intervenção é necessária em todas as matérias e gostaríamos que multiplicasse as suas possibilidades de actuar em nosso nome e em nome da União.

Maria Eleni Koppa (S&D). – (EL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, nós, socialistas e democratas, acreditamos numa União Europeia com uma presença forte no palco internacional, uma União com uma política externa comum com capacidade para falar a uma só voz num mundo cada vez mais complexo, uma

União com uma identidade de defesa autónoma que lhe confere independência na escolha e na acção e um papel específico no cenário internacional. Referir-me-ei, em particular, ao excelente relatório do senhor deputado Danjean, a quem agradeço a sua cooperação produtiva.

Desejo levantar quatro questões:

Em primeiro lugar, sobretudo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a referência feita ao papel central do sistema da ONU e o convite para que reforce a cooperação multilateral são importantes.

Em segundo lugar, apoiamos uma cooperação estreita com a NATO. Contudo, salientamos que esta cooperação não deve obstruir o desenvolvimento independente da capacidade de defesa da União Europeia. Pelo contrário, as diferenças entre as duas organizações devem ser plenamente tidas em conta e a sua independência deve permanecer intacta, especialmente no que se refere à tomada de decisões.

Em terceiro lugar, penso que deve ser inserido um ponto relativo à necessidade de uma cooperação reforçada com a Rússia, que constitui um parceiro estratégico para a União em sectores como a segurança energética, a gestão de crises e outros.

Para concluir, quero expressar a minha satisfação por, na sua versão actual, o relatório incluir referências à necessidade de um desarmamento total, com ênfase nas armas ligeiras, nas minas antipessoal e nas munições de fragmentação. Simultaneamente, contudo, considero que o Parlamento Europeu deve assumir uma posição mais clara e solicitar aos Estados-Membros que apoiem genuinamente a iniciativa do Presidente Obama com vista a um mundo sem armas nucleares. O desarmamento e a não-proliferação das armas nucleares podem ser alcançados se todos e cada um de nós dermos um passo no sentido da realização deste objectivo último.

Norica Nicolai (ALDE). – (RO) Quero prestar homenagem à qualidade dos dois relatórios do senhor deputado Albertini e do senhor deputado Danjean. Isto prova que existem pessoas competentes neste Parlamento. Espero, Senhora Baronesa Ashton, que tire partido desta competência, o que é no interesse de todos nós.

Gostaria, particularmente, de salientar a recomendação feita no relatório no que se refere à cooperação desta Assembleia na supervisão das políticas da UE. À luz do disposto no n.º 1 do Tratado de Lisboa, acredito que podemos partilhar a responsabilidade deste Parlamento e dos parlamentos nacionais para promover uma abordagem mais coerente a esta medida política.

Contudo, quero reiterar, Senhora Baronesa Ashton, a necessidade de esperarmos de si uma estratégia muito mais coerente em matéria de política de segurança. No que respeita ao Serviço Europeu para a Acção Externa, considero que os funcionários que irão trabalhar neste serviço e para os cidadãos da Europa devem representar proporcionalmente as competências especializadas dos Estados-Membros, uma vez que, infelizmente, muitas instituições alcançaram um nível dissimulado de incompetência e de burocracia que poderá prejudicar uma visão global e coerente da União Europeia.

Por último, gostaria de lhe colocar uma pergunta acerca dos grupos de combate, estruturas que criámos, mas, infelizmente, não utilizámos. Estes grupos poderão prejudicar a imagem da política de segurança, e gostaria de saber o que pensa a este respeito. No que se refere à Operação Atalanta, considero que é necessária uma abordagem muito mais realista, uma vez que, lamentavelmente, os êxitos alcançados pelas nossas forças não são proporcionais ao elevado número de incidentes de pirataria.

Obrigada.

Paul Nuttall (EFD). – (EN) Senhor Presidente, permita-me que fale com franqueza de lancastriano para lancastriano, porque as coisas não estão a correr muito bem, pois não? Não, não estão. Disse anteriormente, Senhora Baronesa Ashton, que a Europa precisa de uma política externa credível. Como podemos ter uma política externa credível quando a sua Alta Representante não é credível?

Parece andar a tropeçar de uma crise para outra, e tanto assim é que o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico se viu obrigado a escrever-lhe uma carta esta semana pedindo-lhe que melhore a sua atitude, que assuma as suas responsabilidades. Mas nós, deputados do Partido da Independência do Reino Unido, percebemo-lo desde o início. Opusemo-nos à sua nomeação, pois afirmámos que se sentiria claramente perdida – e está a comprovar-se que tínhamos razão.

Disse-se que a sua nomeação, da responsabilidade da Comissão, faria parar o trânsito em Tóquio e em Washington. Porém, nem sequer foi capaz de nomear o embaixador em Washington porque o velho Barroso deixou-a de mãos atadas!

Diz-se também na imprensa britânica que não liga o telemóvel a partir das 20H00. Mas, Senhora Baronesa Ashton, é a política mais bem paga do mundo. Recebe mais do que Angela Merkel, recebe mais do que Hillary Clinton: é um trabalho de 24 horas. Como se não bastasse, ontem foi noticiado que irá ser-lhe disponibilizado um Learjet. Espera-se que percorra 555 000 quilómetros por ano. Isso daria para chegar à Lua, e, neste momento, a maioria das pessoas gostaria que lá ficasse.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) (Não era a minha vez, mas continuarei, mesmo assim.) Quero começar por felicitar o senhor deputado Albertini pelo excelente relatório que elaborou e que realça o papel que a União Europeia deve desempenhar no palco internacional enquanto actor global e principal interveniente.

Congratulo-me particularmente com a inserção do n.º 47 no texto, que sublinha a importância da cooperação regional no quadro da Parceria Oriental e da Sinergia do mar Negro, pois acredito que este é um domínio em que o envolvimento da União Europeia pode conduzir a uma verdadeira mudança, tanto de uma perspectiva económica como política.

Por outro lado, quero também dar os meus parabéns ao senhor deputado Arnaud Danjean por ter preparado um relatório que não só aborda todos os desafios com que nos confrontamos, como também as realizações da União Europeia no domínio da política de segurança e defesa. Considero que, no décimo aniversário do lançamento desta política, as propostas apresentadas no relatório Danjean são extremamente importantes para melhorar as acções da UE, que certamente contribuirão para a segurança dos cidadãos europeus e, em última análise, para a paz e segurança internacional.

Gostaria de salientar, nesta conjuntura, um ponto específico deste excelente relatório relativo à importância da parceria com os Estados Unidos no domínio da gestão de crises, da manutenção da paz e dos assuntos militares em geral. A este respeito, o projecto de defesa antimíssil lançado pelos nossos parceiros norte-americanos é importante, não só para o meu país, a Roménia, que decidiu nele participar, mas também num sentido mais vasto, uma vez que a proliferação de mísseis balísticos representa uma grave ameaça para a população da Europa.

Devo referir que apoiei a alteração 34 apresentada em relação ao n.º 87 do relatório porque acredito que, enquanto o projecto do escudo antimíssil poderá ajudar a entabular um diálogo a nível europeu, a referência ao diálogo com a Rússia não faz qualquer sentido neste contexto.

Obrigado.

Ioan Mircea Paşcu (S&D). – (EN) Senhor Presidente, os relatórios elaborados pelo senhor deputado Albertini e pelo senhor deputado Danjean são documentos muito importantes que chegam num momento crucial: o Tratado de Lisboa acabou de entrar em vigor, a UE tem um novo Parlamento e a cooperação transatlântica afigura-se mais promissora.

O relatório do senhor deputado Danjean aborda os novos desafios de segurança com que os membros da UE estão confrontados. Para esse efeito, solicita um Livro Branco capaz de suscitar um debate público e de reforçar a visibilidade da PCSD, definindo mais claramente a relação entre os objectivos e interesses da União, por um lado, e os meios e recursos para alcançá-los, por outro lado.

O relatório também apresenta – o que é muito positivo – propostas concretas e aponta os domínios em que é necessário desenvolver esforços adicionais na vertente militar. Ao mesmo tempo, algumas das propostas, como a introdução do princípio da preferência europeia na aquisição do equipamento de defesa e a participação obrigatória da indústria de defesa europeia no futuro sistema de defesa antimíssil norte-americano, parecem praticamente impossíveis de conciliar, enquanto responder a todas as necessidades com uma nova instituição nem sempre é prático.

Em termos gerais, com a Europa a reduzir continuamente as suas despesas militares desde o fim da Guerra Fria e uma opinião pública pouco disposta a apoiar as acções militares em geral, a abordagem à PCSD deve não só ser mecânica, como também política. O restabelecimento da vontade política a este respeito é, portanto, indispensável para uma PCSD bem-sucedida.

Por último, o relatório é importante porque aborda a questão muito actual do papel do Parlamento Europeu no que diz respeito à PCSD. Quero agradecer ao senhor deputado Danjean e aos meus colegas as suas contribuições.

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, a proposta de resolução do Parlamento sobre a Política Externa e de Segurança Comum apresentada tem como finalidade, entre outras coisas, estabelecer estruturas militares enquanto parte da União Europeia. Apelo à criação de um conselho de defesa especial da União Europeia e de um centro de operações militares. Estes instrumentos servirão para atribuir à União o estatuto de actor mundial nos assuntos militares.

Devo recordar que, dos 27 Estados-Membros da UE, 21 são membros da NATO. Apenas seis países da UE não pertencem à NATO, e a maioria destes declarou a sua neutralidade. Isto suscita, portanto, uma questão fundamental: tem a proposta de resolução que foi apresentada como objectivo o desenvolvimento de vários países da UE, ou constitui também um passo importante na via da construção de um bloco militar autónomo em concorrência com a NATO? Mesmo numa perspectiva de médio prazo, não será possível manter a pertença às duas organizações em simultâneo. Por conseguinte, o voto a favor do relatório irá, na realidade, destruir a natureza civil da União, mostrar o cartão vermelho à NATO e marcará o início da construção de um bloco militar alternativo.

Ernst Strasser (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, quero começar por agradecer calorosamente aos meus dois colegas os seus relatórios, que formaram a base de um óptimo debate com excelentes resultados. Existem alguns princípios orientadores que gostaria de mencionar. Em primeiro lugar, no que se refere à política externa comum: infelizmente, a imagem actual da União Europeia é que fala a muitas vozes. Senhora Alta Representante, peço-lhe e insto-a a velar por que envidemos esforços para garantir que a Europa fala a uma só voz. Isto é indispensável para alcançarmos um alinhamento pan-europeu.

Em segundo lugar, as relações transatlânticas foram mencionadas a justo título. No domínio diplomático, no domínio económico, na política de segurança e na política de defesa, necessitamos efectivamente de uma parceria estreita com os nossos colegas dos Estados Unidos, mas enquanto parceiros iguais em pé de igualdade. As questões relacionadas com os direitos dos cidadãos e com a segurança têm também de ser tratadas em igualdade de condições, como o Parlamento acabou por exigir, de forma muito clara, relativamente ao acordo SWIFT.

A minha terceira observação é que, com efeito, os Balcãs Ocidentais constituem um factor absolutamente crucial da política externa e de segurança europeia do futuro. É necessário dar a estes Estados perspectivas europeias. Isto significa relações políticas estáveis, segurança pessoal e desenvolvimento económico. Um Serviço Europeu para a Acção Externa pode e deve – e o Parlamento está a seu lado a este respeito – ajudar a alcançar tudo isto. Vemos este Serviço Europeu para a Acção Externa como um serviço para a Europa e não para os Estados-Membros, para as instituições, para o pensamento e trabalho europeus, não para outros interesses. O Parlamento apoiá-la-á nesta matéria.

Evidentemente, também apoio o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, que solicita que o alemão seja uma das línguas de trabalho do Serviço Europeu para a Acção Externa.

Wolfgang Kreissl-Dörfler (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, sim, precisamos de uma política externa comum de segurança e defesa, mas utilizemo-la para alcançar um mundo livre de armas nucleares. Sabemos que isso não acontecerá de um dia para o outro; lutamos há demasiado tempo por isso para pensarmos dessa forma. Contudo, talvez consigamos, em conjunto com os Presidentes Obama e Medvedev, aproximar-nos mais um passo essencial deste objectivo.

Congratulo-me também com o facto de, segundo o acordo de coligação alemão, o Governo Federal tencionar exigir a retirada das armas nucleares dos EUA da Alemanha. Isto representaria um sinal claro e inequívoco. Congratulamo-nos igualmente por estar prevista a realização, pelo Secretário-Geral da NATO, de um debate exaustivo sobre como aproximar o objectivo global de um mundo livre de armas nucleares sem negligenciar os interesses de segurança. Também isto constituiria um passo essencial.

Senhora Baronesa Ashton, estou convicto de que, em conjunto com um Serviço Europeu para a Acção Externa bem estruturado, conseguirá alcançar muita coisa. Por conseguinte, estou muito esperançoso a este respeito, e devo dizer que, devido a muitos dos comentários que somos obrigados a ouvir neste hemiciclo – em particular de um dito grupo parlamentar do Reino Unido –, a qualidade nesta Assembleia tem sido gravemente afectada.

Eduard Kukan (PPE). – (SK) Os excelentes relatórios dos meus colegas, senhores deputados Albertini e Danjean, incluem muitas ideias inspiradoras sobre a forma de racionalizar os principais aspectos e as principais oportunidades na execução da Política Externa e de Segurança Comum.

Quero salientar que, neste momento em que o conceito para a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa e para o seu funcionamento no futuro está a ser estabelecido, é extremamente importante que este serviço assente numa base tão racional quanto possível desde o início. Ou seja, que se destine a servir os principais objectivos da União Europeia e os esforços para reforçar a sua posição no mundo.

Como ficou hoje claro, esta não é uma tarefa simples ou fácil. Ao desenvolvermos o conceito do serviço, estamos já a constatar que os interesses frequentemente contraditórios das várias instituições europeias e as partes que as compõem estão em conflito, por vezes até com os grupos e com os indivíduos que a elas pertencem. A isto podemos acrescentar também os interesses nacionais dos Estados-Membros. Nesta situação, é necessário que todos os actores e intervenientes neste processo sejam responsáveis, objectivos e que tenham vistas largas para serem capazes de pôr de parte os egocentrismos e de ter principalmente em conta o objectivo comum: a criação de um serviço diplomático que funcionará como uma entidade homogénea, ao serviço exclusivo das necessidades da União Europeia e dos seus Estados-Membros. Aqui está o importantíssimo papel de liderança – o seu papel, Senhora Baronesa Ashton. Seria um erro se interesses específicos e o desejo de impor opiniões próprias a qualquer preço, com o objectivo de demonstrar importância e estatuto, se sobrepusessem à necessidade de uma perspectiva mais ampla. O resultado deste esforço revelará se estamos verdadeiramente preocupados com uma União Europeia mais forte ou se esta é apenas mais uma competição pela posição mais forte nas estruturas da União Europeia.

Roberto Gualtieri (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Alta Representante/Vice-Presidente, quero salientar que estamos a debater três excelentes documentos preparados pelo Parlamento: documentos ambiciosos que expressam posições inequívocas, fazem escolhas claras e são objecto de um consenso alargado entre os grupos deste Parlamento que se preocupam com a Europa e com o seu futuro. É um facto importante que demonstra a vontade e a capacidade do Parlamento de se propor como candidato a desempenhar um papel central na PESC/PCSD, com base no que chamaria uma leitura dinâmica do Tratado de Lisboa.

Tencionamos exercer este papel no processo de construção do Serviço Europeu para a Acção Externa, não só para garantir as prerrogativas do Parlamento, como também para contribuir para fazer do serviço uma organização capaz de assegurar a coerência e a eficiência da acção externa da UE, simultaneamente reforçando e alargando de forma gradual o método comunitário.

No que se refere ao relatório Danjean, quero frisar que o conceito de autonomia estratégica é apresentado no contexto de uma abordagem multilateral e que constitui uma condição necessária para o reforço da parceria estratégica com os Estados Unidos. Quero também realçar que o Parlamento está unido na solicitação de um centro de operações, e estou satisfeito por a senhora Baronesa Ashton, se ter declarado aberta a um debate mais exaustivo a este respeito.

Relativamente à resolução sobre a não-proliferação, quero sublinhar a importância de ter em vista um mundo sem armas nucleares, o juízo claro quanto ao anacronismo das armas nucleares tácticas e o valor das posições recentemente adoptadas por alguns Governos europeus nesta matéria. Portanto, a mensagem do Parlamento é clara, realista e ambiciosa, e esperamos que a Alta Representante saiba compreendê-la e apoiá-la.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, permita-me que felicite os senhores deputados Albertini e Danjean pelos seus relatórios exaustivos e criativos sobre a política externa e de segurança.

A UE está destinada a ser um actor global, como a Senhora Alta Representante afirmou, mas com sete por cento da população mundial e com um quinto do PIB, isso só será possível com base numa cooperação transatlântica reforçada assente em valores comuns.

Primeiro que tudo, a UE deve mostrar-se determinada a desenvolver estratégias coerentes em cinco domínios cruciais: estratégias comuns para a China, para a Rússia, para a paz no Médio Oriente, para o Afeganistão e para a segurança energética.

O facto de muitas vezes não conseguirmos formar uma posição nestes domínios continua a prejudicar gravemente a nossa credibilidade e a nossa eficácia no mundo. O seu principal desafio será pôr em prática a excelente declaração que fez acerca do estabelecimento de uma estratégia política única e da assunção da responsabilidade colectiva.

Congratulei-me com o n.º 10 do relatório do senhor deputado Danjean, que exorta o Conselho e a Comissão a analisarem os desafios de carácter informático e a coordenarem uma resposta eficaz a essas ameaças com base nas melhores práticas. A ciberguerra não é um desafio do futuro: tornou-se uma prática quotidiana. Por conseguinte, a tarefa que se coloca à UE num futuro imediato é desenvolver uma estratégia europeia de cibersegurança.

Por último, no que se refere ao Serviço Europeu para a Acção Externa: penso que a formação do SEAE deve assentar num equilíbrio geográfico justo e na igualdade de oportunidades entre representantes de todos os Estados-Membros, novos e velhos, com base na aplicação do sistema de quotas. Só assim se garantirá a eficácia e a transparência e, em última análise, a credibilidade do novo serviço diplomático.

Boa sorte, Senhora Alta Representante, e obrigado.

Richard Howitt (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a senhora Alta Representante Ashton pediu-nos esta manhã que alterássemos os nossos mapas mentais, que desafiassemos a resistência à mudança institucional e que evitássemos a defesa cerrada dos interesses nacionais. Se o Parlamento está efectivamente determinado a cumprir o que diz no que se refere à PESC, é necessário enviarmos uma mensagem clara de que apoiaremos um Serviço Europeu para a Acção Externa forte, amplo e inclusivo e de que, na observância das nossas prerrogativas, não nos associaremos a quaisquer interesses que procurem limitar a capacidade e, por conseguinte, a eficácia desse serviço.

Isto significa nomeações exclusivamente com base no mérito, nomeações desde logo de entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros e de toda a União Europeia; significa incorporar pareceres estratégicos em questões como o aprovisionamento energético e a política ambiental; significa estruturas organizacionais que reflectam o alcance global e que atribuam o peso devido a África e às relações transatlânticas, assim como à Ásia, à América Latina e à nossa vizinhança; significa margem financeira suficiente, não só para a reacção rápida e para a resposta humanitária, mas também para movimentar fundos em consonância com as novas prioridades políticas; significa apoiar a decisão da senhora Baronesa Catherine Ashton de dar primazia à resposta às catástrofes em detrimento do turismo de catástrofes e que ela forneça orientações fundamentais para a programação financeira; e significa este Parlamento apoiar novas regras em matéria de substituições que reflectam a prática internacional e não necessariamente o apego às velhas normas.

Por último, estou muito satisfeito por ver o assento da Comissão desocupado esta manhã e, para todos os que preconizaram o Tratado de Lisboa, não devemos limitar o seu ou o nosso apoio à sua plena execução.

Francisco José Millán Mon (PPE). – (ES) Senhor Presidente, a política externa da União está a entrar numa nova fase, como a senhora Baronesa Ashton e o senhor deputado Albertini afirmaram esta manhã.

O artigo 21.º do Tratado estabelece princípios objectivos. Além disso, são criados novos cargos, com um Alto Representante, um Vice-Presidente da Comissão, um Presidente permanente do Conselho Europeu, um Serviço Europeu para a Acção Externa e uma nova Política de Segurança e Defesa, que constitui o objecto do relatório do senhor deputado Danjean, etc.

Estas inovações têm como objectivo assegurar uma projecção mais eficaz da União Europeia no mundo, e penso que as cimeiras com países terceiros continuam a ser um instrumento ideal para esse fim. A União Europeia não realiza muitas cimeiras com um só país, pelo que devemos reforçar esta vertente.

A cimeira que teve lugar na semana passada, com Marrocos, foi a primeira com um país árabe e simbolizou também a concessão de um estatuto avançado a este país. Lamento que não tenha marcado presença, Senhora Baronesa Ashton. Lamento igualmente a ausência do Rei de Marrocos. A ausência deste significou que uma cimeira que deveria ter sido histórica perdeu projecção política, significado e eficácia.

Espero que a Cimeira Euromediterrânica de Barcelona seja também um sucesso no que se refere ao nível das delegações.

Lamento igualmente que a cimeira com o Presidente Obama prevista para a Primavera não se vá realizar. Como o relatório Albertini afirma, o Tratado de Lisboa cria um cenário propício ao reforço dos nossos mecanismos de diálogo com os Estados Unidos. Este e outros assuntos poderiam ter sido abordados na cimeira.

A União Europeia e os Estados Unidos não devem desperdiçar a oportunidade de tratar ao mais alto nível as questões bilaterais, os conflitos e os desafios globais que se acumulam na agenda mundial. Seria paradoxal

– e vou já terminar – que, agora que temos o Tratado de Lisboa, corrêsemos o risco de nos tornarmos irrelevantes neste mundo a que alguns chamam já “pós-ocidental” ou “pós-americano”.

Libor Rouček (S&D). – (CS) Senhora Alta Representante, Senhoras e Senhores Deputados, na minha intervenção, quero salientar a necessidade de criar uma parceria com a Rússia. Os Estados da UE e a Rússia enfrentam muitos desafios e ameaças comuns. Poderia mencionar a luta contra o terrorismo, a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais no Médio Oriente e no Afeganistão, as alterações climáticas, a segurança energética, incluindo a segurança nuclear, etc. Nem a União Europeia nem a Rússia podem resolver estes problemas sozinhas. A cooperação é necessária e a cooperação deve constituir a base de um novo acordo amplo entre a UE e a Rússia.

Consequentemente, quero instar a senhora Alta Representante a fazer uso dos seus novos poderes e a acelerar as negociações com a Rússia. Quero também pedir-lhe, Senhora Baronesa, que utilize os seus novos poderes para coordenar mais eficazmente as posições dos vários Estados-Membros, assim como dos intervenientes na nossa política externa e de segurança comum, pois só assim poderemos assegurar uma abordagem unificada e promover valores como os direitos humanos, a democracia, o Estado de direito, a igualdade e a imparcialidade nas relações mútuas.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, saúdo e apoio ambos os relatórios e felicito os dois relatores pelos documentos.

Tenho duas observações a fazer. Em primeiro lugar, no que se refere ao relatório Danjean, gostaria de levantar uma questão que fez franzir o sobrolho a muita gente em vários Estados-Membros da UE. Refiro-me especificamente às conversações bilaterais entre Paris e Moscovo sobre a possível venda de quatro navios de guerra Mistral à Rússia.

O navio de guerra Mistral é de natureza claramente ofensiva, e é efectivamente muito alarmante que alguns Estados-Membros da UE estejam a proceder à venda de armas a países terceiros, o que poderá ter consequências muito negativas para a segurança dos restantes Estados-Membros da UE ou para os vizinhos desta.

O Tratado de Lisboa formula aspirações a uma defesa comum e inclui uma cláusula de solidariedade no âmbito da segurança e da defesa. Em consequência, por que devem o Parlamento e as outras instituições da UE pugnar? Por um conjunto de normas comuns, a nível da UE, relativas à venda de armas por Estados-Membros da UE a países terceiros.

Relativamente ao relatório do senhor deputado Albertini, quero salientar a importância da estabilidade e da segurança na Ásia de Leste. Saudamos os esforços desenvolvidos por Taipé e por Pequim para melhorar as relações entre os dois Estados e para intensificar o diálogo e a cooperação prática. Neste contexto, a UE deve apoiar firmemente a participação de Taiwan na Organização Internacional da Aviação Civil e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, uma vez que a participação de Taiwan nestas organizações é importante para a UE e para os interesses globais.

Zoran Thaler (S&D). – (SL) Senhora Alta Representante, concordo plenamente consigo quando diz que o seu principal objectivo é uma política externa europeia melhor e mais credível. Que o aumento da estabilidade e da segurança nos Balcãs, a nossa parte do mundo, é o nosso principal objectivo.

Não nos podemos permitir qualquer fracasso a este respeito. Por conseguinte, recomendo que se empenhe em duas questões: em primeiro lugar, em resolver com urgência as relações entre a Grécia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia, para que o nosso Estado-Membro, a Grécia, possa finalmente respirar aliviada no que respeita às suas fronteiras a norte; e, em segundo lugar, em envidar esforços para que a Sérvia, confrontada com o falso dilema de ter de escolher entre a União Europeia e o Kosovo, opte pela União Europeia, isto é, que não se isole. Talvez seja bom lembrar aos nossos amigos sérvios um facto importante: que a Sérvia e o Kosovo voltarão a estar juntos assim que ambos se tornarem membros da União Europeia.

Michael Gahler (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente, hoje está sentada no outro lado. Não tenho qualquer objecção se alternar de lugar todos os meses.

Agora que o debate se aproxima do fim, várias conclusões principais tornaram-se evidentes. Queremos que chefie o Serviço Europeu para a Acção Externa envergando – como um colega disse anteriormente – os dois “chapéus” em simultâneo. Porém, estes dois chapéus devem constituir a única duplicação; a duplicação de estruturas é algo de que não precisamos. A preservação do método comunitário deve ser assegurada, e não apenas em relação ao orçamento e à supervisão do PE. Para ser muito claro, o novo serviço não pode ser um brinquedo exclusivo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, que se sentem ofendidos por deixarem de

participar no Conselho Europeu. O mesmo se aplica à nomeação dos funcionários e ao preenchimento de cargos importantes nas estruturas do serviço.

No que se refere ao relatório Danjean, quero manifestar o meu pleno apoio à linha seguida pelo relator. Em relação ao centro de operações permanente, à semelhança do senhor deputado Van Orden, constatei que a senhora Baronesa Ashton mudou de posição nesta matéria desde a sua audição e devo dizer que, no meu entender, fê-lo na direcção certa. Passou da rejeição a uma fase de teste. Continuo a acreditar que, para realizarmos o planeamento de missões civis e militares de forma plenamente integrada no quadro do Serviço Europeu para a Acção externa, é pertinente que o serviço seja gerido a partir do seu próprio quartel-general operacional.

Relativamente à proposta do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia de estabelecer uma direcção-geral para a consolidação da paz, diria que, ao contrário dos colegas que ocupam a ala mais à esquerda desta Assembleia, acredito que todo o projecto europeu, e especificamente também a nossa política externa, constitui um projecto de consolidação da paz único. Nesta base, não sei até que ponto é aconselhável restringir a consolidação da paz a um único departamento.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhor Presidente, consideramos que as novas instituições necessitam de algum tempo para se estabelecerem, mas também acreditamos que não devemos descurar as questões essenciais. O importante não é, como pedem alguns, uma presença ubíqua da Alta Representante em todas as matérias da política externa europeia. O importante é que a União Europeia esteja presente no palco internacional com capacidade de fazer ouvir a sua voz em defesa das suas posições. É isto que dizem os relatórios que hoje estamos a debater.

Em consequência, advogamos uma política ampla da União Europeia para as relações de cooperação com todos os países em que temos interesses, especialmente em matéria de direitos humanos, da Bielorrússia a Cuba. Devemos estabelecer esta política em relação a todos os países em que temos interesses em matéria de direitos humanos, de segurança e de desafios globais, porque a União Europeia pode fazer a diferença, como ficou comprovado com a posição conjunta da maioria dos Estados-Membros alcançada sob a Presidência espanhola no Conselho de Direitos Humanos de Genebra, e que deve ser alcançada em relação ao Médio Oriente e a Cuba. Este é um passo em frente, pró-activo e reformador, da acção externa da União Europeia. Queremos um Serviço Europeu para a Acção Externa forte e verdadeiro, que apoie o trabalho da Alta Representante e que responda também às aspirações do Parlamento.

Krzysztof Lisek (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, quero expressar a minha satisfação por podermos hoje debater a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa consigo. Apesar de várias vozes em contrário, quero dizer que estou certo de que a maioria desta Assembleia lhe deseja o melhor e gostaria de assistir à construção da Política Externa e de Segurança Comum e de um Serviço Europeu para a Acção Externa profissional, que lhe permitirá tirar proveito dos melhores diplomatas de todos os Estados-Membros da União Europeia.

O nosso debate de hoje sobre a Política Comum de Segurança e Defesa assenta no excelente relatório do meu presidente na Subcomissão da Segurança e da Defesa, senhor deputado Danjean. É imperativo, evidentemente, que a União crie o quadro para a execução da Política Comum de Segurança e Defesa. Temos muitos desafios pela frente, não só conflitos, como também catástrofes naturais, a ameaça do terrorismo, etc. Consequentemente, é necessário reforçarmos as nossas capacidades operacionais. A União deve velar pela sua própria segurança, mas deve também ser pró-activa perante os desafios globais. Para isso, é indispensável uma boa cooperação com os nossos aliados do outro lado do Atlântico. Julgo que, não só porque a maioria dos Estados-Membros da UE pertence à NATO, mas também em razão desses desafios, todos esperam que consiga iniciar um bom diálogo e estabelecer uma cooperação coerente entre a União Europeia e a NATO.

Senhora Baronesa Ashton, concluindo com uma nota de humor, quero manifestar a esperança de que já tenha enviado o seu número de telefone não só a Henry Kissinger, como também a Hillary Clinton.

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, quero felicitar a senhora Vice-Presidente Ashton pelo seu discurso com visão e conteúdo.

O problema de algumas pessoas consigo, Senhora Vice-Presidente Ashton, é não ser um general machão ou mesmo uma nacionalista limitada. Congratulo-me, em particular, com a ênfase que atribuíu ao primado da lei entre os países e exorto-a a insistir activamente para que isso se verifique no Médio Oriente. Além disso, congratulo-me com o seu compromisso com o importante princípio dos ganhos colectivos contra perdas mínimas dos Estados-Membros.

O Médio Oriente é talvez a região instável mais susceptível neste momento de cair numa conflagração generalizada. A Senhora Baronesa Ashton deve trabalhar de perto com os Estados Unidos e exercer pressão no sentido de a declaração do Conselho de 8 de Dezembro desempenhar um papel central enquanto quadro para os progressos na região.

Por último, quero recomendar fortemente que apoie uma política com vista a tornar o Médio Oriente uma zona desnuclearizada.

Andrey Kovatchev (PPE). – (BG) Considero que os relatórios do senhor deputado Danjean e do senhor deputado Albertini assinalam um passo na direcção da visão comum de que tanto necessitamos para a União Europeia como um actor global na salvaguarda da paz e da segurança, e felicito-os por isso.

A redução dos orçamentos de defesa e a actual crise económica tornam manifestamente evidente que, para a Europa falar a uma só voz no mundo e enviar sinais fortes que inspirem respeito, devemos utilizar os recursos disponíveis com maior prudência e eficácia.

O papel da Agência Europeia de Defesa, que foi reforçado pelo Tratado de Lisboa, é de importância vital para a maximização do nosso potencial, através de soluções colectivas na adjudicação de contratos, da combinação dos recursos e da formação conjunta. A interacção entre os aspectos civis e militares da Política Externa e de Segurança Comum deve ser utilizada para melhorar as capacidades e a eficácia da União.

Espero ver a senhora Baronesa Ashton, enquanto chefe da Agência Europeia de Defesa e Alta Representante, assumir um papel activo neste sentido. Finalmente, Senhora Baronesa Ashton, desejo-lhe as maiores felicidades na instituição do Serviço Europeu para a Acção Externa. Espero que o princípio do equilíbrio geográfico seja respeitado na nomeação dos funcionários do SEAE, para que represente verdadeiramente toda a União Europeia. A Europa precisa que seja bem-sucedida.

Ágnes Hankiss (PPE). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, primeiro que tudo, quero felicitar o senhor deputado Arnaud Danjean pelo seu relatório, que é abrangente e, simultaneamente, exaustivo em relação a cada uma das questões específicas; pela minha parte, quero apenas abordar um ponto. Existem muitos países entre os Estados-Membros da União Europeia, incluindo o meu, a Hungria, que gostariam de desempenhar um papel activo, como membros plenos e iguais, na cooperação no domínio da Política Europeia de Segurança e Defesa. Paralelamente, por razões históricas bem conhecidas, os seus recursos materiais, as suas capacidades e até a sua base de conhecimentos não lhes permitem, por ora, estar em pé de igualdade com os países de maiores dimensões. Em consequência, votei a favor das alterações apresentadas que procuram facilitar esta participação e a recuperação deste atraso. Por um lado, está em causa a cooperação estrutural continuada, que pode ser, e poderia ter sido talvez, formulada de forma a evitar que venha a tornar-se um clube de elite dos Estados-Membros mais fortes e de maiores dimensões, ou seja, de forma a não fazer exigências unificadas e uniformes a todos os participantes, uma vez que estas condições determinam a exclusão de alguns países, e, em vez disso, deveria permitir aos países mais pequenos participarem em consonância com as suas capacidades especializadas. Por outro lado, as redes de formação devem ser desenvolvidas neste sentido. Quero agradecer ao senhor presidente ter incluído estes pontos no relatório.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, quero felicitar ambos os relatores, que conduziram o presente debate de forma brilhante, um debate que resultou na aprovação deste documento, ou antes, dos documentos do senhor deputado Albertini e do senhor deputado Danjean.

Diria que os documentos foram aprovados no momento certo, no início do mandato da senhora Baronesa Ashton, e que indicámos pormenorizadamente o que pretendemos da política externa da União Europeia. Senhora Baronesa Ashton, tirou bom partido desta oportunidade para traduzir estes dois documentos muito específicos na sua própria visão do mundo, e felicito-a por isso. Obviamente, não a felicitarei sempre, salvo quando deixar clara a sua posição relativamente a problemas, dilemas e crises concretos. Hoje, quero felicitá-la, em particular, pela sua observação crítica a respeito da actuação do Governo israelita no que se refere à construção de colonatos ilegais.

Para concluir, permita-me que acrescente que, no meu entender, em ocasiões futuras, devemos conceder maior atenção ao Japão, o nosso velho e fiel amigo, em vez de ficarmos tão fascinados com a China e com outros países em rápido crescimento.

Piotr Borys (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, falo, possivelmente, em nome de todos os presentes nesta Assembleia quando digo que a política externa constitui um dos desafios mais

importantes com que a União Europeia está confrontada, e esperamos que, sob a sua liderança, Senhora Baronesa Ashton, a União Europeia seja uma verdadeira reguladora da política externa a nível mundial.

Concentrar-me-ei em dois domínios. O primeiro é a situação política no Médio Oriente. Esperamos de si uma posição clara em termos de estratégia de luta contra o terrorismo. Esperamos, sobretudo, que sejam criadas as condições, especialmente no Afeganistão, que venham a permitir a nossa retirada. A este respeito, gostaria de sugerir a utilização de todos os meios, incluindo sobretudo operações civis, no âmbito dos esforços de modernização de um país que se encontra em ruínas, após 30 anos de guerra permanente. Julgo, também, que o envolvimento político na reconstrução do Afeganistão constitui um factor essencial para a estabilização no país. O segundo domínio é o Irão, que está actualmente a desempenhar um papel-chave na política externa da região. Penso que o empenhamento na luta contra a proliferação das armas nucleares é uma tarefa essencial que também lhe cabe. Desejamos-lhe muito sucesso nesta questão e estamos confiantes de que coordenará o seu trabalho de forma eficaz com a política norte-americana.

No meu entender, a situação política no Afeganistão, no Paquistão, na Índia e no Irão é crucial do ponto de vista da política de segurança mundial. Por conseguinte, Senhora Baronesa Ashton, o seu papel nestas vertentes é inestimável.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, descreveu a Operação Atalanta de combate à pirataria no Corno de África como um sucesso.

Porém, na semana passada, ocorreu um ataque maciço de pirataria contra embarcações de pesca bascas, espanholas e francesas, que obrigou a frota pesqueira a abandonar a zona e a retirar-se para lugares onde pode estar protegida, mas onde não há peixe, sem esquecer as centenas de pessoas que continuam reféns em vários barcos.

Peço-lhe que aplique a resolução que o Parlamento aprovou em Dezembro para que a protecção conferida por esta operação seja alargada e abranja os barcos de pesca. Insto também a que as estratégias sejam reconsideradas e a que as técnicas utilizadas e as formas de presença desta operação no oceano Índico sejam revistas com urgência.

Struan Stevenson (ECR). – (EN) Senhor Presidente, 58 pessoas perderam a vida no domingo quando tentavam exercer o seu direito de voto nas eleições iraquianas e 140 pessoas ficaram gravemente feridas. Contudo, a violência, a intimidação, as ameaças de ataque e a chantagem não dissuadiram milhões de iraquianos corajosos de irem às urnas.

Houve repetidas tentativas de manipular e de distorcer o resultado das eleições. A exclusão de mais de 500 candidatos seculares e não sectários pela dita Comissão da Responsabilidade e da Justiça, os vários ataques bombistas no dia das eleições e o atraso profundamente sinistro no anúncio dos resultados constituem todos indícios perturbadores de truques esconso.

A interferência ameaçadora do Irão foi uma constante destas eleições, e temos hoje de enviar a seguinte advertência severa: não tenteis instalar um primeiro-ministro fantoche no Iraque, não tenteis despojar o povo iraquiano dos seus direitos democráticos e não mergulheis o Iraque num novo caos sectário porque o Ocidente está atento e todas as atenções estão centradas em vós.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, o artigo 18.º do Tratado da União Europeia explica que o papel da senhora Baronesa Ashton contribui para a elaboração de uma política externa e de segurança comum, na qualidade de mandatário do Conselho, que, evidentemente, compreende os representantes dos Estados-nação. Contudo, o mesmo artigo estabelece que o Alto Representante deve ser um dos vice-presidentes da Comissão, a partir da qual actua. Além disso, julgo saber que os antigos membros da Comissão terão precedência sobre os Ministros dos Negócios Estrangeiros e os funcionários diplomáticos na nomeação do pessoal do Serviço Europeu para a Acção Externa.

Senhora Baronesa Ashton, é evidente que o seu papel foi concebido para enfraquecer de forma continuada a influência dos Estados-Membros sobre a política externa, não só individualmente considerados, como também colectivamente, no âmbito do Conselho. A senhora e os seus sucessores serão mandatários do Conselho somente no papel. A verdadeira força motriz da política externa da UE será a Comissão; os Estados-Membros e o Conselho serão continuamente marginalizados.

Andrzej Grzyb (PPE). – (PL) Uma política coerente e eficaz é a principal mensagem do relatório do senhor deputado Albertini. Felicito-o pelo seu relatório, assim como felicito o senhor deputado Danjean.

Quero salientar que a realização deste trabalho suscita também a questão da selecção do pessoal. O Serviço Europeu para a Acção Externa consta do relatório, e este, apesar de versar sobre 2008 – é uma pena que não se refira já a 2009 –, constitui uma espécie de marcador que servirá para aferir a forma como, na realidade, realizamos o trabalho que agora é da competência do serviço chefiado pela senhora Baronesa Ashton. O equilíbrio geográfico que estamos a exigir, assim como os papéis exigidos para o Parlamento Europeu e para os parlamentos nacionais neste processo, afiguram-se-me extremamente importantes. Critérios de recrutamento claros e um papel do Parlamento Europeu no desenvolvimento do SEAE constituem matérias que serão objecto de uma avaliação cuidadosa nesta Assembleia.

Apelamos a que este processo seja claro e simples, a fim de ser compreensível para nós, enquanto representantes de cada um dos eleitores, que, afinal, compõem a União Europeia.

Jelko Kacin (ALDE). – (SL) Quero apresentar as minhas felicitações sinceras a ambos os relatores, senhor deputado Albertini e senhor deputado Danjean.

Recordo um acontecimento trágico que teve lugar em Belgrado, há sete anos, no dia 12 de Março. Refiro-me ao assassinato de Zoran Đinđić, antigo primeiro-ministro da Sérvia. Assassinarão-no para travar a normalização, a democratização e a europeização da Sérvia. Contudo, não travaram este processo. Tudo o que fizeram foi adiá-lo. Este acontecimento teve também um impacto negativo nos países vizinhos e na região, no seu conjunto.

Senhora Baronesa Ashton, exorto-a a ajudar e a encorajar as forças pró-europeias existentes em toda a nossa vizinhança imediata. Terá de actuar de forma atempada e preventiva. Escolheu para si uma nova instituição e um novo papel, que consistem essencialmente em dois papéis em duas instituições, e está a tornar-se uma dupla figura de proa, por assim dizer. Este é um facto irreversível, para si e para nós. Como só pode seguir em frente, peço-lhe que justifique a confiança que depositámos em si.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, os relatórios exaustivos exigem normalmente avaliações diferenciadas, o que se aplica a este caso, também. Deste modo, sou a favor de uma política externa e de segurança comum que combata a imigração ilegal, as fraudes em matéria de vistos, o turismo do crime e os falsos pedidos de asilo. Sou igualmente a favor de uma política externa e de segurança comum que vise reforçar a segurança nas fronteiras do espaço Schengen e assumir claramente o controlo da luta contra a criminalidade organizada. Contudo, sou muito crítico e oponho-me a uma política externa e de segurança comum concebida para atribuir à UE um papel activo nas questões militares, em que a ONU e a NATO já operam. Esta duplicação deve ser rejeitada – e, evidentemente, falo na posição especial de representante de um Estado neutral. Rejeito também a supressão da obrigação de visto, uma supressão irreflectida no caso dos Estados dos Balcãs, por via da qual, passados alguns meses, cerca de 1 50 000 macedónios encontram-se a caminho da Europa Central, tendo já dois terços desaparecido na ilegalidade.

Não é certamente esta a forma de prover às necessidades de segurança dos cidadãos europeus; em nada contribui para a segurança e, além disso, como é evidente, em nada contribui para aumentar o desejo dos nossos cidadãos de mais Europa.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Preocupa-me que as anteriores conferências não tenham produzido resultados palpáveis no domínio da não-proliferação das armas nucleares. Estas armas e tecnologias têm proliferado. Existe um perigo crescente de a tecnologia nuclear cair nas mãos de organizações criminosas e terroristas.

A União deve actuar conjuntamente neste domínio e assumir uma posição como actor mundial para reforçar os três pilares do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e para assegurar a aplicação e o cumprimento universais das regras e dos instrumentos em matéria de não-proliferação. Considero necessário incluir a questão da não-proliferação nuclear nas prioridades da União Europeia e iniciar um diálogo construtivo com todas as potências nucleares, e não apenas com os EUA e a Rússia. O número de países que detêm armas nucleares não se reduz aos cinco membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A União deve, por conseguinte, no interesse da segurança global, desenvolver esforços políticos e diplomáticos para que países como Israel, a Índia, o Paquistão e a Coreia do Norte se tornem signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. – (EN) Senhor Presidente, primeiro que tudo, gostaria de apresentar os meus agradecimentos pelas contribuições que foram dadas e de dizer o quanto considerarei este debate importante e valioso no que se refere à nossa direcção estratégica.

Quero começar por dizer que estou completamente de acordo com todos os deputados que referiram o valor e a importância do controlo e do papel desta Assembleia, não só em termos de supervisão, como também em termos de competências especializadas, que sei existem no seu seio. É minha intenção fazer uso dessas competências especializadas e esperar que tenhamos o maior número possível de ocasiões para debater muitas das questões importantes que foram hoje suscitadas, se não todas.

Serei relativamente breve nesta fase, mas tentarei abordar alguns dos domínios fundamentais que julgo constituírem motivo de maior preocupação para os membros da Assembleia. Começarei por dizer que não disse "não" ao relatório Barnier. O que disse foi que, com base nos ensinamentos retirados do Haiti e no apoio que estamos agora a prestar no Chile, queríamos analisar o que mais poderíamos fazer, como poderíamos actuar com maior eficácia, o que deveríamos ter em *stand-by* e se deveríamos ter alguma coisa em *stand-by*. Isto requer uma análise estratégica das acções que devemos empreender e o relatório Barnier fornece uma base para essa análise. Estou muito agradecida ao senhor Comissário Michel Barnier pelo seu contributo neste sentido – o seu relatório constitui o pano de fundo.

Relativamente ao Tratado de Não-Proliferação: vários senhores deputados referiram a importância da conferência que se realizará em Maio, e estou de acordo com todos eles. É muito importante aproveitarmos as oportunidades oferecidas pela conferência de Maio para fazermos progressos.

Também concordo que a segurança começa com relações políticas fortes. Devemos sempre encarar a nossa abordagem no mundo mais vasto como tendo o objectivo de desenvolver essas relações políticas fortes, a fim de promover a segurança, não só para nós, mas também para Estados terceiros, para os Estados com que queremos estabelecer essas relações ou com que dialogamos em razão das nossas preocupações.

Vários deputados salientaram, com toda a justeza, a importância dos Balcãs. Indiquei nas minhas prioridades que este é um domínio de trabalho extraordinariamente importante. É fundamental, no período que antecede as eleições na Bósnia, que promovamos a importância da União Europeia e que velemos por que os políticos nacionais informem o seu povo sobre o caminho que tencionam seguir para forjar elos mais estreitos com a Europa e, em última análise, para se tornarem parte da Europa.

Concordo com a importância do Representante Especial Valentin Inzko e do trabalho que está a realizar no Gabinete do Alto Representante. Ele e eu estamos a trabalhar em conjunto para equacionar a abordagem estratégica – repito, uma abordagem para um futuro que vai muito além das eleições e que nos coloca em posição, nos próximos meses e anos, de manter a segurança. Compreendo a observação acerca da importância da estabilidade: não só é necessário estabelecê-la, como também é necessário mantê-la. Devemos preocupar-nos em sermos vistos a fazer progressos na região e, em certas ocasiões, sinto que ficámos hesitantes quanto às acções que era necessário empreender em seguida. Temos de seguir em frente.

Isto é particularmente verdade, como vários deputados disseram, no caso do Kosovo, onde reuni com o Governo. Conversei com o Governo e com o Primeiro-Ministro, em particular, com o objectivo de analisarmos a nossa cooperação para o futuro. Depois temos a Sérvia, que está a exercer muita pressão para se tornar parte da União Europeia. Quando reuni com o senhor Presidente Tadić e com os membros do Governo, ficou novamente muito claro que vêem a pertença à UE como o seu futuro, e também eles compreendem as questões que nos preocupam na via da sua adesão.

No que se refere ao debate sobre Cuba, teria estado presente. Trata-se simplesmente de uma incompatibilidade. O Conselho de Presidentes irá reunir para debater o Serviço Europeu para a Acção Externa e não posso estar em dois lugares em simultâneo. Foi o que o Parlamento Europeu decidiu em termos de *timing*. Devo cumprir e estar presente. Contudo, considero que Cuba é uma questão importante e não duvido de que regressaremos ao assunto.

Relativamente ao departamento autónomo para a consolidação da paz, a minha resposta é que a consolidação da paz deve estar presente em todas as nossas acções e fico sempre apreensiva quando se trata de dotar um domínio de autonomia, como se fosse independente de todo o trabalho que estamos a desenvolver. Olhando para a forma como vamos gerir o Serviço Europeu para a Acção Externa, este é como uma organização de cúpula que assume claramente as responsabilidades atribuídas pelo Tratado, mas que também está ao serviço do Parlamento e ao serviço da Comissão.

Deste modo, quando a Comissão tencionar agir em matéria de comércio, de alterações climáticas, de segurança energética a nível mundial, o Serviço Europeu para a Acção Externa poderá ser a sua ferramenta, ao estabelecer uma ligação directa entre o trabalho da Comissão e o que acontece no terreno. Tudo isto, repito, tem em

vista um mundo mais seguro e mais estável. Portanto, para mim, o essencial é interiorizarmos a ideia de que a nossa presença tem como objectivo apoiar os esforços para estabelecer a paz e para manter a paz.

No que respeita à Operação Atalanta: penso que as observações feitas a este respeito são muito positivas. É uma missão muito importante, mas é uma missão que tem de estar associada a todas as outras acções que estamos a empreender naquela região. Tomo nota, também, da observação quanto à necessidade de pensarmos na pesca e na estratégia para este domínio. Estou completamente de acordo.

Grupos de trabalho: considero muito bom que o Parlamento os tenha. Penso que os altos funcionários estão a estabelecer boas relações com eles e devemos continuar neste sentido.

No que diz respeito ao quartel-general operacional: não se trata de ter mudado de posição. O que disse em Janeiro foi que ainda não estou convencida. Temos estado a analisar este assunto porque, como estou em funções há mais algum tempo, estou mais envolvida no trabalho que estamos a realizar em matéria de missões no estrangeiro, quer seja no Kosovo, na Bósnia, no debate sobre as nossas acções no quadro da Operação Atalanta ou mesmo sobre o que temos feito no Haiti, etc.

Na minha alocução, disse que temos de analisar o que é necessário e, subsequentemente, de decidir qual a melhor forma de o alcançar. Existem diferentes opiniões, mas acredito que convergirão num tema comum, que é o que devemos fazer. Portanto, trata-se de ser convencida, num sentido ou noutro, quanto ao método de acção.

Sobre os direitos humanos: quero descrever este domínio como um fio condutor. A projecção dos nossos valores e dos direitos humanos é essencial em tudo o que fazemos na União Europeia e no mundo. A questão é como garantir que este fio atravessa todas as nossas acções, para apoiar o trabalho que estamos a realizar no mundo com vista a promover os valores da União Europeia. Quero analisar muito cuidadosamente como o faremos, para que não se torne um mero tema suplementar dos diálogos. Deve tornar-se uma componente essencial de tudo o que fazemos.

Estou igualmente de acordo quanto à forte relação transatlântica com os Estados Unidos. Os EUA são um parceiro forte numa série de questões, particularmente na gestão de crises, e é muito importante que reforçemos esta parceria. Estou também muito desejosa de intensificar o nosso trabalho com os EUA em vertentes do desenvolvimento, por exemplo, particularmente em África, onde existe um potencial – na minha óptica, pelo menos – para fazer muito mais, sem dúvida à luz da minha experiência com a Ajuda ao Comércio, enquanto Comissária para o Comércio.

Temos também de pensar em outras grandes parcerias. Tenho debatido com o Ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro a possibilidade de voltarmos a trabalhar juntos no domínio do desenvolvimento, nos casos em que as economias de escala e a capacidade de colaboração nos permitem libertar recursos de uma forma muito mais eficaz para determinadas partes do mundo que estão verdadeiramente carenciadas.

Também estou de acordo no que se refere às ciberameaças. É uma questão muito importante. Está presente. É uma questão que teremos de analisar de forma reiterada porque, inevitavelmente, as ameaças estão em constante mutação.

Apenas algumas palavras acerca do Serviço Europeu para a Acção Externa. A amplitude geográfica da União Europeia tem de estar representada no Serviço Europeu para a Acção Externa. Estou plenamente de acordo, mas precisarei de tempo para isso. Uma das coisas que disse a todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros e que digo ao Parlamento é a seguinte: resistam à tentação de pressupor que, porque os primeiros quatro ou cinco nomeados não provêm de Estados-Membros que possam conhecer melhor, não nomearei futuramente pessoas desses Estados-Membros. Trata-se simplesmente de construir o SEAE caso a caso. Lembro, como sabem, que o SEAE ainda não existe. Não disponho de uma equipa nem de um quadro de pessoal para o Serviço Europeu para a Acção Externa porque, enquanto a base jurídica não estiver estabelecida, nada temos. Temos apenas o que tínhamos anteriormente, que tentamos organizar de forma mais coerente.

Nomearei com base no mérito e em nada mais. Não existem aqui favoritos. O critério é o mérito. Quero os mais inteligentes e os melhores e foi isso que disse aos Estados-Membros e às instituições. Quero que as delegações no terreno formem uma cúpula capaz de apoiar o trabalho da União Europeia em todas as suas vertentes, na sua representação junto de países terceiros, na sua cooperação com países terceiros.

É essencial que assim seja, ou acabaremos mais uma vez fragmentados. A questão é como fazê-lo, e é por esse motivo que estamos actualmente a dialogar com o Conselho e com a Comissão. Se fosse muito simples,

já o teríamos feito. É necessário certificar-nos de que o fazemos de forma adequada e eficaz. Encontraremos uma solução nas próximas semanas.

Em matéria de recursos, vou advogar flexibilidade. Vou defender que, se existe uma crise num determinado país ou se concluímos que é necessário mobilizar recursos, devemos avaliar a situação, mas devemos fazê-lo no âmbito do controlo parlamentar. Também neste caso é necessário equacionar formas de fazer este sistema funcionar, agora e no futuro.

É absolutamente necessário evitar duplicações; caso contrário, não teremos feito mais do que aumentar a burocracia, que não é o que desejamos. Temos de desenvolver esforços para que este seja um serviço coeso, que funcione bem, que actue como uma entidade dentro da União Europeia e que apoie e seja apoiado pelas outras instituições. E, como já disse, devemos lembrar-nos de que ainda não existe. Esperemos que consigamos finalizar o trabalho nas próximas semanas. Com o apoio do Parlamento, estou certa de que o conseguiremos, para transformarmos o SEAE em realidade. Podemos lançar as primeiras pedras, mas a construção será morosa, e espero que todos os deputados compreendam este aspecto importantíssimo.

Duas observações finais. Relativamente às cimeiras: realizamos imensos tipos de cimeiras. A questão que temos sempre de ter em conta é o seu valor e a sua importância. Não posso estar presente em todas elas. São demasiadas, pura e simplesmente. Participarei em algumas. Estivemos bem representados na Cimeira de Marrocos porque ambos os Presidentes estiveram presentes. Acredito sinceramente que, quando os Presidentes do Conselho e da Comissão estão presentes, deve considerar-se uma representação forte da UE. A minha presença nem sempre é necessária, e os dois Presidentes concordariam comigo.

Por último, alguns deputados referiram as relações com países como o Japão, com países importantes para nós em termos de parcerias estratégicas, como a Rússia, a importância e o valor do Médio Oriente, onde me encontrarei a partir de domingo, e a importância e o valor do Quarteto, uma vez que irei viajar pelo Médio Oriente. Julgo que visito cinco países e termino a deslocação em Moscovo, com a reunião do Quarteto para debater o que fazer em seguida.

Finalmente, Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que tenham reparado que me encontro do lado do Conselho e que a Comissão está ausente. Alternarei de lugar. Até que haja um assento no meio, continuarei a movimentar-me de um lado para o outro. Será vossa a responsabilidade de lembrar para que lado me devo dirigir no início das sessões.

E, para terminar, permitam-me que agradeça novamente ao senhor deputado Albertini e ao senhor deputado Danjean os excelentes relatórios que me concederam a oportunidade de apresentar hoje os meus pontos de vista.

(Aplausos)

Gabriele Albertini, relator. – *(IT)* Agradeço aos meus colegas, que intervieram em tão grande número, especialmente àqueles que aprovaram as partes essenciais do relatório, elogiando e apoiando o seu conteúdo, mas também àqueles que expressaram críticas e que o fizeram, acima de tudo, motivados pela vontade de superar os casos lamentavelmente trágicos em que a força foi utilizada e de sonhar com um mundo pacífico. Um grande filósofo grego, Platão, disse que só os mortos verão o fim da guerra. Contudo, apesar da nossa recusa em nos submetermos a esta filosofia e das nossas tentativas para impedir que isto aconteça, a realidade obriga-nos a utilizar a força, mesmo em missões de paz.

Felicito a senhora Alta Representante/Vice-Presidente Ashton e agradeço-lhe ter mencionado o meu relatório: um aspecto da sua abordagem que me agrada particularmente é a sua dualidade, a forma como procura uma sinergia entre as tarefas do Conselho e da Comissão. Só a sua localização física – que alternará entre a bancada do Conselho e a bancada da Comissão – já exprime esta sua vontade de envergar dois “chapéus”.

Como Parlamento, considero que devemos apoiar e promover este compromisso sinérgico. A Comissão Europeia persegue políticas de desenvolvimento, de vizinhança, de estabilidade e de promoção dos direitos humanos e da democracia; o Conselho realiza missões de paz e missões de instauração do Estado de direito. Este conjunto de domínios deve encontrar a sua manifestação inequívoca no serviço externo europeu, que deve ser eficiente, eficaz e dotado das competências e dos recursos necessários para que possa desempenhar adequadamente o seu papel, e trabalharemos com afinco nesse sentido.

Agradeço também à senhora Alta Representante – e retomaremos este tema em 23 de Abril – ter concordado em estar presente na audição da Comissão dos Assuntos Externos sobre o SEAE, que teremos oportunidade

de debater com maior profundidade. O dia de hoje marca o início da nossa colaboração, mas certamente que não o seu fim.

Arnaud Danjean, *relator*. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Baronesa Ashton, Senhoras e Senhores Deputados, obrigado por todas as intervenções que, mais uma vez, ajudaram a enriquecer o debate, a enriquecer o relatório.

Quero tranquilizar os que exprimiram as suas dúvidas, as suas desconfianças, em certos casos, de que este relatório poderá abrir a porta a uma maior concorrência, nomeadamente com a NATO, e até ao isolamento. Não é esse o caso, de forma alguma; estou absolutamente convicto de que assim não será, e, aliás, não é isso que figura no Tratado, antes pelo contrário. Podem acreditar num deputado francês ao PE que militou infatigavelmente pelo regresso do seu país às estruturas integradas da NATO.

Quando falamos em autonomia estratégica, que ideia estamos a desenvolver, que política temos vindo a desenvolver desde há dez anos? A resposta é a capacidade da União Europeia para intervir por meio de missões civis e militares em zonas em que outras organizações, incluindo a NATO, não o podem fazer. A NATO não poderia ter intervindo para pôr termo ao conflito na Geórgia, onde a ONU ou a OSCE não estão presentes. A NATO não interveio antes de nós no Corno de África para pôr fim aos fenómenos que ameaçam os nossos interesses de segurança.

A autonomia estratégica também significa a capacidade de intervir com um leque de instrumentos que só nós possuímos: instrumentos civis e militares, instrumentos jurídicos, instrumentos financeiros, instrumentos de desenvolvimento. A União Europeia encontra-se numa situação privilegiada para desenvolver esta abordagem global nas zonas de crise.

A nossa autonomia estratégica é também a nossa capacidade, quando necessário, de não intervir, quer em campanhas militares unilaterais, quer – e este facto foi salientado por vários deputados austríacos – porque existem entre nós países neutros e porque respeitamos o seu estatuto.

É nisto que consiste a defesa e a segurança europeias. É nisto que consiste a autonomia estratégica que estamos a desenvolver através desta política. Nunca esqueçamos as origens desta Política Europeia de Segurança e Defesa. Ela teve origem num fracasso trágico e sangrento: o dos Balcãs, na década de 1990, onde a União Europeia foi incapaz de suplantar um enorme desafio de segurança no seu próprio continente. Não esqueçamos isso. Os nossos cidadãos europeus não o esqueceram e não nos perdoariam se abandonássemos a ambição de ver a Europa desempenhar um papel no cenário internacional.

(Aplausos)

Presidente. – Está assim concluído este ponto da ordem do dia. Está encerrado o debate. Nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento, declaro que recebi seis propostas de resolução⁽¹⁾ para encerrar o debate.

A votação terá lugar hoje.

Elena Băsescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Primeiro que tudo, quero felicitar o senhor deputado Albertini pela elaboração do relatório em apreço. Congratulo-me por as alterações que apresentei terem sido adoptadas. Na semana passada, a Comissão Europeia anunciou o financiamento de 43 projectos energéticos de grande envergadura, incluindo quatro que envolvem a Roménia. No futuro, a Comissão deve atribuir a devida importância ao oleoduto pan-europeu Constança-Trieste, assim como ao desenvolvimento das relações com os países da Parceria Oriental. Além disso, devem ser intensificados os esforços com vista à execução de projectos no quadro da Sinergia do Mar Negro, a fim de garantir uma cooperação mais eficaz neste domínio. A República da Moldávia pode desempenhar um papel importante tanto na Parceria Oriental como na Sinergia do Mar Negro. A União Europeia deve conceder especial atenção às relações com este país e apoiá-lo no seu percurso para a adesão à UE. A UE deve aprofundar o seu envolvimento na resolução de conflitos pendentes na região do mar Negro, incluindo o conflito na Transnístria. O desenvolvimento da parceria transatlântica deve constituir uma prioridade da política externa e de segurança da União Europeia. As relações com os Estados Unidos são extremamente importantes para ajudar a consolidar a segurança e a estabilidade mundiais. A instalação de parte do sistema antimíssil norte-americano em território romeno atesta a confiança depositada no meu país.

(1) Ver Acta

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – É lamentável que o processo de desarmamento multilateral tenha sido interrompido e que há vários anos não tenha havido vontade política para o retomar. Assim, é de particular importância a próxima conferência de revisão de 2010 entre as partes no Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Como se refere na proposta de resolução que subscrevemos, é profunda a apreensão que temos pelo perigo que representa uma nova corrida ao armamento nuclear. Por isso, impõe-se o cessar imediato do desenvolvimento, produção e armazenamento de armas nucleares.

É preciso que os EUA ponham termo ao desenvolvimento das novas gerações de armas nucleares de combate e, pelo contrário, assinem e ratifiquem o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares.

Insistimos também numa solução pacífica para a disputa sobre os programas nucleares do Irão e solicitamos o recomeço das negociações, reiterando a nossa oposição a qualquer acção militar ou ameaça de utilização da força, advertindo para o facto de que qualquer acção militar pode conduzir a uma crise ainda mais profunda na região.

Edit Herczog (S&D), por escrito. – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares realizar-se-á em Abril e Maio de 2010. É importante que os Estados-Membros da União Europeia apresentem uma posição unificada nesse encontro e que reafirmem os três pilares do Tratado: não-proliferação das armas nucleares, desarmamento e cooperação no âmbito da utilização da energia nuclear para fins civis. Os Estados-Membros devem declarar o seu compromisso com a eliminação do comércio de armas nucleares, com a redução progressiva dos arsenais de armas nucleares existentes e com o controlo rigoroso da produção de materiais necessários ao fabrico de armas nucleares e da posse de produtos necessários ao seu fabrico. Os Estados-Membros devem assumir um papel de liderança na aplicação da Resolução 1887 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, aprovada no Outono de 2009 (em 24 de Setembro). Na aceção desta resolução, os Estados-Membros devem atribuir maior ênfase ao desenvolvimento de um acordo internacional amplo que regule a eliminação das armas nucleares, sob estrita supervisão internacional. Além disso, os Estados-Membros devem envidar todos os esforços para introduzir duas medidas concretas nos domínios supramencionados, a fim de darem o exemplo ao resto do mundo. Os Estados-Membros da UE devem promover o Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares e a renovação do acordo START entre os Estados Unidos e a Rússia. A UE deve tratar os esforços relacionados com o combustível nuclear como domínio prioritário e concentrar-se na harmonização, no reforço e no aumento da transparência das normas que regulam o seu armazenamento, transporte e comércio.

Filip Kaczmarek (PPE), por escrito. – (PL) Senhoras e Senhores Deputados, devo dizer que suspeito que o relatório anual sobre a Política Externa e de Segurança Comum relativo a 2008 não suscitará emoções tão fortes como o nosso debate sobre este assunto no próximo ano. Isto porque espero que, daqui a um ano, conheçamos o formato do Serviço Europeu para a Acção Externa, e este novo serviço terá, por sua vez, uma enorme influência na evolução da política externa europeia.

A União Europeia ambiciona ser um actor global. Isto é positivo, mas essa ambição não será fácil de concretizar. Temos pela frente trabalho árduo. As instituições europeias têm de lograr um entendimento sobre o SEAE. Não será fácil, mas sem esse entendimento não poderemos melhorar a política externa. Devemos socorrer-nos dos valores fundamentais da União Europeia e utilizá-los como base para a construção da nossa política externa.

Nunca devemos esquecer a solidariedade, a igualdade, a uniformidade das normas e os direitos humanos e civis. Devemos procurar manter o equilíbrio interno e defender os interesses de todos os Estados-Membros da UE que não se excluem mutuamente. Uma questão essencial é, sem dúvida alguma, a necessidade de melhorar a coordenação entre as instituições comunitárias e os Estados-Membros. Os interesses nacionais particulares não devem colidir com a nossa coerência ou com a nossa comunidade. Paradoxalmente, mesmo os países que querem ser vistos como uma força motriz da integração europeia agem por vezes contra os interesses colectivos da União. Mudemos isto.

Kristiina Ojuland (ALDE), por escrito. – (ET) Senhor Presidente, alguns intervenientes anteriores realçaram problemas relacionados com a composição do Serviço Europeu para a Acção Externa, que iniciou os seus trabalhos na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Considero extremamente importante respeitar o princípio do equilíbrio geográfico na constituição do SEAE e, à semelhança do que se verifica noutros organismos da União Europeia, aplicar a discriminação positiva relativamente aos representantes dos novos Estados-Membros, que está reflectida no período de transição e que torna possível acelerar a progressão na carreira. Os representantes dos novos Estados-Membros não possuem a experiência profissional

de décadas nas instituições da União Europeia que constitui uma condição necessária para ocupar os cargos mais elevados. Não seria justo se todos os cargos mais importantes fossem preenchidos por funcionários dos velhos Estados-Membros e os funcionários dos novos Estados-Membros tivessem de permanecer na retaguarda por muitos anos. Isto constituiria um manifesto desperdício de recursos, uma vez que, por exemplo, o representante de Malta pode ser detentor de conhecimentos muito mais especializados no que se refere aos países do Norte de África, Chipre no que se refere ao Médio Oriente, Bulgária no que se refere à Turquia, Polónia no que se refere à Bielorrússia e à Ucrânia, Estados Bálticos no que se refere à Rússia, etc. Espero que a União Europeia não cometa o erro de permitir que apenas os velhos Estados-Membros sejam a face do SEAE e que, em vez disso, encontre uma solução ideal que satisfaça todos os Estados-Membros.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) A situação no mundo está a criar novos desafios para a política externa da UE e exige um entendimento mais vasto dos problemas de segurança. Novas potências emergiram e estão a tornar-se intervenientes activos na política mundial em variados domínios. Em consequência, impõe-se um diálogo a nível mundial e o estabelecimento de novos princípios para a cooperação e para a divisão de papéis. Devemos complementar o importantíssimo papel desempenhado pela NATO e pelos EUA na segurança mundial com a criação de forças móveis especiais, enquanto parte da UE, com capacidade para intervir em todos os tipos de catástrofes naturais. A União será vista não só como uma instituição que luta pela democracia e pelos direitos humanos, mas também como uma instituição que presta assistência no terreno nos momentos de crise. O perigo inerente a outras ameaças está a aumentar claramente, pelo que a segurança energética e alimentar estão a ganhar importância. Penso que é necessário desenvolver um novo conceito no que se refere ao funcionamento do serviço externo da UE, que inclua a definição dos domínios de intervenção comunitária e dos princípios que regem a instituição do serviço, assim como de princípios para a divisão de papéis e para a cooperação com os serviços diplomáticos dos Estados-Membros, para que fique claro que papéis cabem a cada uma das instituições da UE. Não proceder à divisão de papéis e de competências no início poderá criar mal-entendidos entre as diferentes instituições e os líderes da União, assim como entre a UE e os Estados-Membros. As experiências iniciais com a função da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e a expectativa geral de que esta deve ser activa e estar presente em vários lugares exigem que ponderemos a nomeação de adjuntos ou um maior envolvimento de outros Comissários nas suas esferas de acção, já que estas são numerosas.

Traian Ungureanu (PPE), *por escrito*. – (RO) Saúdo o relatório Albertini que apresenta os principais aspectos da Política Externa e de Segurança Comum, em especial os números relativos ao desenvolvimento da Parceria Oriental e da política europeia na região do mar Negro. A Parceria Oriental e a Assembleia Parlamentar Euronest fornecem um quadro apropriado para aproximar os vizinhos orientais da UE dos padrões europeus, assim como para clarificar as perspectivas de adesão de alguns países à UE, como a República da Moldávia. Quero salientar, em particular, a importância da ajuda rápida e específica que deve ser prestada ao Governo pró-europeu da República da Moldávia. Neste sentido, duas medidas europeias devem ser aceleradas: o processo de concessão de assistência macro-financeira e a isenção de visto para deslocações à UE dos cidadãos da República da Moldávia. Na região do mar Negro, é fundamental continuar a perseguir o objectivo europeu de garantir a segurança energética da UE. Apoio o n.º 21 do relatório, que insta a UE a aplicar plenamente o projecto Nabucco, com a maior brevidade possível. Outra questão que se coloca no presente debate, e que se reveste de igual importância, é uma avaliação adequada do desenvolvimento do projecto de defesa antimíssil dos EUA e a sua importância para a segurança europeia. O envolvimento da Roménia neste projecto mostra que este país se tornou um fornecedor europeu líquido de segurança e que tem plena capacidade para honrar os seus compromissos de segurança para com os aliados.

Janusz Władysław Zemke (S&D), *por escrito*. – (PL) Gostaria de fazer várias observações acerca da Estratégia Europeia de Segurança e da Política Comum de Segurança e Defesa.

Na proposta de resolução do Parlamento Europeu, as principais ameaças e os principais desafios que a Europa enfrenta foram correctamente definidos. O problema é que não dispomos de uma capacidade de resposta suficiente, ou pelo menos nem sempre somos capazes de responder com a rapidez necessária. Existem três problemas principais; se os conseguíssemos superar, melhoráramos radicalmente a eficácia da Política Comum de Segurança e Defesa. O primeiro problema é a falta de determinação de todos os Estados-Membros da UE em ter uma política comum e não uma mera declaração verbal da sua necessidade. Em segundo lugar, o grau reduzido de coordenação do trabalho de numerosas instituições europeias. Continua a não existir um centro de reacção a nível da União para situações críticas. Em terceiro e último lugar, o potencial militar e civil que está realmente à disposição da União, e não apenas à disposição de cada um dos Estados-Membros, é insuficiente.

Os problemas com o transporte aéreo, por exemplo, são agora uma constante, e este sector é de importância fundamental para uma reacção rápida em situações de crise. Apenas o progresso nestes três domínios tornaria a Política Comum de Segurança e Defesa mais eficaz.

(A sessão é suspensa durante alguns instantes enquanto se aguarda o período de votação)

PRESIDÊNCIA: Edward McMILLAN-SCOTT

Vice-Presidente

7. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

Robert Atkins (ECR). – *(EN)* Senhor Presidente, um ponto de ordem, penso que constataria que, se iniciasse a primeira votação às 12H00, as pessoas ocupariam os seus lugares e participariam, o que é preferível a esperar que se sentem e participem, para depois dar início à votação.

(Aplausos)

Presidente. – Sou muito cortês.

Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE). – *(IT)* Senhor Presidente, peço desculpa por esta intervenção, mas, como deputado ao PE eleito em Itália, considero que é meu dever dirigir, nesta Assembleia, um cumprimento respeitoso e deferente ao Presidente da República do meu país, Giorgio Napolitano, garante dos valores constitucionais e da unidade nacional de Itália.

Nesta Assembleia, o Presidente da República de Itália deve ser sempre referido com respeito e deferência.

(Aplausos)

Presidente. – Vamos agora proceder à votação.

7.1. Contas anuais de certas formas de sociedades no que respeita às microentidades (A7-0011/2010, Klaus-Heiner Lehne) (votação)

Charles Tannock (ECR). – *(EN)* Senhor Presidente, gostaria que a Assembleia reconhecesse a presença na galeria do Sr. Noam Shalit, pai do Sargento Gilad Shalit, cidadão israelita e da UE cruelmente detido há mais de três anos em situação de incomunicabilidade pelo Hamas, em Gaza. Todos nós, membros desta Assembleia, fazemos votos de que a campanha de Noam Shalit pela libertação do seu filho seja bem-sucedida e que este seja libertado em breve.

(Aplausos)

Presidente. – Obrigado, Senhor Deputado Tannock.

7.2. UE 2020 - Seguimento do Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010 (B7-0150/2010) (votação)

7.3. Aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina (B7-0135/2010) (votação)

7.4. Situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia (B7-0134/2010) (votação)

7.5. Tributação das transacções financeiras (votação)

7.6. Espaço Único de Pagamentos em Euros (votação)

7.7. Acordo Comercial de Combate à Contrafacção (ACTA) (votação)

- Antes da votação da alteração 1:

Tokia Saïfi, em nome do Grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, passo a ler a alteração oral: "Exorta a Comissão a prosseguir as negociações sobre o ACTA e a restringi-las ao sistema europeu actual de aplicação dos direitos de propriedade intelectual contra a contrafacção".

(O Parlamento aprova a alteração oral)

7.8. Regulamento relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas (votação)

- Antes da votação da alteração 4:

Yannick Jadot, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de apresentar uma alteração oral a esta alteração, que consiste na supressão de duas partes, nomeadamente as palavras "pelo exército colombiano" e "sobre a Colômbia".

Assim, a alteração tem a seguinte redacção: "considera que as notícias alarmantes sobre o assassinato de sindicalistas na Colômbia, assim como as notícias recebidas recentemente e já confirmadas pelo Procurador-Geral da Colômbia de que valas comuns contendo os corpos de centenas de pessoas mortas nos últimos anos foram descobertas na região de La Macarena, constituem um indício suficiente para permitir à Comissão abrir uma investigação em conformidade com o regulamento".

(O Parlamento aprova a alteração oral. O Parlamento rejeita a alteração 4 com as alterações nela introduzidas)

7.9. Relatório anual 2008 sobre a PESC (A7-0023/2010, Gabriele Albertini) (votação)

- Antes da votação:

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, o relatório versa sobre a Política Externa e de Segurança Comum em 2008. Contudo, não menciona o que aconteceu em 10 de Março de 2008, quando tibetanos organizaram um protesto pacífico contra a repressão da sua cultura e da sua religião. Hoje, temos connosco uma convidada do Tibete, senhora Namdrol Lhamo, uma freira que esteve detida na prisão de Drapchi durante 12 anos porque participou numa manifestação pacífica e gravou canções na prisão. Devemos prestar-lhe homenagem, assim como aos demais tibetanos corajosos que vivem sob a ocupação.

Reuni muito recentemente com o Dalai Lama, e concluímos que existe uma necessidade urgente de realizar uma investigação internacional independente sobre o que aconteceu nessa revolta em Lhasa, em 10 de Março de 2008 e nos dias contíguos, pois, enquanto essa investigação não for levada a cabo, a China continuará a acusar o Governo tibetano no exílio e o Dalai Lama de terem instigado a revolta e os acontecimentos violentos que se lhe seguiram.

Segundo a administração tibetana no exílio, pelo menos 220 tibetanos morreram, muitos em consequência de disparos indiscriminados da polícia, de maus-tratos ou de tortura nas prisões. Muitos mais encontram-se desaparecidos.

(Aplausos prolongados)

- Antes da votação da alteração 1:

Adrian Severin, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, queremos apresentar uma alteração.

Em circunstâncias normais, o nosso grupo votaria contra, mas, para que possamos votar a favor, gostaríamos de suprimir as palavras "o que implica o fim do bloqueio israelita".

Isto porque o bloqueio israelita constitui uma questão muitíssimo complexa, e creio que não existe uma ligação clara entre o que precede e estas palavras. Se pudermos suprimir estas palavras, penso que poderíamos aceitar o resto da alteração e votar a favor. É uma pequena modificação, mas permitir-nos-ia votar a favor.

(O Parlamento aprova a alteração oral. O Parlamento rejeita a alteração 11 com as alterações nela introduzidas)

7.10. Aplicação da Estratégia Europeia de Segurança e da Política de Defesa e de Segurança Comum (A7-0026/2010, Arnaud Danjean) (votação)

- Antes da votação da alteração 5:

Reinhard Bütikofer, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de propor a votação de uma alteração a esta proposta de resolução, que passo a ler.

(EN) "Solicita à Alta Representante/Vice-Presidente da Comissão, ao Conselho e aos Estados-Membros que superem o desequilíbrio entre as capacidades de planeamento civis e militares", sendo o resto suprimido, uma vez que já foi incluído no texto.

(O Parlamento rejeita a alteração oral)

- Antes da votação da alteração 34:

Hannes Swoboda, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, colegas introduziram uma alteração com que poderíamos concordar se a conjugássemos com a alteração original. Sei que os colegas e nós partilhamos a opinião de que a nossa decisão estratégica não deve depender da Rússia, mas, por outro lado, a Rússia é um parceiro importante.

Se os colegas concordassem com que introduzíssemos na sua alteração "incluindo a Rússia" – a Rússia é um dos membros do diálogo continental –, poderíamos concordar e votar a favor desta alteração.

(O Parlamento rejeita a alteração oral)

7.11. Tratado de Não-Proliferação Nuclear (votação)

8. Declarações de voto

Declarações de voto orais

Relatório: Klaus-Heiner Lehne (A7-0011/2010)

Viktor Uspaskich (ALDE). – (LT) Senhor Presidente, gostaria de comunicar que apoio esta decisão, embora o meu cartão não estivesse a funcionar, e é por este motivo que quero fazer esta comunicação. Mas passemos ao assunto em questão. Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à alteração das responsabilidades em matéria de contas anuais das microentidades. Este projecto suscitou um debate acalorado a quase todos os níveis, tanto na União Europeia como nas instituições dos Estados-Membros. Estou convicto de que devemos preparar regras comuns da União Europeia. Contudo, quero sublinhar que, ao reduzirmos os encargos administrativos das microentidades, não podemos violar as condições para uma concorrência justa nos mercados internos dos Estados-Membros ou no mercado da União Europeia. Penso que deveria ser criado um imposto único para as microentidades, como já existe em alguns Estados. Este poderia ser calculado com base no número de funcionários, no volume de negócios ou no território, dependendo do tipo de empresa. Em resultado, as empresas já não ficariam tentadas a praticar actividades ilegais.

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhor Presidente, com a opção de isentar as microempresas da obrigação de elaborar balanços anuais, o Parlamento Europeu está claramente a manifestar-se a favor da eliminação da burocracia supérflua. Com um alívio de aproximadamente 6,3 mil milhões de euros a nível da UE, estamos também a fornecer um estímulo tangível ao crescimento no sector das pequenas e médias empresas da Europa. Uma vez que constitui uma decisão individual de cada Estado-Membro isentar ou não as empresas da obrigação de elaborar balanços anuais, conto que o maior número possível de países, em especial a Alemanha, utilize esta opção. Esta medida não permitirá apenas às empresas em questão poupar tempo e custos, num montante que se eleva a 2 000 euros por empresa; é também um exemplo perfeito de como a

Europa está mais próxima dos cidadãos do que muitos pensam. Seria bom se este exemplo desta Assembleia fosse seguido de muitos outros exemplos.

Tiziano Motti (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não apoiei a resolução Lehne. Lamento-o, uma vez que dizia respeito às microempresas, que são a espinha dorsal da economia, mas, acima de tudo, considero que a resolução, na versão apresentada, criava disparidades de concorrência entre as empresas dos vários Estados, e não é isso que queremos, sobretudo nesta época de crise. A manutenção de uma contabilidade é, na verdade, eficaz e necessário, pela simples razão de que permite às empresas concorrerem no mercado e, também, acederem ao crédito bancário, pois a qualidade da gestão é medida com base na contabilidade, tanto no caso das empresas como das microempresas.

Considero que devemos antes trabalhar para ajudar as microempresas a obterem incentivos que conduzam à redução da carga fiscal, o que permitirá aos jovens empresários e às empresas familiares serem verdadeiramente competitivos no mercado e, por fim, obterem crédito junto das instituições, que, até agora, tanto quanto me é dado ver, se têm centrado essencialmente nas grandes empresas.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, congratulo-me por poder apoiar o relatório Lehne, que ajudará a reduzir os encargos administrativos das microempresas.

Uma das questões que é repetidamente levantada quando dialogamos com as pequenas empresas é o problema do excesso de regulamentação e de burocracia e da avalanche de papelada em que estão submersas. As pequenas empresas têm, efectivamente, um argumento válido quando afirmam que é razoável que, como microempresas, não devam ser objecto das mesmas regras e dos mesmos regulamentos que as empresas de maiores dimensões.

A decisão que tomámos hoje é sensata e constitui uma resposta bem fundamentada às preocupações das pequenas empresas em dificuldades na Europa. Na maioria das vezes, propomos nova legislação nesta Assembleia, mas hoje modificámos um acto legislativo. Isto conduzirá à melhoria do ambiente empresarial e ao aumento da competitividade das pequenas empresas, e valeu bem o esforço.

Vito Bonsignore (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer ao senhor deputado Lehne o seu relatório. A União Europeia está atenta ao mundo empresarial – como ficou hoje demonstrado – e, em particular, o meu grupo, Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), incluiu sempre o apoio às pequenas e médias empresas nas suas prioridades. Por estes motivos, penso que a acção que empreendemos, que visa reduzir a burocracia e os custos para as microempresas, é muito oportuna. Esta medida representa uma ajuda concreta às pequenas empresas neste momento difícil.

Por fim, concordo com a flexibilidade da medida, que oferece aos Estados-Membros a possibilidade de adoptarem a directiva no momento mais oportuno. A finalidade é evitar qualquer tipo de ilegalidade que possa resultar de uma redução súbita e excessiva dos controlos.

Proposta de resolução RC-B7-0151/2010

Philippe Lamberts, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que a votação a que assistimos é notável em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque os três grandes grupos decidiram elaborar uma resolução conjunta, que apresentaram seis minutos antes do fim do prazo, o que impossibilitou os outros grupos de apresentarem quaisquer alterações. Esta atitude fechada não é digna deste Parlamento.

Em segundo lugar, se ao menos tivesse sido elaborado um texto que fizesse sentido! No momento em que a Comissão, com as mesmas famílias políticas, é capaz de vir a este Parlamento com cinco objectivos, com seis políticas para apoiar estes objectivos, o Parlamento apresenta uma resolução que não diz absolutamente nada, com o apoio das três grandes famílias políticas.

Penso que a resolução contribui para ridicularizar este Parlamento, que, num debate tão importante como a Europa 2020, não é capaz de fazer mais do que afirmar evidências.

Ramona Nicole Mănescu (ALDE). – (RO) Como é conhecido, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa foi dos primeiros a solicitar uma abordagem mais específica à estratégia para o crescimento económico. É exactamente por este motivo que quero saudar as alterações que a Estratégia "UE 2020" vem introduzir desta perspectiva.

Contudo, considero que, em certos aspectos, os progressos foram insuficientes. Por conseguinte, gostaria de chamar a atenção para o facto de a Estratégia "UE 2020" não deixar claro como se articulará com a política de coesão. Penso, Senhor Presidente, que a política de coesão, enquanto instrumento financeiro de desenvolvimento regional por excelência, deve continuar direccionada para as regiões.

Além disso, a proposta da Comissão atribui ao Conselho e aos Estados-Membros a principal tarefa de aplicar e gerir as políticas decorrentes desta estratégia, enquanto ignora o importante papel desempenhado pelas autoridades locais na obtenção de resultados concretos a nível regional e local.

Acredito que o sucesso da estratégia irá depender essencialmente da forma como será aplicada a nível nacional, local e regional.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) Foi adoptada uma declaração pelos Chefes de Estado e de Governo durante a reunião informal do Conselho Europeu, realizada em 11 de Fevereiro, com vista a apoiar os esforços da Grécia para remediar a sua situação económica e financeira. Além disso, foi também debatido o tema relativo aos princípios que a União Europeia defenderá em 2020, no seguimento da Estratégia de Lisboa.

Acredito que este é um voto a favor da solidariedade, porque, antecipando a "UE 2020", as prioridades estabelecidas devem ser perseguidas de uma forma muito mais rigorosa, que permita, contudo, tirar partido das características específicas de cada região e solucionar os problemas que cada uma enfrenta.

A competitividade económica deve continuar a crescer, a fim de criar novos empregos, ao mesmo tempo que são necessários investimentos em vários domínios, incluindo a educação e a investigação. Acredito firmemente que os problemas específicos de cada região e de cada Estado-Membro da União Europeia serão analisados e abordados de forma adequada, com base no princípio da solidariedade, para podermos cumprir os objectivos que vamos fixar para 2020.

O investimento na educação deve ser acompanhado de uma infra-estrutura que apoie a aplicação prática do conhecimento, a coesão social e o crescimento global da competitividade económica da Europa.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, ressalta das conclusões do Conselho, do debate que se seguiu no Parlamento, em Bruxelas, e da posição subsequentemente assumida pelo Comissário competente e pelos líderes de vários Estados-Membros que, em tempos de crise e quando alguns Estados-Membros enfrentam problemas económicos graves, precisamos, entre outras coisas, e no quadro da união monetária existente, da solidariedade europeia e de novas políticas para fazer face aos ataques especulativos contra certos Estados-Membros.

Como tal, as posições que estão a ser tomadas a respeito da criação de instituições e estruturas europeias para combater estes problemas, como, por exemplo, um fundo monetário europeu, são muito importantes. Esperamos muito do Conselho nos próximos tempos e aguardamos com expectativa acções eficazes para solucionar os problemas neste período crítico.

Viktor Uspaskich (ALDE). – (LT) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de falar sobre a Estratégia "UE 2020". Em princípio, apoiamos qualquer iniciativa que melhore a situação na União Europeia, mas isto não significa que não haja espaço para críticas e para melhoramentos. Em minha opinião, isto pode dizer-se, também, da Estratégia "UE 2020". Queiramos ou não, é necessário esbater as demarcações entre as regras económicas dos Estados. Evidentemente, neste caso, não estou de forma alguma a falar de domínios como a cultura, a tradição ou o património nacional. No entanto, devemos sublinhar que, em termos económicos, o mercado da União Europeia é um mercado comum. De outro modo, seria como se um Estado começasse a aplicar condições distintas às diferentes regiões. Em consequência, independentemente da resistência que os grandes e pequenos Estados-Membros da UE possam oferecer, é necessário fixar uma data limite para a aplicação de condições económicas comuns na União Europeia. Congratulo-me, também, com a atenção concedida ao desenvolvimento da economia do conhecimento e da ciência de alta tecnologia. Contudo, devemos reconhecer que cada...

Presidente. – Lamento, mas penso que já ouvimos o suficiente. Muito obrigado, Senhor Deputado Uspaskich. Retirei-lhe a palavra.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, votei contra o relatório porque a Estratégia "UE 2020" segue o mesmo caminho neoliberal mal sucedido que a Estratégia de Lisboa, que agravou as desigualdades regionais e sociais, aumentou a pobreza e o desemprego e foi a causa essencial da crise na União Europeia. Consequentemente, é necessário alterar radicalmente o quadro em que as políticas económicas e sociais são exercidas, para que assentem no pleno emprego e em direitos sociais reforçados.

Quando a crise rebentou, os líderes da União Europeia mantiveram as cabeças baixas na cimeira informal, deixando a cada Estado-Membro a resolução dos seus problemas, e agora querem supervisionar os défices públicos. Trataram a Grécia como a ovelha negra e exigem que sejam tomadas medidas severas em detrimento dos trabalhadores da Grécia e de outros países.

O Pacto de Estabilidade anti-social e antidesenvolvimento deve, por isso, ser substituído por um pacto de desenvolvimento e expansão, conforme descrito na proposta de resolução apresentada pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) A União Europeia necessita indubitavelmente de uma nova estratégia, que nos ajudará e nos permitirá construir a nossa resposta à crise económica e financeira. Uma componente importante da estratégia deve ser o reforço da liberdade de circulação dos cidadãos de todos os grupos: trabalhadores, empresários, cientistas, estudantes e até pensionistas, e isto consta da nossa resolução. Outro aspecto positivo é a maior ênfase atribuída ao apoio às pequenas e médias empresas. Sem o desenvolvimento destas empresas, não será possível melhorar a situação na União.

Algumas pessoas consideram que a estratégia diz muito pouco acerca da política de coesão. Não estou certo de que assim seja, porque, na verdade, existe uma parte dedicada à importância fundamental da política de coesão para o futuro da União. No entanto, sei que, se isto não for aplicado, nenhuma estratégia melhorará a situação.

Vito Bonsignore (PPE). – (IT) Senhor Presidente, está na altura de atingirmos a maioria política. A crise demonstrou a necessidade de aumentar a coordenação e as orientações fornecidas pelas agências comunitárias de grande importância e autoridade, de afectar mais recursos a projectos de infra-estruturas e de dar maior prioridade à concessão de um apoio real às pequenas e médias empresas.

É necessário organizar um esforço maior para implementar em pleno o mercado interno, e é urgentemente necessário tentar uma política orçamental comum. No passado, muitos fizeram vista grossa ao lixo que os bancos norte-americanos despejaram no mercado mundial, recorrendo a formalismos inúteis, mesmo no seio da União. É tempo de assumirmos responsabilidades e de sermos corajosos. A resolução que eu e o meu grupo apoiámos com o nosso voto contém algumas destas coisas, mas penso que o senhor Presidente Barroso, o Conselho e o Parlamento devem ser mais corajosos.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) A nova estratégia da UE é, na verdade, a irmã mais nova da Estratégia de Lisboa. Se seguir o exemplo da irmã mais velha, não passará nos exames, nem possuirá as aptidões necessárias para o que quer que seja.

Enquanto os líderes da União Europeia debatiam a necessidade de adoptar a Estratégia de Lisboa, os Estados-Membros estavam a restringir a liberdade de circulação dos trabalhadores e, também, dos serviços. A nova estratégia é, evidentemente, um pouco melhor do que a versão de há alguns meses, em que nada era dito sobre a coesão. Presentemente, contudo, assemelha-se mais a uma lista de desejos. Iremos verificar a estratégia no orçamento septenal da União Europeia, a partir de 2014. Espero que seja uma estratégia que não contribua para o domínio dos países da velha União sobre a nova União Europeia.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) Votei contra a Estratégia "UE 2020". Votei contra porque a estratégia toma claramente partido pela política económica neoliberal. Ela afirma claramente que condena a política económica proteccionista, ou seja, que o Estado desempenhe um papel na economia. Contudo, a crise financeira e económica mundial demonstrou que não podemos deixar tudo aos mercados. Além disso, o seu conceito imperial é manifestamente evidente. Ela estipula que as regras entrarão automaticamente em vigor se os Estados-Membros não as transpuserem a tempo. A estratégia procura estabelecer uma autoridade de supervisão europeia e, em certas partes, é também evidente que procura utilizar actos jurídicos vinculativos para alcançar resultados, em vez de permitir decisões autónomas. Por estes motivos, votámos contra.

Inés Ayala Sender (S&D). – (ES) Senhor Presidente, como membro da Comissão do Controlo Orçamental, gostaria de dizer que, evidentemente, votei a favor da Estratégia "UE 2020", porque me pareceu que era importante que o Parlamento desse a sua opinião. Contudo, tenho uma reserva, que gostaria de explicar à Assembleia: a redacção do n.º 18 levanta dúvidas quanto a algo que é falso. Ou seja, algo que não é verdade.

Diz-se que o Tribunal de Contas criticou a Comissão e os Estados-Membros quando, na verdade, se verificou o contrário. Isto porque a gestão de 80% do orçamento da União não foi criticada; em vez disso, este ano, pela primeira vez em 11 anos, o Tribunal de Contas felicitou-nos e emitiu uma declaração de fiabilidade

positiva sobre a gestão de cerca de 33% do orçamento que coube aos Estados-Membros, que se referem às despesas agrícolas, e porque o sistema de controlo foi aperfeiçoado e funciona agora melhor.

Portanto, penso que a redacção do n.º 18 criará mal-entendidos junto dos cidadãos, como se 80% do orçamento estivesse mal gerido e tivéssemos sido criticados por isso. Queria deixar isto claro aos colegas e aos cidadãos europeus.

Proposta de resolução RC-B7-0136/2010

Ramona Nicole Mănescu (ALDE). – (RO) Votei contra o relatório Goldstone, embora inicialmente se tenha afigurado uma iniciativa bem-intencionada para analisar de perto o conflito israelo-palestiniano e identificar as melhores soluções para remediar a situação na região.

Contudo, teria gostado que o relatório fosse mais objectivo, em conformidade com as disposições do direito internacional e humanitário. Com efeito, fiquei desagradavelmente surpreendida ao constatar que, no relatório, o Governo israelita é medido pela mesma bitola que o Hamas, que, como sabemos, é uma organização que consta da lista de organizações terroristas da União Europeia. Por conseguinte, não acredito que o relatório irá ajudar a atenuar o conflito israelo-palestiniano, assim como as tensões e a situação geral na região. Por este motivo, votei contra o relatório.

Alajos Mészáros (PPE). – (HU) Os autores do relatório elaborado pela equipa do Juiz Richard Goldstone são, em minha opinião, peritos reconhecidos internacionalmente, cujo discernimento e objectividade não temos motivos para questionar. O relatório é apartidário e equilibrado e, consequentemente, devemos criar as condições necessárias para aplicar as suas recomendações. Votei a favor do relatório, apesar de não concordar com todos os pontos, mas é positivo que tenhamos tomado a posição aprovada hoje no Parlamento. Esperamos que venha ajudar a limitar os excessos dos partidos da oposição e, a longo prazo, contribua para alcançar a muito desejada e duradoura paz no Médio Oriente.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Em Dezembro de 2008, Israel lançou um ataque brutal contra a Faixa de Gaza, que causou a morte de mais de 1 400 pessoas, na maioria civis, incluindo 450 crianças. Utilizando métodos objectivos e uma vasta recolha de testemunhos, o relatório Goldstone denunciou estas atrocidades e especificou as regras do direito internacional que Israel infringiu com esta acção brutal. Naturalmente, a delegação ao Parlamento Europeu do Movimento Jobbik para uma Hungria Melhor votou a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre a aceitação e a aplicação das recomendações do relatório Goldstone, e, paralelamente, pedimos desculpa às vítimas palestinianas, porque o Governo húngaro, vergonhosamente e em oposição total à opinião pública húngara, adopta continuamente uma posição contrária ao relatório Goldstone nos fóruns internacionais.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Senhor Presidente, o relatório Goldstone é demasiado parcial. Demasiadas coisas foram imputadas a Israel, mas foi o Hamas que utilizou alvos civis e civis como abrigos, depósitos de armas e escudos humanos. Infelizmente, o relatório Goldstone não faz qualquer referência a isto.

Presumivelmente, esta parcialidade deve-se ao facto de países como a Arábia Saudita, a Líbia e o Paquistão terem presidido à preparação deste relatório pela comissão competente das Nações Unidas. Estes países não são exactamente conhecidos no mundo pelo seu registo brilhante em matéria de democracia e de liberdade de expressão. Quem se envolve com países destes fica infectado. Infelizmente, foi isto que influenciou também o relatório Goldstone, e, por este motivo, votei contra a resolução conjunta do PE. Aliás, a resolução é tão parcial como o próprio relatório Goldstone.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, votei contra o relatório Goldstone. Penso que é uma vergonha que o Parlamento Europeu tenha aprovado o relatório, embora por escassa maioria, pois foi dado um passo muito tendencioso, e deve ser dito que existiu um desacordo interno considerável nesta Assembleia.

Gostaria de fazer uma observação sobre um ponto. Mais de 600 membros do Parlamento Europeu votaram a favor, e com razão, de considerar o Hamas uma organização terrorista. Apesar de termos concordado quase unanimemente que o Hamas é uma organização terrorista, votámos, ou pelo menos a maioria dos membros desta Assembleia votou, a favor deste relatório e parece que aprova as medidas nele contidas e os 8 000 morteiros lançados pelo Hamas contra centros civis israelitas.

Acredito que Israel está sob ameaça, e foi por esse motivo que o país teve de defender a sua população civil. Atendendo ao exposto, é verdadeiramente lamentável que este relatório muito tendencioso tenha sido aprovado, embora por uma pequena maioria. Espero que a nossa reputação não volte a ser tão gravemente

manchada, e que, como europeus, travemos uma luta enérgica pela democracia, pelos direitos humanos e pela liberdade de opinião e desenvolvamos esforços adicionais para trazer a democracia ao Médio Oriente.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) O Juiz Goldstone seguramente não pode ser considerado um modelo de objectividade. Votei contra o relatório porque me parece haver a tentativa de apresentar a situação no Médio Oriente a preto e branco, apresentando Israel como a personagem negra, o vilão. Na verdade, a situação é muito mais complicada. Parece-me que devemos evitar juízos tão parciais e inequívocos. Pessoalmente, estive num lugar chamado Sderot – e penso que o senhor também lá esteve, Senhor Presidente –, que foi alvo de várias centenas de mísseis lançados pelos combatentes do Hamas, como o senhor deputado Takkula disse há pouco. Considero, portanto, que este relatório não é motivo de orgulho para o Parlamento Europeu.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, ouvimos falar muito de proporcionalidade neste debate, e pergunto a mim mesmo o que seria proporcional no entender dos opositores de Israel. Pergunto a mim mesmo se teriam preferido que o Estado judeu tivesse simplesmente pegado numa quantidade equivalente de munições e as tivesse lançado indiscriminadamente sobre Gaza. Teria esta sido uma resposta proporcional?

Gostaria igualmente de examinar a proporcionalidade, ou a falta de proporcionalidade, deste relatório. Ao lermos o relatório Goldstone, temos a estranha sensação de estarmos a ler sobre um assalto violento, sem que o autor tenha tido o cuidado de mencionar que os acontecimentos tiveram lugar durante um combate de boxe. Foram totalmente descontextualizados.

Não estou a dizer que Israel não pode ser criticado, nem estou a dizer que a operação "Chumbo Fundido" não pode ser criticada. Erros foram cometidos. Israel pretende chegar a uma situação em que seja possível a manutenção de boas relações de vizinhança com uma entidade palestina estável, mas esta política de degradação das infra-estruturas protelou esse objectivo. De igual modo, a parcialidade e o tom do relatório afastaram ainda mais a ideia de uma solução de dois Estados, em que uma entidade israelita e uma entidade palestina coexistam lado a lado como vizinhos pacíficos.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, a delegação ao Parlamento Europeu do Partido Democrata Livre alemão (FDP) votou hoje contra a resolução de vários grupos para aplicar as recomendações do relatório Goldstone. Não podemos votar a favor de um relatório cujo próprio mandato de elaboração era altamente controverso – nem um único Estado-Membro da União Europeia tinha dado o seu apoio. Um relatório que iguala Israel democrático a um grupo oficialmente classificado pela UE como uma organização terrorista e um relatório que não tem em devida conta as causas mais profundas do conflito não merece o nosso voto.

O nosso sentido de voto não significa, contudo, a rejeição de uma investigação dos acontecimentos relacionados com a operação "Chumbo Fundido". Muito pelo contrário. Israel deve, com efeito, investigar de forma aprofundada todos os aspectos da operação, e, caso tenham efectivamente ocorrido violações da lei, estas devem ser punidas. O nosso sentido de voto também não significa apoio à política do Governo do Estado de Israel no processo de paz. Ficámos muito satisfeitos ao constatar sinais de que as conversações entre Israel e os palestinianos estão a ser reatadas, ainda que indirectamente, por enquanto.

A visita do Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, demonstra também que a Administração Obama está seriamente empenhada em alcançar uma paz duradoura na região. Apoiamos os seus esforços. Isto torna ainda mais difícil compreender o desprezo que Israel exibiu pelo Vice-Presidente, ao aprovar a construção de mais colonatos na Cisjordânia enquanto a sua visita ainda decorria – uma medida que suscitou críticas perfeitamente justas, e não só dos palestinianos.

Proposta de resolução RC-B7-0134/2010

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Estou convencido de que a União Europeia tem de enviar um sinal claro à Bielorrússia de que está preparada para reconsiderar as relações mútuas se o país não se abster de violar os direitos humanos e os princípios democráticos e não tomar medidas correctivas.

Quero também expressar a minha indignação pelo decreto emitido pelo Presidente da Bielorrússia relativo ao controlo da Internet, que, em muitos pontos, constitui uma clara negação da liberdade de expressão e de imprensa. Actos jurídicos como este restringem a liberdade e a democracia na Bielorrússia e agravam a desconfiança dos cidadãos e dos outros países, incluindo a União Europeia, em relação às suas autoridades estatais e aos seus representantes. No contexto das recentes detenções de representantes da sociedade civil e da oposição democrática, é impossível não ver o curto período de tempo que medeia entre a entrada em vigor do decreto, em Julho deste ano, e as próximas eleições presidenciais no início do próximo ano.

Jarosław Kalinowski (PPE). – (PL) Quero agradecer aos meus colegas terem elaborado esta resolução e a sua aprovação pelo Parlamento Europeu.

Ao apoiarmos esta resolução, expressámos o nosso apoio à defesa dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos, incluindo das minorias nacionais. É, ao mesmo tempo, uma iniciativa que visa defender os princípios fundamentais da democracia e da tolerância, que são o fundamento da Europa. Congratulo-me com a posição oficial do Parlamento nesta matéria, que apoia a minoria polaca na Bielorrússia.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para salientar que os Estados-Membros da União Europeia devem dar o exemplo aos outros países e aos nossos vizinhos e velar pelo pleno respeito dos direitos das minorias nacionais nos nossos Estados-Membros.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Votei a favor da adopção da resolução sobre a Bielorrússia. Na resolução, exigimos a legalização da União dos Polacos da Bielorrússia, liderada por Angelika Borys, e declaramos a nossa solidariedade a todos os cidadãos da Bielorrússia impedidos de usufruir plenamente dos seus direitos cívicos.

Ontem, recebi uma carta do Embaixador da Bielorrússia na Polónia. Ele manifesta preocupação a respeito das intenções dos membros do Parlamento Europeu que pretendiam que a resolução fosse aprovada. Em sua opinião, essas intenções surgiram em resultado da cobertura subjectiva da situação pelos meios de comunicação social polacos. Não é verdade. As intenções que estão por detrás da resolução são muito mais profundas. Elas são o respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, o respeito dos direitos das minorias, a garantia de normas mínimas e, em consequência, o bem da Bielorrússia e dos bielorrussos.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, apoiei a resolução sobre a situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia e hoje gostaria de expressar mais uma vez a minha grande preocupação com as recentes violações dos direitos humanos na Bielorrússia, contra membros da sociedade civil e contra membros das minorias nacionais e das suas organizações. Quero declarar toda a minha solidariedade aos cidadãos impedidos de usufruir plenamente dos seus direitos cívicos.

Quero também condenar com veemência a detenção de Angelika Borys, presidente da União dos Polacos da Bielorrússia, e de Anatoly Lebedko, dirigente máximo do Partido da União Cívica, da oposição bielorrussa, e das Forças Democráticas Unidas da Bielorrússia, que foi convidado desta Assembleia em diversas ocasiões.

Lamentavelmente, o povo da Bielorrússia não está a tirar partido de muitos projectos e de muitas propostas que a União Europeia está a financiar no âmbito da nossa política de vizinhança a Leste.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, no que se refere à situação na Bielorrússia, considero que é muito importante que, enquanto europeus, não esqueçamos quais são os nossos valores.

Quero chamar a vossa atenção para este aspecto devido ao recente resultado lamentável da votação do relatório Goldstone e porque, em todos os assuntos, sejam eles relacionados com a Bielorrússia, com o Médio Oriente, com o Extremo Oriente ou com África, devemos ter presentes os princípios fundamentais que nos guiam. São eles a democracia, os direitos humanos e a liberdade de opinião. Este é o direito de toda a União Europeia: os valores que nos unem e que procuram promover estes objectivos. É necessário fazer chegar esta mensagem à Bielorrússia. Devemos velar por que os direitos das minorias sejam tidos em conta e por que as minorias religiosas, que foram vítimas de várias formas de perseguição, sejam reconhecidas, assim como os seus direitos humanos e a sua liberdade de praticar uma religião.

É muito importante que nós, enquanto europeus, façamos tudo ao nosso alcance para levar a mensagem europeia também à Bielorrússia, proporcionando desse modo uma perspectiva de esperança ao país.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, apesar de apoiar grande parte da redacção da resolução, pergunto a mim mesmo se estaremos em posição de admoestar a Bielorrússia pelas limitações da sua democracia. Queixamo-nos de que a Bielorrússia tem um parlamento fraco que funciona como carimbo de aprovação, mas olhem à vossa volta. Cá estamos a carimbar docilmente as decisões do nosso “politburo” de 27 membros. Queixamo-nos de que, apesar de realizarem eleições, falseiam-nas; nós, por outro lado, organizamos referendos, realizamo-los honestamente, mas depois ignoramos o resultado. Queixamo-nos da sobrevivência do aparelho da União Soviética e, contudo, mantemos a nossa política agrícola comum, o nosso capítulo social, a nossa semana de 48 horas e o resto do aparelho do euro-corporativismo.

Não é de admirar, portanto, que os antigos partidos comunistas sistémicos dos Estados do COMECON tenham liderado as campanhas pelo “sim” quando os seus países se candidataram à adesão à *Evropeyskiy soyuz*.

Para alguns deles, na verdade, foi como um regresso a casa; vêm-me à memória as inquietantes páginas finais de "O Triunfo dos Porcos", em que os animais, olhando alternadamente para os porcos e para os homens, já não os conseguem distinguir.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, além de questionar o próprio conteúdo da resolução, gostaria igualmente de questionar o seu princípio.

Os patriotas franceses, flamengos, húngaros, alemães e austríacos são objecto de perseguições judiciais, profissionais e políticas constantes, e isto perante a indiferença, ou inclusivamente com o apoio, deste Parlamento que afirma dar o exemplo a praticamente todo o mundo e, em especial, fora das suas fronteiras.

Por exemplo, na semana passada, aprovámos uma resolução sobre a Ucrânia, que incluía uma disposição que muitos patriotas ucranianos consideram, com razão, insultuosa para o seu herói nacional, Stepan Bandera. Por certo, em circunstâncias extraordinariamente difíceis, ele esforçou-se por abrir caminho entre duas formas de totalitarismo: o totalitarismo hitleriano e o totalitarismo soviético. Isto não o faz menos herói para muitos ucranianos, que se sentem, com toda a justiça, humilhados pela maioria desta Assembleia.

Acontece que, no geral, os heróis nacionais lutaram contra os seus vizinhos. Será que o meu amigo Nick Griffin, verdadeiro patriota britânico, fica melindrado por, para nós, Joana D'Arc ser uma heroína nacional? Certamente que não! Pessoalmente, gostaria que o nosso Parlamento manifestasse as mesmas reservas em relação aos heróis dos países estrangeiros.

Proposta de resolução B7-0133/2010

Kay Swinburne, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, o Grupo ECR reconhece que o sector dos serviços financeiros não pode esperar escapar ileso da crise. Grandes danos foram causados por comportamentos irresponsáveis e o custo de pôr em ordem a situação deve ser suportado pelas partes envolvidas. Além disso, devem ser estabelecidos novos sistemas para impedir que uma situação como esta possa voltar a ocorrer e para que os fundos estejam disponíveis em situações de emergência para estabilizar as falhas sistémicas.

É possível que, no contexto de um acordo internacional, tenha chegado o momento de introduzir impostos sobre as transacções financeiras. Sejam quais forem as dúvidas quanto aos aspectos práticos do estabelecimento de um sistema como este, nenhuma medida deve ser excluída desde que tenha o apoio de toda a comunidade internacional e que haja garantias que assegurem o seu correcto funcionamento e a impossibilidade de serem contornadas.

A maior parte da resolução de hoje tem o nosso apoio, mas discordamos do n.º 7 por duas razões. Primeiro que tudo, opomo-nos a que a União Europeia adquira novos poderes para lançar impostos. Este ponto – embora cuidadosamente redigido – sugere que esse é um resultado desejado. Em segundo lugar, a finalidade de um imposto sobre as transacções financeiras não deve ser angariar fundos para projectos de estimação, por mais dignos que sejam. Em vez disso, deve ser assegurar a futura estabilidade financeira e fornecer protecção contra acontecimentos como os que causaram o recente caos económico.

A resolução, na sua versão actual, está demasiado centrada numa solução baseada num imposto sobre as transacções, deixa antever a atribuição de poderes de lançar impostos à UE e não aos Estados-Membros, sugere a utilização dos fundos angariados para financiar projectos de desenvolvimento e de mitigação das alterações climáticas e não para estabilizar o sector financeiro e, por fim, sugere que um imposto da UE pode ser executável sem participação a nível mundial. Por estes motivos, votámos contra esta proposta de resolução específica.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, abstive-me na votação da resolução sobre os impostos sobre as transacções financeiras pois é totalmente inadequada para combater a obscena especulação anti-social que afecta o mundo inteiro e que é praticada por fundos de investimento especulativo gigantes e por instituições bancárias ditas "prestigiosas", como a Goldman Sachs.

O *The Wall Street Journal* noticiou recentemente a ocorrência de um jantar privado, em Nova Iorque, em 8 de Fevereiro, que envolveu 18 dos maiores fundos de investimento especulativo e em que foi discutida a especulação contra o euro. Há já alguns meses, estes tubarões dos mercados financeiros, conhecidos como fundos de investimento especulativo, que controlam mais de 2 biliões de euros, têm vindo a especular deliberadamente contra o euro, e contra a Grécia, em particular, para colherem milhares de milhões em lucro privado.

Inacreditavelmente, a Comissão Europeia não só não levanta um dedo para os fazer parar, como efectivamente conspira com estes criminosos financeiros ao intimidar os trabalhadores e a pobre da Grécia, ordenando que os seus padrões de vida sejam trucidados para pagar o resgate exigido por estes parasitas.

Não precisamos de um imposto sobre as transacções financeiras. O que é preciso é assumirmos a propriedade pública e o controlo democrático sobre estes fundos de investimento especulativo e sobre estas grandes instituições bancárias para utilizarmos os seus imensos recursos em investimentos que ponham termo à pobreza e que beneficiem a sociedade, em vez de a destruírem em nome da ganância privada.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhor Presidente, abstivemo-nos, mas o meu principal objectivo era pronunciar-me contra a clara intenção da União Europeia e da Comissão de introduzir um imposto, como demonstram as recentes declarações do senhor Comissário Šemeta ao jornal *European Voice* a respeito da suposta introdução iminente de um imposto mínimo sobre as emissões.

Opomo-nos à ideia de conceder à União Europeia o poder de lançar impostos directos, uma prerrogativa inconstitucional em quase todos os Estados-Membros, porque viola o princípio "no taxation without representation". Opor-nos-emos por todos os meios ao nosso alcance a qualquer tentativa de introduzir um imposto directo, recorrendo inclusivamente à decisão do Tribunal Constitucional alemão de Junho de 2009.

Quero recordar que o senhor Presidente Van Rompuy deu indícios neste sentido quando, numa misteriosa reunião realizada uma semana antes da sua nomeação para o Grupo Bilderberg, que não é exactamente o grupo mais transparente do mundo, anunciou – e até se comprometeu com – a proposta de um imposto directo europeu sobre o CO₂, que conduziria a uma subida imediata dos preços do combustível, dos serviços, e, por conseguinte, prejudicaria os cidadãos europeus.

Esta proposta de um imposto da UE é inconstitucional.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, não estou convencido com os argumentos a favor de um imposto sobre as transacções financeiras, mas aceito os motivos sinceros dos apoiantes da proposta. É uma questão a respeito da qual pessoas de boa vontade podem chegar a diferentes conclusões.

Não existem argumentos que justifiquem a imposição de um imposto como este exclusivamente na União Europeia. Um "imposto Tobin" aplicado apenas a nível regional resultará numa fuga de capitais para as jurisdições isentas desse imposto; porque votou então esta Assembleia em tão grande número a favor de um sistema que colocará a União Europeia em desvantagem?

A resposta é que vai ao encontro de todos os desejos de um certo tipo de deputados desta Assembleia. Ataca os banqueiros, ataca a City de Londres e, acima de tudo, fornece à União Europeia um fluxo independente de receitas, o que significa que esta não tem de recorrer aos Estados-Membros.

A par das várias outras propostas que entrevemos para a harmonização da supervisão financeira, da directiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos e assim por diante, vemos uma ameaça de proporções épicas à City de Londres e vemos a União Europeia a ser entregue à pobreza e à irrelevância.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, qualquer pessoa que reflecta sobre a recente crise financeira irá perguntar-se como permitimos que a regulamentação e a supervisão conduzissem a uma situação em que as instituições bancárias são consideradas demasiado grandes para falir e milhares de milhões de dinheiro dos contribuintes são utilizados para escorar essas instituições.

Deste modo, a ideia de um imposto mundial sobre as transacções financeiras pode parecer razoável, se queremos ajudar as vítimas da crise financeira e também os habitantes dos países mais pobres.

Porém, se pensarmos na forma como esta taxa seria efectivamente imposta, e no seu impacto real, e se a seguirmos ao longo da cadeia que atravessa os mercados financeiros, na realidade encontraríamos os bancos a passarem estes custos aos seus clientes. Este imposto teria igualmente um forte impacto para aqueles de nós que pretendem efectuar trocas comerciais com os países em desenvolvimento ou para os empresários dos países em desenvolvimento que pretendem efectuar trocas comerciais com o resto do mundo, e afectaria o custo dos seguros, tão decisivos no comércio internacional.

Se queremos verdadeiramente combater este problema, não deveríamos entregar milhares de milhões de dinheiro dos contribuintes a Governos corruptos ou incompetentes. Deveríamos desenvolver esforços para abolir as barreiras pautais na UE e nos países pobres, a fim de ajudar os empresários destes países a criar riqueza e a tirar as pessoas da pobreza.

Proposta de resolução B7-0132/2010

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Compreendo os esforços da União Europeia no que se refere à introdução de um regime único para as transacções bancárias na zona euro.

Por outro lado, vejo a introdução destas novas regras a ser abusada pelos bancos com o objectivo de aumentarem as comissões cobradas aos clientes. Se, por um lado, os nossos bancos, sob pressão da União Europeia, ajustarem os pagamentos das transferências transfronteiriças SEPA na zona euro para que se encontrem ao mesmo nível que as transferências internas, as comissões aplicadas aos depósitos e aos levantamentos de dinheiro nas agências aumentarão paralelamente. É claro para todos nós que os custos para os bancos associados aos movimentos de numerário não sofreram qualquer alteração em resultado das novas regras.

Consequentemente, há que dizer alto e bom som que a exploração pelos bancos das novas regras introduzidas na zona euro para aumentarem os seus lucros a expensas dos nossos cidadãos é pura estupidez. Por isso, deve ser nossa obrigação acompanhar atentamente a forma como a nova regulamentação relativa às instituições financeiras está a ser aplicada.

Proposta de resolução RC-B7-0154/2010

Jarosław Kalinowski (PPE). – (PL) Votei a favor da aprovação da resolução porque, enquanto representante do meu eleitorado, não posso aceitar que sejam celebrados acordos sem o seu consentimento e contra a sua vontade. O Tratado de Lisboa atribuiu novas competências ao Parlamento Europeu, motivo por que este deve ser capaz de proteger os direitos dos cidadãos.

Concordo com os autores da resolução, que criticam a forma como as negociações da Comissão sobre o Acordo Comercial Anticontrafacção estão a ser mantidas em segredo, assim como a ausência de cooperação com o Parlamento Europeu nesta matéria. Esta acção é contrária à legislação da UE em vigor relativa ao acesso universal à informação sobre as actividades das autoridades públicas e, além disso, restringe o direito à privacidade. É positivo, por conseguinte, que o Parlamento Europeu se tenha debruçado sobre a transparência das negociações da Comissão Europeia, assim como sobre a contrafacção e a sua prevenção.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, no que se refere ao Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA), as negociações em curso enfermam de uma total falta de transparência. A utilização do corrente modelo negocial para produzir um acordo mundial é totalmente contrária aos processos transparentes e democráticos que devemos esperar dos nossos legisladores. Independentemente do conteúdo do acordo, é inaceitável que o escrutínio público seja evitado durante a preparação de políticas que irão afectar directamente um tão grande número de cidadãos europeus.

No que respeita ao conteúdo, é necessário prestar toda a atenção à Autoridade Europeia para a Protecção de Dados, que emitiu um parecer muito duro sobre estas negociações. A AEPD encoraja vivamente a Comissão Europeia a estabelecer um diálogo público e transparente sobre o ACTA. Além disso, afirma que, embora a propriedade intelectual seja importante para a sociedade e deva ser protegida, não deve ser colocada acima dos direitos fundamentais dos indivíduos à privacidade, à protecção dos dados pessoais e a outros direitos como a presunção de inocência, a tutela jurisdicional efectiva e a liberdade de expressão. Por último, afirma que uma política de interrupção da ligação à Internet em três etapas restringiria seriamente os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos da UE.

Esta é uma questão muito importante para todos os cidadãos da UE e a forma como for tratada pela Comissão e pelo Parlamento será muito reveladora no que se refere à responsabilidade e à transparência.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, um dos aspectos importantes desta proposta de resolução foi termos conseguido formar uma aliança entre todos os membros da Assembleia.

Um facto que gerou consenso foi que, na ausência de qualquer informação válida sobre estas negociações, o que era veiculado na blogosfera e noutros suportes eram rumores que indiciavam propostas como a confiscação de computadores portáteis e de leitores de MP3 nas fronteiras. Ficou claro nesta Assembleia que queríamos informações e mais transparência no que respeita às negociações do Acordo Comercial Anticontrafacção.

O senhor Comissário ouviu ontem esta mensagem alto e bom som, e estou muito satisfeito por ter prometido fornecer-nos mais informações. Se a Comissão está a negociar em nome dos 27 Estados-Membros e em

nome da UE, é essencial que conheçamos a posição negocial e que seja realizada uma avaliação de impacto exaustiva das propostas, a fim de apurar as suas consequências para a indústria da UE.

Congratulo-me com os comentários feitos ontem pelo senhor Comissário e aguardo com expectativa um aumento da transparência.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Preocupa-me o método e o procedimento adoptados pela Comissão Europeia para negociar o Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA).

As negociações estão a ser realizadas em segredo, à porta fechada, sem que o Parlamento Europeu e os seus membros sejam devidamente informados, os quais deveriam, no final, aprovar o documento. Penso que devemos alterar os procedimentos no que respeita ao momento em que Comissão Europeia espera que o Parlamento assuma a responsabilidade por quaisquer acordos que lhe sejam submetidos. Além disso, não será um bom sinal para os cidadãos europeus ou para o resto do mundo se tivermos recorrentemente de reenviar os tratados internacionais à Comissão Europeia para revisão. Esta conduta não é indicativa de uma boa comunicação entre as instituições mais importantes da União Europeia.

Proposta de resolução RC-B7-0181/2010

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, como muitos de nós sabemos, o sistema SPG terá de ser revisto e o sistema actual está a chegar ao seu termo.

Um aspecto muito importante a ter em conta na análise do SPG e do SPG+ é que, durante as negociações dos acordos de parceria económica, existiam muitos Estados nas regiões propostas que se opunham à assinatura de um acordo com a UE.

Uma das coisas que sempre critiquei nos acordos de parceria económica é o facto de adoptarem uma abordagem "de tamanho único" ao comércio. Igualmente alarmante durante o debate com a Comissão foi o facto de um dos altos funcionários ter anunciado que os acordos de parceria económica não só visam objectivos comerciais, como também visam exportar o modelo de integração regional da UE.

Existem países específicos que querem celebrar acordos com a UE e que querem poder exportar os seus produtos e serviços para a UE como beneficiários de um tratamento preferencial. Por conseguinte, aos países que querem um acordo de comércio, mas que não se enquadram nos critérios dos acordos de parceria económica, devemos propor o sistema SPG+ como alternativa, e devemos procurar ser mais flexíveis.

Espero que então possamos ajudar os empresários a criar riqueza e a tirar os desfavorecidos da pobreza em muitos destes países.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, quase sem se fazerem notar, a América do Sul e a América Central estão a transitar para uma forma de autocracia – uma espécie de neocaudilhismo. Na Nicarágua, na Venezuela, no Equador e na Bolívia assistimos à emergência de regimes que, embora não sejam exactamente ditatoriais, seguramente não apoiam a democracia parlamentar – pessoas que, apesar de legitimamente eleitas, começam a dismantelar todos os mecanismos de controlo do seu poder: a Comissão Eleitoral, o Supremo Tribunal de Justiça, as câmaras do Parlamento e que, em muitos casos, anulam as suas constituições e reescrevem – "refundam", como lhe chamam – os seus Estados segundo princípios socialistas.

Com tudo isto a acontecer, quem escolhe a esquerda para criticar naquela parte do mundo? Um dos poucos regimes que verdadeiramente goza de apoio popular: o regime de Álvaro Uribe, na Colômbia, que tem o apoio de mais de três quartos da população porque restaurou a ordem naquele país desafortunado e adoptou medidas severas contra os grupos paramilitares da esquerda e da direita. O facto de Álvaro Uribe ser a pessoa que alguns membros desta Assembleia escolheram criticar demonstra uma definição de prioridades extraordinária. Tenham vergonha.

(ES) É errado facilitar a vida aos grupos paramilitares, que vergonha!

Relatório: Gabriele Albertini (A7-0023/2010)

Alfredo Antonozzi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, agradeço ao meu colega, senhor deputado Albertini, o excelente trabalho que realizou neste tema central para a política europeia. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, as competências da União em matéria de política externa e de segurança comum foram aumentadas, e acredito que muitos de nós esperam que a instituição a que pertencemos assumam uma maior responsabilidade e aumente o seu envolvimento no que respeita à política externa.

Estou particularmente de acordo em que a Alta Representante para a PESC deve consultar a comissão competente do Parlamento Europeu sobre as nomeações para cargos superiores do Serviço Europeu para a Acção Externa, que se encontra em fase de criação, e que deve assegurar o acesso do Parlamento Europeu, assim como do Conselho, a informações confidenciais.

Por conseguinte, acredito que o cabo que dobrámos com este relatório constitui um primeiro e importante passo no sentido da criação de uma política externa europeia forte, determinada a afirmar o seu papel e o seu peso político no cenário internacional.

Nicole Sinclaire (NI). – (EN) Senhor Presidente, votei contra as alterações 17D e 19, que atacavam a NATO e solicitavam o encerramento das suas bases na União Europeia. Um dos últimos argumentos dos que acreditam neste projecto europeu é que a UE manteve a paz na Europa nos últimos 50 ou 60 anos. Bem, eu diria que isso é mentira e que, na verdade, foi a NATO que manteve a paz na Europa com as suas forças.

Considero uma vergonha que esta Assembleia tenha permitido que uma alteração como esta fosse submetida a votação. Reparei que o grupo que propôs esta alteração é o que resta de uma ideologia fracassada que manteve o povo cercado por muros e violou os seus direitos humanos fundamentais. Foram as forças da NATO que protegeram o resto da Europa deste pesadelo. Quero que fique registada na acta a minha gratidão para com os EUA, o Canadá e as outras nações da NATO por nos terem poupado a esse pesadelo. Acredito que é no interesse do Reino Unido cooperar com todos estes países contra a nova forma de totalitarismo que é a União Europeia.

Relatório: Arnaud Danjean (A7-0026/2010)

Alfredo Antonozzi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, votei a favor porque queria acentuar que a aspiração de aumentar a sinergia e colaboração civilo-militar entre a União Europeia e os seus Estados-Membros é uma posição que todos podemos amplamente partilhar, ainda que respeitando algumas orientações não-alinhadas ou neutrais.

Também considero importante a criação de uma instituição para a coordenação de mecanismos, como um centro permanente de operações da União Europeia, sob a autoridade da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que permitiria a eficaz coordenação do planeamento conjunto das operações civis e militares. Esta instituição teria como objectivo eliminar problemas, desorganização e atrasos, que, infelizmente, continuam a ocorrer com o actual sistema.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, obrigado pela sua paciência. Votei contra este relatório porque repete as perigosas orientações expressas no Tratado de Lisboa no que respeita à estratégia europeia de defesa e segurança. Por outras palavras, apela à militarização da União Europeia, legitima a intervenção militar, reconhece a primazia da NATO e as estreitas relações entre tudo isso e até advoga – num período de crise e de agudas necessidades sociais – um aumento do poder militar.

Na minha opinião, a União Europeia deveria, mais do que nunca agora que a forma como o mundo está organizado se encontra em observação, adoptar uma política pacífica e uma diferente percepção política da segurança, seguir uma política externa e de defesa independente, emancipada dos Estados Unidos, procurar resolver os diferendos internacionais por meios políticos e conduzir-se no respeito pelo direito internacional e pelo papel reforçado da ONU.

Penso que essa política é a que melhor reflecte os pontos de vista dos cidadãos europeus.

Declarações de voto escritas

Relatório: Klaus-Heiner Lehne (A7-0011/2010)

Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito. – (RO) A aprovação deste relatório por uma larga maioria traduz a preocupação que devemos ter pelas pequenas e médias empresas. Actualmente, 5,4 milhões de microempresas estão obrigadas a compilar contas anuais, ainda que o raio de acção das suas actividades esteja confinado a um específico mercado local ou regional. Se estas sociedades não desenvolvem actividades transfronteiriças ou nem sequer actuam no mercado nacional, esta obrigação de prestação de informações apenas serve para criar um ónus administrativo sem sentido, do qual resultam encargos para estas sociedades comerciais (cerca de 1 170 euros).

Por essa razão, este relatório recomenda que os Estados-Membros isentem da obrigação de publicação das contas anuais as sociedades comerciais que preencham dois dos seguintes critérios para serem consideradas

microempresas: activo total inferior a 500 000 euros, resultado líquido inferior a 1 milhão de euros e/ou número médio de 10 empregados ao longo do exercício anual. As microempresas continuarão obviamente a manter um registo contabilístico, de acordo com as leis internas de cada Estado-Membro.

Na actual crise que a Europa atravessa, o sector privado constituído pelas pequenas e médias sociedades (incluindo, portanto, as microempresas) deve ser incentivado e, ao mesmo tempo, visto, neste difícil contexto, como campo privilegiado para absorver a força de trabalho tornada excedentária pelo Estado e pelo sector empresarial privado.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Voto favoravelmente o Relatório Lehne sobre as contas das microempresas porque defendo medidas activas de desburocratização e de apoio às Pequenas e Médias Empresas que, em Portugal e na Europa, são responsáveis pela maior criação de emprego. Chamo a atenção para a criação de eventuais desigualdades no mercado interno. Tratando-se de uma faculdade que competirá aos Estados-Membros aplicar ou não, iremos ter países com regras diferentes para as empresas idênticas.

A forma de transpor estas normas deverá acautelar igualmente que não haja consequências negativas para os esforços em curso de combate à fraude e à evasão fiscal e de luta contra a criminalidade económico-financeira (seja no plano nacional, seja no europeu e internacional). A protecção de sócios e credores deverá ser igualmente acautelada.

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), *por escrito*. – (RO) As duas últimas fases de alargamento da União Europeia trouxeram inúmeros benefícios, de idêntica forma, para antigos e novos Estados-Membros, colocando, ao mesmo tempo, um conjunto de desafios. Penso que a decisão de simplificar, dentro de certa medida, a vida das microentidades deveria ser definida a nível europeu e não ser deixada ao critério de cada Estado-Membro. É esta a única maneira de obter êxito na redução da burocracia para as microempresas e de criar de um equilíbrio. Deve ser dada particular atenção à eliminação de todas as dificuldades que cerceiam a actividade das microempresas e desencorajam as pessoas de solicitar o apoio financeiro da União Europeia.

Anne Delvaux (PPE), *por escrito*. – (FR) Na última quarta-feira, o Parlamento Europeu aprovou uma proposta para suprimir a obrigação de as pequenas e médias empresas publicarem as suas contas anuais. No seu esforço para reduzir o ónus administrativo, a Comissão europeia propôs que os países que o desejem possam isentar as suas PME desta obrigação anual de publicarem as suas contas estabelecida na actual legislação europeia. Eu fui contra esta derrogação porque, em virtude da proposta da Comissão, o quadro europeu de regulação e harmonização deixará de ser aplicável a mais de 70% das empresas europeias.

A opção de isentar as microentidades da obrigação de elaborar e publicar as suas contas anuais não logrará reduzir o ónus administrativo. O meu receio é que uma aplicação não uniforme da opção de isentar as microentidades por parte dos Estados-Membros redunde no fraccionamento do mercado único.

É também esta a razão pela qual os eurodeputados e Governo belgas ferozmente se opuseram à proposta europeia (aliás, a Bélgica reuniu à sua volta uma minoria de bloqueio no Conselho de Ministros, onde a proposta tem ainda de ser votada).

Robert Dušek (S&D), *por escrito*. – (CS) O relatório sobre a proposta de directiva relativa às contas anuais das sociedades esclarece o quadro e amplia a obrigação de apresentar contas no caso das microentidades. O objectivo desta medida é reduzir o ónus administrativo e, assim, ajudar a estimular a competitividade e o crescimento económico das microentidades. Saúdo a proposta do relator, que dá aos Estados-Membros a possibilidade de escolherem livremente, permitindo-lhes isentar as microentidades da obrigação de apresentar contas anuais, ou seja, isentá-las e excluí-las do âmbito desta directiva. Tratando-se de entidades cujo raio de acção está limitado a um mercado regional ou local sem alcance transfronteiriço, não devem as mesmas ser oneradas com obrigações adicionais derivadas de uma legislação europeia que é apenas aplicável ao mercado europeu. Pelas razões acima mencionadas, concordo com o enunciado do relatório.

Françoise Grossetête (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório Lehne porque a supressão das obrigações contabilísticas das microentidades não reduzirá os custos reais da actividade destas e criará grande incerteza jurídica. Essa isenção minará a confiança necessária nas relações entre as muito pequenas empresas (MPE) e terceiros (clientes, fornecedores e banca).

Para a obtenção de crédito, é necessário deter informação segura. Sem um quadro contabilístico, banqueiros e outras partes interessadas, que sempre exigirão informação, ver-se-ão obrigados a encontrar uma desculpa para reduzir o volume dos empréstimos concedidos. Esta situação será prejudicial para as muito pequenas empresas (MPE).

Astrid Lulling (PPE), *por escrito*. – (DE) Hoje, votei contra o relatório Lehne, porque penso que a redução das despesas administrativas a cargo das pequenas e médias empresas (PME) deve ser inserida numa abordagem uniforme e global válida para a totalidade da União Europeia.

Se esta proposta fosse aplicada, mais de 70% das sociedades europeias – na verdade, mais de 90% no Luxemburgo – seriam dispensadas da obrigação de elaborar contas anuais normalizadas.

Como consequência disso, perder-se-ia um importante instrumento de tomada de decisão para a gestão responsável das empresas abrangidas.

Se os Estados-Membros não aplicassem esta isenção de modo uniforme às microempresas – o que é altamente provável –, isso conduziria à fragmentação do mercado comum.

Isso torna esta medida inadequada. De modo particular, as sociedades que levam a cabo negócios transfronteiriços ver-se-iam numa situação de desvantagem. A única solução razoável é a de simplificar as regras aplicáveis a todas as microempresas europeias, a nível de toda a União Europeia.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (RO) De forma especial num momento em que a crise económica maltratou substancialmente as pequenas empresas, é nosso dever empenharmo-nos em proporcionar-lhes todas as facilidades que possam ajudá-las na sua recuperação e disponibilizar, de novo, apoio à economia europeia. Neste contexto, é importante reduzir a burocracia. Saúdo a decisão hoje adoptada. Espero que o maior número possível de Estados-Membros aplique esta medida de uma forma exemplar e eficaz, para benefício dos pequenos empresários e da economia em geral.

Georgios Papastamkos (PPE), *por escrito*. – (EL) Votei a favor do relatório Lehne porque concede aos Estados-Membros a faculdade de tomar em consideração as diferentes repercussões que a aplicação da directiva pode ter nos seus assuntos internos, especialmente no que respeita ao número de sociedades que ficam abrangidas pelo seu âmbito. A actividade transfronteiriça das microentidades é de inexpressivo significado. Além disso, a publicação anual das contas assegura a transparência e é condição necessária para acesso das microentidades ao mercado de crédito, à adjudicação de contratos públicos e a relações de negócio com outras sociedades.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) Votei contra o relatório Lehne e a proposta da Comissão. Constituem um passo atrás em termos de mercado interno e um risco óbvio de distorção da concorrência entre as pequenas PME europeias.

Sejamos claros, as consequências desta proposta foram lastimavelmente subestimadas. Além disso, não tiveram em conta o facto de que, na falta de uma directiva europeia, cada Estado-Membro imporá as suas próprias regras na matéria. Por isso, não surpreende ver todas as organizações respeitantes a PME e organizações europeias – também belgas, no meu caso: a União das Classes Médias e a Federação das Empresas na Bélgica – oporem-se massivamente a esta proposta.

Sim, mil vezes sim à redução dos ónus administrativos das empresas, em particular das PME, mas uma redução coerente, obtida através de uma proposta de revisão geral das 4.^a e 7.^a directivas relativas ao direito das sociedades.

Robert Rochefort (ALDE), *por escrito*. – (FR) A proposta que nos é submetida consiste em permitir aos Estados-Membros isentar certas empresas (microentidades) da obrigação de elaborar e publicar as suas contas anuais. Sou, naturalmente, um fervoroso partidário da redução dos ónus administrativos das empresas, em particular das PME e das muito pequenas empresas (MPE). Mas a proposta da Comissão falha clamorosamente o alvo: primeiro, não é líquido que o sistema proposto realmente reduzisse o ónus administrativo destas empresas (os dados estatísticos actualmente disponíveis terão de ser recolhidos por outros meios) e, segundo, este texto, que deixa a cada Estado-Membro a decisão de fazer ou não uso da isenção, potencia o risco de fragmentação do mercado interno (na hipótese, altamente provável, de que uns Estados-Membros aplicarão a isenção e outros não). Esta proposta deveria ser retirada e prestar-se atenção à questão da simplificação dos ónus administrativos aplicáveis a estas pequenas empresas (direito das sociedades, simplificação dos requisitos da informação financeira, contabilidade, auditoria, etc.), no quadro da revisão global das 4.^a e 7.^a directivas relativas ao direito das sociedades, prevista para breve. Por isso, votei contra o relatório do senhor deputado Lehne sobre as contas anuais de certas formas de sociedades, no que diz respeito às microentidades.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – O objectivo da presente proposta consiste em simplificar o ambiente empresarial e, em particular, os requisitos de prestação de informações financeiras por parte das microentidades, a fim de reforçar a sua competitividade e concretizar o seu potencial de crescimento.

Neste contexto, saúdo as alterações incluídas no relatório relativas à redução da carga administrativa das microempresas, pois considero que consiste numa medida importante para estimular a economia europeia e de combate à crise, sendo que as actividades das microempresas apenas estão confinadas a um mercado local ou regional no qual a elaboração de contas anuais se traduz numa medida onerosa e complexa.

Porém, ressalvo a ideia de que a isenção das microempresas do dever de prestação anual de contas, que será aliás uma decisão que caberá a cada Estado-Membro adoptar, poderá ter implicações directas em matéria de combate à fraude e à evasão fiscal e de luta contra a criminalidade económico-financeira, bem como em matéria de protecção dos sócios e credores.

Defendo, por isso, que sejam encontradas soluções equilibradas com vista a adequar a aplicação da presente medida, para além da obrigação expressa no documento de continuar a manter uma contabilidade sobre as respectivas operações comerciais e a situação financeira. É, assim, com alguma reserva, que voto favoravelmente o presente relatório.

Marianne Thyssen (PPE), *por escrito*. – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a adopção pelo Parlamento da Lei das Pequenas Empresas em Março de 2009 desencadeou uma sucessão de propostas políticas aptas a tornar o ambiente empresarial na Europa mais convidativo para as PME, mediante a simplificação administrativa, entre outros instrumentos. A eliminação do sistema contabilístico das que foram qualificadas como “microentidades” aparenta ser, à primeira vista, um importante acto de simplificação administrativa, mas, dado o significado da informação financeira para todos os interessados, designadamente mutuantes, administração fiscal e parceiros de negócio, isso, pelo contrário, abrirá, de facto, a porta a mais burocracia e custos mais elevados. Além disso, as sociedades perderão uma ferramenta útil para o desenvolvimento interno do negócio.

Contudo, apoio o pedido da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários de que o impacto do significado de qualquer isenção concedida a microentidades seja minuciosamente avaliado e inserido no quadro de uma revisão global das 4.^a e 7.^a directivas relativas ao direito das sociedades. Na minha opinião, esta proposta não contém os instrumentos necessários para enfrentar eficazmente a questão da burocracia.

Por estas razões, votei a favor da rejeição da proposta da Comissão. Dado que o relatório do meu estimado colega, o senhor deputado Lehne, se baseia nos mesmos princípios da proposta da Comissão, também não estaria eu em posição de apoiar o seu relatório. Formulo o voto de que o Conselho elabore uma decisão ponderada e fundamentada.

Derek Vaughan (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da proposta de isentar as microentidades (pequenas empresas) da aplicação do regulamento europeu relativo às normas de contabilidade. Trata-se de uma proposta de extrema importância, porque reduzirá o desnecessário ónus de burocracia que fustiga as pequenas empresas e ajudará cada uma de mais de 5 milhões de empresas a poupar cerca de 1 000 libras esterlinas. A União Europeia comprometeu-se a reduzir os ónus que recaem sobre as pequenas e médias empresas em 25% até 2012 e esta lei constitui um passo de vital importância no caminho para alcançar esse objectivo. Estas pequenas empresas são, muitas vezes, o primeiro passo no trilho do êxito dos empregadores do futuro e, portanto, precisam de ser objecto de cuidados, especialmente em tempos de recessão.

Sophie Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório do senhor deputado Lehne sobre as contas anuais das microentidades, porque, apesar de a análise de impacto realizada pela Comissão Europeia ter sido, na minha opinião, incompleta e insuficiente, quis adoptar uma posição que fosse claramente a favor da simplificação das obrigações contabilísticas impostas às muito pequenas empresas. Do ponto de vista económico e social, não faz sentido que uma muito pequena empresa esteja sujeita aos mesmos constrangimentos administrativos que outras empresas muito maiores. As muito pequenas empresas representam mais de 85% das empresas europeias; ou seja, são a espinha dorsal da nossa economia, que precisa de um estímulo urgente. Por essa razão, acredito que a redução harmonizada das suas obrigações se insere no caminho certo, embora lhes deva ser garantido que esse facto não restringirá o seu acesso ao crédito. A avaliação deve, pois, ser feita transversalmente, tendo em conta o ambiente económico global que envolve as muito pequenas empresas, as suas relações com a banca, com os centros de gestão – no caso das empresas francesas – e, claro, com os seus clientes. Não pensemos sempre em termos de obrigações, mas confiemos nos nossos empresários e nos nossos artesãos, que precisam que lhes reduzamos os seus ónus administrativos.

Françoise Castex (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra esta proposta porque é susceptível de, a longo prazo, prejudicar as PME e, reduzindo o seu acesso ao crédito, despojá-las das condições de transparência e de confiança necessárias à sua gestão e ao dinamismo da sua actividade. Penso que não podemos, por um lado, exigir maior transparência à banca criticando-a pela opacidade dos mercados financeiros que gerou a

actual crise e, por outro lado, pretender suprimir as ferramentas de transparência cruciais para os próprios agentes económicos e para as políticas de regulação económica que queremos conduzir a nível europeu. A simplificação das obrigações contabilísticas das PME e, em particular, das mais pequenas de entre elas continua a ser uma necessidade urgente. A Comissão Europeia deve proceder com urgência à revisão das 4.^a e 7.^a directivas do direito das sociedades, pois só assim pode ser alcançada uma solução global, justa e coerente.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com a adopção do relatório Lehne, que certamente contribuirá para reduzir os encargos administrativos das microempresas. As pequenas empresas queixam-se frequentemente do excesso de regulamentação, encargos e burocracia que põem muitas vezes em causa a sua sobrevivência financeira. As micro-empresas têm razão quando argumentam que não devem estar sujeitas às mesmas regras e regulamentos que empresas maiores. Espera-se que as regras propostas neste relatório levem ao fomento do volume de negócios e a uma maior competitividade para as micro-empresas. Este relatório dá ainda flexibilidade aos Estados Membros para transpor a directiva no momento mais apropriado com o intuito de evitar dificuldades que possam resultar da redução de regulamentação. No entanto, as microempresas poderão continuar, numa base voluntária, a elaborar contas anuais, sujeitá-las a auditoria e enviá-las para o registo nacional. Em todo o caso, as microempresas continuarão a manter os seus registos de vendas e de transacções para efeitos da sua gestão e informações fiscais. A Comissão prevê uma poupança total de entre 5,9 e 6,9 mil milhões de euros para as 5,941,844 microempresas no caso de todos os Estados-Membros adoptarem esta isenção. Em Portugal, 356,140 empresas portuguesas seriam cobertas por esta isenção, se adoptada pelo Governo Português.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra a proposta de directiva relativa às contas anuais de certas formas de sociedades aprovada na quarta-feira, 10 de Março de 2010. Apesar de ser favorável a uma significativa redução do ónus regulamentar que impende sobre as PME, creio todavia que os requisitos contabilísticos também constituem importantes instrumentos de gestão para os seus parceiros externos (banca, clientes, fornecedores, etc.). Ao reduzir o seu acesso ao crédito, esta proposta é susceptível de, a longo prazo, despojar as PME das condições de transparência e de confiança necessárias à sua gestão e ao dinamismo da sua actividade. É paradoxal, por um lado, exigir maior transparência à banca criticando-a pela opacidade dos mercados financeiros que gerou a actual crise e, por outro lado, pretender suprimir as ferramentas de transparência cruciais para os próprios agentes económicos e para as políticas de regulação económica a que dou o meu apoio a nível europeu.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (FR) O Parlamento Europeu, à semelhança do Comité Económico e Social Europeu, apoia o objectivo prosseguido pela Comissão com a apresentação desta iniciativa, que é o de isentar as microentidades de obrigações administrativas e contabilísticas onerosas e de todo desproporcionadas às necessidades e estruturas internas das microentidades e dos principais utilizadores de informação financeira, a fim de lhes permitir fazer face aos inúmeros desafios estruturais inerentes a uma sociedade complexa, graças à plena execução da Carta Europeia das Pequenas Empresas e de acordo com um processo integrado na Estratégia de Lisboa. Considero positiva a proposta de simplificação apresentada pela Comissão. O seu objectivo é garantir que o quadro regulamentar ajude a estimular o espírito empresarial e inovador das microempresas e pequenas empresas, a fim de que elas se tornem mais competitivas e tirem o melhor partido possível do potencial do mercado interno. Contudo, as microentidades devem permanecer sujeitas à obrigação de manter um registo das suas transacções comerciais e da sua situação financeira como requisito mínimo a que os Estados-Membros são livres de acrescentar obrigações adicionais. Tudo visto, penso que a redução da burocracia ajudará as pequenas e médias empresas e só posso regozijar-me com esse facto.

Proposta de resolução comum RC-B7-0151/2010

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente esta resolução, pois defende o reforço da coordenação económica entre os países europeus, uma maior coerência entre o Pacto de Estabilidade e Crescimento e outras estratégias europeias, a implementação de uma ambiciosa agenda social para combater o desemprego, uma maior flexibilidade da idade da reforma e a promoção das PME.

Saliento ainda o facto de esta solicitar à Comissão que avance com novas medidas de incentivos para os Estados-Membros que implementem a Estratégia UE 2020, penalizando eventualmente aqueles que não o fizerem, o que é crucial para que esta seja um sucesso, uma vez que os problemas que enfrentamos são comuns e requerem uma solução a nível europeu.

Saúdo também a decisão do Conselho Europeu pelo maior realismo da estratégia, conferindo-lhe uma maior clareza, menos objectivos, e quantificando-os.

Por último, não posso deixar de realçar a inclusão da agricultura nesta estratégia, pois esta não estava contemplada na proposta inicial, e este é sem dúvida um sector essencial para a Europa atingir os seus objectivos, quer do ponto de vista económico, alimentar e ambiental, quer por uma melhor qualidade de vida nas zonas rurais, gerando emprego.

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A Estratégia “UE 2020” deve resolver os problemas causados pela crise económica e financeira através de medidas directamente focadas nos pontos sensíveis das economias dos Estados-Membros. Não tendo a Estratégia de Lisboa obtido o êxito esperado pelos muitos objectivos nela definidos, uma estratégia para ultrapassar a crise tem de estar centrada em poucos, claros e quantificáveis objectivos, entre os quais: apontar soluções para lutar eficazmente contra o desemprego, em especial o desemprego jovem, promover e prestar apoio às pequenas e médias empresas, que são responsáveis pela maioria dos empregos e das inovações, bem como aumentar para 3% a percentagem atribuída à I&D pelos orçamentos da União Europeia e nacionais.

Temos de ter a noção de que o espaço de manobra para as políticas sociais na Europa diminuirá no futuro com o envelhecimento da população, ao passo que o aumento da produtividade só poderá advir de maior investimento em tecnologia e na educação. Se queremos um mercado de trabalho mais competitivo, temos de reestruturar os sistemas de segurança social e apoiar práticas de trabalho mais flexíveis. Ao mesmo tempo, tal estratégia deve apoiar o desenvolvimento de métodos de produção que respeitem o ambiente e a saúde das pessoas.

Regina Bastos (PPE), *por escrito*. – No passado dia 3 de Março, a Comissão Europeia apresentou a Estratégia 2020: “Uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”. É uma proposta assente em cinco objectivos quantificáveis para a União Europeia (UE) no horizonte de 2020, que irão enquadrar o processo e que deverão ser traduzidos em objectivos nacionais: emprego, investigação e inovação, alterações climáticas e energia, educação e luta contra a pobreza.

É uma Estratégia que se centra em objectivos concretos, realistas e devidamente quantificados: subida da taxa de emprego de 69% para pelo menos 75%; aumento para 3% do PIB do investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D); diminuição da pobreza em 25%; redução da taxa de abandono escolar dos actuais 15% para 10%; e aumento da percentagem, de 31% para 40%, de jovens de 30 anos com um diploma do ensino superior.

Votei favoravelmente a resolução relativa à Estratégia 2020 por entender que os objectivos nela enunciados marcam o rumo que a Europa deve seguir e que responde de forma clara e objectiva aos problemas criados pela crise económica e financeira, ao nível do desemprego, da regulação financeira e do combate à pobreza e constituem a referência que nos permitirá avaliar os progressos alcançados.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Votei a favor desta resolução. Dado que seremos incapazes de resolver os actuais problemas sociais e económicos ao nível nacional, teremos, pois, de lhes dar solução ao nível europeu e internacional. A Estratégia “UE 2020” deve, acima de tudo, ser um modo eficaz de superar a crise económica e financeira, porque o objectivo desta estratégia é a criação de empregos e o crescimento económico.

O assunto mais importante nas actuais discussões são os elevados níveis de desemprego na Europa, porque os Estados-Membros enfrentam níveis de desemprego continuamente crescentes, com mais de 23 milhões de mulheres e homens privados de trabalho, existindo, em consequência, grandes dificuldades sociais e de subsistência. Por isso, a resolução do Parlamento Europeu dedica muita atenção à criação de novos empregos e ao combate contra o isolamento social.

Além disso, o Parlamento chama a atenção da Comissão para não se limitar a ter em conta o desemprego e os problemas sociais, mas apresentar medidas efectivas para os resolver, a fim de que esta nova estratégia possa ter um genuíno impacto nas vidas reais das pessoas. Gostaria de sublinhar que a Europa já aprendeu com os seus erros, após não ter sido capaz de implementar plenamente os objectivos que anteriormente definira na Estratégia de Lisboa. Por essa razão, a nova estratégia para a próxima década deve ser baseada num forte sistema de gestão e deve implicar responsabilidade. Consequentemente, ao votar hoje esta resolução, exorto a Comissão e o Conselho Europeu a concentrarem-se nos principais problemas sociais da Europa e a estabelecerem menos objectivos mas mais claros e realistas, a fim de que sejam exequíveis.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com as recentes discussões ocorridas durante o Conselho Informal de 11 de Fevereiro sobre as orientações para uma nova estratégia para a Europa, a estratégia EUROPA 2020. Felicito a Comissão pela sua iniciativa e apelo a uma maior colaboração com o

Parlamento numa matéria tão importante para o futuro da Europa. O investimento no conhecimento e nas reformas que promovam o progresso tecnológico, inovação, educação e formação, são essenciais para promover a prosperidade, o crescimento e o emprego a médio e longo prazo. Sublinho ainda a importância de ideias concretas para esta estratégia como a questão da agenda digital. Tirar partido deste potencial é essencial para que a Europa recupere da crise económica de um modo sustentável. A política de coesão é igualmente fundamental para apoiar o crescimento e o emprego. A Estratégia EUROPA 2020, na sua dimensão regional, deveria, por isso, contemplar esta prioridade com um dos pilares para uma sociedade mais rica, próspera e justa. Apelo para a necessidade de desenvolver mecanismos de financiamento e governação com efeitos práticos para a concretização desta estratégia.

Anne Delvaux (PPE), *por escrito*. – (FR) A Estratégia de Lisboa congregou altas expectativas, sendo os seus objectivos económicos, sociais e ambientais tão necessários quanto ambiciosos. A estratégia que lhe sucede, a chamada Estratégia “UE 2020”, votada hoje, parece-me ser bem menos ambiciosa. Embora mantenha alguns objectivos a atingir, como 3% do PIB consagrados a I&D, e a preservação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (3%), deplora-se que o emprego e a dimensão ambiental (bastante reduzida) não ocupem nela um lugar transversal. Estamos ainda a uma grande distância de uma verdadeira estratégia global de desenvolvimento sustentável.

Todavia, defendi esta proposta porque é muito claro que não podemos continuar impávidos face à crise e às suas múltiplas consequências, sobretudo do ponto de vista do emprego. Saúdo a adopção dos parágrafos relativos a uma ambiciosa agenda social e ao aumento do apoio às PME. Em suma, fazia falta um recomeço. Esperemos que a Estratégia “UE 2020” o traga consigo. Esperemos, antes de tudo, que os 27 Estados-Membros dêem o seu melhor para pôr em prática esta estratégia.

Harlem Désir (S&D), *por escrito*. – (FR) A Estratégia “UE 2020” destina-se a substituir a Estratégia de Lisboa. Corre, sobretudo, o risco de lhe prolongar as insuficiências, de se saldar pela mesma falta de resultados e de provocar a mesma decepção. Não constitui nem uma verdadeira estratégia de retoma nem uma nova perspectiva para as políticas económica, social, orçamental e fiscal da União. A quantidade de boas intenções só encontra paralelo na falta de novos instrumentos para as levar a bom termo.

A Europa necessita de uma ambição diferente; os cidadãos aguardam respostas mais convincentes. Desde o início da crise, o número de desempregados aumentou em mais 7 milhões. Os bancos especulam de novo, os fundos de retorno absoluto não foram regulados, pede-se aos cidadãos que sejam austeros, os serviços públicos são alvo de cortes drásticos e a protecção social também é cortada. A crise grega faz transparecer a nossa falta de solidariedade.

Por isso, a Europa deve debater uma outra visão do seu futuro, baseada numa verdadeira coordenação económica, numa retoma caracterizada pela solidariedade, numa estratégia de crescimento verde, numa comunidade da energia, num orçamento de coesão, em recursos próprios, no investimento em educação, na investigação, na harmonização fiscal e social, no combate aos paraísos fiscais e na tributação das transacções financeiras internacionais.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução comum sobre o seguimento do Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010. Para atingir uma economia social de mercado sustentável e uma economia mais inteligente e mais verde, a Europa deve definir prioridades, acordadas em conjunto. Nenhum Estado-Membro pode, por si só, dar resposta a estes desafios. A política da UE não pode ser a soma de 27 políticas nacionais. Ao trabalhar em conjunto para um objectivo comum, o resultado será superior à soma das partes.

A UE poderá desempenhar um papel de líder mundial demonstrando que é possível combinar dinamismo económico com preocupações sociais e ambientais. A UE poderá criar novos postos de trabalho em domínios como os das energias renováveis, dos transportes sustentáveis e da eficiência energética. Para tal, deverão ser disponibilizados recursos financeiros adequados que permitam tirar partido das oportunidades e explorar novas fontes de competitividade global para a UE.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A Comissão Europeia tornou pública a Estratégia 2020, que substitui a pouco sucedida Estratégia de Lisboa, e que apresenta desafios importantes e ambiciosos para a Europa. Esses desafios colocam-se, essencialmente, em cinco áreas consideradas estratégicas pela Comissão: (i) emprego; (ii) inovação e investigação; (iii) alterações climáticas e energia; (iv) educação e (v) luta contra a pobreza.

Estas são, de facto, áreas fundamentais para que a Europa vença a crise e se reafirme como um *player* importante no mercado global, com um elevado nível de desenvolvimento e com uma economia competitiva capaz de

gerar riqueza, emprego e inovação. A União Europeia precisa, de facto, de ambição para vencer os desafios trazidos pela crise, sem que essa ambição ponha em causa o esforço de consolidação orçamental que é pedido aos Estados, atenta a fragilidade das suas contas públicas e os défices excessivos. Por isso mesmo considero fundamental reforçar os objectivos da Estratégia 2020.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O princípio da solidariedade deve ser a base da estratégia UE 2020. Solidariedade entre cidadãos, gerações, regiões e Estados. Desta forma, poderemos combater a pobreza, garantir a coesão económica, social e territorial através de um crescimento económico sustentável. Este princípio de solidariedade deve constituir o garante do modelo social europeu.

Há que pensar na reestruturação dos sistemas de segurança social e na garantia de direitos sociais mínimos à escala europeia que facilitem a livre circulação de trabalhadores, quadros, empresários, investigadores, estudantes e reformados. A utilização eficiente dos recursos é uma necessidade face a este princípio e decorre da necessidade da sustentabilidade.

A criação de emprego deve ser o resultado desta estratégia. Não podemos aceitar que a UE tenha cerca de 23 milhões de mulheres e homens desempregados. Para tal, o apoio ao empreendedorismo e o alívio burocrático e fiscal no que diz respeito às pequenas e médias empresas é fundamental.

Tal não pode significar o esquecimento da indústria ou da agricultura. Temos de voltar a reindustrializar a Europa. A agricultura sustentável e que tenha como resultado produtos de qualidade deve ser outro objectivo. Para tal, temos que reforçar o desenvolvimento sustentável do nosso sector primário e assumir a liderança no domínio da investigação científica, do conhecimento e da inovação.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A Estratégia 2020, assumida continuadora da chamada Estratégia de Lisboa, deveria começar por fazer o devido balanço da aplicação da sua predecessora. Se o fizesse, encontraria nas orientações a que deu cobertura – ou seja, nas liberalizações de importantes sectores económicos e na desregulamentação e flexibilização das leis laborais – as causas dos seus resultados práticos: o crescimento do desemprego, da precariedade, da pobreza e da exclusão social; a estagnação e a recessão económicas.

Pretendem agora a Comissão e o Parlamento prosseguir estas mesmas orientações. O caminho apontado é claro e nem a retórica social ou ambiental que o procuram envolver são suficientes para o disfarçar: toda a ênfase ao mercado único, prosseguimento das liberalizações, mercantilização de aspectos crescentes da vida social, precariedade laboral, desemprego estrutural.

É elucidativo o consenso existente entre a direita e a social-democracia em torno destas orientações. Afinal de contas, têm sido, conjuntamente, seus fiéis protagonistas nos últimos anos. Esta estratégia, no fundo, não é mais do que a resposta destas duas correntes de um mesmo sistema à sua crise estrutural. A ser prosseguida, será ela própria semente de novas e mais profundas crises. A ser prosseguida, enfrentará inevitavelmente a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Lamentamos que tenham rejeitado a nossa proposta de resolução em que defendíamos não só uma ampla consulta sobre as propostas agora apresentadas pela Comissão Europeia e uma avaliação cabal dos resultados da Estratégia de Lisboa, a fim de retirar conclusões para uma nova Estratégia 2020, como apresentávamos um conjunto de novas propostas, dando prioridade ao aumento da produção e à criação de emprego com direitos, à resolução do problema do desemprego e da pobreza, garantindo também a igualdade no progresso social. O que implicava um novo quadro macroeconómico que favoreça o desenvolvimento sustentável, o reforço da procura interna, respeitadora do ambiente, com base na progressão dos salários, o pleno emprego com direitos e a coesão económica e social.

Votámos contra a resolução comum que foi aprovada porque não vai ao cerne dos problemas, não propõe medidas alternativas ao Pacto de Estabilidade nem propõe o fim das liberalizações ou da flexibilidade laboral que conduziram ao aumento do trabalho precário e mal pago. Assim, admitem que a Comissão Europeia continue a insistir em mais do mesmo, o que já conduziu ao desemprego de mais de 23 milhões de pessoas e a mais de 85 milhões em situação de pobreza.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, nas duas últimas décadas a União Europeia triunfou em muitos domínios, desde três ambiciosos alargamentos até à introdução de uma unidade monetária comum, o euro. Os cidadãos da União Europeia trabalham menos que americanos e japoneses (10% menos de horas por ano) e aposentam-se mais cedo. Manter estas vantagens no nível actual

durante uma crise não é tarefa fácil e, por isso, gostei de saber das decisivas medidas promovidas pelo Conselho Europeu e pela Comissão Europeia com o fim de estabelecer uma estratégia económica Europa 2020 global.

Ao mesmo tempo, antes de a esta estratégia ser dada a sua forma final pelos Conselhos Europeus de Março e Junho deste ano, existe um conjunto de dúvidas relacionado com o documento da Comissão Europeia que foi apresentado em 3 de Março último. Primeiro, que tipo de informação será usado como base para a definição dos objectivos nacionais dos diferentes 27 Estados-Membros da União Europeia? Que recompensas ou sanções aguardam os Estados-Membros que, respectivamente, cumprirem ou não cumprirem os objectivos fixados na estratégia? Finalmente, que papel em todo este processo está reservado ao Parlamento Europeu, já que, até agora, a Estratégia "UE 2020" tem constituído um projecto exclusivamente liderado pelo Conselho e pela Comissão? Temos de encontrar respostas para estas perguntas antes do Conselho Europeu de Junho. De outra forma, citando o senhor Presidente da Comissão, a União falhará a sua "hora da verdade".

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, depois do amargo insucesso da Estratégia de Lisboa, que pretendia fazer da Europa a mais competitiva economia baseada no conhecimento a nível mundial em 2010, eis-nos agora diante da Estratégia "UE 2020", que é precisamente um prolongamento daquela estratégia. Onde está flexibilidade do mercado de trabalho, leia-se emprego precário para os trabalhadores, aumento da concorrência a nível europeu e internacional, reforma liberal dos sistemas nacionais de protecção social e respeito absoluto pelo estúpido Pacto de Estabilidade e Crescimento...

Eis todos os ingredientes necessários para fazer desta estratégia uma estratégia de desintegração nacional e social, como a Estratégia de Lisboa antes dela. As únicas inovações são as inspiradas pelos vossos novos caprichos: tornar obrigatória e vinculativa a governação económica europeia, ainda que a Europa de Bruxelas se tenha mostrado perfeitamente ineficaz face à crise mundial, e aspirar a uma governação mundial em nome do chamado aquecimento global, que cada vez mais aparenta ser um pretexto ideológico. Votaremos contra este texto.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra esta resolução porque não dá suficiente valor ao objectivo do pleno emprego. Em segundo lugar, as nossas prioridades deveriam ser mais centradas na luta contra a pobreza e no crescimento sustentável. O Parlamento Europeu perdeu também a oportunidade de sublinhar a necessidade de combater todas as formas de trabalho precário, através de uma directiva sobre o trabalho a tempo parcial, a introdução de um conjunto de direitos sociais garantido independentemente do tipo de contrato de trabalho e medidas para combater os abusos na subcontratação e mesmo o trabalho não remunerado. Finalmente, esta resolução opta por ignorar a necessidade de harmonização da base de incidência fiscal, que é de vital importância para a criação de um modelo social europeu. Sem dúvida que o Parlamento Europeu deixou aqui passar uma valiosa oportunidade no que respeita à construção de uma Europa social e sustentável.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) A realidade que todos constatamos é que a Estratégia "UE 2020" nem mesmo tem suficientes políticas verdes ou sociais. Outra importante observação é que os objectivos são vagos e a crise económica não está a ser tratada de um modo adequado à sua gravidade. É por isto que acho que a função da resolução votada no plenário do Parlamento Europeu é a de dar uma contribuição significativa para a visão europeia nos próximos 10 anos.

Embora a nossa função como eurodeputados esteja confinada ao texto do tratado, podemos ainda dar um contributo substancial. No entanto, devemos esperar da parte dos Estados-Membros que demonstrem vontade política e ponderem a nossa posição de uma forma construtiva.

Objectivos como "uma economia social de mercado" e "um orçamento que reflecta um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável" são vitais para ultrapassar os efeitos espoletados pela crise económica.

Investimento em educação, encorajamento da mobilidade estudantil e formação em novas competências que respondam às necessidades do mercado de trabalho são vias de acção para as quais devemos conceber planos de acção realistas.

Peter Jahr (PPE), *por escrito*. – (DE) No contexto da Estratégia "UE 2020", a agricultura assumirá uma parte importante do êxito futuro da Europa. Sobretudo no que se refere ao crescimento sustentável e ao emprego e também às alterações climáticas, a política agrícola europeia é altamente importante, pois tem um papel insubstituível na conservação de empregos no meio rural e em áreas periurbanas. Por outro lado, não deveríamos esquecer que a agricultura fornece alimentos de alta qualidade a 500 milhões de europeus, sustenta 40 milhões de empregos e é responsável por um volume de vendas anual de cerca de 1,3 biliões de

euros. A produção de energia renovável proporciona mais empregos e ajuda a reduzir as emissões de CO₂ e a dependência de combustíveis fósseis. A agricultura é inovadora, cria valor e é a verdadeira fonte de ciclos económicos regionais sustentáveis. Desta forma, deve ser dada maior atenção à política agrícola europeia no contexto desta nova estratégia.

Jarosław Kalinowski (PPE), *por escrito*. – (PL) Gostaria de voltar a minha atenção para uma incoerência entre os objectivos da Estratégia “UE 2020” e as consequências resultantes das alterações propostas às prioridades orçamentais para 2014-2020. Um desses objectivos é uma melhoria das condições ambientais. A alteração das prioridades orçamentais aponta para uma restrição nos fundos disponíveis para a política agrícola comum, o que significa que, em 2020, a agricultura terá de ser altamente eficiente ou mesmo totalmente industrializada. Isto significa que será uma ameaça para o ambiente e isto, por sua vez, implica que a União Europeia teria de se afastar do modelo agrícola europeu, que confere uma particular atenção ao ambiente, à paisagem, à biodiversidade, ao bem-estar dos animais, ao desenvolvimento sustentável e aos valores sociais e culturais do ambiente rural. Há uma antiga expressão de sabedoria prática que diz que “o óptimo é inimigo do bom”. Devemos tomar cuidado para que, ao cuidarmos do ambiente, não acabemos por prejudicá-lo.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) O objectivo da futura estratégia da União Europeia é aceitar os desafios actuais e futuros e dominá-los o melhor possível. No contexto da Estratégia “UE 2020”, o sector agrícola, em particular, desempenhará um importante papel no que respeita aos novos desafios, definidos do ponto de vista da União Europeia, como a protecção do ambiente e do clima, as fontes de energia renováveis, a biodiversidade e o crescimento sustentado e emprego, especificamente nas áreas rurais. A Europa deve ter consciência de que cerca de 40 milhões de empregos dependem, directa ou indirectamente, da agricultura.

No entanto, a maior de todas as prioridades deve continuar a ser a segurança do fornecimento de alimentos de alta qualidade a 500 milhões de europeus, tendo especialmente em conta o cenário da duplicação da produção alimentar em 2050. No contexto desta nova estratégia, deve, pois, ser dada maior atenção à política agrícola europeia.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A Estratégia 2020 é a última oportunidade para a UE se afirmar como potência económica líder a nível mundial, depois do falhanço em que se transformou a Estratégia de Lisboa. Neste cenário de crise económica mundial, a Estratégia 2020 tem que ser o modelo que todos os Estados-Membros têm que seguir para iniciarmos uma nova fase, com novos paradigmas que levem a um desenvolvimento sustentado e baseado em boas práticas.

Após a perda de muitos milhões de postos de trabalho em toda a UE, a luta contra o desemprego tem que ser a “pedra de toque” da UE. Temos que ser capazes de criar postos de trabalho e de tornar a nossa mão-de-obra mais qualificada e mais bem formada. Tal só será possível com o apoio inequívoco das PME, que são as responsáveis pela criação do maior número de postos de trabalho. Mas para que a Estratégia 2020 seja um sucesso não podemos cometer os mesmos erros que foram cometidos com a Estratégia de Lisboa, nomeadamente a falta de empenhamento e de responsabilização dos Estados-Membros.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Votei a favor da proposta de resolução comum do Parlamento Europeu (RC-B7-0151/2010). A Estratégia “UE 2020” tem em vista definir novos objectivos, não apenas no campo político, mas em todos os campos que nos preocupam. Para assegurar uma boa recuperação da crise, temos de criar instrumentos e mecanismos comuns que não apenas eliminem os efeitos da actual crise económica, mas também nos permitam reagir adequadamente a futuras crises ou mesmo de todo evitá-las. Devemos recordar à Comissão, ao Parlamento e a todas as instituições europeias que a sua prioridade é trabalhar pelo bem comum dos cidadãos europeus. Para nós, o mais importante são os problemas dos cidadãos e são os cidadãos que devemos servir dando-lhes conselho, oferecendo-lhes a nossa ajuda e empreendendo acções. No contexto da crise, problemas como o desemprego, a pobreza e a exclusão social estão na ordem do dia. Se queremos construir uma Europa moderna, plenamente inovadora, baseada no desenvolvimento e coesa, temos de garantir aos nossos cidadãos uma perspectiva de segurança no futuro. O facto de a agricultura estar omissa nas propostas originais respeitantes à Estratégia “UE 2020” foi, para mim, decepcionante. A reconstrução económica e a realização dos objectivos da política ambiental estão incluídas na política agrícola. Se não incluirmos esta política na Estratégia “UE 2020” ou em qualquer outra estratégia subsequente, não nos será possível alcançar os objectivos, não só nas áreas que mencionei mas também em muitas outras.

Georgios Papastamkos (PPE), *por escrito*. – (EL) Votei contra a segunda parte do n.º 6 da proposta de resolução comum sobre a Estratégia “UE 2020”, porque alberga a intenção de desmantelamento futuro do modelo social europeu na interpretação tradicional. A União Europeia deve dar mais visibilidade à sua união social, rejeitando a pressão concorrencial no palco económico internacional por parte de forças que ou claramente abrem mão de benefícios e estruturas de assistência social ou usam *dumping* social. Pareceria que a política social e a política de emprego estão a ser selectiva e flexivelmente adaptadas às forças de mercado.

A estratégia unificadora tende a procurar a integridade institucional em tudo o que tem a ver com as forças de mercado; no entanto, pareceria imperfeito em termos de política regular o impacto de fenómenos de desunificação (como o desemprego, as desigualdades regionais e a falta de coesão social). Agora mais do que nunca, os sinais dos tempos aconselham uma Europa mais social.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei a favor desta resolução porque penso que a Estratégia “UE 2020” deve dar uma resposta efectiva à crise económica e financeira e um novo impulso e coerência europeia ao processo de recuperação na União Europeia através da mobilização e da coordenação dos instrumentos nacionais e europeus.

Concordo com a necessidade de melhor cooperação com os parlamentos nacionais e a sociedade civil, porque o envolvimento de mais agentes fará aumentar a pressão sobre as administrações nacionais para produzirem resultados.

Ao mesmo tempo, penso que a indústria europeia deveria usar o seu papel pioneiro na economia sustentável e nas tecnologias de mobilidade verde explorando o seu potencial de exportação. Isso reduziria a dependência de recursos e facilitaria o cumprimento dos objectivos vinculativos 20-20-20 respeitantes às alterações climáticas.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) A Europa não é a economia mais competitiva do mundo em 2010. Longe disso: com um PIB a baixar 4% e 23 milhões de cidadãos sem emprego, o seu estado de saúde não se pode dizer brilhante. Se a União Europeia precisa de um forte eletrochoque para recolocar a economia e o emprego num círculo virtuoso, terá de fazê-lo com objectivos semelhantes aos da Estratégia de Lisboa, mas seguindo um método completamente diferente. Deve também ter em conta as negociações que a esperam nos domínios da energia, alterações climáticas, indústria e agricultura. Por isso, apoio a determinação mesclada com pragmatismo da nova Estratégia “UE 2020”. Garantindo que 75% da população em idade laboral tem, de facto, um trabalho e fazendo uma aposta no investimento de 3% do PIB em investigação, são agora, mais do que nunca, visados os objectivos que a Europa deve atingir. Se as 27 capitais cooperam ou não nesse sentido, é, todavia, outra questão. É por isso que reclamamos que sejam pensados incentivos e sanções, respectivamente, para os bons e maus alunos da Estratégia “UE 2020” (n.º 14). Por um lado, incentivos e, por outro, sanções. A cenoura e o pau. São tão antigos como o homem, mas funcionam.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei “não” à proposta de resolução comum RC7-0151/2010 hoje submetida a votação no Parlamento pela mesma razão que nós, os Verdes, votámos desfavoravelmente a Comissão Barroso II: por falta de ambição. Neste momento, é a vez de os maiores grupos políticos do Parlamento decepcionarem com a adopção de uma resolução que é só pose – não inclui uma única proposta económica, social ou ambiental. Creio que os europeus esperam mais deste Parlamento.

O Parlamento Europeu foi marginalizado na concepção da Estratégia “UE 2020”. Agora que o Parlamento tem a oportunidade tardia de reagir, os seus maiores grupos políticos conspiram para produzir uma resolução vazia. É uma oportunidade perdida de o Parlamento Europeu entrar no âmago do debate e aceder ao palco principal como instituição.

Richard Seeber (PPE), *por escrito*. – (DE) A questão de saber em que ponto a União Europeia deverá estar em 2020 no que respeita ao emprego e ao desenvolvimento económico é de importância fundamental. Sobretudo numa época de crise económica como esta, a Estratégia “UE 2020” deve funcionar como o motor que nos afasta da incerteza. Torna-se, assim, mais importante escolher os objectivos de um modo tal que eles possam ser cumpridos. A política não é um fim em si mesmo, tendo como propósito criar programas realistas cujo ritmo a população e a economia possam acompanhar. A economia sustentável deve constituir um aspecto importante na modelação do futuro imediato.

Trata-se de um objectivo que temos de atingir gradualmente, nomeadamente por causa das alterações climáticas a menor das razões para isso. Também a questão da segurança das matérias-primas será, no futuro,

um motivo cada vez maior de preocupação para a Europa, razão pela qual devemos preparar agora o caminho para a utilização sustentável dos recursos e orientar a política europeia nessa direcção.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei contra a proposta de resolução comum, porque os principais grupos parlamentares estão, obviamente, a utilizá-la para apoiar a abordagem voltada para os interesses económicos que é própria da Comissão Barroso II. Os meus eleitores esperam uma abordagem diferente e querem uma Estratégia “UE 2020” que dê lugar a um novo projecto verde, uma revolução verde para o século XXI que concilie o desenvolvimento humano com as limitações físicas do planeta Terra.

A União Europeia continua a devotar-se acriticamente à política do aumento do crescimento do PIB. No entanto, os verdes e os ambientalistas querem transformar a Estratégia “UE 2020” de algo que apenas visa o crescimento do PIB em um conceito político mais amplo sobre o futuro da UE como uma União social e sustentável que guindará as pessoas e a protecção do ambiente ao coração das suas políticas, procurará garantir o bem-estar humano e criará as melhores oportunidades possíveis para todos. Na nossa opinião, o PIB deve incluir um conjunto de indicadores de bem-estar, bem como indicadores que tomem em consideração um amplo conjunto de factores económicos externos e pressões ambientais. O meu grupo apresentou, por isso, um texto de 8 páginas onde se esclarece a sua abordagem alternativa em pormenor. Prefiro esse texto ao compromisso entre os três maiores grupos parlamentares.

Marc Tarabella (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra a proposta de resolução sobre a Estratégia “UE 2020” em virtude do texto do seu n.º 6, que menciona a reestruturação dos sistemas de segurança social e aponta para uma maior flexibilidade dos trabalhadores. Além disso, a resolução parece mais uma amálgama de mais ou menos boas intenções em detrimento de objectivos quantitativa e qualitativamente precisos. Parece, pois, que não foram retiradas lições do quase completo fracasso da Estratégia Lisboa 2010.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – A Estratégia 2020 visa delinear o futuro plano para atingir o crescimento económico e a promoção do emprego na União Europeia. A sua abordagem deverá ser feita por objectivos, através das referências a uma economia social de mercado sustentável, a um conhecimento baseado no conhecimento sustentável e ao papel das PME na promoção do emprego.

Uma política de coesão forte, moderna e flexível deve ser um elemento central desta Estratégia. Consagrada no novo Tratado de Lisboa, a política de coesão desempenha, através da sua abordagem horizontal, um papel essencial na resposta aos novos desafios da União. O objectivo da coesão territorial europeia revela-se, neste contexto, fundamental.

As prioridades da coesão europeia devem visar não só a promoção da competitividade a nível europeu, através da atribuição eficiente de fundos, mas também o apoio às regiões desfavorecidas de forma a ultrapassar as suas dificuldades sociais e económicas e a reduzir as disparidades existentes.

É de destacar ainda o papel activo das regiões europeias no âmbito da promoção desta Estratégia. A importância da governação a vários níveis merece ser destacada. Será desejável uma partilha concertada, entre a União Europeia, os Estados-Membros e as autoridades locais e regionais, dos objectivos, tarefas e responsabilidades da Estratégia 2020.

Pelas razões expostas, votei favoravelmente a referida proposta de resolução.

Marianne Thyssen (PPE), *por escrito*. – (NL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, traçar uma estratégia de saída da crise é crucial no curto prazo, mas algo mais se torna necessário no médio prazo. Se realmente queremos dar uma oportunidade à economia social de mercado, o nosso modelo social, precisamos de mais crescimento económico, crescimento verde, que nos tornará competitivos e criará novos empregos. Para podermos manter o nosso nível de vida na economia global, é crucial realizar mais investimento em I&D e em produtos, processos de produção e serviços inovadores.

Este impulso no sentido da reforma estrutural está reflectido na Estratégia “UE 2020” proposta pela Comissão. Também é crucial que a Comissão mude a sua perspectiva e se concentre num certo número de objectivos de menor dimensão, que são mensuráveis e traçados à medida de cada Estado-Membro. Como é justamente sugerido na resolução, a estratégia não assegura o cumprimento obrigatório dos seus objectivos. A falta de um genuíno mecanismo sancionatório em caso de incumprimento dos objectivos, ou mesmo no caso de ser insuficiente o esforço desenvolvido para esse fim, significa que a Estratégia “UE 2020” enferma do mesmo erro que a sua antecessora.

A resolução comum fornece uma boa base para futuras discussões com a Comissão, o Conselho e o Presidente do Conselho Europeu. Por esse motivo, votei convictamente a favor desta resolução.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) A proposta de resolução comum apresentada pelo Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e pelo Grupo da Aliança dos Liberais e Democratas para a Europa sobre a Estratégia “UE 2020” exprime a decisão comum da face política do capital de usar todos os meios para levar a cabo um ataque selvagem e os planos dos monopólios contra as classes populares e as classes trabalhadoras em toda a União Europeia. A Estratégia “UE 2020” prossegue e prolonga a Estratégia de Lisboa contra as classes populares fazendo seus os objectivos e os planos estratégicos do capital monopolista e atirando os direitos sociais fundamentais e os salários dos trabalhadores para um leito procustiano. Para ser preciso, temos: aplicação generalizada da famosa “flexigurança”, em conjugação com “aprendizagem ao longo da vida”, “formação e reformação” e “mobilidade” dos trabalhadores, supressão dos acordos colectivos, partilha de postos de trabalho, cortes drásticos nos salários e pensões, aumento da idade da reforma e vastas alterações na segurança social, saúde, assistência social e educação. Também atribui consideráveis somas financeiras saídas dos cofres públicos, sob a forma de subsídios e incentivos, ao “desenvolvimento verde”. O Partido Comunista Grego votou contra a resolução do Parlamento Europeu sobre a Estratégia “UE 2020”.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (FR) Jacques Delors dizia, há muito tempo, que ninguém se pode apaixonar por um mercado único ou uma moeda única. Eu estou apaixonada por uma União que presta verdadeira atenção às reais necessidades das famílias nos Estados-Membros, em estrita conformidade com as competências nacionais e europeias. No entanto, lendo a Estratégia “UE 2020” e a nossa resolução parlamentar, descubro que as nossas ambições estão limitadas a um tímido namorico com a economia de mercado livre. Não há reconhecimento do investimento dos cidadãos na coesão social ou solidariedade entre as gerações. Não deveríamos mudar a nossa perspectiva sobre as relações laborais e a criação do valor acrescentado do qual a sociedade como um todo beneficia? Para combater a pobreza, a Comissão propõe um objectivo quantificado. Esta medida traz necessariamente de volta o processo de selecção, que dificilmente ajuda os mais pobres. A falta de um quadro de indicadores de pobreza demonstra involuntariamente uma falta de compreensão por aquilo que a pobreza significa. A pobreza significa bem mais do que a mera falta de trabalho, e aqueles que vivem uma situação de grande pobreza no dia-a-dia não procuram apenas um emprego; querem ter um acesso digno a todos os direitos consagrados. A Estratégia “UE 2020” deveria responder a esta necessidade com mais entusiasmo e determinação. Abstive-me.

Proposta de resolução comum RC-B7-0136/2010

Elena Băsescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Li tanto o relatório do Juiz Richard Goldstone como as conclusões da Embaixadora Dora Hold, que desmentem muitos dos argumentos apresentados no relatório da Comissão da ONU presidida pelo Juiz Goldstone. Ao compará-los, apercebi-me da parcialidade do Relatório Goldstone e, por isso, não apoiei a resolução sobre a aplicação das recomendações contidas no Relatório Goldstone sobre o conflito entre Israel e a Palestina.

Os comportamentos têm de ser examinados de uma forma transparente e imparcial no que respeita a ambas as partes do conflito. O Relatório Goldstone é omissivo quanto à razão que desencadeou a operação de Israel em Gaza: perto de 12 000 ataques com foguetões e morteiros contra civis israelitas. Após a retirada de Gaza das forças israelitas, o número de ataques com foguetões aumentou 500%. Enquanto em 2004 e 2005 foram, respectivamente, lançados 281 e 179 ataques com foguetões contra o território de Israel, após a retirada israelita de Gaza (em Setembro de 2005) o número de ataques aumentou para 946 em 2006, 783 em 2007, e em 2008 tiveram lugar 1 730 ataques.

Nenhum Estado-Membro da União Europeia votou a favor da adopção do Relatório Goldstone na qualidade de membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A observância do direito internacional tem de ser uma prioridade para todas as partes envolvidas.

Andrew Henry William Brons (NI), *por escrito*. – (EN) Decidimos abster-nos em todas as votações sobre o conflito entre a Palestina e Israel. Não poderíamos votar resoluções que pretendiam dar à União Europeia o poder de conduzir a política externa ou que eram incompatíveis com a nossa política de neutralidade no conflito. Adoptamos uma posição política de neutralidade entre Israel, os palestinianos e outros países árabes e muçulmanos. No entanto, a nossa política não é a de uma neutralidade indiferente. De modo particular, reconhecemos que os ataques a civis cometidos quer por Estados quer por organizações são absolutamente inaceitáveis. Por outro lado, regozijar-nos-íamos de testemunhar o termo do conflito através de um acordo honroso.

Nessa Childers (S&D), *por escrito*. – (EN) Tendo visitado Gaza no princípio deste ano, verifiquei pessoalmente a premente necessidade de que o Parlamento actue nesta questão. As recomendações contidas no Relatório Goldstone têm de ser integralmente executadas, e eu estarei atenta a esta questão nos próximos meses.

Derek Roland Clark (EFD), *por escrito*. – (EN) Embora reconheça que o conflito na Faixa de Gaza e na Margem Ocidental é uma tragédia humanitária, o meu voto não serve para apoiar a influência internacional das instituições europeias, porque não reconheço a União Europeia. As minhas votações no Parlamento em 10 de Março de 2010 reflectem o que me dita a consciência nesta matéria.

Proinsias De Rossa (S&D), *por escrito*. – (EN) Apoiei esta resolução, que sublinha que o respeito dos direitos humanos internacionais e do direito humanitário é condição essencial de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente; manifesta preocupação pelas pressões que estão a ser exercidas sobre as ONG por Israel e pelas autoridades da Faixa de Gaza, por terem colaborado com a investigação Goldstone; apela ao fim incondicional do bloqueio a Gaza e convida a Europa a instar publicamente Israel e os palestinianos a que apliquem as recomendações do Relatório Goldstone. O próprio Relatório Goldstone conclui que a mortalidade extremamente elevada entre civis, incluindo mais de 300 crianças, resultou da política israelita de uso deliberado de força desproporcionada, em violação do direito internacional. Também concluiu que o cerco de Gaza é equivalente à punição colectiva de um milhão e meio de pessoas, em violação do direito internacional. Recomenda que os Estados partes nas Convenções de Genebra (incluindo a Irlanda) processem criminalmente os responsáveis por estas políticas e pela sua execução. Estou a preparar uma queixa formal à polícia irlandesa baseada nas conclusões do Relatório Goldstone, a fim de permitir ao Procurador-Geral que pondere a possibilidade de mover processos criminais na Irlanda contra esses responsáveis.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), *por escrito*. – (SV) Nós, sociais-democratas suecos, julgamos que o Hamas não deveria ser incluído na lista de organizações terroristas da União Europeia. Somos muito críticos do Hamas e não menos dos seus ataques contra a população civil israelita, mas, ao mesmo tempo, preocupa-nos que a condenação incondicional da União Europeia possa agravar a situação e levar o Hamas a desprezar ainda mais estas tomadas de posição e a recrudescer nas suas acções. Não partilhamos a opinião de que a decisão da União Europeia de manter o Hamas politicamente isolado após a vitória deste em eleições livres e democráticas seja a mais acertada. Entendemos que a União Europeia deve comparar a possibilidade de obter êxito através do isolamento e de sanções com as possibilidades de êxito do diálogo crítico e da cooperação.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Quem acompanha, como venho fazendo, há já muitos anos o conflito israelo-palestino não pode deixar de concluir com tristeza que muitos dos esforços sinceros para uma paz duradoura continuam a não ser suficientes para persuadir e motivar aqueles que optaram pela violência a abandoná-la de vez. A vitória eleitoral do Hamas e a partição do território palestino em dois, cada qual sob sua autoridade, pioraram grandemente um cenário já de si sombrio.

Enquanto o Hamas não aceitar a existência legítima do Estado de Israel, o diálogo não será mais do que uma encenação. Por seu lado, Israel terá que acautelar a adequação e a proporcionalidade das suas tomadas de posição sob pena de fazer perigar a legitimidade internacional de que dispõe. Tal como Yitzhak Rabin, também creio que uma paz diplomática não é ainda uma paz verdadeira, mas é um passo essencial para ela. Há que trabalhar nesse sentido e remover os obstáculos aos passos rumo à paz verdadeira. O relatório do juiz Goldstone aponta escolhos colocados por ambas as partes neste processo: falhas e crimes sérios que devem ser investigados, julgados e punidos.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Deve notar-se que o conflito armado que começou em Gaza a 27 de Dezembro de 2008 e terminou a 18 de Janeiro de 2009 causou a morte de mais de 1 400 palestinianos e de 13 israelitas. Para além da perda de vidas humanas, verifica-se que grande parte da infra-estrutura civil ficou destruída.

A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os Estados-Membros devem trabalhar no sentido de uma posição comum da UE relativamente ao seguimento a dar ao relatório da Missão de Inquérito sobre o conflito em Gaza e no Sul de Israel.

Saliento que o respeito do Direito Internacional no domínio dos direitos humanos e do Direito Humanitário Internacional é uma condição essencial para alcançar uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

Subscrevo o apelo para que a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e os Estados-Membros controlem a aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone através da consulta das missões externas da UE e das ONG que operam neste domínio.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Foi positiva a aprovação desta resolução pelo Parlamento Europeu relativa à guerra em Gaza, reconhecendo as violações do direito internacional por parte de Israel. Isto prova o impacto que teve o relatório Goldstone no processo de paz no Médio Oriente, ao serem reconhecidas no Parlamento Europeu as constantes violações do direito internacional cometidas por Israel.

A verdade é que o relatório Goldstone contém provas evidentes das violações de direitos humanitários internacionais cometidas pelas forças israelitas nos territórios palestinos, ao longo das suas operações militares de 2008.

Por isso, queremos que se adoptem imediatamente as conclusões deste relatório e que se ponham em prática as suas recomendações. Simultaneamente, insistimos junto dos responsáveis da União Europeia para que não haja qualquer reforço do Acordo de Associação União Europeia-Israel enquanto não acabarem as violações do direito internacional e dos direitos humanitários fundamentais que Israel continua a cometer nos territórios ocupados da Palestina.

Charles Goerens (ALDE), *por escrito*. – (FR) Estamos perante mais um olhar retrospectivo sobre os erros cometidos por cada uma das partes envolvidas no conflito. Se as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, justifica-se que nos interroguemos sobre as causas, porque os efeitos são sempre desastrosos. As mesmas causas são o lançamento de foguetões sobre as cidades israelitas. As mesmas causas são o contra-ataque desproporcionado por parte do Estado de Israel. As mesmas causas são a infeliz situação dos habitantes de Gaza. As mesmas causas são também a exploração da sua miséria pelas facções mais radicais. Aqui vai uma ideia: porque não começarmos a apoiar apenas aquelas forças dos dois campos que verdadeiramente optaram pela paz? Essas forças existem nos dois lados e são demasiadas vezes acusadas de trair a respectiva população, porque sonham com um novo contexto no qual seja possível superar as divisões de uma região que é há muito tempo o cenário de um dos conflitos mais perigosos do planeta.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução que exorta a que sejam postas em prática as recomendações do Relatório Goldstone, porque é de vital importância obter das autoridades israelitas e palestinianas o compromisso de que realizarão investigações imparciais e transparentes sobre a tragédia de Gaza de 2008-2009, de uma forma determinada e não agressiva. Por seu lado, os Estados-Membros devem empenhar-se mais ainda para defender uma posição forte e comprometer-se a sustentar estas exigências junto dos seus parceiros israelitas e palestinianos. O direito humanitário internacional deve ser respeitado por todas as partes do conflito, devendo constituir objectivo da UE garantir o respeito por estes princípios.

Joe Higgins (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução porque sublinha as terríveis circunstâncias em que a grande maioria da população palestinianiana de Gaza vive hoje e porque, em particular, apela à “imediate” e “incondicional” abertura de todas as fronteiras de Gaza. Apoio totalmente o direito da população palestinianiana à auto-determinação e o seu direito a defenderem-se contra os reiterados ataques do exército e de outras forças do Estado israelita. Contudo, discordo fortemente das ideias do Islão politicamente conservador e do Hamas. Também contesto os ataques individuais contra trabalhadores judeus, que cavam divisões entre as classes trabalhadoras israelita e palestinianiana. Isto apenas serve o Governo israelita e outros agrupamentos de extrema-direita em Israel, dando-lhes o pretexto para lançar mais ataques contra a população palestinianiana. O Governo israelita não serve os interesses das massas populares palestinianas nem os das classes trabalhadoras de Israel. Os ataques às condições de vida e aos direitos democráticos precisam de ser derrotados pelos trabalhadores israelitas e palestinianos em conjunto. A única solução susceptível de alcançar uma paz duradoura na região é um Israel socialista lado a lado com uma Palestina socialista, cujas fronteiras sejam objecto de mútuo acordo por parte de ambas as comunidades, integrados numa confederação socialista democrática do Médio Oriente.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Apoio firmemente as conclusões do Relatório Goldstone e apraz-me que o Parlamento tenha aprovado as suas recomendações. Espero que o processo de obtenção de uma paz duradoura através da solução de dois Estados beneficie das conclusões do Relatório Goldstone.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A UE deve ter uma preocupação fundamental no sentido da resolução de um conflito israelo-palestino que, para além das vítimas que causa, há décadas que provoca grande instabilidade na região e no mundo.

Todavia, considero existirem diferenças entre aquilo que é a actuação de Israel, como Estado democrático e soberano, que partilha e promove aqueles que são os valores de referência das sociedades ocidentais, e movimentos radicais como o Hamas, que, na maior parte dos casos, se nega a reconhecer a própria existência do Estado de Israel, assim funcionando como um obstáculo à boa resolução do conflito.

Tal não impede que condenemos, em todas as circunstâncias, os actos de violência ocorridos em ambos os lados do conflito, que chocam o mundo e só nos podem motivar e empenhar, cada vez mais, na procura de plataformas de entendimento.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução comum de hoje sobre o Relatório Goldstone dá, mais uma vez, expressão à luta da União Europeia por uma justa avaliação e análise dos acontecimentos ocorridos durante o conflito em Gaza. Em 26 de Fevereiro de 2010, ambas as partes foram, mais uma vez, instadas pela Assembleia-Geral da ONU a realizarem investigações credíveis e apresentarem relatórios no prazo de cinco meses. As autoridades palestinianas formaram agora uma comissão de investigação independente, o que é uma grande notícia. As acções da União Europeia no plano internacional devem centrar-se na estrita observância dos princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. De forma semelhante, a observância do direito humanitário internacional e das normas relativas aos direitos humanos internacionais por parte de Israel e dos palestinianos é uma condição inerente ao processo de paz, que deve desembocar em dois Estados, coexistindo em paz e segurança. Com esta resolução, a UE tenta obter uma posição comum quanto às medidas resultantes do relatório da Missão de inquérito das Nações Unidas sobre o conflito em Gaza e no Sul de Israel coordenada pelo Juiz Goldstone. O relatório também defende que as suas recomendações devem ser levadas à prática e que deve ser assumida responsabilidade por todas as violações do direito internacional, designadamente crimes de guerra imputados, razão pela qual votei a favor.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução comum sobre o relatório Goldstone expõe o desejo da União Europeia de uma investigação completa e pormenorizada dos acontecimentos que envolvem o conflito de Gaza. Em 26 de Fevereiro de 2010, também a Assembleia-Geral da ONU, mais uma vez, pediu uma investigação aos acontecimentos e alegadas graves violações dos direitos humanos, a realizar no prazo de cinco meses. Segundo as últimas informações, até agora só o lado palestiniano satisfaz o pedido, o que é de lamentar. Na minha opinião, a União Europeia deve empenhar-se junto das organizações e comités internacionais pelo cumprimento e aplicação do direito internacional. O respeito do direito humanitário internacional e das normas do direito internacional respeitantes aos direitos humanos por ambas as partes do conflito seria uma condição básica para um progresso palpável no processo de paz do Médio Oriente, o qual poderá agora sofrer um sério revés, mais uma vez, em resultado dos planos israelitas de construção de colonatos. A resolução comum defende a aplicação das recomendações do relatório da Missão de inquérito das Nações Unidas sobre o conflito em Gaza e no Sul de Israel coordenada pelo Juiz Goldstone, razão pela qual votei “sim”.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Os direitos humanos devem ser respeitados por todas as partes no conflito do Médio Oriente. Toda a suspeita de que os direitos humanos tenham sido violados, por qualquer das partes, deve ser examinada. Contudo, deve ser usada a mesma abordagem para todas as partes do conflito. O Relatório Goldstone é um documento que desencadeou bastante emoção e controvérsia. Foi confrontado com inúmeras acusações de parcialidade. Muitos fizeram notar que o relatório não dá tratamento igual a todas as causas do conflito. No entanto, a comunidade internacional não deve alhear-se do conflito. As recomendações do Relatório Goldstone incluem uma proposta para que sejam realizadas investigações internacionais aos crimes alegadamente cometidos por qualquer uma das duas partes no conflito. A realidade do conflito do Médio Oriente coloca um ponto de interrogação na exequibilidade dessa proposta. Há um sério risco de que o Parlamento Europeu não possa vigiar as acções praticadas pelo Hamas, mas apenas as realizadas por Israel. Tendo em conta estas circunstâncias, decidi votar contra a resolução comum na votação final.

Zuzana Roithová (PPE), *por escrito*. – (CS) Não apoiei a resolução comum dos socialistas, dos liberais, do bloco da esquerda e dos Verdes para que sejam postas em prática as recomendações do Relatório Goldstone sobre Israel. Este relatório foi aprovado na Assembleia-Geral da ONU no passado mês de Novembro por apenas cinco dos 27 Estados-Membros da União Europeia. A razão para isso reside no facto de o relatório não ter sido responsabilmente analisado ao nível do Conselho de Direitos Humanos, tendo, assim, a Assembleia-Geral votado um relatório desequilibrado, onde Israel é descrito como uma organização terrorista. Eu pertenço àquele grupo de políticos que lutam por uma investigação objectiva e sem cedências de todos os casos de alegadas violações dos direitos humanos no conflito de Gaza. Em causa está, no entanto, a credibilidade das conclusões da investigação. Não é aceitável permitir a politização de uma investigação que ainda está em curso e por completar. O objectivo, no fim de contas, deveria ser o de conseguir uma solução pacífica para o conflito israelo-palestiniano e a futura prosperidade de dois Estados independentes, Israel e Palestina, e não uma luta de poder entre a Europa e os Estados Unidos pela influência nesta região.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da proposta de resolução comum RC7-0136/2010 sobre as recomendações do Relatório Goldstone, sobretudo porque insiste numa posição forte da União Europeia quanto ao seguimento do Relatório Goldstone e em que a aplicação das suas recomendações e a responsabilidade por todas as violações do direito internacional sejam publicamente exigidas, porque solicita a todas as partes que conduzam investigações, no respeito dos requisitos internacionais, dentro de um prazo de cinco meses, e porque insta a um acompanhamento activo da aplicação do relatório pela Alta-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão e aos Estados-Membros. Além disso, acrescenta novos pontos àquilo que o Parlamento já disse no passado, nomeadamente, pede à Alta-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão que avalie os resultados das investigações realizadas por todas as partes, informando o Parlamento, lembra que a responsabilidade e a credibilidade da União Europeia e seus Estados-Membros reclamam a monitorização das investigações, e manifesta preocupação pela pressão sofrida pelas ONG envolvidas na elaboração do Relatório Goldstone e nas investigações subsequentes, referindo, designadamente, as medidas restritivas de que as suas actividades foram objecto.

Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE), *por escrito*. – (SV) Não é um bom momento para adoptar uma resolução sobre Israel. Temos a expectativa de receber em breve uma avaliação final do Relatório Goldstone, e julgo que não deveríamos antecipar-nos a isso. A situação é sensível, e o conflito entre as partes está polarizado. Devemos evitar agravar a situação adoptando uma resolução que será seguramente considerada insatisfatória pelas partes envolvidas. Também se me afigura estranho que a União Europeia possa adoptar uma resolução sobre um mandato que não foi apoiado por qualquer dos Estados-Membros da União no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Marek Siwiec (S&D), *por escrito*. – (PL) Não me parece que a resolução comum sobre a aplicação das recomendações contidas no Relatório Goldstone sobre o conflito entre Israel e a Palestina reflecta na íntegra as opiniões expressas pelos deputados do Parlamento Europeu durante o debate que teve lugar em Bruxelas em 24 de Fevereiro último. A resolução não espelha adequadamente a posição da maioria dos grupos políticos que contribuíram para a elaboração do documento. O relatório ao qual a resolução se refere – o relatório Goldstone – é parcial e não trata num plano de igualdade todos os factores que conduziram ao conflito. Além disso, a resolução comum não menciona as circunstâncias que levaram ao conflito nem contém qualquer referência aos 8 000 ataques contra civis israelitas organizados pelo Hamas e outros grupos armados. Nem tão-pouco há qualquer informação sobre o facto de o Hamas ter ignorado o cessar-fogo.

O n.º 7 do documento que refiro mostra claramente que o Parlamento Europeu não será capaz de monitorizar as acções praticadas pelo Hamas, mas apenas as executadas por Israel. Tal posição diminui a credibilidade do sistema judicial de Israel e também das instituições do país e enfraquece a sua capacidade para levar a cabo investigações. Por estes motivos, votei contra a resolução comum na votação final.

Catherine Soullie (PPE), *por escrito*. – (FR) Reduzir o conflito israelo-palestiniano a uma simples comparação do número de baixas de um e do outro lado do campo de batalha só pode distorcer a nossa opinião sobre esta guerra, que já dura há demasiado tempo. Todos concordamos em que é difícil encontrar uma solução para este conflito, porque as suas causas são complexas e as suas raízes profundas. Nesta região do globo, não é, pois, possível ver as coisas puramente em termos de preto ou branco.

A missão coordenada pelo Juiz Goldstone estava unicamente incumbida de inventariar as violações do direito internacional. Apesar de nem todas as conclusões deste relatório serem injustificadas, votar contra estas resoluções, que aprovaram a abordagem e as conclusões de um texto que penso ter sido tratado de forma parcial mas, acima de tudo, na base de objectivos incompletos, pareceu-me ser a solução intelectualmente mais honesta.

Sim, precisamos de denunciar e pôr termo aos abusos que são cometidos por uma e a outra das partes beligerantes nesta região, mas temos de ser muito cautelosos no procedimento utilizado se queremos que a justiça a implantar na região nos proporcione uma paz duradoura.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei a favor da resolução comum sobre o Relatório Goldstone, nomeadamente pelo seu reconhecimento de que o povo de Gaza continua a estar sujeito a chocantes condições de vida em consequência do bloqueio e pelo facto de fazer apelo a uma imediata, permanente e incondicional abertura dos postos fronteiriços. O texto aprovado busca a aplicação das recomendações do Relatório Goldstone e a imputação de responsabilidade por todas as violações do direito internacional, designadamente

os alegados crimes de guerra. O relatório decorre de uma investigação equilibrada e aprofundada, baseada em visitas no terreno e entrevistas de testemunhas.

Segundo o relatório, as partes envolvidas cometeram violações do direito humanitário internacional. O relatório imputa às partes mais representativas do exército israelita a responsabilidade pelos seguintes factos: uso indiscriminado de fósforo branco, tratamento indiferenciado de civis e combatentes, efeitos humanos do bloqueio, que é um instrumento de punição colectiva, e violação da lei marcial.

O relatório contém elementos suficientes para se solicitar do Secretário-Geral da ONU e do Conselho de Segurança a instauração de acções judiciais como a melhor forma de serem esclarecidas todas as dúvidas e discussões em torno dos acontecimentos de Gaza. Lamento que o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) não tenha atribuído qualquer importância a este texto.

Charles Tannock (ECR), *por escrito*. – (EN) O Grupo ECR não reconhece uma parte substancial do Relatório Goldstone e, por isso, não votámos a favor da proposta de resolução do PPE nem da proposta de resolução comum. O Grupo ECR está muito apreensivo acerca da legitimidade e parcialidade do relatório produzido pelo Juiz Goldstone e, sobretudo, não quer ver membros das forças armadas de Israel ou políticos acusados de crimes de guerra. Apoiamos conversações ininterruptas para a paz e segurança na região, apoiamos uma solução de dois Estados e somos sensíveis às questões humanitárias postas em relevo pelo conflito em curso na região.

Róza Gräfin Von Thun Und Hohenstein (PPE), *por escrito*. – (PL) Como actor global, a União Europeia deve ter presente o bem dos seus cidadãos, mas sem esquecer a perspectiva mundial. Por esta razão, as decisões tomadas pelos deputados do Parlamento Europeu devem ser baseadas numa realidade que transcende as dimensões da Europa. Votar uma resolução sobre a aplicação das recomendações contidas no Relatório do Juiz Goldstone, antes de o mesmo ser adoptado pela ONU, é um erro.

Pondo de parte o facto de que não houve tempo suficiente para debater o relatório, não foi feita uma apresentação deste que incluísse uma referência completa aos argumentos dissonantes. Numa situação em que os Estados-Membros da União Europeia não mostram vontade de empreender uma acção coerente sobre o conflito entre Israel e a Palestina, a aprovação pelo Parlamento Europeu de qualquer tipo de resolução não favorece o processo de paz no Médio Oriente.

Por estas razões, abstive-me de votar a resolução do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e votei contra a resolução comum apresentada pelos outros partidos. Tenho especiais reservas a respeito do considerando J e do n.º 10 da resolução comum, que, ao mesmo tempo que sublinham a trágica situação dos habitantes da Faixa de Gaza, não explicam que ela é uma consequência directa do governo do Hamas – um grupo considerado pela comunidade internacional como uma organização terrorista. Além disso, não posso concordar com os n.ºs 2 e 4 da resolução comum, que defendem a aplicação das recomendações contidas no Relatório Goldstone, quando a verdade é que nem todas são legítimas.

Dominique Vlasto (PPE), *por escrito*. – (FR) O Relatório Goldstone permitiu realçar a necessidade de serem rapidamente realizadas investigações independentes a fim de determinar a verdade dos acontecimentos e a responsabilidade das partes envolvidas e extrair conclusões quanto a quaisquer violações do direito internacional e direito humanitário cometidas durante o conflito de Gaza. Estas investigações devem ser conduzidas de forma honesta pelas autoridades públicas palestinianas e israelitas. Espero que possam, desse modo, facilitar o recomeço das negociações e, conseqüentemente, apoio sem reservas o princípio das investigações. Gostaria também de sublinhar que este conflito de Gaza causou a destruição de muitos projectos financiados pela União Europeia e destinados a atenuar a crise humanitária que afecta a população, vítima da escassez de produtos básicos e da falta de acesso a serviços públicos essenciais. A população no terreno necessita de ter motivos de esperança e de continuar a acreditar numa rápida solução do problema israelo-palestiniano. Apenas nestas circunstâncias haverá condições para alcançar uma paz justa e duradoura entre um Estado palestiniano e um Estado israelita que sejam vizinhos viáveis, fiáveis e pacíficos.

Proposta de resolução comum RC-B7-0134/2010

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Ainda há não muito tempo recordei à câmara que na Bielorrússia as eleições não são livres, não existe liberdade de expressão, nem de associação, nem de manifestação, e que se multiplicam as actividades repressivas levadas a cabo pelas autoridades. Para além disso, os presos políticos ainda não foram libertados, a pena de morte não foi abolida, nem é garantida a separação dos poderes, em particular a independência do poder judicial nem o respeito pelos direitos do homem.

O recente emprego de forças policiais contra militantes da UPB e a privação de direitos de que vêm sendo alvo são mais dois episódios que contribuem para reforçar a desconfiança europeia face à ditadura bielorrussa e convocam todos os democratas europeus, em particular as instituições europeias e os governos dos Estados-Membros, a uma vigilância rigorosa e a uma reacção firme e coordenada em relação às autoridades de Minsk, que se mantêm fiéis à pior herança do comunismo. A União Europeia não pode ser parceira de uma Bielorrússia que não respeita os seus nacionais nem a legislação internacional. Como diz o ditado do meu país: “antes só que mal acompanhado!”

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Enquanto não se proceder à realização de eleições livres, a União Europeia não deve reconhecer a legitimidade do Parlamento bielorrusso. Assim, apela-se às autoridades da Bielorrússia para que levem a cabo uma profunda reforma da legislação eleitoral do país, em conformidade com recomendações da OSCE/ODIHR.

As acções das autoridades bielorrussas contra os filiados na organização que representa a minoria nacional polaca são absolutamente condenáveis, assim como os julgamentos politicamente enviesados e a aparente dependência do poder judicial em relação ao poder executivo. A UE não pode concordar com a decisão das autoridades da Bielorrússia no sentido de limitar o acesso à Internet e com a não garantia de liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião, e liberdade de culto para outras igrejas que não a Igreja Ortodoxa bielorrussa, a par de outros direitos e liberdades políticas.

Defendo que o nível da cooperação comunitária com as autoridades da Bielorrússia deve ser directamente proporcional ao nível do respeito pelos Direitos Humanos neste país. Partilho ainda da preocupação relativamente à declaração frouxa e tardia da Vice-Presidente da Comissão / Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança sobre a repressão da minoria nacional polaca.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Desde o fim da Guerra Fria que as relações da Bielorrússia com o Ocidente têm alcançado um novo patamar de entendimento, e a União Europeia tem vindo a desenvolver um diálogo positivo no sentido de incentivar a Bielorrússia a fazer progressos em matéria de democracia e direitos humanos.

Apesar disso, a UE não poderá aceitar acções que colidem com princípios e normas internacionais relativos aos direitos de minorias nacionais. Em matéria de respeito pelos direitos humanos, a UE não pode ter apreciações relativas.

Kristiina Ojuland (ALDE), *por escrito*. – (ET) Senhor Presidente, como co-autora da resolução do Parlamento Europeu sobre a situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia, votei a favor da resolução. Embora no ano transacto o regime de Lukashenko tenha libertado prisioneiros políticos e se tenha tornado algo mais suave, a União Europeia não pode olhar de forma diferente as recentes violações dos direitos humanos de que foram alvo membros da União dos Polacos da Bielorrússia. Só é possível alargar os benefícios da Parceria Oriental da União Europeia aos cidadãos bielorrussos se a administração bielorrussa garantir os direitos humanos e as liberdades cívicas dos bielorrussos e iniciar reformas democráticas. As concessões feitas pelo regime até esta data foram sempre insuficientes, e a detenção da líder da União dos Polacos da Bielorrússia, Angelika Borys, bem como a recusa de permitir o registo legal do movimento e o congelamento dos seus bens, são golpes que ferem as suas relações com a União Europeia. Na minha opinião, se a contínua violação dos princípios dos direitos humanos e do Estado de Direito se mantiver, a União Europeia não tem outra opção senão voltar a impor sanções à administração bielorrussa.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) Votei a favor da adopção da proposta de resolução comum do Parlamento Europeu (RC-B7-0134/2010). Há alguns meses, o Parlamento Europeu adoptou uma resolução que exortava as autoridades bielorrussas a porem fim à aplicação da pena de morte aos seus cidadãos. Hoje, mais uma vez, voltamos a falar da Bielorrússia, de violações dos direitos humanos e dos princípios da sociedade civil. A União Europeia abriu-se à Bielorrússia. Lançámos mão das medidas pertinentes, como a inclusão da Bielorrússia na Parceria Oriental. A confiança que depositámos na Bielorrússia faria supor o início de uma mudança no sentido da democratização e do respeito dos direitos cívicos. Infelizmente, isso não aconteceu. Perante este facto, a União Europeia tem de ser firme e adoptar uma posição mais dura nas suas relações com a Bielorrússia, devendo enveredar por acções que efectivamente garantam o respeito dos direitos das minorias. Espero que a presente resolução desencadeie mudanças no sentido desejado. Se isso não acontecer, confio em que a União Europeia reverá o seu posicionamento perante a Bielorrússia impondo-lhe sanções adequadas. Qualquer solução que não produza resultados constituirá a prova da nossa fraqueza.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), por escrito. – (EN) Votei a favor desta resolução, que, de facto, foi um texto acordado por todos os grupos mais importantes, incluindo o nosso. A resolução foi adoptada por unanimidade.

Czesław Adam Siekierski (PPE), por escrito. – (PL) A ausência de liberdade de expressão, problemas envolvendo a legalização de organizações políticas e mesmo sociais e o uso de meios de comunicação social do Estado com fins de propaganda são sintomas de um funcionamento extremamente autoritário do Estado. A União disponibilizou a sua ajuda à Bielorrússia incluindo-a na Parceria Oriental, programa este que pretende reforçar a democracia e o Estado de Direito. O comportamento das autoridades bielorrussas não está de acordo com as normas internacionais que regem a conduta que deve ser seguida em relação à oposição e às organizações não governamentais nem com as normas relativas à protecção das minorias nacionais. Importa encontrar uma forma ponderada de fazer face a esta situação, que, por um lado, permita à União mostrar a sua reprovação através de medidas concretas como sanções ou restrições na concessão de vistos, mas que, em simultâneo, evite o isolamento da Bielorrússia em relação ao resto da Europa, porque toda a sociedade bielorrussa sofreria com isso e não apenas as autoridades condenadas pela União. Devemos mostrar à Bielorrússia quanto pode lucrar cooperando com a UE, estipulando que, quanto maior for o seu grau de cumprimento das condições acordadas com a União Europeia, tanto maior será o apoio com que a Bielorrússia pode contar.

Artur Zasada (PPE), por escrito. – (PL) Fiquei satisfeito com os resultados da votação de hoje. Adoptámos hoje uma resolução que condena os recentes actos de repressão sobre a minoria polaca da Bielorrússia. A adopção do documento por aclamação tem um especial significado. É um voto de todo o Parlamento, de todos os grupos políticos e dos representantes dos 27 Estados-Membros da União Europeia. Não concebo que a Bielorrússia possa beneficiar daquilo que é colocado à sua disposição ao abrigo da Parceria Oriental sem antes ter legalizado novamente a União dos Polacos da Bielorrússia e lhe ter restituído os seus bens e sem ter libertado prisioneiros políticos como Andrei Bandarenko, Ivan Mikhailau e Arystom Dubski. Hoje, enviámos à Bielorrússia um sinal claro. Aguardamos agora a sua resposta.

Proposta de resolução B7-0133/2010

Zigmantas Balčytis (S&D), por escrito. – (LT) O Conselho Europeu salientou a importância de renovar o contrato económico e social entre as instituições financeiras e a sociedade que estas servem e de assegurar que o público em geral aproveite os benefícios em períodos de conjuntura favorável e esteja protegido dos riscos. Neste contexto, o Conselho Europeu encorajou o FMI a analisar toda a panóplia de opções na sua revisão, incluindo um imposto mundial sobre as transacções financeiras. Apoio esta resolução e penso que a União Europeia deve chegar a um acordo para uma posição comum nesta matéria.

A Comissão Europeia deve preparar uma avaliação do impacto de um imposto global nas transacções financeiras, estudando as suas vantagens e desvantagens. Concordo igualmente com a recomendação contida na resolução de que devemos analisar, a nível da União Europeia, as formas como o sector financeiro pode contribuir adequadamente para compensar os prejuízos que gerou para a economia real ou os encargos associados às intervenções governamentais para estabilizar o sistema bancário.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito. – (RO) A presente proposta de resolução, apresentada na sequência das reuniões do G20 no âmbito da Cimeira de Pittsburgh e do apelo feito por alguns organismos internacionais, entre os quais o FMI, pode constituir uma solução, quer no sentido de evitar novos desastres financeiros, quer no sentido de recuperar os montantes que os Tesouros disponibilizaram aos bancos para os salvar do colapso. Seja como for, a adopção de tal legislação em França e na Bélgica, num espírito de pioneirismo, é bem-vinda (estando o Reino Unido igualmente a avaliar a possibilidade de introdução de legislação semelhante), e aguardamos o seu impacto.

Segundo as estimativas francesas, o imposto de 0,005% irá retirar mais de 20 mil milhões de euros dos cofres dos bancos franceses. No entanto, de que forma irá o sector bancário reagir? Irá impor restrições ao número de transacções especulativas, consideradas prejudiciais, ou irá tirar partido da mobilidade do capital e continuar a realizar essas transacções através de filiais bancárias situadas em países onde este imposto não existe?

É por esta razão que considero que o sucesso desses impostos exige uma abordagem global, o que implica igualmente apresentá-los a organismos internacionais como a ONU. Mesmo que isso aconteça, é difícil acreditar que possa ser possível uma acção global conjunta (por oposição às legislações dos paraísos fiscais).

Marielle De Sarnez (ALDE), por escrito. – (FR) Ao apoiar a resolução aprovada hoje por uma grande maioria (536 votos a favor, 80 contra e 33 abstenções), a delegação francesa do MoDem reiterou o seu desejo de que

seja efectuada uma avaliação do impacto e de que a Comissão Europeia apresente propostas concretas sobre a criação de impostos sobre as transacções financeiras. Apelamos à Comissão para que elabore uma proposta que defina uma posição europeia comum a apresentar em Junho ao G20. Seria igualmente oportuno avaliar em que medida esse imposto poderia contribuir para a estabilização dos mercados financeiros. As questões às quais a Comissão deve dar respostas dizem respeito não só à utilização deste imposto para apoiar a adaptação dos países em desenvolvimento às alterações climáticas e o financiamento da cooperação para o desenvolvimento, como também aos mecanismos que a Comissão poderia utilizar para persuadir os seus parceiros a aplicarem também este imposto, a fim de evitar a migração de capitais. Porém, acima de tudo, é necessário realizar uma avaliação aprofundada do impacto, para que este imposto não venha reduzir a competitividade da União nem o investimento sustentável, nem tenha repercussões negativas nas PME e nos investidores individuais.

Harlem Désir (S&D), *por escrito*. – (FR) Em 2000, apresentei com o Intergrupo Globalização a primeira resolução que apelava à Comissão para que estudasse a viabilidade de um imposto sobre os fluxos de capitais especulativos. A resolução não foi aprovada, por poucos votos. Passados dez anos, o G20, tal como vários Estados-Membros, já não exclui a possibilidade desse imposto, e, sobretudo, a crise financeira serviu para nos lembrar dos danos que a volatilidade dos mercados financeiros pode causar.

Congratulo-me, por esse motivo, com a adopção, por uma larga margem, da resolução sobre os impostos sobre as transacções financeiras. Trata-se de um pequeno passo, mas a mensagem é clara. O Parlamento apela à Comissão para que se debruce finalmente sobre a questão e trabalhe num projecto de execução. Um imposto deste tipo teria a dupla vantagem de contribuir para a estabilização dos mercados e para a geração de receitas consideráveis destinadas a ajudar os países em desenvolvimento a financiar a sua adaptação às alterações climáticas e a luta contra a pobreza.

Aqueles que se opõem afirmam que só será eficaz se for global, mas é preciso dar o primeiro passo, tal como fizeram alguns países relativamente ao imposto sobre os bilhetes de avião. A política do “esperar para ver” não nos levará a lado nenhum. Temos de abrir o caminho.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O sector financeiro deve assumir a sua quota-parte de responsabilidade na crise económica que ainda nos assola. Até ao momento, foram a economia real, os contribuintes, os consumidores, os serviços públicos e a sociedade em geral a pagar uma parte substancial dos custos e das consequências da crise financeira. Há vários Estados-Membros que apelaram à adopção de um imposto sobre as transacções financeiras.

O contexto político e normativo nesta área é hoje diferente, havendo novas iniciativas de regulamentação, como a luta contra os paraísos fiscais, a remoção de vazios legais nas contas de gestão, os requisitos aplicáveis às transacções em bolsa e à utilização de repositórios de transacções para o registo de instrumentos derivados.

A União Europeia deve adoptar uma posição comum no quadro internacional das reuniões do G20. Para tal, a Comissão deve, antes da próxima Cimeira do G20, avaliar o impacto de um imposto global nas transacções financeiras.

Nesta avaliação devem, nomeadamente, avaliar-se os efeitos da introdução de impostos sobre as transacções financeiras unicamente na União Europeia, por oposição à sua introdução a nível mundial. Devem quantificar-se os custos e deve determinar-se se este imposto contribui para a estabilização dos mercados financeiros.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – São positivas diversas afirmações feitas nos considerandos da resolução agora aprovada pela maioria do Parlamento Europeu, designadamente quando afirma que o sector financeiro deve assumir uma quota-parte justa do fardo da recuperação económica e do desenvolvimento, dado que até agora foram a economia real, os contribuintes, os consumidores, os serviços públicos e a sociedade em geral a pagar uma parte substancial dos custos e das consequências da crise financeira. Mas, depois, quase se arrepende do apoio à aplicação de um possível imposto sobre as transacções financeiras, ao levantar muitos condicionalismos à sua aplicação. Daí o nosso voto de abstenção.

Lamentavelmente, tardam a ser aplicadas as novas iniciativas de regulamentação, e a avançar a prometida luta contra os paraísos fiscais, a remoção de vazios legais nas contas de gestão, os requisitos aplicáveis às transacções em bolsa e à utilização de repositórios de transacções para o registo de instrumentos derivados. É preciso avançar decisivamente e não continuar nestas águas turvas que apenas servem os especuladores financeiros e o grande capital.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Sou a favor de um imposto sobre as transacções financeiras, e fico muito satisfeito por ver que esta iniciativa está a obter um tão grande apoio. Para o imposto ser eficaz, deve ser aplicado a nível global, pelo que sou a favor de medidas no sentido da sua introdução sobre as transacções financeiras.

Arlene McCarthy (S&D), *por escrito*. – (EN) Hoje uma esmagadora maioria votou a favor da manutenção da dinâmica política subjacente a um imposto global sobre as transacções financeiras (ITF). É notório que é chegado o momento de tomar medidas radicais tendentes a garantir que o sector financeiro pague a sua parte na sequência da crise, pelo que um ITF poderá ser um instrumento importante. Tem o forte apoio do público e de ONG e sindicatos de toda a Europa. Um ITF poderá contribuir para a redução da volatilidade e do risco das transacções financeiras, ao mesmo tempo que angariará milhares de milhões de euros para ajudar a fazer face aos efeitos das alterações climáticas e para ajudar os países em desenvolvimento mais atingidos pela crise financeira. A presente resolução apela à Comissão para que analise as opções possíveis para esse imposto e envie uma mensagem clara de que a Europa irá promover um acordo global, a fim de cumprir a exigência de medidas por parte do público. É decepcionante que, nas suas declarações, o Grupo ECR e os seus membros conservadores, que estão nitidamente contra qualquer imposto sobre as transacções financeiras, tenham optado por deturpar a votação de hoje como sendo um apelo a um ITF unicamente na UE. Se a Europa não tomar quaisquer medidas e não chegar a uma conclusão, ficaremos fora do debate internacional – a nossa votação de hoje é, na verdade, um mandato para que a Europa ajude a liderar este debate.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O CDS é como regra contrário à criação de impostos europeus. Acresce o facto de as matérias fiscais serem instrumentos importantes ao serviço dos Estados, a que podem recorrer, mais ainda em momentos de dificuldade de que a presente crise é exemplo. Por último, as diferentes opções tributárias, seja por via de impostos ou de taxas, praticadas nos vários Estados confeririam necessariamente um maior ou menor carácter penalizador à taxa aqui em causa, permitindo-se injustiças relativas à escala europeia, que não fariam qualquer sentido.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Para mim, é uma verdade incontornável que o sector financeiro deve contribuir de forma justa para a recuperação e para o desenvolvimento da economia, tendo em conta, nomeadamente, que uma parte substancial dos custos e das consequências da crise financeira foram pagos pela economia real, pelos contribuintes, pelos consumidores, pelos serviços públicos e pela sociedade em geral. Um eventual imposto sobre as transacções financeiras poderá contribuir para a redução do volume substancial de capital especulativo que recentemente, e mais uma vez, teve um impacto negativo na economia real, constituindo assim também um passo no sentido do crescimento sustentável. Todavia, antes de considerarmos a introdução do referido imposto, temos de ponderar cuidadosamente os prós e os contras. É precisamente a isso que a resolução proposta pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários apela, razão pela qual votei a seu favor. Uma questão fundamental que é referida apenas de passagem no texto mas que deverá ser claramente definida antes de qualquer decisão é a potencial utilização do capital eventualmente gerado pelo imposto. Julgo que o imposto deve ser cobrado no local onde a transacção se realiza e deve igualmente, por outras palavras, beneficiar os Estados em cujo território estão localizadas as respectivas bolsas de valores. O método exacto de cálculo ainda está por definir. Se a UE insistir em ser ela a cobrar o imposto, este deverá, de todas as formas, ser deduzido do contributo bruto do Estado-Membro em questão. Em nenhuma circunstância deverá dar azo a uma competência fiscal por parte da UE.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei hoje a favor da proposta de resolução B7-0133/2010 sobre os impostos sobre as transacções financeiras, e congratulo-me com o facto de, pela primeira vez, o Parlamento ter solicitado uma avaliação da viabilidade e do impacto da introdução de um imposto sobre as transacções financeiras a nível da UE. É um avanço considerável. Agora há que exercer pressão sobre a Comissão para que proponha medidas concretas. Os cidadãos europeus estão a contar que os custos da crise financeira sejam suportados pelos agentes dos mercados financeiros que a causaram. Por conseguinte, não nos podemos contentar com uma solução minimalista nos moldes da proposta norte-americana, que iria gerar alguns milhares de milhões de euros – uma receita relativamente pequena tendo em conta os elevados custos. A redução da pobreza, a luta contra as alterações climáticas e a resolução da crise financeira exigem receitas adicionais de várias centenas de milhares de milhões de euros. Um imposto sobre as transacções financeiras inteligente aportaria essa receita, restringindo ao mesmo tempo a especulação nos mercados financeiros.

Proposta de resolução B7-0132/2010

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução sobre o Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) que defende a criação de um mercado de serviços de pagamento em euros, integrado, sujeito a uma concorrência efectiva e onde não exista qualquer diferença entre os pagamentos em euros nacionais ou não.

O funcionamento do SEPA ainda é deficitário e não corresponde às necessidades reais dos utilizadores. A Comissão Europeia deverá apresentar uma data-limite, adequada e vinculativa, para a utilização dos instrumentos SEPA, após a qual todos os pagamentos em euros deverão ser efectuados utilizando as normas deste sistema. Igualmente importante é garantir que a adopção deste sistema não acarrete custos adicionais para o cidadão europeu.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A criação do Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) é fundamental para uma maior integração do mercado de serviços financeiros de pagamento, aumentará a concorrência ao tratar de igual forma os pagamentos transfronteiriços e nacionais efectuados em euros, e pode vir a ter um impacto positivo directo na vida dos cidadãos comunitários.

Como tal parece ser urgente, a migração dos serviços SEPA por parte das administrações públicas nacionais, bem como a adequação necessária das normas que regem esta iniciativa de modo a que, de facto, haja uma simplificação do actual contexto nos serviços de pagamento financeiros e uma redução dos custos para bem dos consumidores.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) virá a ser um mercado integrado para os serviços de pagamento, sujeito a uma concorrência efectiva e em que não há distinção entre pagamentos transfronteiriços e nacionais denominados em euros. Devia ter sido estabelecido um prazo juridicamente vinculativo para terminar a migração para os instrumentos SEPA. Esta migração, por parte das administrações públicas, está aquém das expectativas.

Assim, é importante que todos as partes interessadas – legisladores, sector bancário e utilizadores de serviços de pagamento – sejam associadas à realização do SEPA. A continuidade da validade legal das autorizações de débito directo existentes deve ser assegurada em todos os Estados-Membros, uma vez que a obrigação de assinar novas autorizações, ao mudar de sistemas de débito directo nacionais para o sistema de débito directo SEPA, seria muito onerosa.

Por isso, a Comissão deve estabelecer uma data-limite clara, adequada e vinculativa para a migração para os instrumentos SEPA, que não seja posterior a 31 de Dezembro de 2012, após a qual todos os pagamentos denominados em euros deverão ser efectuados utilizando as normas do SEPA. A Comissão deve auxiliar a administração pública no processo de migração, elaborando planos de migração nacionais integrados e sincronizados.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) tem que se transformar rapidamente num mercado integrado para os serviços de pagamentos. Falta no entanto muito para que tal seja conseguido. E apesar de haver directivas que estipulam o início para o enquadramento de cartões SEPA e para o sistema de débitos directos SEPA, a verdade é que estes ainda não estão em funcionamento. É assim necessário agilizar todos os entraves à implementação do sistema SEPA, para que este comece a funcionar em plenitude o mais rápido possível. É importante que o período de transição não ultrapasse a data de 21 de Outubro de 2012.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) O Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA) é um conceito cuja introdução facilitará a vida a milhões de europeus. Independentemente do Estado-Membro a que pertençam, poderão facilmente efectuar pagamentos rápidos e baratos a pessoas ou empresas noutra Estado-Membro ao mesmo preço que os pagamentos efectuados dentro das fronteiras do seu país. Na era dos serviços bancários pela Internet, isto resultará numa maior concorrência entre bancos, o que irá beneficiar os clientes. A introdução do SEPA é o passo seguinte para a concretização de uma das quatro liberdades fundamentais do mercado comum – a livre circulação de capitais. É da máxima importância que o SEPA conduza a uma aproximação económica entre países da zona euro e países que, embora sejam Estados-Membros da União Europeia, não fazem parte da zona euro, bem como outros países da Associação Europeia de Comércio Livre.

Consequentemente, apoio inteiramente a proposta do Parlamento Europeu sobre o Espaço Único de Pagamentos em Euros (SEPA). Ao mesmo tempo, apelo à Comissão Europeia para que dê prioridade aos

interesses dos clientes da banca de retalho e a questões relacionadas com a segurança do sistema, supervisionando em simultâneo a introdução do sistema SEPA.

Proposta de resolução RC-B7-0154/2010

Kader Arif (S&D), *por escrito*. – (FR) A resolução que foi hoje adoptada sobre o ACTA, da qual sou um dos iniciadores, é extremamente simbólica pela sua unanimidade. É um sinal claro enviado à Comissão, que está há dois anos a negociar este acordo com o máximo de secretismo. O Parlamento exige transparência total nas negociações em curso, bem como o respeito dos tratados, que lhe conferem o direito a receber a mesma informação que o Conselho. Quer em termos do método, quer no que sabemos relativamente ao conteúdo, oponho-me à forma como as negociações ACTA estão a ser conduzidas. Temos fortes receios de que o acervo comunitário seja posto em causa. Para além do risco de reintrodução da resposta “flexível”, pode estar também em questão o respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, em termos de liberdade de expressão e de protecção da privacidade e dos dados, bem como o princípio da não responsabilidade dos fornecedores de acesso à Internet e dos computadores anfitriões (“hosts”). O Parlamento já deu provas do seu empenho nestes princípios e se a Comissão não mudar de estratégia, assumirei a liderança da campanha contra a ratificação do ACTA pelo Parlamento, como já fizemos em relação ao Acordo SWIFT.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente esta resolução. Sem dúvida que a melhor protecção dos direitos de propriedade intelectual e o combate à contrafacção e à pirataria são questões muito importantes na União Europeia e a nível mundial, e saúdo efusivamente o início das negociações internacionais com vista a reforçar os DPI e a combater a contrafacção e a pirataria de forma mais eficaz. Estou, no entanto, muito desapontado com a forma como estas negociações estão a decorrer.

Ao abrigo do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu deverá ser informado imediata e exhaustivamente pela Comissão, em todas as fases dos processos de negociação de acordos internacionais, o que não acontece com o Acordo ACTA. Além disso, o Parlamento Europeu terá de dar o seu acordo ao texto do Acordo ACTA antes de este entrar em vigor na União Europeia. Como poderemos fazê-lo se formos mantidos na ignorância? Espero sinceramente que a Comissão Europeia cumpra a sua obrigação e forneça todas as informações necessárias sobre a situação das negociações.

Jan Březina (PPE), *por escrito*. – (CS) Senhor Presidente, votei a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre a transparência e a situação actual das negociações ACTA, porque partilho das dúvidas dos autores relativamente ao avanço das negociações até à data. Estas estão a decorrer sob um regime “restrito”, o que significa que apenas a Comissão Europeia e os Estados-Membros da UE têm acesso aos documentos das negociações. O Parlamento Europeu está totalmente excluído, e, contudo, o seu acordo é uma condição essencial para que o acordo entre em vigor. Sou de opinião que o conteúdo digital e o respectivo tratamento não devem ser incluídos no texto do acordo e, caso isso aconteça, as disposições em questão não devem ter um carácter repressivo. Acredito vivamente que o Acordo ACTA não deve ultrapassar o quadro das leis de propriedade intelectual actualmente em vigor e que quaisquer sanções relativamente à cópia de conteúdo digital não devem ficar à discrição de cada país. A protecção da privacidade e a protecção dos dados pessoais devem continuar a ser um pilar da legislação europeia, facto que não será comprometido por acordos jurídicos internacionais. Sou a favor de um Acordo ACTA capaz de combater a contrafacção, que constitui um perigo real para a economia e para o consumidor, e que, sem dúvida, viola os direitos de propriedade intelectual. Por outro lado, não deve abranger as cópias que são efectuadas exclusivamente para uso pessoal. A sua inclusão iria, em minha opinião, entrar em conflito com o direito à liberdade individual e à informação. Resumindo, a contrafacção e a cópia não podem ser tratadas da mesma maneira.

Derek Roland Clark (EFD), *por escrito*. – (EN) Embora na quarta-feira, 10 de Março de 2010, o nosso grupo tenha votado contra a resolução ACTA, fizemo-lo com base no princípio de que o Tratado ACTA propriamente dito não deve existir sob forma alguma. É uma violação catastrófica da propriedade privada individual. Se tivéssemos votado a favor da resolução, estaríamos a reconhecer a existência da referida legislação, mas decidimos, nessa base, não reconhecer o tratado.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) Não obstante o Tratado de Lisboa e a co-decisão sobre o comércio internacional, a Comissão e os Estados-Membros estão a impedir a realização de um debate público sobre o Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA). Esta falta de transparência suscita uma desconfiança real, que só pode ser atenuada mediante a realização de uma consulta pública e da consulta do Parlamento Europeu. Embora a luta contra a contrafacção seja, de facto, legítima e necessária, o Tratado ACTA iria reforçar o poder dos direitos de autor. Deveremos permitir que os fornecedores de acesso à Internet controlem o intercâmbio de ficheiros digitais e imponham sanções aos utilizadores, inclusivamente cortando-lhes o

acesso à Internet? O custo dessa supervisão seria exorbitante para os fornecedores de acesso e iria complicar os controlos. Além disso, a pirataria na Internet ainda não está criminalizada, nem no direito europeu, nem no direito internacional. Desta feita, uma lógica de sanção sistemática em tão larga escala não é legítima, tanto mais que o acesso à Internet, em nome do direito à informação, continua a ser uma liberdade fundamental. A Comissão deverá disponibilizar ao Parlamento um documento que descreva as negociações e todas as posições em debate. Caso contrário, o Parlamento poderia rejeitar este texto negociado em segredo, tal como aconteceu com o Acordo SWIFT.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução sobre a transparência e a situação actual das negociações ACTA, porque defendo um processo transparente na condução das negociações.

Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu terá de dar a sua concordância ao texto do Acordo ACTA, antes da respectiva entrada em vigor na União Europeia. A contribuição do PE é essencial para garantir medidas de aplicação dos Direitos de Propriedade Intelectual que não impeçam a inovação, a concorrência, a protecção de dados pessoais e o livre fluxo de informações.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A contrafacção constitui um dos principais flagelos da economia global e, não obstante os esforços para a combater, é evidente a manifesta incapacidade dos Estados individualmente considerados para levarem esta luta a bom termo. São hoje claros os riscos para a saúde e a segurança dos consumidores que a aquisição de certos produtos pode acarretar.

De um ponto de vista comercial e industrial, esta indústria paralela, que se alimenta ilegitimamente da criatividade e notoriedade alheias, enfraquece o valor das marcas e torna a sua vocação distintiva menos eficaz. Assim como é importante o estabelecimento de um mercado aberto, livre e justo, este só prevalecerá se a contrafacção merecer o repúdio e o combate generalizados por parte dos principais produtores. O Acordo Comercial de Combate à Contrafacção pode ser um caminho que valha a pena ser trilhado mas, para isso, deverá antes ser conhecido e debatido de forma transparente, ao contrário do que vem sucedendo até agora.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Em 2008, a União Europeia e outros países da OCDE deram início a negociações sobre um novo acordo plurilateral destinado a reforçar a aplicação dos direitos de propriedade intelectual (DPI) e a combater a contrafacção e a pirataria (Acordo Comercial Anti-contrafacção - ACTA), e decidiram conjuntamente aprovar uma cláusula de confidencialidade. Qualquer acordo relativo ao ACTA, concluído pela União Europeia, deve respeitar as obrigações jurídicas impostas à UE em matéria de privacidade e de legislação relativa à protecção de dados, tal como definidas na Directiva 95/46/CE, na Directiva 2002/58/CE e na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento terá de dar o seu acordo ao texto do Acordo ACTA, antes da respectiva entrada em vigor na União Europeia. Para além disso, a Comissão comprometeu-se presta as informações imediatas e completas ao Parlamento Europeu em todas as fases das negociações de acordos internacionais. Assim, devia ter sido criada uma base jurídica antes do início das negociações ACTA e o Parlamento devia ter aprovado um mandato negocial. A Comissão deve apresentar propostas antes da próxima ronda de negociações.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Ficou bem patente a condenação geral, pelo Parlamento, da sonegação de informação por parte da Comissão relativamente às negociações em curso do Acordo Comercial de Combate à Contrafacção (ACTA) e as limitações que, assim procedendo, procurou impor ao seu escrutínio e controlo democráticos. Assim, consideramos importante que a Resolução defenda a "obrigação jurídica" da Comissão "de informar imediata e plenamente o Parlamento em todas as fases dos processos de negociação de acordos internacionais".

Exigem-se procedimentos democráticos e transparentes na condução das negociações, bem como o debate público do seu conteúdo, o que consideramos positivo. Salientamos ainda a defesa que é feita da necessidade de respeitar "direitos fundamentais, como sejam a liberdade de expressão e o direito à privacidade, a par do pleno respeito da subsidiariedade", bem como a protecção de dados pessoais. Daí o nosso voto a favor.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Este projecto de Acordo Comercial Anticontrafacção, conhecido por ACTA, pode parecer uma boa ideia, tais são os danos que estas práticas desleais acarretam para a economia europeia e para os empregos europeus no mundo de excessivo comércio livre que nos impõem. Todavia, como geralmente acontece quando há algo de fundamentalmente nefasto num acordo negociado pela Comissão, tudo é feito em segredo.

Estou a pensar no Acordo de Blair House, que sacrificou a agricultura europeia para satisfazer os apetites de multinacionais norte-americanas do sector agro-alimentar. Estou igualmente a pensar no escandaloso AMI, o Acordo Multilateral sobre Investimentos, que pretendia eximir as multinacionais das leis em vigor nos países onde operavam. Felizmente, esse acordo não se concretizou. Neste caso, é a secção “Internet” do ACTA que está em causa: resume-se, literalmente, à introdução de uma monstruosa “lei Hadopi” mundial.

As alfândegas poderiam revistar os leitores de MP3, os telemóveis e os computadores portáteis de qualquer cidadão suspeito de ter descarregado ilegalmente um ficheiro. Os fornecedores de acesso podem ser obrigados a cortar a ligação dos seus clientes ou a fornecer informações sobre os mesmos. É inaceitável, e foi por isso que votámos a favor desta resolução, que exige total transparência nas negociações e ameaça levar a Comissão a tribunal caso esta recuse.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Subscrevi a resolução que visava obter da Comissão Europeia total transparência relativamente à questão das negociações sobre o Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA), que estão a decorrer em segredo. Para além do risco de reintrodução da resposta “flexível”, pode estar igualmente em causa o respeito dos direitos fundamentais dos cidadãos, em termos de liberdade de expressão e de protecção da privacidade e dos dados, bem como o princípio da não responsabilidade dos fornecedores de acesso à Internet e dos computadores anfitriões (“hosts”). O Parlamento Europeu, na qualidade de porta-voz dos povos europeus, não pode ser excluído destas negociações, devendo receber as mesmas informações que as fornecidas ao Conselho; trata-se de uma exigência democrática. Por último, o ACTA não pode comprometer o acesso aos medicamentos genéricos. Neste contexto, tendo em conta o método e os rumores inquietantes que circulam sobre o seu conteúdo, resta-me apenas votar a favor de uma resolução crítica de tal acordo.

Małgorzata Handzlik (PPE), *por escrito*. – (PL) Na resolução que foi aprovada, o Parlamento Europeu manifestou claramente o seu apoio a uma maior transparência nas negociações que a Comissão Europeia está a realizar sobre o Acordo Comercial Anticontrafacção. A pirataria e a contrafacção são um problema cada vez maior para a economia europeia e para outras economias em todo o mundo.

As economias dos países em desenvolvimento estão progressivamente a tornar-se economias baseadas no conhecimento. Por conseguinte, necessitamos igualmente de princípios claros e eficazes para a protecção dos direitos de propriedade intelectual que não impeçam a inovação e a concorrência, que não sobrecarreguem injustificadamente o comércio legal e que protejam a nossa privacidade e direitos fundamentais, como a liberdade de expressão. É por isso que a resolução que foi hoje aprovada não contraria a celebração do próprio acordo. Porém, as negociações conduzidas pela Comissão Europeia não são abertas.

O Parlamento Europeu e os cidadãos europeus não estão a ser mantidos a par do progresso das negociações. Esta falta de informação é motivo de preocupação. Pretendemos maior transparência da parte da Comissão Europeia. Queremos saber imediatamente que obrigações os negociadores da Comissão Europeia estão a aceitar em nome de 500 milhões de cidadãos da União Europeia.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) As negociações do Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA) relativas às disposições em matéria de direitos de autor e de combate à contrafacção e à pirataria de produtos e na Internet representam, sem dúvida, um passo importante com vista à protecção da propriedade intelectual. Lamentavelmente, a política de informação da Comissão relativamente às negociações deixa muito a desejar.

A falta de transparência sobre a situação actual das negociações torna difícil ao Parlamento Europeu desempenhar um papel construtivo na elaboração das disposições e, dessa forma, garantir de antemão que não há qualquer restrição dos direitos civis europeus nem qualquer violação das directivas relativas à protecção de dados. Apoio a proposta de resolução (RC7-0154/2010) e, conseqüentemente, o apelo que o Parlamento Europeu faz à Comissão para que estructure a sua política de informação no que se refere às negociações ACTA de forma mais transparente, completa e, por isso, também holística.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) A transparência das negociações ACTA é vital, e congratulo-me pelo facto de o Parlamento ter exigido a divulgação total de forma tão expressiva. Embora esteja satisfeito por receber garantias de que os indivíduos não serão criminalizados pelo uso pessoal, e de que o Acordo ACTA não será usado para impedir que os medicamentos genéricos cheguem aos países em desenvolvimento, espero que o Parlamento tenha acesso a todos os documentos e supervisione as negociações, de modo a assegurar o seu cumprimento.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A falta de transparência nas negociações do Acordo Comercial de Combate à Contrafacção (ACTA) vai contra o espírito do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. É essencial

que o Conselho e a Comissão disponibilizem, de imediato, toda a documentação que tem sido alvo de negociação. O não cumprimento desse dever básico por parte da Comissão e do Conselho pode levar o Parlamento Europeu a utilizar mecanismos legais para aceder a esses elementos, o que em nada prestigiará as Instituições Europeias envolvidas.

Zuzana Roithová (PPE), *por escrito*. – (CS) Gostaria de agradecer aos relatores e a todos os deputados responsáveis pelo facto de o Parlamento Europeu ter manifestado claramente a sua posição firme através de uma maioria expressiva contra a falta de transparência das negociações de um acordo internacional tão importante. Esperamos que o acordo abra uma nova dimensão internacional no combate à contrafacção, mas sem reduzir o direito à privacidade dos cidadãos europeus.

Parece-me igualmente problemático o facto de a China não ter sido convidada para as negociações. No debate de ontem, a Comissão transmitiu-me que também considerava esse facto um erro estratégico. A ideia de a China, que é a maior fonte de contrafacção do mundo, vir posteriormente a assinar um acordo negociado é irrealista. Espero que hoje o nosso relatório crítico convença a Comissão a reavaliar a sua abordagem em relação ao Parlamento, que possui poderes de decisão comum em novas áreas, incluindo a da política externa, graças ao Tratado de Lisboa.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Apoiei a resolução RC7-0154/2010 relativa ao Acordo Comercial Anticontrafacção, e regozijo-me com o facto de uma grande maioria do Parlamento o ter feito. O ACTA arrisca-se a tornar-se conhecido como o “Acordo da Falta de Transparência da Comissão”. Nas negociações ACTA, a Comissão deveria respeitar os princípios da transparência, os direitos humanos e o direito legal à informação do Parlamento Europeu. Em vez disso, a Comissão está a chumbar o teste decisivo de informar o Parlamento ao abrigo do Tratado de Lisboa. A UE não pode continuar a negociar o ACTA se as pessoas não puderem participar no processo.

É também totalmente absurda e inaceitável a situação de os deputados, à porta fechada, serem obrigados a pedir à Comissão que os informe sobre o conteúdo dos acordos que devemos votar. Para além disso, o Parlamento Europeu demonstrou que não aceita o secretismo e que acalenta o desejo de uma Internet aberta a todos. Os deputados demonstraram também que o Parlamento não aceitará ser tratado como um capacho. A Comissão foi vivamente instada a manter-nos plena e imediatamente informados sobre as negociações ACTA.

Proposta de resolução RC-B7-0181/2010

Harlem Désir (S&D), *por escrito*. – (FR) O regime actual do sistema de preferências generalizadas (SPG) em breve chegará ao fim. Votei a favor da resolução que visa, nomeadamente, envolver plenamente o Parlamento na sua revisão até 2012. Este regime comercial permite que 176 países e regiões em desenvolvimento beneficiem de acesso preferencial ao mercado europeu como contrapartida pela ratificação de convenções da OIT sobre os direitos sociais e de convenções da ONU sobre os direitos humanos.

No entanto, a sua aplicação é insatisfatória. E é por isso que, antes da revisão, exigimos um relatório sobre a situação actual da ratificação, a aplicação das convenções, uma avaliação do impacto dos efeitos do SPG durante o período 2006-2009, a inclusão de uma condição que estabeleça a aplicação de 27 convenções fundamentais da ONU e processos de inquérito mais transparentes – que implicam, nomeadamente, uma consulta regular do Parlamento.

É lamentável que, aquando da votação, uma alteração que exigia um processo de inquérito na Colômbia sobre os inúmeros assassinatos de sindicalistas e as valas comuns que continham os corpos de centenas de pessoas mortas na região de La Macarena não tenha sido aprovada devido à oposição da direita.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A União Europeia é o maior “doador” de ajuda humanitária e de apoio ao desenvolvimento. Sabemos que, todos os anos, são doados milhões pela União Europeia e pelos Estados-Membros ao abrigo de programas de cooperação e de desenvolvimento e que esta ajuda é necessária e, em muitos casos, fará a diferença.

É, no entanto, minha convicção como defensor da economia de mercado, que a ajuda ao desenvolvimento pode (e deve) ser feita através de políticas comerciais benéficas para os países em desenvolvimento. É neste contexto que cabe, a meu ver, o sistema de preferências generalizadas (SPG), que permite aos países desenvolvidos oferecer um tratamento preferencial não recíproco em relação a produtos provenientes de países em desenvolvimento.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – Não é seguro afirmar, como se faz na resolução, que o actual SPG esteja a ser um instrumento para *ajudar os países em vias de desenvolvimento*. Este instrumento teve efeitos na acentuação da dependência económica desses países face a uma produção para exportação, em detrimento do seu mercado interno. Em boa medida, são as grandes transnacionais, algumas delas de países da UE, quem beneficia deste sistema, e não os povos dos países em desenvolvimento.

Assim, alguns dos propósitos que se afirma presidirem à existência do SPG são contraditórios com os seus resultados práticos.

Por outro lado, num quadro de uma pressão crescente para a liberalização do comércio internacional, constata-se que a UE utiliza o fim deste regulamento como forma de chantagem para a aceitação dos ditos *Tratados de Livre Comércio*, através de uma inaceitável pressão diplomática e económica sobre esses países.

Para que o SPG se torne um instrumento de ajuda ao desenvolvimento, exigir-se-ia, como propomos, a sua prorrogação e a sua renegociação, conjuntamente com outras políticas de apoio ao desenvolvimento, dando forma a uma solidariedade efectiva, combatendo a dependência económica e a exploração dos povos e dos seus recursos naturais pelos grupos económicos da UE.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – O que a Comunidade Europeia faz desde 1971 em relação aos países em desenvolvimento no que respeita às preferências comerciais no âmbito do Sistema de Preferências Pautais Generalizadas é uma forma de tornar o comércio mundial mais justo e ao mesmo tempo ajudar esses países no seu crescimento e desenvolvimento económico.

O presente regulamento caduca em 2011, pelo que é necessário iniciarmos de imediato esforços no sentido de trabalharmos num novo instrumento que mantenha e que, se possível, potencie ainda mais os benefícios que este sistema tem proporcionado aos Estados em desenvolvimento, mais importante ainda neste cenário de saída da crise internacional. É, no entanto, crucial que a nova lista de países beneficiários deste sistema reflecta de forma muito realista a sua situação económica para evitar injustiças.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Acabei por votar a favor da resolução comum sobre o Sistema de Preferências Pautais Generalizadas (SPG) (RC7-0181/2010), embora lamente e me custe muito que a Embaixada da Colômbia tenha logrado convencer alguns dos nossos colegas a deixar de fora praticamente todas as referências à necessidade de investigar as violações dos direitos humanos na Colômbia e a decidir, com base nas conclusões, se deve ou não suspender as preferências pautais sobre os produtos colombianos.

Relatório: Gabriele Albertini (A7-0023/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O relatório do Parlamento Europeu sobre a Política Externa e de Segurança Comum da UE, em conjunto com o relatório correspondente sobre a Política Comum de Segurança e Defesa, elaborados pela aliança antipopular de conservadores, sociais-democratas e liberais do Parlamento Europeu, definem o constante apoio dos porta-vozes políticos do capital à promoção de uma ainda maior militarização da UE, em especial na sequência da entrada em vigor do reaccionário Tratado de Lisboa, e o seu papel activo na promoção da política imperialista da UE e das intervenções e guerras que desencadeia contra outros países e povos em todos os cantos do planeta, para servir os interesses e a soberania do capital monopolista sob condições de crescentes combates internos imperialistas.

O relatório apela:

- a) à efectiva organização do Serviço Europeu para a Acção Externa da UE (criado nos termos do Tratado de Lisboa), o novo braço político/militar para organizar, apoiar e aplicar as intervenções imperialistas da UE;
- b) a um aumento das dotações do orçamento da UE para as suas intervenções políticas e militares;
- a) à melhor integração das capacidades políticas e militares da UE, sendo uma parceria UE/NATO mais sólida essencial para o exercício mais eficaz das suas intervenções imperialistas que usam meios militares.

O Partido Comunista da Grécia votou contra e condena este relatório inaceitável, que é pura e simplesmente um manual para ataques imperialistas contra o povo.

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) a União Europeia tem de desenvolver a sua autonomia estratégica através de uma política externa, de segurança e de defesa forte e eficaz, para defender os seus interesses a nível global, garantir a segurança dos seus cidadãos e promover o respeito dos direitos humanos

e dos valores democráticos em todo o mundo. Ao disporem de acordos de segurança europeus mais eficazes, os Estados-Membros têm de mostrar receptividade para tornar a União Europeia um interveniente mais importante no palco internacional.

Acredito que o próximo relatório anual do Conselho sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) tem de referir directamente a aplicação da estratégia de política externa da União Europeia, avaliando a sua eficácia, bem como proporcionar as condições para criar um diálogo específico directo com o Parlamento Europeu, centrado na elaboração de uma abordagem estratégica da Política Externa e de Segurança Comum.

John Attard-Montalto (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei contra a alteração 18 porque esta alteração, em minha opinião, contém um paradoxo. Lamenta a lógica da militarização na sua introdução e conclui que a “PESC deve basear-se em princípios pacíficos e na desmilitarização da segurança”. A minha posição pessoal está de acordo com o estatuto de neutralidade internacional do meu país e, consequentemente, dado que a alteração não é de todo lúcida, decidi que não podia votar a favor ou abster-me.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (LT) Apoio este relatório, dado que acredito que uma Política Externa e de Segurança Comum clara e coordenada pode contribuir de forma significativa para a consolidação dos poderes da UE a nível internacional. Indubitavelmente, uma das questões mais importantes da PESC é a crescente dependência energética da UE em relação a fontes de abastecimento e vias de transporte e a necessidade de restringir a dependência energética da UE de países terceiros. Gostaria de instar a Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante, Catherine Ashton, a aplicar com determinação as recomendações formuladas pelo Parlamento relativamente ao desenvolvimento de uma política coerente e coordenada, nomeadamente promovendo a coesão da UE num diálogo construtivo com os fornecedores de energia, especialmente com a Rússia e os países de trânsito, apoiando as prioridades energéticas da UE e defendendo os interesses comuns dos Estados-Membros, desenvolvendo uma diplomacia eficaz no domínio da energia e mecanismos mais eficazes para responder a situações de crise e promovendo a diversificação das fontes de abastecimento de energia, a sua utilização sustentável e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis. Estou convencido de que, só actuando em conjunto a UE poderá, no futuro, garantir o fornecimento ininterrupto e seguro de gás e petróleo para os Estados-Membros e aumentar a independência energética de toda a UE.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), *por escrito*. – (SV) Nós, sociais-democratas suecos, acreditamos que a parceria entre a UE e a NATO não deve ser desenvolvida apenas com base na Carta das Nações Unidas. Assim, consideramos que é importante que a redacção inclua a perspectiva dos Estados-Membros sobre esta questão e tenha em consideração as diferentes tradições e posições dos Estados-Membros no que respeita à política externa, de segurança e de defesa.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Tal como muitos dos Estados-Membros (se não mesmo todos), a União Europeia confronta-se com um orçamento muito inferior às suas ambições e muito reduzido face a tudo aquilo que pretenderia levar a efeito. O elenco dos múltiplos valores e das muitas expectativas europeias neste tocante reforçam a constatação desta assimetria.

A circunstância de a política ser, por excelência, uma actividade em que há que prever e prover adquire particular relevância quando aquilo que está em causa são aspectos tão essenciais à nossa vida comum, como seja a política externa e de segurança.

O Tratado de Lisboa e a consequente criação do cargo de Alta Representante denotam a convicção dos Estados-Membros de que existe uma efectiva necessidade de prontidão, coordenação e convergência na acção europeia nos domínios da PESC. Somente a prática dirá se as disposições do Tratado são suficientes e se aquilo que foi plasmado no seu texto sairá com êxito do papel.

Faço votos para que a União seja capaz de responder afirmativamente a este importante desafio.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – O relatório sobre a implementação da estratégia europeia de segurança é um documento anual do Parlamento Europeu que faz um balanço da política europeia de segurança e defesa e apresenta propostas para melhorar a eficiência e a visibilidade desta política. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a acção externa da UE adquire uma nova dimensão e importância. O Parlamento Europeu tem aqui um papel fundamental como garante da legitimidade democrática da acção externa. A criação de um serviço europeu de acção dará um corpo e um aparelho diplomático da União, que até agora só podiam contar com representação nacional. Contudo para alcançar as metas de representação externa é crucial que a UE disponha dos recursos orçamentais necessários.

Petru Constantin Luhan (PPE), por escrito. – (RO) Gostaria de fazer referência a alguns pontos do subcapítulo “Balcãs Ocidentais” do relatório sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum em 2008.

É necessário ter em consideração o facto de que, na reunião do Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas, em Fevereiro de 2008, foi decidido que cada Estado-Membro da UE decidiria, de acordo com a prática nacional e o direito internacional, a relação que manteria com o Kosovo.

Ao mesmo tempo, a opinião consultiva do Tribunal Internacional de Justiça é aguardada durante a primeira metade deste ano no que respeita ao processo relativo à conformidade com o direito internacional da declaração unilateral de independência proclamada pelas instituições provisórias de administração autónoma no Kosovo.

É necessário manter uma abordagem equilibrada na avaliação do desenvolvimento do processo de estabilização no Kosovo, tendo em conta que se verificaram algumas situações de tensão ao longo de 2009, incluindo durante o período eleitoral em Novembro. A este respeito, creio que há muitos desafios a ultrapassar, sobretudo no que respeita à aplicação da lei, à luta contra a corrupção e o crime organizado, à protecção dos sérvios e de outras minorias, à reconciliação entre as comunidades e à aplicação de reformas económicas e sociais.

Nuno Melo (PPE), por escrito. – O Tratado de Lisboa trouxe novas responsabilidades ao PE no que respeita à política externa e de segurança comum e estamos dispostos a assumir essas responsabilidades e a contribuir na escolha das políticas, mas também dos rostos que as representarão em todo o Mundo, escrutinando as escolhas dos nomeados para o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), incluindo aqui, também, os representantes especiais da UE. A UE tem que demonstrar perante a comunidade internacional que tem uma política externa cada vez mais representativa, coerente, sistemática e eficaz. A UE tem que ser cada vez mais o principal motivador na construção da paz mundial.

Willy Meyer (GUE/NGL), por escrito. – (ES) Votei contra o relatório anual do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspectos e as opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) em 2008, porque penso que o objectivo da PESC deve ser definir a política externa da UE e não defender o seu território. Não concordo com a ligação entre a UE e a NATO criada pelo Tratado de Lisboa. Em vez disso, apoio a desmilitarização e o objectivo de armamento zero. Condono a lógica da militarização da UE, que se intensificou com a adopção do Tratado de Lisboa, e as alterações por este introduzidas, nomeadamente o Serviço Europeu para a Acção Externa e as funções do Alto Representante da UE. Testemunhamos presentemente o mais elevado grau de militarização da história. As despesas com armamento são superiores ao que eram até durante a Guerra Fria. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde exige a retirada de todas as bases militares pertencentes aos Estados Unidos e a outros países que estão em solo de Estados-Membros da UE, e solicitamos que as despesas militares sejam utilizadas para fins civis com vista a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Andreas Mølzer (NI), por escrito. – (DE) Este relatório tenta posicionar a UE como interveniente global mais forte. Ao fazê-lo, contudo, não apresenta uma especificação clara dos objectivos ou da orientação relativos à Política Externa e de Segurança Comum (PESC). A exigência de uma base financeira mais forte tem, por isso, de ser rejeitada, tendo em conta este contexto. Futuramente, os acordos internacionais devem ser avaliados com base na sua sensatez e nos seus benefícios para a UE. Em última análise, deve ser desenvolvida na PESC uma abordagem baseada na estratégia. Tenho de me opor terminantemente ao objectivo de abolir o princípio da unanimidade. Isto é particularmente válido se, como foi afirmado várias vezes, o objectivo é estabelecer uma parceria mais próxima com a NATO. A UE tem de conseguir criar as suas próprias estruturas e tem, evidentemente, de dispor dos recursos necessários para essas estruturas. No que respeita às várias operações e missões, muitas das actuais 23 acções em que a UE está envolvida devem ser reconsideradas. No Afeganistão, em especial, a estratégia aí seguida sob a liderança dos Estados Unidos deve ser considerada um insucesso.

O envolvimento da UE deve, pois, ser reconsiderado sem demora. No contexto da Parceria Oriental, vale a pena salientar, uma vez mais, que os interesses da Rússia têm de ser tidos em conta por motivos históricos, culturais e geográficos, e que a acção unilateral por parte da UE deve ser evitada. Dado que o relatório não tem realmente em conta estes aspectos, e porque é igualmente deficiente noutras áreas, votei contra.

María Muñiz De Urquiza (S&D), por escrito. – (ES) No que respeita aos relatórios Albertini e Danjean sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia, gostaria de deixar claro que os votos da delegação espanhola do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu

confirmam o não reconhecimento do Kosovo como Estado independente. O Kosovo não foi reconhecido por Espanha, nem por quatro outros Estados-Membros da UE, nem por 100 outros Estados membros das Nações Unidas.

Assim, tanto na Comissão dos Assuntos Externos como hoje nesta Assembleia, apoiámos as alterações que estavam de acordo com o nosso ponto de vista. A posição da delegação socialista espanhola é, contudo, positiva no que respeita ao processo de estabilização e alargamento em que os países dos Balcãs Ocidentais, a Turquia e a Islândia estão agora envolvidos.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Acabei por votar a favor do relatório A7-0023/2010, também designado relatório anual sobre a PESC, sobretudo porque duas das cinco alterações por nós propostas foram adoptadas (a que diz respeito ao diálogo transatlântico dos legisladores e a que se refere à expectativa de desenvolvimento de uma relação estratégica entre a UE e a China). Por último, não houve alterações importantes ao texto original e não houve surpresas no que respeita às alterações adoptadas. O relatório acabou por ter uma votação de 592 votos a favor (entre os quais, o nosso) e 66 contra.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL), *por escrito*. – (SV) Votei contra este relatório, que afirma que os valores e interesses da UE têm de ser alargados a nível mundial através do aprofundamento do pensamento estratégico colectivo da União. Parece tratar-se de uma abordagem neo-colonial. Segundo o Senhor Deputado Albertini, a competência da UE deve abranger todos os âmbitos da política externa e todas as questões de segurança, incluindo uma política de defesa comum que pode levar a uma defesa comum. A Europa está dividida no que respeita a esta questão. O Parlamento está igualmente a exigir maiores dotações orçamentais aos Estados-Membros, em especial no que respeita à necessidade de a UE estabelecer rapidamente uma grande presença nas Nações Unidas, que fale a uma só voz. Os Estados-Membros da UE irão, evidentemente, manter os respectivos mandatos nas Nações Unidas, mas a UE, com a sua voz única, terá uma influência importante sobre eles. O Parlamento Europeu também acredita que a UE e a NATO devem desenvolver uma parceria intensa e eficaz. Isto entra em conflito com a política de não-alinhamento do meu país. Os cidadãos da Europa nunca tiveram oportunidade de expressar a sua opinião sobre esta questão porque alguns dos Estados-Membros se recusaram a realizar referendos sobre o Tratado de Lisboa.

Relatório: Arnaud Danjean (A7-0026/2010)

Charalampos Angourakis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O relatório da UE sobre a PESC da UE é um apelo a uma guerra generalizada feito pelo centro imperialista da UE e que visa os povos. Marca um novo agravamento da concorrência com outros centros imperialistas.

O relatório:

Saúda os 70 000 membros das 23 missões militares e “políticas” da UE em todo o mundo, na maioria dos casos em cooperação com os Estados Unidos e com a NATO.

Saúda o controlo marítimo imperialista da Somália pelas forças navais da UE e exorta a UE a criar um “mecanismo de policiamento estatal e exército regular” sudanês no estrangeiro, que não pode derrubar o Governo do país.

Apoia a criação de uma Direcção-Geral de Gestão de Crises e Planeamento política/militar e a criação de um centro permanente de operações da UE.

Exorta à intensificação do terrorismo de Estado e ao estrangulamento dos direitos democráticos em nome do “combate ao terrorismo” e à “radicalização”.

Promove a rápida organização do Serviço Europeu para a Acção Externa com competências políticas e militares.

Apela à organização de intervenções políticas e militares, mesmo nos Estados-Membros da UE, no quadro do alegado apoio mútuo previsto na cláusula de “solidariedade” do Tratado de Lisboa.

O único interesse dos povos é derrubar toda a política imperialista e antipopular e a própria idealização da UE.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) O Parlamento Europeu obteve, através do voto dos cidadãos da UE, maiores poderes no que respeita a questões como o orçamento e o controlo da política externa, de segurança e de defesa. Nestas circunstâncias, os deputados do Parlamento Europeu têm de ser

incluídos por outras instituições da UE no processo decisório e na nomeação dos funcionários que representam a UE a nível internacional. Os poderes que o Parlamento Europeu obteve através do Tratado de Lisboa visam aumentar a legitimidade das decisões relativas à política externa, de segurança e de defesa.

Isto justifica o pedido de criação de um Conselho de Defesa, no âmbito do Conselho Assuntos Externos, bem como a criação de um centro permanente de operações da UE para se ocupar do planeamento operacional e da execução de operações militares. As discussões sobre o escudo antimísseis, na forma actual proposta pela Administração dos Estados Unidos, têm de ser realizadas em toda a UE, com o envolvimento activo do Parlamento Europeu.

Contudo, tem de ser deixado claro que a UE tem direitos exclusivos na determinação da política de defesa e de segurança, e que as intervenções de Estados terceiros não se justificam. A União Europeia decide qual a melhor forma de garantir a segurança dos seus cidadãos, o que tem de ser feito com base num consenso entre os Estados-Membros e não, de modo algum, através do envolvimento de Estados que não são membros da UE.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – A União Europeia tem sido por diversas vezes definida como um gigante económico e um anão político querendo com isto dizer-se que aquela não se encontra dotada dos meios necessários para prosseguir parte dos seus fins, em particular no tocante à sua acção externa. São diversos os episódios que denotam a falta de univocidade no querer e na acção dos Estados-Membros.

Duvido que esta circunstância seja susceptível de alteração a breve trecho. Pelo contrário, julgo-a expectável atendendo ao número de Estados que compõem a União, as suas Histórias e interesses particulares. A questão da defesa comum, que toca no cerne dos poderes soberanos, foi sempre historicamente objecto de desconfiança por parte dos países europeus e ainda hoje merece particular cautela, a qual se justifica plenamente.

Tal não deve eximir-nos de procurar uma cooperação e coordenação mais estreitas visando a melhoria da nossa segurança e defesa comum. Não obstante a sua natureza de *soft power*, a União Europeia deveria considerar assumir-se como um verdadeiro segundo pilar de uma aliança atlântica que não pode continuar a exigir todos os sacrifícios dos Estados Unidos da América.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – Este relatório, que uniu a direita conservadora e a social-democracia, é um perigoso sintoma do que há muito vimos denunciando sobre o Tratado de Lisboa: o seu contributo para o aprofundamento do neoliberalismo, alicerçado no federalismo e na militarização da União Europeia, como pilar europeu da NATO.

Seguindo o comando das grandes potências, a UE procura dirimir as suas próprias contradições e reposicionar-se perante um processo de arranjo de forças no plano internacional, numa visão concorrencial entre potências sobre recursos naturais e mercados e de uma maior afirmação da União Europeia como bloco económico, político e militar com ambições de intervencionismo global.

Aqui a maioria do PE prescreve a receita que vem defendendo desde há muito:

- a militarização das relações internacionais e da segurança interna a reboque da dita *luta contra o terrorismo*;
- o reforço dos orçamentos nestas áreas e a criação de novas capacidades militares que contribuirão para o relançamento da corrida aos armamentos;
- a adaptação aos conceitos dos EUA e da NATO das *guerras preventivas* e ao alargamento da sua intervenção à escala mundial.

resultado destes desenvolvimentos poderá ser mais guerra, exploração e pobreza como respostas à crise em que o capitalismo mergulhou o mundo.

caminho da paz exige a ruptura com estas políticas.

Charles Goerens (ALDE), por escrito. – (FR) Sem prejuízo das observações abaixo, votei a favor do relatório Danjean. 1) O relatório apela à abolição da Assembleia da União da Europa Ocidental (UEO). Procura-se em vão a mais pequena referência no relatório ao trabalho desenvolvido pela Assembleia para intensificar a integração europeia. É lamentável, para o trabalho desenvolvido pela Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu, que se passe o dia inteiro a louvar elementos apesar de serem muitas vezes menos louváveis do que as ideias que a Assembleia em Paris apresentou até à data. 2) O controlo do Parlamento no que respeita a questões de defesa europeias terá de ter em conta o contributo dos parlamentos nacionais. Na verdade, é destes que dependerá a decisão de disponibilizar tropas e capacidades nacionais à UE, para operações

militares da União, e será assim ainda durante muito tempo. O mesmo se aplica ao financiamento de operações militares, que são pagas através dos orçamentos nacionais. A vontade de impedir um défice democrático no que respeita às questões de defesa europeias deve guiar-nos na procura de uma solução institucional que seja verdadeiramente aceitável a nível parlamentar.

Richard Howitt (S&D), *por escrito*. – (EN) Os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Trabalhista britânico saúdam esta revisão anual da Estratégia de Segurança Europeia e da Política Comum de Segurança e Defesa, sobretudo no contexto das alterações introduzidas pela ratificação do Tratado de Lisboa, e, no que a isto respeita, saúdam em especial a função da Alta Representante, Baronesa Cathy Ashton, no respectivo debate no Parlamento.

Apesar de votarmos a favor do relatório no seu todo, decidimos votar contra o n.º 20, que propõe a criação de um centro permanente de operações da UE. É nossa posição de longa data, e a posição do Governo britânico, que não há necessidade desse centro, o qual duplicaria desnecessariamente as estruturas existentes. No que respeita à alteração 20, optámos por nos abster, dado que, embora saudemos veementemente o avanço para um mundo livre de armas nucleares, constatamos uma incorrecção nesta alteração, de que as armas dos “Estados Unidos”, neste contexto, representam a NATO, em vez da capacidade dos EUA, e, como tal, acreditamos que a questão da remoção das ogivas nucleares da Alemanha ou de outro país é um debate a ser realizado pelos aliados da NATO, incluindo os EUA. Não é um debate a ser realizado pela UE enquanto entidade multilateral independente.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política de Defesa e de Segurança Comum (PDSC) são dois pilares fundamentais para que a UE se torne no principal actor da comunidade internacional no que respeita ao combate aos desafios e ameaças que foram identificados na Estratégia Europeia de Segurança (EES).

Apesar de a UE considerar que o Conselho de Segurança das Nações Unidas é o primeiro responsável pela manutenção e preservação da paz e da segurança no mundo, a UE tem de ter políticas eficazes e comuns a todos os Estados-Membros, de forma a poder responder de maneira eficaz aos desafios e ameaças de carácter global.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei contra o relatório Danjean porque propõe uma Política Externa e de Segurança Comum que se centra na promoção da militarização da UE e no seu intervencionismo. Não propõe qualquer enfoque civil e pacífico nem solução para os conflitos, concentrando-se em vez disso na defesa e na militarização da UE. Oponho-me igualmente a este texto porque se refere ao Tratado de Lisboa e à sua aplicação. Isto promove um avanço para a centralização de poderes, sem qualquer mecanismo de controlo parlamentar, o que transformará a UE num interveniente militar no palco internacional. Em lugar de uma cooperação permanente estruturada entre a UE e a NATO, que é o que o relatório defende, sou a favor de que todas as actividades sejam realizadas estritamente no quadro da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, com uma rigorosa separação entre as duas instituições.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) O relatório do Senhor Deputado Danjean sobre a aplicação da Estratégia de Segurança Europeia e da Política Comum de Segurança e Defesa é muito completo e aborda vários tópicos que são importantes para a Europa. Contudo, há uma falta de enfoque claro na definição fundamental da política externa da UE ao longo dos próximos anos e igualmente a falta de uma linha política rigorosa. Por um lado, o relatório procura consolidar a autonomia da UE no que respeita a outros intervenientes globais, em especial no que respeita aos Estados Unidos, através de uma sólida política externa, de segurança e de defesa, o que eu saúdo. Contudo, o relatório mostra-se, uma vez mais, a favor de uma forte cooperação entre a UE e a NATO e pretende, nomeadamente, criar estruturas institucionais conjuntas. O apelo à elaboração de um Livro Branco sobre a Política de Segurança e de Defesa Comum (PESC), que defina claramente os objectivos da política, é, deste modo, mais que aconselhável. Por muito que critique o crescente centralismo da União Europeia, apoio a criação de um centro permanente de operações da UE.

Esse centro iria permitir-nos planear e executar várias operações de forma mais eficaz. Além disso, evitar a duplicação do trabalho também conduziria à economia de custos. A cláusula de solidariedade relacionada com os desastres naturais que é referida, tal como a criação de uma força de protecção civil europeia, são sem dúvida válidas e algo que devíamos efectivamente esforçar-nos por alcançar. Contudo, tendo em conta que a posição não é clara em vários aspectos, fui forçado a abster-me.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Acabei por me abster na votação final do relatório anual sobre a aplicação da Estratégia de Segurança Europeia (A7-0026/2010). Tratou-se do relatório mais complexo e delicado para nós, mas gerimo-lo bem. Duas alterações e meia, das 11 por nós apresentadas,

foram aprovadas (incluindo uma muito importante, que exorta a Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante a ultrapassar o desequilíbrio entre capacidades de planeamento civis e militares). Não foram votadas outras alterações importantes. O relatório acabou por ser aprovado, com 480 votos a favor e 111 contra. Pessoalmente, como disse, abstive-me, tal como o resto do meu grupo.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL), *por escrito*. – (SV) Votei contra o relatório. Este documento é um dos mais militaristas que li em todos os anos em que estive no Parlamento. O Parlamento Europeu está a apelar à criação de um centro permanente de operações que será responsável pelo planeamento e realização operacionais de operações militares e pela consolidação da cooperação com a NATO. A Agência Europeia de Defesa irá desenvolver uma capacidade militar de controlo do espaço. Além disso, será estabelecida uma capacidade de controlo marítimo que, entre outros aspectos, irá limitar a imigração “ilegal”. O relatório também apela a que mais Estados-Membros participem nas operações militares da UE, contrariamente ao que aconteceu antes. Espera-se que UE e o Parlamento se envolvem em discussões sobre um conceito estratégico para a NATO. Enquanto cidadã de um país não alinhado, não posso apoiar este relatório de tão grande alcance.

Traian Ungureanu (PPE), *por escrito*. – (RO) Desejo agradecer a todos os deputados do Parlamento Europeu pelo apoio que me deram no plenário, ao votarem a favor da alteração 34 ao relatório Danjean sobre a Estratégia de Segurança Europeia.

Apresentei a alteração 34 com o objectivo de alterar o texto do n.º 87 deste relatório, que fazia referência ao desenvolvimento do escudo antimísseis na Europa, na sequência de um acordo bilateral entre os Estados Unidos e Estados-Membros, incluindo a Roménia. A alteração propõe eliminar a recomendação de desenvolver este sistema “em diálogo com a Rússia”, substituindo esta frase por uma redacção mais equilibrada de “diálogo a nível continental”. O novo projecto dos EUA que envolve o desenvolvimento do sistema de defesa antimísseis tem uma natureza estritamente defensiva e garante a segurança de toda a Europa Oriental e dos Balcãs Ocidentais. O projecto não é dirigido contra a Rússia. Consequentemente, não creio que haja motivo para incluir a Rússia como participante e possivelmente decisor no desenvolvimento do projecto.

Estas considerações foram a base da alteração 34. Estou satisfeito por esta alteração ter sido aprovada com 358 votos a favor. O número de votos a favor salienta que o apoio dado ultrapassou as fronteiras de grupos políticos e de filiações nacionais, demonstrando a importância da proposta de resolução e a existência de uma maioria europeia que partilha a mesma opinião.

Proposta de resolução comum RC-B7-0137/2010

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Considero que o aumento dos esforços para impedir a proliferação das armas nucleares e conseguir um mundo livre de armas nucleares é uma prioridade absoluta e importante. A consolidação do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP), através da sua assinatura e aplicação por todos os Estados-Membros, insere-se neste quadro. Decidi abster-me nesta proposta de resolução específica porque ela inclui um ponto básico a que me oponho e que o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde tentou, sem sucesso, alterar. Refiro-me à frase e ao sentido da opinião que a UE pode “utilizar todos os instrumentos ao seu dispor para prevenir, dissuadir, suspender e, se possível, eliminar os programas de proliferação que causam preocupação à escala global”. Para ser específico, a utilização ou a ameaça de utilização de instrumentos militares, sobretudo no que respeita ao Irão, é extremamente perigosa, não terá resultados positivos para a paz e contradiz a percepção da esquerda no que respeita à acção militar por parte da UE.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Os princípios que nortearam a assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e que remontam ao período da guerra-fria mantêm hoje toda a sua actualidade e mesmo uma maior premência. A queda do bloco soviético motivou a disseminação de material nuclear por diversos Estados e o fim do controlo unificado sobre o seu uso e manutenção fazem temer a sua utilização irresponsável ou, mesmo, a sua deterioração com consequências imprevisíveis para a saúde e segurança da região.

O aumento do número de membros do “clube nuclear”, a ameaça terrorista e a relativa facilidade com que são hoje construídas armas de destruição maciça concorrem para adensar o clima de intranquilidade em que hoje vivemos. A União Europeia deve ser capaz de assumir uma posição comum e coerente sobre estas questões visando um mundo mais seguro e cada vez mais livre de armas.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – As mudanças na ordem internacional propiciam novas oportunidades à questão da não proliferação. No início do seu mandato, o Presidente Obama afirmou a sua ambição de um mundo sem armas nucleares e o seu empenho em procurar activamente a ratificação da

proibição completa dos testes nucleares pelos Estados Unidos. A União deve estar à altura dos desafios de não-proliferação nuclear, especialmente face ao Irão e à Coreia do Norte, que continuam a ser as principais ameaças à segurança internacional. No que toca à redução dos arsenais nucleares, a prioridade é continuar a reduzir os dois principais arsenais, isto é, os da Rússia e dos Estados Unidos, que detêm 95% de todas as armas nucleares existentes em todo o mundo. O Parlamento Europeu espera da União Europeia uma posição comum e ambiciosa durante a próxima Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O desarmamento nuclear a nível internacional é de vital importância. Daí a necessidade de defender e reforçar o Tratado de Não-Proliferação (TNP) e a sua ratificação por todos os Estados. No actual contexto internacional constitui motivo de viva apreensão o perigo de uma nova corrida ao armamento nuclear.

No respeito pelo espírito e pela letra do TNP, impõe-se o desarmamento e o fim do desenvolvimento, produção e armazenamento de novas armas nucleares. A disputa existente sobre os programas nucleares do Irão exige uma solução pacífica, na base de negociações que importa retomar. Qualquer acção militar, ou ameaça de utilização de força, será contraproducente e poderá ter consequências potencialmente perigosas na região. Nessa medida, não podemos deixar de manifestar a nossa clara oposição a formulações que possam, de alguma forma, constituir uma porta aberta para a justificação de intervenções militares, como é o caso do considerando G da resolução comum aprovada.

Charles Goerens (ALDE), *por escrito*. – (FR) O problema iraniano está no centro do debate de preparação para a conferência de revisão do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP). Recapitulando: O Irão, ao aceitar o TNP, abandonou gradualmente a opção de se equipar com armas nucleares. Se a República do Irão deixasse de honrar os seus compromissos, teríamos dois problemas. A curto prazo, isso constituiria uma ameaça à estabilidade numa região em que a maioria dos intervenientes tem tendência para adoptar posições radicais. A médio e longo prazo, a recusa do Irão em respeitar as disposições do TNP abriria um grave precedente no que respeita à segurança regional e, efectivamente, global. Parece, claramente, que a agitação dos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que têm direito de veto, e a Alemanha, já não é suficiente para incitar à acção. Um forte sinal dos Estados Unidos e da Rússia, para mostrar que ambos estão unilateralmente inclinados a reduzir o seu arsenal nuclear, poderia ajudar a dar um sentido de responsabilidade às potências nucleares médias que estão igualmente prontas para proceder ao desarmamento. Por último, um gesto sólido por parte das potências principais poderia, eventualmente, convencer os países que estão a adquirir saber-fazer nuclear a abandonarem os seus projectos.

Richard Howitt (S&D), *por escrito*. – (EN) Os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Trabalhista britânico gostariam de expressar o seu profundo empenho no objectivo de um mundo livre de armas nucleares. Temos orgulho de a Grã-Bretanha, enquanto potência nuclear, estar a liderar os esforços para a concretização de um acordo de não proliferação das armas nucleares, em Maio, em Nova Iorque, que envolve um consenso global. Apoiámos esta resolução com o claro objectivo de transmitir a mensagem de que o Parlamento Europeu e os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Trabalhista britânico apoiarão todos os esforços para deixarmos para trás o antigo período negativo de impasses nucleares e destruição mutuamente garantida.

Decidimos abster-nos no que respeita à alteração 2, dado que acreditamos que a doutrina militar é uma questão que deve ser decidida pelos governos nacionais e não uma prerrogativa do Parlamento Europeu. Associámo-nos igualmente ao nosso grupo político no apoio à alteração 3, dado que acreditamos que todos os Estados têm direito a desenvolver energia nuclear civil, mas estes Estados têm a responsabilidade de rejeitar o desenvolvimento de armas nucleares. Os deputados ao Parlamento Europeu do Partido Trabalhista britânico continuarão a apoiar o desarmamento entre Estados possuidores, para impedir a proliferação em novos Estados e, em última análise, para conseguir um mundo que seja livre de armas nucleares.

Sabine Lösing (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Estou plenamente ciente de que o desarmamento nuclear internacional e, conseqüentemente, a consolidação do TNP e a sua ratificação por todos os Estados, têm uma importância crucial e que devem ser envidados todos os esforços para aplicar o tratado em todas as suas vertentes. Para assegurar esforços multilaterais eficazes, estes têm de ser integrados numa visão consistente do objectivo de atingir um mundo livre de armas nucleares no mais breve prazo possível. Temos de insistir no compromisso dos Estados que possuem armas nucleares, nos termos do artigo VI do TNP, para que procedam ao desarmamento total, dado que isto foi uma promessa fundamental e que tantos países assinaram o TNP e, assim, renunciaram permanentemente às armas nucleares. Opomo-nos à frase nesta resolução conjunta (Considerando G): "... utilizar todos os instrumentos ao seu dispor para prevenir...".

Advirto, em especial no que respeita ao Irão, para o facto de qualquer actividade militar para impedir a proliferação ser totalmente contraproducente e extremamente perigosa. Estou convencida de que a melhor forma de resolver o problema da proliferação seria abandonar a energia atómica de uma vez por todas, dado que a sua utilização civil, por si só, já implica grande perigos e, além disso, não é possível excluir, com um grau de certeza suficiente, que a tecnologia nuclear civil não será utilizada para fins militares.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – A proliferação de armas de destruição maciça representa, de facto, uma forte ameaça para a humanidade, para a paz e para a segurança internacional. O terrorismo extremo, sem limites e muitas vezes fundamentalista, leva a que o Mundo tema e procure impedir que grupos ou Estados com dirigentes sem escrúpulos adquiram esta capacidade tecnológica.

Por isso é importante que os Estados que possuem este tipo de armamento dêem mostras, de forma progressiva, que pretendem diminuir os seus arsenais, dando um bom exemplo. A próxima cimeira, agendada para Abril deste ano, poderá dar um contributo muito importante nesta matéria, aguardando-se com expectativa que haja um maior rigor e controlo ao comércio não autorizado de materiais nucleares.

Espera-se ainda que os EUA e a China desempenhem um importante papel relativamente à desnuclearização da Península Coreana. Importa ainda que todos os Estados não se alheiem do TNP, pois esta é uma matéria que diz respeito a todos, e não somente a alguns.

Zuzana Roithová (PPE), *por escrito*. – (CS) Estou extremamente satisfeita por o Parlamento Europeu ter adoptado claramente o relatório sobre a não proliferação das armas nucleares. Enquanto cristã, congratulo-me com o facto de os representantes da civilização Ocidental, mais de 60 anos depois do fim da guerra, terem percebido que a existência de armas nucleares constituía um enorme risco global e, assim, terem envidado esforços no sentido de as reduzir. O facto de o Irão e a República Popular Democrática da Coreia não tencionarem assinar o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares constitui um risco importante. Estes países também não cumprem obrigações internacionais no âmbito da segurança nuclear. O facto de o Irão negar o acesso às suas instalações nucleares aos inspectores da Agência Internacional da Energia Atómica constitui um risco de segurança real, não só para os Estados vizinhos mas igualmente para a UE. Para concluir, gostaria de agradecer aos senhores deputados os seus esforços para tornar o texto da resolução tão equilibrado quanto possível.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Acabei por dar o meu “sim” a esta resolução extremamente complexa (RC7-0137/2010) sobre o Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares. No fundo, estou satisfeito por o texto original apresentado pelo PPE, Socialistas, ALDE e Verts/ALE ter sido aprovado e por uma das quatro alterações por nós apresentadas ter sido adoptada (331 votos a favor, 311 votos contra), sobretudo, surpreendentemente, porque era a alteração que apelava a todas as partes para reverem a sua doutrina militar com vista a renunciar à opção de primeiro ataque. Os esforços do PPE para apagar o parágrafo relativo às zonas livres de armas nucleares, incluindo o Médio Oriente, foram derrotados.

Geoffrey Van Orden (ECR), *por escrito*. – (EN) Há muitos elementos na resolução com que podemos concordar. Somos vivamente a favor de um Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares sólido e eficaz. Contudo, a resolução, na sua forma presente, inclui alguns elementos inúteis e, por isso, o grupo ECR absteve-se. O considerando L questiona a existência de armas nucleares tácticas em cinco Estados europeus não nucleares. Somos a favor da presença permanente desse tipo de armas dado que contribuem para a cooperação e para garantir o compromisso militar dos EUA com a segurança europeia. Em vários sítios, há críticas implícitas a aliados próximos, quando as nossas críticas deviam ser dirigidas àqueles que são uma ameaça à segurança internacional. Nem o Reino Unido, nem a França, nem mesmo os EUA, produzem actualmente materiais nucleares destinados a armamento. Mas é completamente diferente pretender que as suas instalações de produção de materiais nucleares sejam abandonadas, nesta fase. O apelo à criação de uma zona livre de armas nucleares no Médio Oriente visa, evidentemente, Israel. Israel enfrenta uma ameaça à sua existência por parte dos países vizinhos, vários dos quais têm um historial de desenvolvimento de armas nucleares e outras ADM, e, com efeito, pelo menos um deles, o Irão, continua a seguir essa via.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 13H55, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: SCHMITT*Vice-Presidente***10. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta**

(A Acta da sessão anterior é aprovada)

11. Política da UE para o Ártico (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança no que respeita à política europeia para o Ártico.

Catherine Ashton, *Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.* – (EN) Senhor Presidente, estou muito satisfeita com a oportunidade de discutir com o Parlamento o que creio ser uma política da União Europeia para o Ártico em evolução. É um assunto sério, de crescente importância política, e penso que há que tratá-lo como tal.

Na sequência das negociações de Copenhaga, faz todo o sentido prestarmos uma atenção cada vez maior a essa parte do mundo onde os efeitos das mudanças climáticas se têm manifestado de forma mais evidente. De acordo com dados científicos, a camada de gelo permanente ao nível do Pólo Norte perdeu mais de metade da espessura durante a última década.

Além disso, outras mudanças ambientais estão a ter um impacto crescente nas pessoas, na biodiversidade e na paisagem do Ártico, tanto em terra como no mar. Tal como tem acontecido com outros actores internacionais, o envolvimento da União Europeia em assuntos relacionados com o Ártico tem vindo a aumentar. Como sabem, a Comissão publicou em finais de 2008 a sua Comunicação “A União Europeia e a Região do Ártico”, que foi acolhida com entusiasmo pelo Conselho, e a que se seguiram, em Dezembro de 2009, exaustivas conclusões sobre assuntos relacionados com o Ártico.

Penso que isso constituiu mais um passo em frente no processo de desenvolvimento gradual de uma política europeia ampla e coerente para a Região do Ártico. Como sabem, a Comissão deverá apresentar em Junho de 2011 um relatório de acompanhamento, o que constituirá mais uma oportunidade para, em conjunto, desenvolvermos a nossa posição sobre a matéria. Uma vez que todo este trabalho está em curso, estou ansiosa por ouvir hoje as opiniões das senhoras e dos senhores deputados.

Neste contexto, a Comissão analisou a resolução do Parlamento de Outubro de 2008 sobre a Governança do Ártico, que constituiu um grande incentivo nos últimos estádios da elaboração da comunicação pela Comissão. Procuramos o apoio do Parlamento nos esforços que estamos a envidar para que a União Europeia seja reconhecida como actor responsável e merecedor de respeito no Ártico. A nossa posição geográfica e os programas em curso no Ártico são o nosso ponto de partida, mas queremos ir mais além.

Há três áreas principais a considerar no trabalho a desenvolver e gostaria de falar brevemente sobre elas. Em primeiro lugar, queremos contribuir para a protecção da região do Ártico, incluindo da sua população. O ecossistema da região é muito frágil e necessita, portanto, da máxima protecção e salvaguarda. Simultaneamente, em resultado das alterações climáticas, os recursos do Ártico estão a ficar cada vez mais acessíveis. Isso significa oportunidades, mas impõe uma abordagem muito cuidadosa.

Pretendemos assegurar que os nossos cidadãos e empresas sejam tratados equitativamente, incluindo nas áreas do transporte e dos recursos naturais, mas esse envolvimento deverá ocorrer de forma ponderada e cuidadosa, com as devidas salvaguardas ambientais. Ambos os objectivos podem e devem ser perseguidos conjuntamente pelas instituições da UE e pelos Estados-Membros, em especial pelos três Estados-Membros do Ártico. Todos deverão continuar a trabalhar em estreita colaboração com outras partes interessadas no Ártico.

O nosso terceiro objectivo é contribuir para fortalecer e melhorar as disposições de governação para fazer face aos múltiplos desafios que se colocam à região. Isto inclui a aplicação de acordos, quadros e disposições existentes, incluindo o Conselho do Ártico, e a observação plena da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. No entanto, sempre que for relevante, deveremos analisar com cuidado se estas disposições poderão ser complementadas e desenvolvidas e de que forma.

Para sermos credíveis, temos de reconhecer que a região do Ártico é muito diferente da do Antártico, e esta noção deverá orientar as políticas a adoptar. Ao contrário da Antártida, que é um vasto continente desabitado rodeado pelo oceano, o Ártico é um espaço marítimo rodeado de terra que é habitado por pessoas há milhares de anos e que pertence a Estados soberanos. Assim seria irrealista propor que se siga o modelo do Tratado da Antártida na região do Ártico e, por outro lado, esta linha de acção seria provavelmente prejudicial atendendo ao papel proactivo que pretendemos assumir.

Como sabem, esta é também a opinião do Conselho. Queremos manter uma estreita colaboração com o Parlamento Europeu enquanto construímos gradualmente uma política da UE para o Ártico perseguindo objectivos comuns, e devemos trabalhar em conjunto com os Estados do Ártico e com a comunidade internacional para encontrar a forma mais eficaz de preservar e proteger o Ártico para as futuras gerações.

Michael Gahler, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Vice-Presidente, muito obrigado por terem aberto o debate com este assunto, que penso ser importante. Penso que as senhoras e senhores deputados que estão hoje a participar neste debate partilham desta opinião e creio igualmente que seremos capazes de alcançar um amplo consenso. Sou o relator designado para um relatório a elaborar ainda sobre este tema e gostaria muito de trabalhar em estreita colaboração com todos os envolvidos.

Vários pontos-chave foram mencionados. Proteger o ambiente é muito importante. Falaram das populações residentes, dos recursos abaixo do nível do mar e também da pesca. Outro ponto essencial é a navegação, as vias de navegação que se estão a abrir em resultado das alterações climáticas: as Passagens do Noroeste e do Nordeste.

Na proximidade destas passagens encontram-se, para além dos três Estados-Membros da UE do Ártico, pelo menos dois actores globais – os Estados Unidos e a Rússia – bem como um importante parceiro que é o Canadá. Esses Estados são os territórios imediatamente adjacentes com quem teremos, de uma forma ou de outra, de construir e aprofundar relações no contexto desta política que pretendemos agora desenvolver.

No que diz respeito às matérias-primas em particular, há um potencial de cooperação – mas também de conflito, se não utilizarmos uma abordagem adequada. A UE não irá certamente cravar a sua bandeira no fundo do mar, como os russos fizeram. No entanto, deveremos procurar dialogar com as partes envolvidas para conseguirmos obter, de forma consensual, salvaguardas importantes para a região em termos da protecção ambiental, da extracção de recursos e dos direitos das populações locais.

Liisa Jaakonsaari, em nome do Grupo S&D. – (FI) Senhor Presidente, há algum tempo a Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton afirmava numa entrevista como era difícil o seu trabalho, que era uma crise a seguir à outra. Infelizmente, temos muito pouco tempo para tomar medidas relativamente a questões com um impacto futuro tão grande como o desenvolvimento da região do Ártico.

Senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros, suponho que sente esta ansiedade de que estou a falar, e é por essa razão que nos congratulamos vivamente por estar a lançar tão prontamente um debate sobre a política da UE para o Ártico e por se deslocar à Lapónia, na região do Ártico, no próximo fim-de-semana. Estou certa de que no decorrer dessa visita obterá importantes informações.

A arca do tesouro do Ártico que se está a abrir apresenta muitas oportunidades económicas, mas também muitos riscos do ponto de vista do ambiente e da segurança, não esquecendo os relacionados com o destino das populações indígenas. O aquecimento global está a abrir novas vias marítimas e a possibilitar a exploração de recursos ao nível do petróleo e do gás de forma destrutiva para o ambiente. O Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), entre outros, já publicou um documento sobre a política da China para o Ártico, sob o título assustador de “Ártico sem gelo”. Por conseguinte, a União Europeia tem de tomar medidas urgentes e definir a sua própria política para o Ártico.

As conclusões da Comissão que nos apresentou, Senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros, têm o nosso acordo, na medida em que a região, com o seu petróleo, gás e recursos minerais, não é vista apenas como um novo Eldorado: a principal área de preocupação são as pessoas que lá vivem, e este aspecto é muito importante. A UE tem também de estar disposta a conduzir um diálogo construtivo com os povos indígenas, e essa será uma forma de a União desempenhar um papel decisivo na região do Ártico. Por exemplo, a legislação recentemente aprovada pelo Parlamento que impõe restrições à caça da foca enfureceu a população indígena.

É muito importante reforçar o estatuto do Conselho do Ártico, sendo por isso necessário que tenhamos agora uma maior influência sobre o Canadá e a Rússia, em particular, para podermos desempenhar um papel

mais decisivo. A investigação do Ártico é uma área de cooperação importante; por exemplo, é na Universidade da Lapónia, onde a senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros se irá deslocar, que está baseada a Universidade do Ártico, e estou certa de que quando for decidida a criação do Centro de Informação do Ártico, como foi proposto pela Comissão, Rovaniemi será uma boa localização a considerar.

Além disso, as próprias estruturas da União Europeia necessitam de ser fortalecidas. Infelizmente, parece que o Oceano Ártico tem sido preterido pelas dimensões meridional e oriental no Conselho e, portanto, é agora tempo de abrir esta janela do Ártico da dimensão setentrional. Senhora Alta Representante, a Comissão tem de clarificar o papel de cada Direcção-Geral e designar a pessoa responsável pelos assuntos relacionados com o Ártico.

Diana Wallis, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de dizer o seguinte à senhora Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros: Muito obrigada pela sua declaração. Penso que muitos de nós nesta Câmara estamos extremamente satisfeitos com o facto de a senhora estar a prosseguir o trabalho iniciado pela Comissão e secundado pelas declarações da Presidência no Outono passado.

Sublinhou a fragilidade da natureza e do ambiente do Ártico. Essa fragilidade é, como reconheceu, um problema que afecta todo o mundo, e não apenas a Europa ou as nações do Ártico.

O Ártico também se apresenta como uma oportunidade única de cooperação multinacional. Além disso, a UE beneficia das circunstâncias únicas de ter nesse domínio relações positivas com a Rússia, através da Dimensão Setentrional. É uma base de que temos forçosamente de tirar partido no desenvolvimento da cooperação com outros parceiros.

Mas tem de haver uma cooperação global significativa no Ártico, e é preocupante – e a Senhora Alta Representante não abordou esta questão na sua intervenção – que estejamos a assistir à formação de um núcleo duro de cinco Estados costeiros do Ártico fora do quadro do Conselho do Ártico. Este facto pode pôr seriamente em causa uma cooperação muito importante e deve ser encarado com preocupação.

A UE foi também rejeitada como observador. Temos de procurar encontrar uma solução para as nossas divergências com alguns Estados e tentar restabelecer a confiança quanto aos objectivos que pretendemos alcançar no Ártico.

Na minha opinião, a comunicação original da Comissão era um documento extraordinário, na medida em que conjugava muitas questões transversais a várias Direcções-Gerais da Comissão. Isto constitui uma boa base de partida. A forma como a Senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros irá coordenar esta política, fazendo progressos na nova Comissão, atendendo, além do mais, aos dois papéis que desempenha, suscita grande expectativa entre todos os membros desta Assembleia. Mas muito obrigada pelo arranque.

Satu Hassi, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhor Presidente, é bem patente uma espécie de esquizofrenia cultural na nossa atitude em relação à região do Ártico. Por um lado, estamos preocupados. É bastante óbvio que as alterações climáticas estão a ocorrer a um ritmo mais rápido no Ártico do que em qualquer outro lugar. A região tem sido comparada a um canário numa mina.

Desde 1979, a camada de gelo média anual no Oceano Ártico tem recuado cerca de 1,5 milhões de quilómetros quadrados, o que equivale à área combinada da França, Itália, Espanha e Reino Unido. Este processo de degelo está a acelerar o ritmo a que se processam as alterações climáticas porque está a reduzir a reflectância ou o albedo da Terra. Está a causar a libertação de metano da tundra e poderá causar também a libertação de metano do fundo do mar. O metano contribui para acelerar ainda mais as alterações climáticas. O processo de degelo permite igualmente a libertação para o ambiente de toxinas acumuladas ao longo de muitos anos.

No entanto, enquanto nos preocupamos com a situação, iniciou-se uma corrida ao petróleo e ao gás no Ártico. Os países disputam-se e negociam a divisão do fundo do mar. Além disso, os povos indígenas estão, de uma forma geral, a ser ignorados no meio de tudo isto.

A UE deve promover uma abordagem coerente ao desenvolvimento sustentado. Deve controlar a ansia provocada pela visão dos reluzentes euros e dólares e promover a protecção da região do Ártico através de um acordo do mesmo tipo do da Antárctida. Além disso, os povos indígenas devem ser incluídos em todos os processos de tomada de decisão relacionados com a região. De qualquer forma, deve ser implementada uma moratória de 50 anos relativa à exploração de recursos fósseis na área.

É necessário que as pessoas tenham consciência de que a natureza e a vida selvagem da região são delicadas e vulneráveis. Por exemplo, a extracção de petróleo coloca problemas e riscos muito mais graves naquela região do que em qualquer outra parte do mundo. As companhias de navegação têm igualmente de se consciencializar sobre as enormes dificuldades e riscos que existem na região. Não servirá de nada, se rotularmos com algumas palavras bonitas sobre o ambiente e as populações indígenas as decisões que tomamos, mas, na prática, a nossa acção não evitar a contaminação irreversível do ambiente e a violação dos direitos da população indígena.

Charles Tannock, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, quando a Dinamarca aderiu à eu, em 1973, a UE assumiu uma dimensão ártica devido à dependência dinamarquesa da Gronelândia. Em 1985, a Gronelândia decidiu abandonar a UE mas, quando a Suécia e a Finlândia aderiram, 10 anos mais tarde, contribuíram para aumentar consideravelmente o interesse da UE na região do Ártico.

Desde então, a UE tornou-se um dos muitos actores com um interesse estratégico vital no Ártico – no seu ambiente e nos seus recursos naturais. Enquanto países com parte do território situado no Ártico, os Estados Unidos, o Canadá, a Rússia, a Noruega e a Islândia defendem os seus interesses com firmeza e vigor. A União Europeia não deve hesitar em fazê-lo agora também, e o Conselho do Ártico é, no meu entender, o melhor quadro para isso. O estatuto de observador *ad hoc* da União é desadequado a esse objectivo. Espero que a senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros insista na concessão do estatuto de observador permanente à UE na próxima reunião ministerial a realizar em Abril do próximo ano na Gronelândia.

É lamentável que o Canadá esteja a impedir a assunção daquele estatuto pela UE no Conselho do Ártico como retaliação pela proibição da comercialização de produtos resultantes da caça da foca decretada pela União, e espero que, no final, prevaleça o senso comum. Esta posição faz pouco sentido tendo em conta que seis Estados-Membros da UE, incluindo o Reino Unido – o meu país – são observadores permanentes. Não obstante, a coordenação entre a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia no Conselho do Ártico tem sido exemplar e tem servido como plataforma de expressão dos interesses mais alargados da UE na região.

A participação europeia no fórum do Ártico também tem beneficiado muito com o contributo da Noruega, nosso aliada, e da Islândia, que agora aspira a tornar-se Estado-Membro. Isso é essencial porque a Rússia nos deixou poucas dúvidas sobre os seus desígnios no Ártico, cravando, como é do conhecimento geral, a sua bandeira no fundo do mar do Pólo Norte em 2007. Sabemos, à nossa custa, que a Rússia por vezes segue uma cartilha muito própria no que respeita aos assuntos internacionais. Apenas uma frente unida, constituída por outros membros e pelos observadores presentes no Conselho do Ártico, actuando no âmbito da política da UE para a dimensão setentrional, conseguirá controlar o Kremlin. Não podemos permitir que o Ártico seja um novo terreno para as tendências expansionistas da Rússia.

Søren Bo Søndergaard, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DA) Senhor Presidente, há várias boas razões para discutirmos a situação do Ártico. Algumas delas foram mencionadas. Há a questão das alterações climáticas, na medida em que a região tem sido seriamente afectada pelo aquecimento global. Há a questão dos recursos naturais, na medida em que a região os tem em abundância. E depois há a questão da abertura da rota marítima setentrional, que implicará modelos de transporte totalmente novos. No entanto, a questão fundamental para o meu grupo é saber de que ângulo deveremos abordar o Ártico. Deverá o nosso ponto de partida ser o conjunto de vantagens, em sentido estrito, que a UE pode tirar da região do Ártico? Ou deveremos concentrar-nos na forma como o desenvolvimento da região poderá beneficiar a comunidade global – respeitando, ao mesmo tempo, não esqueçamos, o direito à auto-determinação dos povos do Ártico?

A posição que tomarmos será um teste fundamental a esta questão: deve a política por nós seguida conduzir a que o Ártico se torne uma zona susceptível de ser palco de uma nova corrida às armas – a Rússia tem desempenhado aqui um papel activo e outros têm-na seguido –, ou deverá o Ártico, tal como a Antárctida, ser uma zona desmilitarizada? É óbvio que há uma diferença entre o Pólo Norte e o Pólo Sul, entre o Ártico e a Antárctida. Contudo, é interessante que tenhamos conseguido concluir um tratado sobre a Antárctida, no qual excluímos a presença militar e estipulámos que a região só pode ser utilizada para fins pacíficos. A principal questão que se coloca à Comissão é se deve trabalhar no sentido de tornar o Ártico uma zona desmilitarizada e, nesse caso, que iniciativas específicas deve tomar para esse fim.

Timo Soini, em nome do Grupo EFD. – (FI) Senhor Presidente, a questão do Ártico é importante e hoje cabe também ao Parlamento discuti-la. Na Finlândia conhecemos bem a situação do Ártico. Vivemos lá. Quando a senhora Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros se deslocar à Lapónia, encontrará muitas pessoas que vivem e trabalham a norte do Círculo Polar Ártico. Eu próprio, quando lá vou ao domingo, encontro muitas pessoas particularmente preocupadas com questões relacionadas com o

seu trabalho e a sua subsistência porque, numa verdadeira democracia, as pessoas podem escolher livremente onde querem viver. Também podem viver no Ártico se quiserem.

A Universidade da Lapónia, em Rovaniemi, é o melhor local para efectuar o estudo do ponto de vista financeiro e das condições de investigação. A senhora deputada Diana Wallis tinha feito uma avaliação positiva do local no jornal finlandês "Kaleva" e, para variar, eu gostaria de manifestar o meu acordo com uma opinião liberal.

Quanto ao futuro da região, devemos concentrar-nos em três elementos: natureza, animais e pessoas. Se estes três elementos puderem coexistir em harmonia em qualquer parte do Ártico, teremos uma política sustentável no Ártico e poderemos igualmente explorar a sua logística e economia, respeitando embora a natureza, as pessoas e os animais.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, agradeço a oportunidade de intervir hoje neste debate e gostaria de focar uma questão muito específica que já foi levantada por alguns dos colegas que escutei.

Não há dúvida de que as condições de vida na bela região do Ártico são duras, mas também ninguém duvida de que com as novas tecnologias e avanços técnicos, a zona ficará inevitavelmente exposta a uma exploração mais intensiva dos seus recursos naturais, como é o caso dos recursos haliêuticos.

A actual dimensão da actividade piscatória, bem como a possibilidade de abertura de novas zonas à pesca, é analisada na comunicação de 2008 da Comissão. É bom, de facto, que adoptemos uma abordagem sistemática a esta questão. A pesca sustentável protege as unidades populacionais de peixe e dá um futuro às comunidades piscatórias. O documento de que falei refere igualmente, e bem, a necessidade de proteger os povos indígenas e as populações locais, mencionando dados estatísticos que indicam que cerca de um terço dos quatro milhões de pessoas que vivem na região são autóctones – mais uma vez, um objectivo louvável. No entanto – e é sobre este ponto que alerto a Comissão – continuo a ver sinais, em ambos os documentos, de que a Comissão não aprendeu a lição com o desastre da política comum das pescas, que na Irlanda do Norte tem sido responsável pela destruição da indústria pesqueira.

Este procedimento de controlar e definir objectivos e métodos de cima para baixo, a partir de Bruxelas, tem-se revelado um completo fracasso e, no entanto, o que se pode inferir do documento de 2008 e do Conselho "Negócios Estrangeiros" de Dezembro de 2009 é que a UE utilizará a mesma forma de proceder para o Ártico. Exorto a senhora Alta Representante a ter isto presente enquanto continua a explorar a melhor forma de coordenar a política para esta área.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) Senhor Presidente, com o desenvolvimento do mundo moderno, a política para o Ártico, que tem sido associado a condições climáticas extremas, a ursos polares e a planícies de gelo a perder de vista, está a começar a assumir um novo significado. O desenvolvimento do comércio internacional e a necessidade acrescida de recursos naturais suscitou um aumento do interesse na região. Com o rápido recuo do banco de gelo do Ártico, surgiram novas possibilidades de exploração da região. O Ártico passou de território remoto a centro de interesse para países que procuram novas rotas de navegação, inesgotáveis fontes de recursos naturais e peixe. No entanto, já sabemos tudo isto.

A questão é – como deverá reagir a União aos nervosos preparativos para uma espécie de invasão do Ártico que se têm estado a verificar, desde há algum tempo, na Rússia, nos Estados Unidos, no Canadá e na Noruega? Em primeiro lugar, é necessário fazer face ao problema da não-regulamentação do estatuto jurídico da região. Um plano de acção baseado nos meios diplomáticos que têm sido utilizados até agora deveria conduzir a um consenso internacional que garantisse uma divisão justa de potenciais aquisições territoriais. A falta de regulamentação jurídica pode fazer da região uma fonte de conflito à escala global. Por conseguinte, é necessária uma acção sistemática e coordenada que responda aos desafios que estão a surgir a um ritmo muito rápido. A criação de infra-estruturas de pesquisa e o desenvolvimento de uma administração multilateral do Ártico, baseada na convenção das Nações Unidas e com o envolvimento da população local, são apenas alguns elementos que deverão fazer parte de uma futura estratégia europeia para o Ártico, cujo objectivo será manter o equilíbrio entre a protecção do ambiente e a utilização sustentável dos recursos.

Kriton Arsenis (S&D). – (EL) Gostaria de dar as boas-vindas à Alta Representante para os Assuntos Externos.

O Ártico é a região do planeta onde os efeitos das alterações climáticas são mais evidentes. O aquecimento global conduziu a um recuo significativo da calote polar. O ano de referência foi 2007, quando a camada de gelo permanente recuou 34% relativamente ao período de 1970-2000.

Contudo, o degelo da calote polar ártica tem numerosas e drásticas consequências. Acelera o ritmo a que se produzem as alterações climáticas. Até à data, a superfície branca do manto de gelo do Ártico reflectia

80% da luz do sol que incidia na área, condicionando assim as temperaturas a nível global e local. Esta reflectância está a diminuir constantemente, provocando o aumento da temperatura do planeta e da região polar em geral ao longo de uma zona de 1500 metros situada no Canadá, Rússia e Alasca. Em 2007, a temperatura aumentou 2° entre Agosto e Outubro.

Ao mesmo tempo, a fusão do banco de gelo polar provocou alterações inesperadas nas correntes marítimas. Está a ter efeitos adversos nos ecossistemas marinhos e nas populações de peixe e a reduzir a capacidade de absorção de dióxido de carbono pelo mar, na medida em que afecta o plâncton e outros organismos e aumenta o nível das águas do mar.

É por essa razão que a possível participação da União Europeia numa competição cada vez mais intensa para tirar proveito dos benefícios geopolíticos desta catástrofe ambiental no Ártico entristece os cidadãos europeus.

O papel da União Europeia não deve ser ganhar uma competição geopolítica internacional por recursos petrolíferos e vias de navegação no Ártico. O nosso papel deve ser salvaguardar o respeito dos nossos princípios, o respeito da integridade ambiental da região, a prevalência de princípios como os da concorrência internacional e do respeito pelas instituições das Nações Unidas, sob qualquer que seja o novo regime que surja no Ártico em resultado da tremenda catástrofe natural em curso.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-Presidente

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para desejar à Alta Representante para os Negócios Estrangeiros êxito no seu mandato e para saudar o seu empenho em manter uma estreita colaboração com o Parlamento no desenvolvimento do que ela descreve como uma política mais coerente da UE para o Ártico.

A União Europeia, naturalmente, tem um papel central a desempenhar no que respeita à governação do Ártico. Dois Estados do Ártico, a Islândia e a Noruega, são membros do Espaço Económico Europeu. As políticas da UE em áreas como o ambiente, alterações climáticas, energia, investigação, transporte e pesca têm uma relação directa com o Ártico.

Como presidente da delegação parlamentar à Suíça, Islândia, Noruega e ao EEE, sou o representante do Parlamento na comissão permanente dos parlamentares do Ártico.

Nesta qualidade, gostaria de informar a Assembleia que em Setembro deste ano, o Parlamento em Bruxelas será anfitrião da reunião bianual dos parlamentares do Ártico.

(GA) Na próxima semana terá lugar em Washington um encontro preparatório e mais perto da data da reunião realizar-se-á outro em Oslo. Penso que a organização destes encontros será extremamente importante para o Parlamento Europeu e, de facto, para a União Europeia.

Presidente. – Lamento, mas não tivemos interpretação para a última parte da sua intervenção.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, não tenho dúvidas de que todos os presentes terão compreendido o que eu disse!

Em conclusão, disse que o Parlamento iria ser anfitrião da conferência e gostaria que, Senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros, dependendo da sua disponibilidade, como é evidente, considerasse o meu convite para participar em parte da reunião. É o contexto ideal, creio, para adquirir um conhecimento mais profundo das questões envolvidas, e permite a parlamentares de várias partes desta vasta região estabelecerem e reforçarem laços.

Reinhard Bütikofer (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, congratulo-me com a realização deste debate e estou satisfeito por a senhora Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros estar aqui a participar nele. Afirmaram que o que está em jogo é a protecção da região e da população local. De facto, isso é verdade. No entanto, no que respeita aos povos indígenas desta região em particular, está em causa algo mais do que a protecção que lhes concedemos do exterior; está em causa o respeito do seu direito à auto-determinação. É muito importante ter em conta este princípio na política para o Ártico.

Quanto à questão da protecção da natureza da região, é importante salientar que existem, evidentemente, um grande número de áreas sensíveis. Estou ciente de que muitos dos presentes neste debate rejeitam a ideia

de uma moratória. Talvez, Senhora Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, estivesse também a pensar nisso quando disse que “a região do Ártico é substancialmente diferente da Antárctida”, mas, mesmo rejeitando uma moratória, há que dar uma resposta à questão – e em termos práticos, não apenas líricos – de como as áreas particularmente sensíveis da região poderão ser eficazmente protegidas ao abrigo do princípio da precaução. Não podemos deixar que a situação se desenvolva ao ponto de, no interesse de uma economia de visão curta, o grito de guerra “necessitamos do gás, necessitamos do peixe” prevaleça sobre todos os princípios de precaução.

Gostaria também de complementar o que foi dito pelo senhor deputado Gahler. Senhor Deputado, referiu o potencial de conflito. Isso é um facto, sem dúvida. Podemos, aliás, constatar já que, no plano internacional, as discussões não se caracterizam apenas pela vontade de encontrar uma base comum, ou o Canadá e a Rússia, por exemplo, não teriam tentado impedir a concessão do estatuto de observador à UE no seio do Conselho do Ártico. O Conselho do Ártico, naturalmente, é uma organização sem valor jurídico, não tendo um orçamento ou funcionários fixos. Não servirá como estrutura de governação. No entanto, devemos ter o cuidado, quando considerarmos novas estruturas de governação – e entendi ser essa a sua posição, Senhora Alta Representante – de avançar de forma inclusiva, reconhecendo o desejo de envolvimento também de outras organizações.

Anna Rosbach (EFD). – (DA) Senhora Presidente, vejo que tanto a Comissão como a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros defendem que a UE deve estabelecer uma política para o Ártico. Sou a favor, é claro, da ideia de proteger o ambiente do Ártico e, como dinamarquesa, estou muito bem consciente da situação geopolítica. Estou igualmente ciente dos problemas que a população local enfrenta e penso, naturalmente, que devemos respeitar a sua forma de vida. Dito isto, não considero que a UE deva ter uma política para a região, nem que deva assumir um papel administrativo no Ártico. Isso não seria benéfico nem para a União nem para o Ártico.

Na minha opinião, devemos deixar o Ártico para os países que têm um envolvimento directo na região. O papel da UE não pode nem deve ser definir políticas para todas as regiões, muito menos para o Ártico, região com a qual tradicionalmente temos cooperado muito bem e onde apenas dois (e não três, como aqui foi dito) dos países envolvidos são membros da UE. Os Estados Unidos, o Canadá, a Gronelândia e a Rússia não manifestaram qualquer desejo de se tornarem membros da UE. Poderíamos suspeitar talvez que o súbito interesse dos diferentes países na região tenha sido despoletado, mais do que por qualquer outro factor, pela cobiça das matérias-primas. Por outras palavras: a melhor política da UE para o Ártico seria limitar-se a um envolvimento marginal.

Nick Griffin (NI). – (EN) Senhora Presidente, há um conto popular inglês sobre o Rei Canuto que reza que aquele ao ordenar que a maré não subisse para não lhe molhar os pés, demonstrou aos seus cortesãos que nem mesmo os reis podem fugir à realidade. Ao fazê-lo, tornou-se exemplo máximo da tolice arrogante.

O Rei Canuto persiste no Conselho da União Europeia, que começa e termina as suas conclusões sobre os assuntos do Ártico com a alegada importância do aquecimento global. Isso implica uma recusa em aceitar a realidade científica. De acordo com o centro de investigação norte-americano “National Snow and Ice Data Centre”, a camada de gelo do Ártico nos meses de Verão aumentou 654 400 quilómetros quadrados, ou 26%, desde 2007. Isto é exactamente o que tinham previsto cientistas conscientes de que o anterior recuo do gelo de Verão, erradamente utilizado como prova do aquecimento global, não era, na realidade, nada mais do que uma etapa natural de um ciclo caracterizado por avanço, recuo e avanço, com milhares de anos.

Por conseguinte, a camada de gelo de Verão do Ártico não irá desaparecer até 2013, nem os ursos polares se afogaram ou se afogarão devido ao aquecimento global. Mas milhões de eleitores que trabalham arduamente estão a afogar-se num mar de dívidas e de impostos e a ficar cada vez mais impacientes com o uso da fraude do aquecimento global pela classe política para impor uma governação internacional não-democrática e falsos impostos ambientais.

As Nações Unidas anunciaram agora que vão analisar os dossiês de credibilidade duvidosa e as estatísticas deturpadas do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC). Em nome dos contribuintes britânicos, peço a este Parlamento que faça o mesmo e que pare de gastar dinheiro com a maior e mais cara mentira da história da humanidade.

Anna Ibrisagic (PPE). – (SV) Senhora Presidente, o Ártico é uma região única, que é discutida com crescente frequência em resultado do degelo da calote polar e das novas oportunidades que isso traz. É positivo, pois necessitamos de realizar mais debates, não só sobre o impacto que o degelo terá em termos de oportunidades de utilização dos recursos que de repente ficaram acessíveis, mas também sobre a responsabilidade que isto

envolve e sobre a melhor forma de preservarmos o Ártico e de avaliarmos as consequências futuras da nossa presença e das nossas actividades neste espaço natural sensível.

Contudo, antes de decidirmos sobre a política comum a adoptar pela UE para o Ártico, devemos consagrar mais tempo à avaliação da situação actual do ecossistema do Ártico, porque, caso contrário, será difícil tomarmos medidas adequadas. Na minha opinião, é ingénuo e irrealista pensarmos que podemos deixar todos os recursos intactos. Pelo contrário, devemos concentrar-nos em assegurar que a extracção de recursos, as actividades de transporte, de turismo e outras indústrias sejam geridas da melhor forma possível tendo em conta a protecção e a preservação do ambiente. É claro que isso deverá ser feito consultando e colaborando com a população local e com base na situação real e nas condições actuais.

O relatório que a Comissão elaborou sobre o Ártico é um primeiro passo positivo na definição de uma política coerente para o Ártico. Durante a presidência sueca, a Suécia apoiou a decisão da Comissão de se candidatar ao estatuto de observador permanente no Conselho do Ártico. No entanto, penso que tanto o relatório da Comissão como o debate até aqui realizado têm dado muita importância à água e pouca às zonas terrestres. Alguns países, como a Suécia e a Finlândia, têm importantes actividades de criação de renas, extracção mineira, agricultura e silvicultura no Ártico, e é muito importante que estas sejam tidas em consideração.

Outra dimensão do debate que não é referida com frequência, mas que é preciso salientar, diz respeito aos objectivos estratégicos e aos interesses geoestratégicos no Ártico e às consequências de uma mudança das condições nesta região para a estabilidade internacional.

Alguns Estados-Membros da UE estão situados na região do Ártico. Outra parte da região é constituída pelos vizinhos imediatos da UE a Norte. Por conseguinte, não deveria ser difícil traçar objectivos estratégicos comuns e obter apoio entre todos os Estados-Membros da UE. Atendendo à competição cada vez maior que se verifica entre os diferentes países e ao facto de existirem alguns conflitos por resolver, a UE tem todo o interesse em evitar o estalar de tensões relacionadas com a segurança no Ártico.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Hoje estamos a debater um assunto muito importante. Os efeitos das alterações climáticas estão a mudar de forma radical a situação na região do Ártico. Devido ao impacto do aquecimento global, abriram-se novas vias marítimas no Ártico, oferecendo oportunidades para o transporte de petróleo, de gás e de outros recursos naturais, mas, simultaneamente, devido aos problemas ambientais e à competição entre os Estados pelos seus recursos, a região está a ficar extremamente vulnerável e isto pode ter consequências negativas para a estabilidade internacional e para os interesses europeus em matéria de segurança. Quanto ao impacto das alterações ambientais e climáticas na região, um dos principais objectivos da política para o Ártico deve ser mitigar o impacto negativo das mudanças climáticas e ajudar a região a adaptar-se à mudança inevitável. Até agora, não foram tomadas quaisquer disposições em relação à região. O Parlamento Europeu tem sublinhado a importância da governação do Ártico em mais do que uma ocasião. Penso que, agora que a situação mudou, temos de começar a elaborar gradualmente uma política autónoma da União Europeia, e a Comissão Europeia, por seu lado, deve desempenhar um papel activo nesta matéria. Desde há muito tempo que a situação na região causa tensão entre os países situados em território ártico, e essa tensão aumentará ainda mais à medida que a região se torne cada vez mais acessível. Penso que a União Europeia tem de iniciar um diálogo amplo com os outros países e que isso abriria a porta a novas oportunidades de cooperação. Defendo igualmente que é tempo de começarmos a pensar numa convenção internacional sobre a governação da região.

Kristiina Ojuland (ALDE). – (ET) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros, para além das mudanças significativas no ambiente, temos também de ter em atenção o facto de que o degelo do Oceano Ártico, que tem vindo a acelerar, abriu a possibilidade de uma corrida a novos recursos naturais. Isto, no entanto, poderá ameaçar as relações em matéria de segurança entre a União Europeia e outros países. Nesse contexto, gostaria de chamar a vossa atenção para o comportamento da Rússia, cujo interesse na região não reside na pesca, no turismo, ou nos minérios, mas sim nas últimas reservas intactas de gás e de petróleo do mundo.

Apesar da ideia defendida no documento da Comissão Europeia de estratégia para o Ártico de desenvolver relações de cooperação com países vizinhos no que respeita aos territórios adjacentes, desde a viragem do milénio, a Rússia não tem demonstrado qualquer vontade de atender aos nossos desejos. No ano passado, o plano de estratégia de segurança da Rússia enviou ao Ocidente o sinal ameaçador de que, se necessário, a Rússia está preparada para utilizar a força militar para obter novos recursos no Ártico. Creio que deveríamos implementar políticas específicas em relação à Rússia de forma a evitar uma corrida competitiva.

Indrek Tarand (Verts/ALE). – (ET) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante para os Negócios Estrangeiros, muito obrigado por se dedicar imediatamente a este assunto tão importante no início do seu difícil mandato. O Ártico é, no meu entender, um assunto da máxima urgência. Disse muito directamente que o Ártico não é a Antárctida, e que seria irrealista copiar o tratado sobre a Antárctica para o Oceano Ártico.

Creio que se alguma instituição no mundo deve defender o idealismo, essa instituição deve ser, sem dúvida, a Comissão Europeia. Por que razão não há-de, pois, a Comissão Europeia apresentar aos seus parceiros a proposta idealista de, antes de começarmos uma nova corrida ao ouro no Ártico, aplicarmos uma moratória de várias décadas – de travarmos um processo que criará a possibilidade de um conflito armado e de outras ameaças?

Gostaria de dizer algumas palavras sobre os direitos dos povos indígenas do Ártico. Penso que, no contexto do diálogo entre a União Europeia e a Rússia sobre direitos humanos, se deveria questionar se os povos indígenas do Ártico que vivem na Federação Russa têm um envolvimento suficiente no trabalho do Conselho do Ártico. Sim, a Antárctida não é o Ártico, mas não há razão para não se repetirem iniciativas que contribuíram para se chegar a um acordo, a Sul, durante a Guerra Fria, só porque não há idealismo na Comissão.

Sou originário do país de onde partiu o explorador da Antárctida Bellingshausen. Ele foi para a Antárctida e fez descobertas porque era idealista. Desejo-lhe algum idealismo no seu trabalho.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhora Presidente, a União Europeia quer uma política abrangente para o Ártico. Esta proposta é muito bizarra. Chipre e Grécia, por exemplo, têm culturas históricas, mas atentemos à geografia. É muito difícil compreender porque razão necessita um país do Mar Egeu de uma política da UE para o Ártico.

Mas a definição de uma política da UE para o Ártico talvez não seja uma ideia tão bizarra como a nomeação da supremamente desqualificada Baronesa Ashton, a Sarah Palin da antiga esquerda estudantil, para o cargo de Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros. Nas audições ficou claro que a Alta Representante não esqueceu nem aprendeu nada. E, por falar nisso...

(A Presidente tira a palavra ao orador)

Presidente. – Peço desculpa, mas não creio que devamos ouvir comentários pessoais como esse nesta Assembleia.

(Interjeição da Assembleia)

O seu tempo de uso da palavra terminou. Não são tolerados comentários pessoais dessa natureza.

(Interjeição da Assembleia)

Vamos passar ao próximo orador.

Sari Essayah (PPE). – (FI) Senhora Presidente, voltemos ao assunto em debate. Como referiram vários membros desta Assembleia, está aberta a corrida à exploração dos recursos naturais e à administração da região do Ártico.

No entanto, como aqui afirmou a senhora Alta Representante, a região do Ártico necessita de uma abordagem abrangente. A política a seguir terá de atender à natureza extremamente frágil da vida selvagem do Ártico, aos efeitos a longo prazo do degelo, e, sobretudo, aos direitos dos povos indígenas e das outras pessoas que vivem na região.

Até aqui, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o respectivo Acordo sobre as Populações de Peixes têm sido suficientes para regular a extracção de recursos naturais do mar Ártico, à superfície e nos fundos marinhos. O Conselho do Ártico tem concentrado a sua acção na cooperação ao nível do ambiente e da investigação, mas os acordos que focam a utilização dos recursos naturais têm tornado cada vez mais necessário o desenvolvimento de estratégias de governação internacionais, e a UE poderá ter também um papel a desempenhar aqui. Além disso, a política da UE para o Ártico tem de reflectir uma estratégia própria e deve ser coordenada entre todos os Estados-Membros.

A criação de um Centro Europeu de Informação sobre o Ártico seria uma forma de envolvimento adequada da UE na região. A necessidade da criação de um Centro Europeu de Informação sobre o Ártico foi pela

primeira vez mencionada na comunicação da Comissão sobre a União Europeia e a Região do Árctico no Outono de 2008. A pedido do Conselho, a Comissão começou a explorar a possibilidade do estabelecimento de tal centro na União Europeia.

O Centro do Árctico na Universidade da Lapónia, em Rovaniemi, no Círculo Polar Árctico, mostrou-se interessado em funcionar como Centro de Informação da UE sobre o Árctico. A Finlândia não tem pretensões territoriais a respeito dos recursos naturais, portanto, o país, enquanto actor neutro, seria a escolha adequada para a administração do Centro, como defendeu também a senhora deputada Wallis.

Por conseguinte, exorto a Senhora Alta Representante a tomar uma decisão sobre a forma que assumirá o eventual Centro Europeu de Informação sobre o Árctico, bem como sobre a sua localização e funções, aumentando, assim, a credibilidade e a visibilidade da UE em termos de governação do Árctico. Desejo-lhe uma boa viagem à Lapónia.

Herbert Reul (PPE). – (DE) Senhora Presidente, no contexto do debate sobre as alterações climáticas, está agora a assumir particular relevância a questão do Árctico enquanto via de navegação, possibilitando, eventualmente, o encurtamento das rotas comerciais e a diminuição do consumo de combustível – não nos podemos esquecer também deste aspecto – o que envolve a questão de determinar se existem de facto recursos como petróleo e gás na região, que formas assumem e como poderão ser explorados. Também se falou da pesca. É claro que este debate tem tido, e continua a ter, um valor muito simbólico, que ficou claro quando a Rússia colocou – içou não é a palavra adequada neste contexto – a sua bandeira no fundo do mar. Os outros Estados começam também a manifestar mais firmemente as suas pretensões. Por conseguinte, estou muito agradecido à Alta Representante por estar a dar prioridade ao tratamento deste assunto.

Na minha opinião, o que se tem discutido até agora no Parlamento Europeu, e também na Comissão, bem como o teor da sua proposta de 2008, que também já foi mencionada, tem um carácter muito defensivo. Penso que esta questão deve ser abordada de forma ofensiva e em ambos os aspectos. Isto é, tanto no que respeita à protecção do ambiente e dos residentes locais, dimensão já aqui salientada por vários deputados, como no que respeita à necessidade de abordarmos cautelosamente a possibilidade de este novo cenário proporcionar novas oportunidades e de ter uma discussão honesta sobre o assunto. No contexto de um relatório sobre petróleo publicado em 2008, tivemos, de facto, inicialmente, discussões cautelosas sobre o assunto e foi definida uma primeira linha de acção. Numa época em que se fala continuamente da necessidade de diversificação e de novas fontes, incluindo de recursos energéticos, é imperativo discutirmos a possibilidade de exploração destas fontes sem pôr em risco a natureza e o ambiente. Devemos, pelo menos, debater a questão – temos de aproveitar a oportunidade. Actualmente estamos numa posição tecnológica diferente e, além disso, os avanços técnicos alcançados neste campo são europeus. Penso que quando falamos de desenvolvimento tecnológico, este se deve aplicar a todas as áreas. Congratulo-me com a realização deste debate. Espero que se realize de forma objectiva e aberta.

Andrzej Grzyb (PPE). – (PL) Senhora Presidente, quem irá assumir o controlo do Árctico? É o título de um artigo de imprensa que encontrei quando fazia pesquisa sobre o assunto. Descreve de forma sucinta, mas também poderíamos dizer que de forma clara, a actual situação da corrida ao Árctico. Neste contexto, a questão colocada pela senhora Alta Representante parece muito pertinente – como pode a União Europeia ser um actor responsável no que respeita aos problemas que o Árctico coloca? Responsável – Sublinho isto. É por essa razão que este debate no Parlamento Europeu me parece a todos os respetos útil e positivo, porque se está a realizar aqui, pela segunda vez, na sequência da primeira e actual comunicação do Conselho ao Parlamento, e da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu.

O Árctico é uma região que não é governada por tratados internacionais, e o enorme interesse manifestado pelo Árctico é, por um lado, como já foi sublinhado, resultado das alterações climáticas, mas, por outro, de a região estar cada vez mais a ser encarada como uma potencial fonte de recursos, especialmente de recursos energéticos e de gás, mas também de recursos naturais como, por exemplo, o pescado. É claro que essa situação apresenta perigos – perigos para o ambiente, relacionados com a exploração das matérias-primas e com a pesca, mas também para as populações indígenas da região, e isso é algo de que temos de estar bem conscientes.

Além disso, a abertura de uma rota, a via marítima, resultante das alterações que se verificaram na região, está a ter uma enorme influência na forma como as pessoas estão a olhar para o Árctico. As tentativas de divisão efectiva do território com base num conjunto de *faits accomplis*, como a simbólica colocação de bandeiras, também estão a ter uma influência semelhante. Gostaria de dizer que se deve ter em atenção que os cinco países do Árctico não estão especialmente interessados em regulações jurídicas, mas que a União

deve, contudo, desempenhar um papel importante nesta parte do mundo, não só através da sua presença, mas principalmente através do seu envolvimento e conhecimento. É essencial construir uma relação de confiança mútua e nós podemos fazê-lo através de uma iniciativa em matéria de regulação, como, por exemplo, o estabelecimento da Carta do Ártico.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria de fazer uso da palavra na qualidade de relator do Parlamento para o tema da Islândia.

Neste momento, como sabem, a Islândia está à espera da confirmação do Conselho para o arranque das negociações de adesão. Se, como todos esperamos, a Islândia se tornar Estado-Membro da União Europeia, será o único Estado-Membro localizado exclusivamente na região do Ártico. A Islândia, em conjunto com a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia, aumentaria o número de Estados da União Europeia presentes no Conselho do Ártico para quatro, a que se juntam depois os Estados Unidos, a Rússia, o Canadá e a Noruega.

Penso que este facto é de extrema importância, dado que, infelizmente, a União Europeia não recebeu o estatuto de observador naquele fórum.

Além disso, penso que a adesão da Islândia à UE poderá contribuir, em primeiro lugar, para a diversificação dos recursos energéticos da Europa e, em segundo lugar, para a implementação de uma governação multilateral nesta região, que está a despertar um interesse cada vez maior, o que poderá dar origem, como já foi dito em intervenções anteriores, a conflitos. Por último, mas não menos importante, a adesão da Islândia poderá conduzir à aplicação de uma política europeia coerente e eficaz na região.

Concluindo, estou convicto de que quando a Islândia aderir à União Europeia esta passará a ter um papel mais importante nesta região estratégica.

Obrigado.

Zuzana Roithová (PPE). – (CS) Já era tempo de definirmos uma política europeia coerente em relação ao Ártico que permita também evitar morosos litígios em torno de novos territórios. Em resultado da fusão do gelo polar, o potencial de extracção nos novos territórios aumentará para 200 m abaixo da superfície, envolvendo milhões de quilómetros quadrados. As divergências entre a Rússia, a Noruega, os E.U.A. e o Canadá têm também, obviamente, um significado geopolítico. A camada de gelo permanente do Ártico já diminuiu para metade. O mais importante, no entanto, é proteger o mar da poluição e, neste contexto, a poluição nuclear no Ártico russo é também um problema fundamental.

Senhora Alta Representante, venho de um país que aparentemente não tem nada que ver com o Ártico, mas posso assegurar-lhe que, inclusive na República Checa, há muitos cidadãos interessados em saber que posição irá a União adoptar em termos de política externa, nomeadamente quanto à influência sobre o futuro do Ártico. Está em jogo a extracção sustentável de matérias primas, o desenvolvimento sustentável dos transportes, o desenvolvimento de condições em matéria de investigação científica, a protecção da natureza e, por último, e não menos importante, os direitos dos habitantes autóctones.

Sigo com desagrado os litígios em torno de possessões novas e históricas. Receio que isso possa até dar origem a graves conflitos. Outra situação problemática é a disputa em torno da estratégica passagem setentrional entre a Ásia e a América. Senhora Comissária, tem de assegurar que a passagem seja definitivamente considerada como zona de águas internacionais e que o Ártico permaneça uma zona desmilitarizada. Assuma um papel de coordenação activo, celebrando acordos internacionais sobre todas estas questões relacionadas com o Ártico. A União não pode limitar-se a ser testemunha passiva; deve, antes, negociar activamente e prevenir, assim, a escalada de conflitos e a destruição da natureza.

Bendt Bendtsen (PPE). – (DA) Senhora Presidente, é importante que a UE esteja envolvida no debate sobre o Ártico e também é bom que se esteja a empenhar nos assuntos da região, onde estão em jogo muitos interesses e desafios. Na minha opinião, o mais importante é que a acção da UE tenha em consideração e respeite os desejos e necessidades da população indígena. A UE deve assumir responsabilidades no que respeita ao aquecimento global, que se manifesta sobretudo através do aumento da temperatura. Neste contexto, temos de ter em conta o que isso significa para as condições de vida das pessoas. Além disso, sabemos que as alterações climáticas facilitarão o acesso a recursos como o petróleo e o gás e a novas vias de transporte da Europa à Ásia. Por um lado, isso poderá ser positivo mas, por outro, devemos assegurar-nos de que tomamos medidas de precaução que tenham em consideração a singularidade do clima e a fragilidade do ambiente do Ártico.

Atendendo aos interesses económicos crescentes no Ártico, é importante que a UE assuma uma posição sobre a actuação de vários países na zona. Não devemos ficar indiferentes quando certos países não jogam de acordo com as regras internacionais que se aplicam à região. Um exemplo disso, actualmente em evidência, é o Canadá, que está a preparar o estabelecimento de um registo obrigatório de todos os grandes navios que passam pela Passagem do Noroeste a partir de Julho de 2010. Sublinho que estamos a falar de águas internacionais e que o Ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Lene Espersen, também afirmou enfaticamente tratar-se de um acto inaceitável. Gostaria que a UE e a Alta Representante apoiassem publicamente aquela posição.

Thomas Ulmer (PPE). – (DE) Senhora Presidente, o importante aqui é que nós, a União Europeia, sigamos uma estratégia clara e que previnamos uma corrida ao ouro ou às pedras preciosas. A Europa tem de envolver-se activamente no Ártico. A Europa, como parceiro, pode desempenhar um papel forte falando a uma só voz. Estou a referir-me aos domínios da navegação à superfície ou submarina, das pescas, dos recursos sob a forma de vectores de energia primários e das matérias primas.

Neste quadro, necessitamos de tratados estáveis e seguros com os outros parceiros no Ártico. Necessitamos de cooperação, e não de confronto. Necessitamos de diálogo no campo da protecção ambiental com vista à preservação dos recursos naturais e da natureza. Necessitamos de diálogo no campo da protecção da fauna com vista à preservação da biodiversidade e necessitamos de assegurar a protecção e o respeito das populações autóctones e dos seus direitos.

Se conseguirmos aplicar uma gestão de recursos positiva em conjunto com os nossos parceiros no Ártico, teremos a oportunidade de trilhar novos percursos políticos na região, e isso constituirá também um primeiro teste para a nossa política externa comum – uma oportunidade de provarmos que, enquanto europeus, podemos, de facto, prosseguir objectivos comuns.

Presidente. – Vamos agora passar à parte "catch-the-eye" do debate. Antes de o fazermos, gostaria de esclarecer que, como presidente do debate, tenho o direito de cortar a palavra ao orador, se entender que a sua intervenção tende a perturbar os trabalhos da Assembleia.

Riikka Manner (ALDE). – (FI) Senhora Presidente, em primeiro lugar, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento à senhora Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros por incluir este assunto tão importante na agenda no início do seu mandato. Espero sinceramente que a Comissão e a União Europeia em geral venham a desempenhar um papel forte em termos de governação do Ártico e que a UE formule a sua própria estratégia para a região.

Uma política comum para o Ártico irá criar oportunidades ilimitadas para a globalidade da União Europeia, em termos de segurança, ambiente, energia, transporte e populações autóctones. Se a União Europeia ficar excluída do debate – excluída de uma política para a região – perderemos muito.

Gostaria de salientar mais dois aspectos. Em primeiro lugar, espero que o Conselho do Ártico, enquanto órgão administrativo, continue a crescer em termos de influência e que a União Europeia venha a desempenhar um papel decisivo no âmbito desse fórum. Em segundo lugar, espero que a criação de um Centro Europeu de Informação sobre o Ártico se torne realidade: estou convencido de que irá promover o diálogo entre os territórios do Ártico. Além disso, tal como já foi defendido anteriormente, penso que a Lapónia finlandesa, e especificamente Rovaniemi, desde há muito associada aos assuntos do Ártico, seria, sem dúvida, uma ótima escolha para a sua localização.

Gerard Batten (EFD). – (EN) Senhora Presidente, o debate sobre o Ártico tem, por certo, gerado alguma tensão esta tarde! Que tipo de Parlamento tenta impedir os seus membros de falarem quando desaprova o que dizem? No entanto, não deveríamos ficar surpreendidos, quando a nossa nova Alta Representante para os Negócios Estrangeiros já foi descrita no passado como simpatizante comunista pelo MI5, e quando recebeu dinheiro do bloco soviético, enquanto tesoureira do CND, para prejudicar a política de defesa do seu próprio país.

Este sítio está cada vez mais a parecer-se com a União Soviética.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, se, no futuro, o metano, que tem um potencial mais elevado para agravar o aquecimento global do que o CO₂, for emitido em quantidades maiores a partir do Oceano Ártico, em consequência da fusão da calote polar, teremos uma nova variável extremamente perigosa no sensível sistema climático – uma variável que requer urgentemente uma investigação mais atenta.

O Ártico não suscita preocupação apenas devido ao clima, mas também devido ao potencial de conflito que envolve. O facto de até mesmo a China ter supostamente começado a construir navios quebra-gelo ilustra a importância que uma eventual rota comercial através da Passagem Noroeste terá à medida que o banco de gelo for recuando. Esta potencial utilização pacífica, contudo, é muito menos problemática do que, por exemplo, o desejo cada vez mais forte manifestado pelos Estados Unidos de colocarem sistemas de alerta rápido militares na região do Ártico.

As condições de uma eventual exploração económica dos recursos minerais, em resultado da fusão da calote polar, devem também ser previamente clarificadas. Afinal, as reservas de petróleo e de gás que se suspeita existirem na região poderiam garantir a independência energética da Europa.

Birgit Schnieber-Jastram (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, gostaria de sublinhar mais uma vez, de forma muito clara, que, paralelamente a domínios obviamente importantes, como o ambiente e a energia, a questão das vias de navegação irá ter um papel determinante. No contexto dos ataques de que têm sido vítimas os navios das rotas de navegação tradicionais, em que são ameaçadas as vidas de comandantes e de tripulações, porque aquelas rotas são, de facto, inseguras, os armadores estão à procura de novos percursos. Na minha cidade natal, Hamburgo, este assunto é da maior importância. Gostaria de encorajar os presentes a explorarem mais esta questão neste debate UE-Ártico.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) A região do Ártico, tal como a Antárctida, é particularmente vulnerável às alterações climáticas. Além disso, o sistema climático global depende da sua estabilidade. Enquanto defensora reconhecida do combate às alterações climáticas, a União Europeia tem de assumir uma posição firme relativamente à região do Ártico.

A União Europeia tem de mostrar contenção não só quanto à exploração de recursos no Oceano Ártico como também ao tráfego de navios na região. A longo prazo, essas actividades acabarão por destruir ainda mais áreas de icebergues e o que resta da calote polar, ameaçando de modo irreversível os ecossistemas locais e as populações que ali vivem.

É absolutamente essencial proteger os icebergues e a calote polar da intervenção humana descontrolada. A União Europeia deve trabalhar em estreita colaboração com os Estados Unidos, o Canadá, a Noruega e a Rússia e manter um constante intercâmbio de informação através do SEIS, da Eionet e da SAON.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de dizer o seguinte à Senhora Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros: esta é a primeira oportunidade que tenho de comentar o seu novo papel. Tal como a senhora Alta Representante, sou do Reino Unido. A única diferença é que fui eleito e a senhora não.

Quanto à questão do Ártico, isto vai tornar-se uma corrida aos recursos haliêuticos e a um quarto do petróleo e do gás mundial contra a Rússia, a América e o Canadá? A senhora experimentou, em primeira mão, a corrida às armas durante a Guerra Fria. Vai agora conduzir-nos para uma guerra do gelo? As intervenções no Ártico são susceptíveis de agravar as relações internacionais e a Europa nem sequer deveria ter uma política externa para o Ártico, e muito menos com alguém como a senhora ao leme.

Já demonstrou que não tem capacidade para desempenhar esta missão. Não tenho dúvidas de que a sua liderança nos vai fazer patinar em gelo muito fino. Se recebesse um relatório da escola sobre os seus primeiros 100 dias, conteria a indicação “tem de fazer melhor”, mas a realidade é que mesmo que continuasse no cargo durante 100 anos, continuaria a ser um fiasco. Por favor, tome uma atitude digna e demita-se.

Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. – (EN) Senhora Presidente, creio que foi um debate muito interessante e estou igualmente satisfeita por nos termos centrado numa região importante do mundo. A paixão com que as pessoas falaram sobre a importância do que fazemos no que respeita à política para o Ártico é extremamente importante para mim quando me refiro ao que acredito devermos fazer no futuro.

Quero assegurar à Assembleia que a preservação do ambiente e o diálogo com as populações relevantes – indígenas e não indígenas – são fundamentais para a abordagem que queremos assumir. Queremos deixar claro, em todos os debates internacionais, que apenas se deve aceder e explorar os recursos do Ártico quando dispusermos das mais elevadas normas ambientais e de segurança e quando estas forem plenamente respeitadas.

Temos de continuar a sublinhar que a União Europeia quer trabalhar em conjunto com todos os intervenientes envolvidos no Ártico para garantir que enfrentamos os desafios de forma adequada. Isso inclui a exploração de hidrocarbonetos nesse contexto.

No que me diz respeito, penso que temos muito para contribuir, desde a nossa diplomacia no que respeita ao ambiente às nossas políticas em matéria de alterações climáticas; desde os nossos amplos programas de investigação no domínio do Ártico à nossa política de apoio às políticas indígenas em todo o mundo. Acredito, igualmente, que o Conselho do Ártico tem muito a contribuir. É devido ao trabalho que realiza, nomeadamente assegurando a plena participação dos povos indígenas – na verdade, é a única organização que lhes permite participar a par de Estados soberanos –, que queremos tornar-nos observadores permanentes, o que vários deputados reconheceram ser muito útil.

Creio que é possível encontrar um equilíbrio adequado entre a protecção e a preservação do Ártico, por um lado, e a utilização sustentável dos seus recursos, por outro lado, e temos de garantir que o fazemos de forma adequada.

A reunião de sete representantes de diferentes áreas da Comissão – creio que mo disse ontem, Senhora Presidente – para elaborarem um relatório é um bom exemplo do futuro que pretendemos no que respeita à cooperação e ao trabalho efectivo, que se revela no trabalho que desenvolvemos no terreno em todo o mundo.

Por último, aguardo com grande expectativa a ida à Lapónia este fim-de-semana. Será a minha terceira viagem à região. Haverá uma grande reunião para debater questões com alguns dos ministros dos Negócios Estrangeiros. No que respeita a Rovaniemi e à possibilidade de criação de um centro, há duas hipóteses: uma é um centro individual, mas há igualmente a possibilidade de ligar em rede diferentes centros, e precisamos certamente de analisar igualmente essa possibilidade.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito. – (RO) As questões relacionadas com a região do Ártico, desde os efeitos do aquecimento global à utilização de recursos e à navegação nesta região, atraíram recentemente uma atenção crescente. Temos de estar cientes de que o futuro do planeta está estreitamente ligado ao futuro desta região. O degelo dos icebergues na região do Ártico, a crescente necessidade de recursos e os recentes avanços tecnológicos são alguns dos motivos pelos quais a região do Ártico se tornou uma zona de especial interesse para cada um de nós. Creio que a estratégia europeia para esta zona tem de se centrar na protecção e na preservação da região, na promoção da utilização sustentável dos recursos no contexto da governação multilateral e, acima de tudo, no envolvimento da população desta região em todas estas medidas.

O surgimento de novos canais navegáveis exige igualmente a criação de normas de segurança e ambientais muito mais estritas. Cada região marítima precisa de uma abordagem específica, e a Europa pode aplicar a experiência adquirida com os programas desenvolvidos noutras regiões marítimas, nomeadamente no mar Báltico e no mar Mediterrâneo, proporcionando simultaneamente modelos de boas práticas neste domínio.

Joanna Senyszyn (S&D), por escrito. – (PL) Há um espectro a pairar sobre o Ártico. O espectro do aquecimento global. O degelo está a ter uma influência determinante, não só sobre a natureza, mas igualmente sobre as relações sociais, a economia e a política. Nessa plataforma oceânica, numa área maior que a Alemanha, a Itália e a França juntas, além do que já está a ser explorado, há riquezas como o gás e o petróleo bruto. As camadas de gelo, que estão a ficar mais finas de ano para ano, deixaram de proteger os depósitos da perfuração de prospecção. Perspectiva-se uma corrida implacável – uma loucura à escala da corrida ao ouro do século XIX. A União Europeia tem de adoptar uma posição inequívoca sobre esta questão. É fundamental desenvolver uma política comum europeia para o Ártico, sobretudo no que respeita ao recurso a novas possibilidades para a exploração de depósitos naturais, aos perigos para o ambiente natural e a novas oportunidades de navegação.

O Ártico integra o território de três Estados-Membros da UE: a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia, bem como a Islândia, que está a candidatar-se à adesão. Temos de recordar que se trata de uma situação completamente nova para os povos do extremo norte e igualmente para a fauna e a flora. Os habitantes do Ártico têm consciência da crescente influência de factores sociais, económicos e político externos nas suas vidas. A nossa função é ajudar as comunidades locais a habituar-se às novas condições, bem como proteger a sua

cultura e língua. Do mesmo modo que o centro da política da UE são os seus cidadãos, nos planos de administração do Ártico a posição principal tem igualmente de ser ocupada pelos povos do Ártico.

Rafał Trzaskowski (PPE), *por escrito*. – (EN) Há muito que o Ártico está ausente da nossa agenda, mas agora voltou a atrair a atenção de políticos e de académicos. A crescente preocupação no que respeita à região é uma consequência das alterações climáticas que provocam o degelo da calote polar ártica. Não entrando na questão da disputa sobre a velocidade e extensão deste processo, assume-se amplamente que irá eventualmente abrir novas oportunidades de exploração de recursos naturais e novas rotas marítimas. Todos concordamos que as consequências deste processo serão profundas. Aquilo para que gostaria de chamar a atenção desta Assembleia e da UE no seu todo é, contudo, a sua dimensão política e, efectivamente, de segurança. A Guerra-fria mostrou-nos a grande importância estratégica do Ártico. Testemunhámos rivalidades económicas, políticas e até militares nesta região. Para que tenha um futuro positivo, há uma clara necessidade de um esforço internacional conjunto, em que a UE deve desempenhar um papel activo. É necessário encontrar um equilíbrio entre a exploração económica da região e o seu ecossistema, mas é igualmente necessário proteger, entre outros, o actual regime jurídico que rege o Ártico, para referir apenas uma questão.

12. Cuba (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre Cuba.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, a morte de Orlando Zapata foi uma ocorrência extremamente negativa, que nunca devia ter acontecido, e não queremos que volte a acontecer em Cuba ou em qualquer outro sítio.

A União Europeia e as suas instituições têm de se empenhar em condenar acontecimentos que constituem violações dos direitos humanos, e em trabalhar no sentido de garantir que nenhuma situação como esta volta a ocorrer. Tem de ser este o compromisso da União Europeia.

Os direitos humanos são um símbolo fundamental da identidade da União Europeia, porque acreditamos nos valores de liberdade, tolerância e pluralismo. São, por isso, a nossa personalidade, a nossa personalidade mais genuína. Quando ocorrem violações destes direitos universais, a União Europeia condena-as publicamente, e fizemo-lo com Cuba. Fizemo-lo quando indicámos o nosso pessimismo e preocupação no que respeita à falta de progressos a nível dos direitos humanos em Cuba, e fizemo-lo quando exigimos a libertação dos prisioneiros de consciência detidos em prisões cubanas. Há, presentemente, cerca de 200 prisioneiros de consciência, alguns deles em situação muito difícil no que respeita à sua saúde, e um deles é Guillermo Fariñas, que está numa situação muito grave, em greve de fome.

Fizemo-lo igualmente quando afirmámos que os defensores dos direitos humanos em Cuba precisavam de ser protegidos, e fizemo-lo quando afirmámos que o Governo cubano, que tinha vários prisioneiros detidos no âmbito da sua jurisdição, devia ser chamado a responder pela morte de Orlando Zapata.

Contudo, a política da União Europeia no que respeita a Cuba vai mais longe. A política da União Europeia no que respeita a Cuba está estruturada em torno de certos elementos e gostaria de salientar alguns deles.

Em primeiro lugar, há o diálogo político. O diálogo político com as instituições cubanas, com as autoridades e com toda a sociedade civil, que, naturalmente, também abrange os direitos humanos. Em segundo lugar, há a cooperação para o desenvolvimento com Cuba, que equivale a solidariedade com o povo cubano, nem mais nem menos. Também implica fomentar o progresso em termos de cultura e de práticas democráticas em Cuba.

Estes são os elementos essenciais de uma política que visa, essencialmente, um único objectivo: o povo cubano, o seu bem-estar, o seu progresso, as suas condições de vida e o respeito pelos seus direitos humanos.

Andris Piebalgs, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, a Comissão lamenta profundamente a morte do senhor Orlando Zapata e as circunstâncias em que ocorreu. Gostaria igualmente de expressar a minha profunda preocupação com os outros prisioneiros político de Cuba. Todos nós, nesta Assembleia, partilhamos o mesmo sentimento de raiva e frustração pela morte do senhor Zapata, e devemos fazer o possível para garantir que este tipo de acontecimentos não se repete em Cuba, ou em qualquer outro país.

A União Europeia assenta nos valores de democracia, direitos humanos e liberdades fundamentais, que nos esforçamos por proteger e promover depois de termos sofrido, até muito recentemente, violações de direitos humanos básicos no nosso próprio continente. Os direitos humanos são universais e não têm fronteiras.

Este princípio é parte integrante do nosso diálogo com todos os parceiros, tanto na Europa como no estrangeiro.

O relacionamento construtivo, e não uma política de coerção e de sanções, continua a ser a base da nossa política no que respeita a Cuba, tal como salientado na posição comum adoptada em 1996. Foi esta fundamentação que levou o Conselho a decidir, em Junho de 2008, levantar as medidas diplomáticas, como forma de facilitar o processo de diálogo político e de permitir o pleno uso dos instrumentos nos termos da posição comum de 1996. Foi também esta fundamentação que levou vários Estados-Membros a retomar a cooperação para o desenvolvimento com Cuba ao longo dos últimos meses, que representam um leque diverso dos partidos políticos com representação no Parlamento Europeu e que reflectem, desse modo, a opinião partilhada no que respeita à importância do papel a desempenhar pela cooperação para o desenvolvimento em Cuba.

Numa altura destas em Cuba, a inacção seria a pior opção possível no que respeita à credibilidade da União Europeia enquanto interveniente global. O que está em jogo não é apenas essa credibilidade, mas igualmente a nossa capacidade de estarmos presentes em Cuba. Assim, é minha firme convicção que o caminho a seguir é continuar e aprofundar o diálogo político em curso e continuar a cooperação com Cuba enquanto instrumento para melhorar as vidas do povo cubano.

A cooperação com Cuba nunca foi suspensa pela União Europeia, porque o desenvolvimento não tem que ver com apoio ao Governo – tem que ver com apoio ao povo. A nossa opinião foi sempre que a cooperação para o desenvolvimento constitui um elemento importante das nossas relações com Cuba. O projectos em curso em Cuba beneficiam directamente a população ao resolver as suas necessidades básicas, através do apoio à reabilitação e à reconstrução na sequência dos furacões, da segurança alimentar e da adaptação às alterações climáticas. Estão igualmente a ser desenvolvidos projectos de apoio a actividades de agentes não estatais.

Gostaria de ser muito claro quanto ao facto de não haver financiamento da CE canalizado através do Governo ou de entidades públicas. O dinheiro é canalizado através de agências das Nações Unidas e de ONG europeias, que se congratulam com a presença da Comissão e da União Europeia em Cuba.

É importante que a União Europeia continue a abordar a questão das necessidades básicas da população cubana, enquanto intervém em sectores estratégicos através dos instrumentos temáticos ou geográficos disponíveis. A tarefa que a UE tem de enfrentar de forma determinada é encontrar o equilíbrio certo entre mostrar abertura ao diálogo, apoiar a população cubana através da cooperação para o desenvolvimento e reafirmar os nossos princípios.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, em nome do Grupo PPE. – (ES) Senhora Presidente, quando o meu grupo solicitou que esta questão fosse incluída na ordem do dia, não o fez para salientar erros, que por vezes são irreparáveis, de políticas que satisfazem os inimigos da liberdade. Também não o fez para obter proveitos políticos com a sua condenação.

Fê-lo para que o Parlamento, que é a instituição que está no centro democrático da União Europeia, pudesse manifestar-se no sentido de condenar a morte de uma pessoa inocente, e, acima de tudo, para expressar a sua solidariedade com aqueles que, em Cuba, estão a lutar, a viver e a morrer, como Orlando Zapata, pela sua liberdade e pela sua dignidade.

Como a Comissão Europeia afirmou, a posição comum do Conselho ainda é válida, e é uma posição honrosa porque pede a libertação imediata e incondicional dos prisioneiros políticos. É igualmente uma posição coerente, porque pede que os direitos humanos e as liberdades fundamentais sejam respeitados, para que Cuba se baseie no nosso sistema de valores e não em sistemas estrangeiros como os da China ou do Vietname.

Senhora Presidente, as palavras de um homem corajoso, Oswaldo Paya, laureado com o Prémio Sakharov em 2002, ainda ecoam nesta Assembleia. Afirmou que a primeira vitória a ser proclamada era o facto de não haver ódio no seu coração. Disse àqueles que o oprimiam, que eram seus irmãos, que não os odiava, mas que não iriam impor a vontade deles através do medo.

Afirmou que Andrei Sakharov deixou um legado de dignidade e de trabalho em prol da convivência pacífica dos povos, e que muitas vezes as vozes que mais contam são as vozes que não são ouvidas.

Nesta Assembleia, não pudemos ouvir as vozes das “Mulheres de Branco”, que foram igualmente laureadas com o Prémio Sakharov pelo Parlamento. Agora, infelizmente, não poderemos ouvir a voz de Orlando Zapata, mas em breve poderemos ouvir as vozes de muito mais cubanos.

Entretanto, Senhora Presidente, o Parlamento, com a legitimidade que lhe assiste ao representar 500 milhões de cidadãos dos 27 Estados-Membros da União, precisa de fazer eco, inequivocamente, do grito imparável de liberdade que estamos a ouvir vindo da querida ilha de Cuba.

(Aplausos)

Luis Yáñez-Barnuevo García, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício López Garrido, Senhor Comissário, não permitamos nunca mais que o nosso silêncio seja conivente com o liberticídio. Não permitamos nunca mais que uma pessoa que lutou pelos seus direitos e pelos direitos de todos morra na prisão em Cuba, ou em qualquer outro local, sem nos expressarmos inequivocamente para exigir que essa pessoa seja salva.

O senhor Orlando Zapata Tamayo, um construtor negro de 42 anos, que apenas exigia que as suas condições na prisão fossem melhoradas, morreu depois de estar 86 dias em greve de fome e sete anos preso por exigir que os direitos humanos fossem respeitados. Durante este período de sete anos, foi maltratado, humilhado e assediado pelos guardas, e durante todo esse tempo – não devemos esquecê-lo – nada se ouviu excepto silêncio por parte da comunidade internacional.

Outros prisioneiros e activistas dos direitos humanos em Cuba estão presentemente em greve de fome, como é o caso do psicólogo e jornalista Guillermo Fariñas. Senhoras e Senhores deputados, a resolução que estamos a apresentar e a debater hoje, e que iremos votar amanhã, que eu represento em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, exige que todos os prisioneiros de consciência detidos em Cuba sejam libertados. Uma vez mais, é a favor de uma transição democrática e do estrito respeito pelos direitos humanos fundamentais.

Por agora, não entremos num assunto que nos divide: se a posição comum deve ou não ser mantida. Concentremo-nos em salvar vidas e nos direitos humanos. Inauguremos igualmente um período de reflexão tranquila em que procuramos pontos de acordo no que respeita à política futura relativa a Cuba.

Este texto tem, no entanto, uma vantagem significativa. O facto de estar a ser apresentado por seis grupos políticos expressa uma nova era de amplo consenso nesta Assembleia no que respeita à questão dos direitos humanos.

Não permitamos que se afirme nunca mais que o direito democrático europeu se curva às ordens – entre aspas – do imperialismo ianque. Contudo, não permitamos igualmente que se afirme nunca mais que os socialistas e os democratas são complacentes ou coniventes com ditaduras comunistas. Digo isto, muito simplesmente, porque ambas estas afirmações são falsas, e as vítimas do liberticídio, estejam onde estiverem, precisam de saber que estamos unidos na defesa incondicional da sua causa.

Senhora Presidente, por último, gostaria de agradecer ao senhor deputado Salafranca, que negociou este texto em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), à senhora deputada Weber, do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, ao senhor deputado Romeva i Rueda, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, ao senhor deputado Kožušník, do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, e a outros deputados que participaram nesta tarefa, que foi difícil e complicada, mas que espero tenha sucesso amanhã.

Por último, gostaria igualmente de agradecer ao Primeiro-Ministro espanhol e actual Presidente da União Europeia, senhor Rodríguez Zapatero, pelo incentivo e apoio dados no sentido de avançar com esta resolução que estamos a debater hoje.

Renate Weber, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, em nome do meu grupo político, gostaria, em primeiro lugar, de expressar as nossas condolências à família do senhor Orlando Zapata Tamayo, que pagou o preço mais elevado pelas suas convicções.

Ao longo dos anos, o seu activismo na protecção dos direitos humanos tem inspirado muitos outros defensores dos direitos humanos, tanto em Cuba como no estrangeiro.

A resolução proposta por vários grupos políticos expressa a nossa profunda preocupação no que respeita às condições dos direitos humanos em Cuba. Sejamos muito honestos. A situação não melhorou e muitos jornalistas independentes, dissidentes pacíficos e defensores dos direitos humanos continuam detidos simplesmente porque querem exercer o seu direito à liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação.

Ao mesmo tempo, ONG cubanas independentes não podem trabalhar porque o Governo exerce um controlo draconiano sobre elas.

Por altura deste debate, vários defensores dos direitos humanos estão em greve de fome. Trata-se de uma questão preocupante, porque há indicações de que a saúde do senhor Guillermo Fariñas, pelo menos, se está a deteriorar rapidamente.

É lamentável que, até à data, as autoridades cubanas tenham ignorado os sucessivos apelos da UE para que libertem incondicionalmente todos os prisioneiros políticos. É por isso que acredito firmemente que este Parlamento deve solicitar à UE que continue a usar todos os mecanismos possíveis para garantir o trabalho, e as vidas, daqueles que aspiram a uma Cuba pluralista e democrática.

Raül Romeva i Rueda, em nome do Grupo Verts/ALE. – (ES) Senhor Presidente, gostaria igualmente de me unir, pessoalmente e em nome do meu grupo, na expressão de condolências pela morte de Orlando Zapata.

Independentemente da opinião de cada um no que respeita a Cuba, trata-se, evidentemente, de um incidente lamentável em si mesmo, que merece a nossa condenação e, certamente, algo mais que reflexão e recordação. Este acontecimento merece a formulação coerente do pedido que fazemos nesta resolução, que é que aqueles que estão detidos devido às suas convicções ou motivações políticas, em Cuba e em qualquer outra parte do mundo, sejam libertados.

Creio que o que estamos a fazer é coerente, creio que tem de ser feito e que é importante que o façamos – gostaria de salientar isto – independentemente das motivações que possam estar subjacentes. Isto faz parte do acordo.

Precisamos igualmente de pedir que estas pessoas sejam libertadas imediatamente, no caso de Cuba, e, acima de tudo, relembrar a situação delicada – como já foi referido – de algumas das pessoas que, seguindo o exemplo de Orlando Zapata, iniciaram uma greve de fome, sobretudo o caso de Guillermo Fariñas.

Contudo, gostaria igualmente de alertar para o risco de usar e explorar politicamente este caso para outras questões que, como o senhor deputado Yáñez-Barnuevo afirmou, podem ser perigosas. Creio que é importante lembrar que há muitos processos em curso que são úteis, que estamos a trabalhar, e que não devemos, em nenhuma circunstância, ser tentados – como alguns parecem querer – a regressar a acontecimentos passados, a épocas passadas; a regressar ao fracasso político do embargo, porque conhecemos as consequências disso.

Assim, se concordamos em que não queremos que situações como a de Orlando Zapata se repitam, creio que é importante sabermos de que forma podemos avançar em conjunto para o impedir, começando por propiciar o processo de democratização e normalização da ilha.

Edvard Kožušník, em nome do Grupo ECR. – (CS) Pessoalmente, fiquei muito perturbado com a morte de Orlando Zapata, e gostaria por isso de, em nome do grupo ECR, expressar condolências a toda a sua família. Eu próprio nasci em 1971, no auge da chamada normalização comunista no meu país, que foi um dos períodos mais duros de terror comunista que o meu país atravessou. A experiência que o meu país teve com a ideologia criminoso do comunismo é o motivo da grande solidariedade dos cidadãos checos com o povo cubano, e somos, por isso, muito sensíveis às tristes notícias divulgadas recentemente por Cuba.

Dado que o regime totalitário de Cuba continua a defender o lema “socialismo ou morte”, quarenta anos decorridos sobre a revolução cubana, não merece tolerância de espécie alguma. Acredito que a morte de Orlando Zapata não foi em vão e que instigará o povo cubano a resistir em massa contra o regime comunista. Quando Pavel Wonka morreu numa prisão comunista, como a última vítima do terror comunista no meu próprio país, o regime caiu no período de um ano e meio. Espero que Orlando Zapata seja o Pavel Wonka cubano, por outras palavras, a última vítima do despotismo comunista. Talvez em breve Cuba se liberte do jugo da velha guarda revolucionária e se torne uma verdadeira ilha de liberdade.

Assim, apelo a vós. Até que ocorram progressos fundamentais e irreversíveis no que respeita à libertação dos prisioneiros políticos, progressos que conduzam ao funcionamento democrático da sociedade cubana e à realização de eleições livres, bem como ao início do processo de reformas estruturais que conduzam, entre outros aspectos, a um melhor nível de vida para todos os cidadãos cubanos, é impossível considerar a abertura de conversações sobre a reavaliação da posição comum da UE.

Willy Meyer, em nome do Grupo GUE/NGL. – (ES) Senhora Presidente, o meu grupo lamenta profundamente a morte do prisioneiro Orlando Zapata. Como acontece com qualquer prisioneiro, o Estado era responsável

pela sua segurança e pela sua vida. Neste caso, é Cuba que é responsável e, conseqüentemente, lamentamos profundamente a sua morte.

Não concordamos com a forma como esta Assembleia manipula a questão dos direitos humanos. Hoje, estamos a debater esta questão e amanhã procederemos à sua votação. Não o fizemos no que respeita ao golpe militar nas Honduras. Esta Assembleia pode ser o único parlamento do mundo que não condenou o golpe militar nas Honduras, nem votou contra este, com os seus assassínios e tortura.

Deste modo, não concordamos com a filosofia de que depende do local onde está a acontecer, qual dos direitos humanos está a ser violado e qual é a situação para determinar se devemos adoptar uma posição.

Há uma semana, foi descoberta a maior vala comum da América Latina, na Colômbia. As próprias autoridades falam de cerca de 2 500 cadáveres, e esse número pode aumentar para 50 000. Está isto a ser condenado? Está a ser debatido, sujeito a votação, condenado? O que está a acontecer com as vítimas civis no Afeganistão? O que está a acontecer com a perseguição no Sara Ocidental? Não! Não participaremos desta hipocrisia.

Creio que a questão fundamental é estabelecermos uma relação de igualdade com a República de Cuba, para enfrentar todas as agendas: as agendas políticas, as agendas de direitos humanos, a situação penitenciária, mas em igualdade de circunstâncias, porque a União Europeia ainda tem uma posição comum no que respeita à República de Cuba, que é a excepção à regra. Não tem uma posição comum no que respeita a qualquer outro país do mundo. Não a tem no que respeita à República Popular da China, que foi referida, ou ao Vietname. Porquê? Por que é que a tem no que respeita a Cuba e não no que respeita à República Popular da China?

Exorto o Conselho, o Presidente do Conselho, a levantar claramente a seguinte questão: vão pôr fim à posição comum? É, em minha opinião, um dos obstáculos mais evidentes ao avanço com um diálogo franco entre a União Europeia e a República de Cuba, com agendas comuns, partilhadas, que sejam de interesse mútuo.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, a morte do dissidente Orlando Zapata em resultado de uma greve de fome, e a detenção do bloguista Yoani Sánchez, que contou ao mundo como é a vida quotidiana na Cuba socialista, tornaram claro que temos de prosseguir a ligação criada na nossa política de 1996 respeitante a Cuba, com progressos a nível da democratização e dos direitos humanos. A esperanças de progresso sob a liderança de Raúl Castro, desapareceram evidentemente há muito tempo.

A situação dos prisioneiros políticos, por exemplo, não melhorou realmente. Continuam a não gozar de nada que se assemelhe às liberdades que foram concedidas aos próprios irmãos Castro ao longo da sua detenção durante a ditadura de Baptista. Com a sua adesão obstinada à economia planificada, Cuba já nem sequer tem capacidade para prover às necessidades mais básicas da sua própria população. Em Cuba, a prosperidade e a iniciativa própria são, claramente, consideradas como críticas aos regime. Nesse aspecto, até as pessoas da China comunista têm a vida facilitada, dado que podem, pelo menos, melhorar as suas vidas através dos seus próprios esforços.

A flexibilização do embargo económico dos Estados Unidos no que respeita a computadores e a serviços de *software* não corresponderá integralmente às expectativas alimentadas pelas promessas do Presidente Obama, mas talvez torne possível uma melhor organização da oposição. Não menos importante, será também mais difícil para o regime cubano, havendo mais possibilidades de escolha, suprimir a livre expressão de opiniões. Este motivo bastaria para apoiar as iniciativas da Europa o melhor possível e pressionar o relaxamento do sistema comunista.

PRESIDÊNCIA: DURANT

Vice-Presidente

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) A trágica morte do prisioneiro de consciência cubano, Orlando Zapata, é mais uma prova de que o regime dos irmãos Castro ignora os apelos da comunidade internacional no sentido de pôr fim às violações dos direitos humanos, livrando-se discretamente daqueles que exigem liberdade de democracia. Hoje, esta tragédia, esta morte trágica, adquiriu um significado simbólico. É um grito desesperado por ajuda e por medidas efectivas, sobretudo por parte dos políticos e decisores internacionais, que, apesar de estabelecerem relações com as autoridades cubanas, não querem falar com as pessoas da oposição e fazem ouvidos de mercador à voz dos representantes da sociedade civil em Cuba.

Temos de tomar, o mais rapidamente possível, medidas concertadas para pressionar o regime de Castro e exigir a libertação imediata daqueles que foram condenados a muitos anos de prisão devido às suas opiniões.

Nos últimos anos, a União Europeia tem tentado moderar a sua posição e até levantou as sanções diplomáticas contra Cuba, na esperança de que este gesto incentive as autoridades a respeitar os critérios democráticos. Lamentavelmente, a trágica morte de Orlando Zapata mostra que esta política é ingénua, ineficaz e, muito claramente, não deve prosseguir.

Amanhã vamos proceder à votação da resolução, para concluir o debate de hoje. Isto deve ser um sinal claro da nossa oposição às violações dos direitos humanos, ao tratamento desumano dos prisioneiros políticos e à falta de respeito pelas liberdades civis fundamentais em Cuba. Temos de mostrar que somos solidários com o povo cubano. Temos de ser a voz daqueles que não têm voz em Cuba.

(Aplausos)

Emine Bozkurt (S&D). – (NL) Senhora Presidente, o destino trágico de Orlando Zapata Tamayo suscitou uma profunda indignação em todo o mundo. Na sua situação irremediável, Zapata sentiu que a única opção que lhe restava era o suicídio por greve de fome. Teve de pagar com a vida por protestar contra a sua prisão e contra as condições terríveis existentes na sua prisão cubana. E porquê? Em primeiro lugar, que crime cometeu Zapata para ir para a prisão? Expressar e divulgar, de uma forma não violenta, uma opinião diferente da do Governo não constitui um crime. Isso não torna as pessoas criminosas ou traidoras.

A morte de Zapata não é um incidente isolado. O psicólogo e jornalista, Guillermo Fariñas, também iniciou uma greve de fome, porque pretende conseguir a libertação de 26 prisioneiros políticos doentes. Que sorte o espera? Irá ele também pagar, em breve, com a sua vida por esta campanha em prol do respeito dos direitos humanos? Quando irá o Governo cubano alterar a sua posição? Calcula-se que existam cerca de 200 prisioneiros políticos em Cuba. A detenção de pessoas devido aos seus ideais é totalmente contrária à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Exortamos Cuba a libertar directa e incondicionalmente estes prisioneiros de consciência e a pôr fim a esta violação flagrante dos direitos humanos. Nenhum governo pode controlar ou governar o pensamento do seu povo. Mesmo que se detenham pessoas atrás de paredes ou que se ponham atrás de grades, as suas ideias continuarão a sobreviver. Qualquer tentativa de erradicar esses pensamentos e ideias falhará sempre. Não teve já Cuba anos de experiência desta situação?

O Governo terá simplesmente de entrar em diálogo com as pessoas que defendem opiniões discordantes. O diálogo político é o único instrumento que permite avançar. É isso que Cuba deve aos seus cidadãos, porque o povo cubano merece a democracia e o respeito pelas suas liberdades fundamentais. Não se pode permitir que a morte de Zapata entre na história como sendo insignificante; tem de marcar o fim da actual situação no que respeita aos direitos humanos em Cuba.

A União Europeia tem de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar a melhorar a situação dos direitos humanos em Cuba. Não se trata apenas de uma questão que respeita a prisioneiros políticos como Zapata; trata-se igualmente de permitir aos defensores dos direitos humanos desenvolverem livremente o seu trabalho. O Governo cubano tem de cuidar do povo cubano. Não pode simplesmente deter pessoas ou tratá-las como criminosas, por medo. Privar os cidadãos da sua liberdade é um crime.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – (ES) Senhora Presidente, defender os direitos humanos significa condenar a morte evitável, cruel e injusta de Orlando Zapata e apelar para que aqueles que ainda estão na prisão sejam libertados. Espero que isto faça pensar as autoridades cubanas, dado que o seu regime precisa de fazer progressos para que os seus cidadãos possam gozar de verdadeira democracia.

Em Cuba, existe uma ditadura porque existem prisioneiros de consciência, porque há medo do debate, da livre troca de ideias e planos, porque há medo da liberdade. Não é um crime ter ideias; podem provocar, surpreender e chocar, mas têm sempre de ser discutidas e debatidas. Nunca exigem prisão.

As sociedades pensam e sentem, e o mesmo acontece com os prisioneiros, e é impossível proibir as pessoas de pensarem e de sentirem. Isto significa que as ideias e os sentimentos que as pessoas querem reprimir acabam por se infiltrar na consciência de toda a sociedade, como água. Isto aplica-se igualmente à sociedade cubana e os protagonistas da revolução que pôs fim ao regime de Fulgencio Batista devem saber isto melhor do que ninguém.

Espero que esta resolução os ajude a fazer a transição que precisam de fazer! Contudo, os direitos humanos não são negociáveis. O Parlamento ganha credibilidade quando reage com a mesma intensidade a todas as violações dos direitos humanos em todos os países: no Afeganistão, na Palestina, no País Basco – o meu

pequeno país – nas Honduras e na Colômbia. Deve ser este o nosso compromisso. É, evidentemente, o mesmo compromisso.

Tomasz Piotr Poręba (ECR). – (PL) Creio que todos nesta Assembleia concordaremos que a ditadura comunista corrupta está a tornar impossível qualquer tipo de mudança positiva em Cuba. O Estado policial dos irmãos Castro está a destruir a ilha economicamente, a destruir a liberdade civil e a privar muitos cubanos da esperança de uma vida que vale a pena ser vivida.

O futuro de Cuba está, evidentemente, nas mãos dos próprios cubanos, mas a União Europeia pode desempenhar um papel activo neste caso. Temos de exigir a libertação de todos os prisioneiros políticos. Efectivamente, esta deve ser a primeira condição de qualquer tipo de diálogo com Cuba. Temos de apoiar a actividade de organizações não governamentais, apoiar o respeito pelos direitos humanos e promover o acesso a meios de comunicação independentes, incluindo a Internet.

A promoção da mudança democrática é um domínio em que os laços transatlânticos podem desempenhar um papel muito importante. É por isso que devemos cooperar estreitamente com Washington. Ao aliar esforços, podemos desenvolver uma estratégia a longo prazo no que respeita a Cuba, que não começará com a aceitação cega do *statu quo*, mas com uma visão ambiciosa de reconstrução democrática e económica.

(Aplausos)

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Senhor Presidente, este debate está a demonstrar, mais uma vez, a existência de dois pesos e de duas medidas na maioria do Parlamento Europeu, a mesma maioria que não quis tomar uma posição de condenação do golpe de Estado militar nas Honduras, ignorando que ele implicou a prisão e a morte de inúmeras pessoas e que agora se prepara para aceitar negociar acordos de associação com um governo que resultou de eleições preparadas pelos golpistas.

Claro, todos lamentamos a morte do cidadão cubano Zapata Tamaya num hospital cubano, após uma greve de fome, mas não podemos deixar de deplorar os termos deste debate e a sua posição inaceitável contra Cuba, esquecendo as graves consequências do embargo económico comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba e a manutenção em prisões americanas de cinco cidadãos cubanos que apenas quiseram defender o seu país.

Não se pode continuar com uma inaceitável posição comum, impedindo a União Europeia de manter relações abrangentes e abertas com o Governo cubano na base de interesses bilaterais. É tempo de retirar a posição comum para iniciar a normalização das relações entre a União Europeia e Cuba. Esperamos isso da Presidência espanhola.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhora Presidente, lembramo-nos do famoso grito de Fidel Castro, “socialismo ou morte”. Hoje, podemos afirmar com segurança que, desse grito, apenas resta a morte. Prova disso são as circunstâncias que conduziram à morte do prisioneiro e patriota cubano, Orlando Zapata. O domínio ditatorial de Castro é uma vergonha para a noção de socialismo democrático.

O que está a acontecer em Cuba envergonha todos os que estão envolvidos na política sob estas bandeiras de esquerda. Senti vergonha da União Europeia, igualmente, quando o então senhor Comissário Michel, visitou Cuba com uma proposta de cooperação para o desenvolvimento, mas evitou cuidadosamente o contacto com a oposição democrática.

Temos de acabar com este tipo de política, este fechar os olhos à realidade de um país onde nunca houve eleições livres, e onde os prisioneiros de consciência cumprem penas de prisão de muitos anos em condições escandalosas. A Presidência espanhola está, actualmente, a propor a aplicação de uma política aberta no que respeita a Cuba, mas uma condição essencial desta política tem de ser a democratização do regime cubano, a libertação dos presos políticos, o início do diálogo com a sociedade, o levantamento da censura e a restauração das liberdades civis. Isto deve ser dito de forma clara, aberta e firme ao Governo de Cuba. Além disso, é do interesse deles.

Sabemos que há diferentes vias para atingir a liberdade, no caso de povos oprimidos por ditadores. Há a via adoptada pela Polónia e pela África do Sul – a via do diálogo e do entendimento. Contudo, há igualmente a via seguida pela Roménia, quando derrubou o regime de forma sangrenta. É do interesse de todos evitar esse tipo de cenário. Que via escolherá Havana? A solução para isto está em Cuba. A política da União Europeia deve contribuir activamente para encaminhar Cuba para a liberdade e a democracia. Esta deve, igualmente, ser a posição do Parlamento Europeu.

Richard Howitt (S&D). – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero expressar os meus profundos sentimentos pela morte de Orlando Zapata Tamayo, e a minha profunda preocupação com os quatro outros prisioneiros cubanos e com o activista da oposição que também iniciaram greves de fome como forma de protesto.

O Parlamento Europeu deve reiterar a nossa exigência de libertação imediata e incondicional dos prisioneiros de consciência em Cuba – 55, de acordo com a Amnistia Internacional, 200 de acordo com a Comissão dos Direitos Humanos de Cuba – e devemos expressar especial preocupação hoje pela recente detenção e espancamento de Darsi Ferrer, director de um centro de saúde e de direitos humanos em Havana. A própria Amnistia Internacional não é convidada a visitar Cuba há 19 anos e deve ser autorizada a fazê-lo. Devemos solicitar ao Governo cubano que concorde com datas específicas para a proposta de visita de Manfred Nowak, Relator Especial da ONU sobre a Tortura, com quem tencionamos reunir-nos em Genebra na próxima semana.

Dado que sou um dos deputados desta Assembleia que sempre se opôs ao embargo comercial dos Estados Unidos, imposto desde 1962, congratulei-me com o facto de, sob a presidência de Obama, terem sido aprovadas medidas para permitir que os americanos de origem cubana viajassem mais livremente e pudessem enviar mais dinheiro para o seu país. Congratulei-me com a revisão, em 2008, da posição comum da UE que conduz ao estabelecimento de um diálogo político entre Cuba e a UE e que restabelece a cooperação para o desenvolvimento da CE, e congratulo-me com o facto de ter sido concedido recentemente à BBC livre acesso a Cuba. Mas manifesto desilusão por, no Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas, Cuba não ter concordado com as recomendações no sentido de ratificar as duas principais convenções dos direitos humanos – o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais – e de permitir a inspecção independente das prisões.

Digo hoje à Comissão e à Presidência que ambas, assim como todos nós que visitamos Cuba, devemos manter-nos firmes na vontade de nos reunirmos com membros da sociedade civil cubana. A Secretária de Estado Adjunta dos EUA, Bisa Williams, pôde realizar uma visita sem restrições no ano passado e devemos insistir, todos nós que vamos a Cuba, em fazer o mesmo.

Louis Michel (ALDE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Ministro, a morte de Orlando Zapata Tamayo constitui uma prova dramática do desespero a que a falta ou ausência de liberdade pode conduzir.

Tal como o Senhor Ministro afirmou, tal não deveria, evidentemente, ter acontecido. Temos de denunciar a detenção dos prisioneiros de consciência e exigir a sua libertação. Não podemos apoiar a arbitrariedade de um poder que se recusa obstinadamente a aceitar o exercício das liberdades mais fundamentais, mas é minha convicção de que não podemos privar-nos das virtudes e das perspectivas de um diálogo político que, agora mais do que nunca, continua a ser a expressão mais concreta dos nossos valores europeus.

As relações entre Cuba e a União Europeia são, há já muito tempo, complexas; têm, muitas vezes, por base uma falta de sensibilização e de compreensão que têm levado a graves tensões que comprometem regularmente os avanços e as perspectivas de diálogo político. Todos nós sabemos que Cuba se encontra hoje num ponto de viragem na sua história. Estou, mais do que nunca, convicto de que seria errado não preservarmos as vantagens e os avanços, ainda que modestos, de um diálogo sustentado por determinados laços históricos, culturais e linguísticos.

A União Europeia é, sem dúvida, a única força política capaz de convencer os cubanos de que o isolamento a que se estão a confinar é suicida e só pode conduzi-los, mais tarde ou mais cedo, a um destino dramático. Não podemos fugir à responsabilidade que temos de prosseguir o diálogo, sem excluir qualquer uma das questões mais difíceis, mas também sem aplicar – como creio que é muitas vezes o caso – dois pesos e duas medidas.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) A liberdade triunfará em Cuba. Haverá democracia no país e haverá uma economia de mercado livre.

A União Europeia não pode ajudar a derrubar o regime e, suponho, não pretende fazê-lo, mas deve querer e ser capaz de ajudar os cubanos após a alteração do sistema. As experiências de países como a Polónia, a República Checa, a Eslováquia e a Hungria mostram que é possível fazê-lo e que pode ter êxito. Podemos ajudar com a nossa experiência e, após a deposição de Fidel Castro, a União Europeia deve contribuir com a sua experiência e os seus fundos, para que Cuba nunca chegue à situação descrita pelo comentador polaco,

Marek Magierowski, em que os descendentes de Orlando Zapata, que foram frequentemente referidos nesta Assembleia, venham no futuro a servir rum nos passeios e avenidas de Havana aos descendentes de Castro.

Jiří Maštálka (GUE/NGL). – (CS) Sou médico de profissão e sei como é difícil salvar a vida humana. Lamento sinceramente qualquer perda de vida humana e partilho a vossa tristeza pela morte de Orlando Zapata. Analisei cuidadosamente todas as resoluções propostas pelos grupos políticos. Lamento ter de repetir o que disse quando estivemos recentemente a debater o relatório sobre a situação dos direitos humanos nas repúblicas da Ásia Central. Afirmo então que estávamos a cometer um erro ao assumirmo-nos como mentores quando não tínhamos nada de positivo para dizer e ao não mostrarmos qualquer respeito pelas tradições históricas e culturais específicas desses países, nem mesmo pelos resultados positivos que esses países têm obtido. O mesmo se aplica a Cuba. Estou firmemente convicto de que a única forma de melhorarmos a situação em Cuba é através do estabelecimento de um diálogo entre iguais, para o qual as autoridades cubanas já se encontram preparadas. Desta forma, podemos contribuir também para melhorar os direitos sociais e económicos em Cuba. Não devemos esquecer que Cuba, apesar da sua difícil situação económica, está sempre na linha da frente dos países que prestam auxílio a outros como foi, por exemplo, o caso do desastre no Haiti. É verdade que quem é rápido a condenar, gosta de condenar. Não devemos, de forma alguma, seguir essa via.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, acredito verdadeiramente poder afirmar que iremos hoje escrever uma página digna na história deste Parlamento e ainda mais amanhã, quando votarmos. Estamos a escrevê-la porque ao deixarmos, pela primeira vez, de lado os nossos preconceitos mútuos por pertencermos a grupos diferentes, estamos a curvar-nos diante do mistério supremo da morte de um homem e a reconhecer a verdade.

O que iremos realmente escrever nesta resolução? Iremos escrever coisas que podem parecer simples e óbvias mas que são, na realidade, extremamente importantes. Iremos escrever que em Cuba não existe liberdade; iremos escrever que em Cuba não existe democracia; iremos escrever que vida é vida e que as pessoas não devem ser mortas. Podemos considerá-lo quase como certo, mas levámos muitos anos a superar os nossos preconceitos mútuos e a reconhecer um facto que não ofende nenhuma das nossas crenças políticas, mas que simplesmente nos leva a reconhecer a verdade fundamental que é a única base da discussão.

Não devemos evitar as conversações com Cuba, mas devemos insistir em que um diálogo verdadeiro deve emanar da verdade, por outras palavras, a sua incapacidade para reconhecer a importância central do indivíduo. Do que necessitamos, mais do que apertos de mão e gestos de simpatia, é de medidas adequadas que levem o governo castrista a abandonar qualquer esperança de alcançar compromissos que não atribuam qualquer importância, ou pelo menos apenas importância secundária, à questão dos direitos humanos.

O Parlamento aproveitou, e muito bem, esta oportunidade, ao contrário do Alto Representante, a quem volto a recordar, tal como já fiz esta manhã, que *Cuba libre* não é o nome de um cocktail: é um grito que trazemos no peito, porque queremos a democracia e queremos que Cuba seja livre.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhora Presidente, nós, os membros espanhóis do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, lamentamos profundamente a morte de Orlando Zapata e a situação dos prisioneiros de consciência e exigimos firmemente a sua libertação.

A morte de Orlando Zapata é lamentável, mas pode também constituir o ponto de partida para que paremos de falar de direitos humanos em Cuba e comecemos a trabalhar em prol dos direitos humanos com as autoridades cubanas, a promover os direitos humanos em Cuba. Para isso, temos de começar a pensar em mudar a posição comum que nos impede de estabelecer qualquer diálogo com as autoridades cubanas, que são quem tem capacidade para modificar a situação dos direitos humanos na ilha.

A posição comum – que, aliás, não é assim tão comum, porque uma grande parte dos Estados-Membros da União Europeia tem relações bilaterais com Cuba – é um obstáculo que está a inviabilizar qualquer possibilidade de diálogo político. É um obstáculo à aplicação pela União Europeia dos princípios subjacentes à sua acção externa, que incluem a promoção da democracia e dos direitos humanos no mundo.

A posição comum é um instrumento desactualizado e ultrapassado, adoptado no século passado pelos 15 Estados-Membros da União Europeia. Agora temos 27 Estados-Membros. A situação no mundo mudou. Os Estados Unidos estão a dialogar com Cuba sobre temas tão sensíveis como a imigração. A Organização dos Estados Americanos já admitiu Cuba, com base no diálogo, no contexto do respeito pelos princípios que regem esta organização.

Nesta nova era para a União Europeia, necessitamos de um instrumento negociado bilateralmente que nos permita ser eficazes no que a União Europeia é eficaz, nomeadamente a promoção da democracia e dos direitos humanos. É uma extravagância a União Europeia bloquear o diálogo com Cuba, pois, nas suas relações externas, já negociou e está a implementar acordos celebrados com países que não cumprem as normas mínimas em matéria de direitos civis e políticos e, naturalmente, em matéria de direitos sociais, algo que Cuba faz.

Só o diálogo, os mecanismos de cooperação e de compromisso através de um tratado internacional permitirão à União Europeia exigir algo a Cuba e os que recusam o diálogo estão a impedir a busca de uma saída digna para aqueles que dizem defender.

Em contrapartida, a política externa do Governo espanhol deu um bom exemplo de como através de um diálogo construtivo e exigente foi possível libertar um número considerável de prisioneiros de consciência.

Como dizia Dom Quixote, se alguém é castigado com acções, não deve ser castigado com palavras. Assim, vamos parar de falar e começar a trabalhar pelos direitos humanos em Cuba, em cooperação com as autoridades cubanas, pois que é disso que os prisioneiros de consciência necessitam, em vez de condenações por parte desta Assembleia.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). – (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, durante as rusgas da “Primavera Negra” de 2003 em Cuba, foram presos 75 dissidentes, acusados de espionagem para os Estados Unidos. Orlando Zapata foi detido na mesma altura por desacetos, desordem pública e desobediência.

As mulheres dos 75 dissidentes formaram o grupo das “Mulheres de Branco” ao qual o Parlamento Europeu atribuiu, em 2005, o “Prémio Sakharov para a liberdade de pensamento”. A propósito, gostaria de salientar que o regime de Fidel Castro não concedeu vistos a essas mulheres para que viessem aqui a este Parlamento receber o seu prémio.

A Comissão dos Direitos Humanos de Cuba reconhece a existência de cerca de 200 prisioneiros políticos no país, 22 dos quais são jornalistas. Cuba ocupa o terceiro lugar no triste *ranking* mundial de jornalistas presos, atrás do Irão com 52 e da China, com 24.

Orlando Zapata, de 42 anos, foi declarado prisioneiro de consciência pela Amnistia Internacional. Entrou em greve de fome em 3 de Dezembro de 2009, devido aos repetidos espancamentos e a outros maus-tratos de que foi alvo e morreu em 23 de Fevereiro, 85 dias depois de ter iniciado a sua greve de fome.

O Parlamento deve manifestar o seu apoio à família e aos amigos do senhor Zapata e declarar a sua grande preocupação com a situação dos direitos humanos em Cuba. Esta Câmara deve enviar uma mensagem clara ao regime castrista, especialmente no âmbito da Presidência espanhola. A Presidência espanhola deve, aliás, ser muito mais activa na defesa dos direitos fundamentais em Cuba.

Por fim, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de aproveitar esta oportunidade para exigir a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Cuba.

Francisco José Millán Mon (PPE). – (ES) Senhora Presidente, a democracia e a defesa dos direitos humanos ocupam um lugar importante entre os princípios e objectivos da União para a acção externa – refiro-me ao artigo 21.º do Tratado da União Europeia. Este artigo é também aplicável às relações com Cuba e com o povo cubano, que nos é muito querido.

Infelizmente, nos últimos cinco anos, as acções do Conselho parecem ter sido regidas essencialmente pela vontade de corrigir a linha adoptada nos anos anteriores, especialmente em 2003, quando se registou uma vaga extremamente dura de opressão em Cuba. Em 2005, o Conselho suspendeu as medidas aprovadas em 2003.

Posteriormente, a ilha foi visitada por ministros dos negócios estrangeiros e por comissários. Em Junho de 2008, as medidas de 2003 foram suprimidas, estabeleceu-se um diálogo político global – tal como o senhor deputado López Garrido nos recordou – e realizaram-se reuniões regulares de alto nível. O Chefe de Estado de um Estado-Membro até visitou recentemente Havana. Infelizmente, os dirigentes políticos europeus que se deslocaram à ilha não tiveram tempo para se reunirem com os representantes dos dissidentes, que se sentiram, assim, marginalizados.

Durante todo esse tempo, a repressão em Cuba continuou. Não houve mudanças nem reformas. Não obstante, o diálogo político manteve-se. Agora estamos todos abalados com a morte cruel do prisioneiro político, Orlando Zapata.

Como é sabido, Senhoras e Senhores Deputados, alguns governos, como o Governo espanhol, afirmaram repetidamente que querem cancelar a posição comum. A posição comum diz algo que é muito lógico: o apoio à transição democrática, ou seja, essencialmente o mesmo que é exigido pelos princípios e objectivos do artigo 21.º do Tratado.

Termino com duas considerações. A posição comum não impediu o diálogo. Isso é evidente. Aliás, foi reconfirmado recentemente pelos 27 ministros, em Junho de 2009. Em segundo lugar, a prioridade não pode ser a alteração da posição comum – isso seria a última gota! A prioridade agora é exigir a libertação imediata, total e incondicional de todos os prisioneiros políticos.

Considero Cuba e a América Latina ocidentais e os símbolos que identificam o Ocidente são a dignidade dos seres humanos e o respeito dos seus direitos fundamentais. Uma consideração final: gostaria de recordar o Conselho que, nas suas próprias conclusões de Junho de 2009, afirmou que o futuro do diálogo político com as autoridades cubanas estava dependente dos progressos realizados, particularmente em matéria de direitos humanos. Poderá alguém afirmar que esses progressos estão a acontecer? Poderá alguém efectivamente afirmá-lo?

Antonio Masip Hidalgo (S&D). – (ES) “A história absolver-me-á” foi a frase famosa de um jovem advogado que fez o seu povo vibrar. A história absolve-o, efectivamente, da sua revolta contra a tirania e contra o embargo imposto pelos Estados Unidos.

No entanto, é com o mesmo juízo enfático que o Parlamento, que representa o maior espaço de liberdade e democracia do mundo, condena a ditadura com que sofre o povo de Cuba, a violação dos direitos humanos na ilha, a crueldade para com os prisioneiros políticos e o desprezo pelos seus cidadãos no exílio. O juízo da história é claro.

Com desta resolução, os deputados de todas as ideologias estão ao lado do povo cubano na sua luta. Temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para impedir a opressão brutal que estão a sofrer, nomeadamente cancelar a paralisante posição comum.

Presto homenagem a Raúl Rivero nos últimos versos que escreveu na sua cidade de Havana, que dizem que não se impõe impostos ao afecto, ao vazio, à asfixia ou à amargura. As ruínas da pátria estão seguras. Não se preocupem, camaradas. Vamos andando.

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma vez mais, as escolhas e o comportamento do regime comunista cubano criam um dilema ao nosso Parlamento: será possível continuar a dialogar com este regime? Há já vários anos que o Parlamento Europeu tem vindo a pedir às autoridades cubanas reformas democráticas que contemplem o respeito pelos direitos humanos. Mas a passagem do poder de Fidel Castro ao seu irmão Raúl não conduziu a reformas democráticas nem à libertação dos prisioneiros políticos.

A morte de Orlando Zapata na prisão, após 85 dias de greve de fome, demonstra a natureza ideológica e opressiva do regime. Durante 10 anos, a União Europeia financiou medidas de auxílio a Cuba no valor de 145 milhões de euros: os resultados foram tudo menos brilhantes. Na realidade, este financiamento contribuiu para perpetuar a tirania. Se queremos ser credíveis, temos de exigir que as relações com Havana, nomeadamente a ajuda ao desenvolvimento, estejam vinculadas a melhorias concretas e verificáveis da situação dos direitos humanos para todos os cidadãos cubanos, começando com a libertação imediata dos prisioneiros políticos e de consciência.

Não devemos lançar um ultimato, mas um apelo à mudança por parte de um dos regimes mais opressivos do planeta, uma imitação vaga de uma ideologia ultrapassada pela história e em vias de extinção.

Michael Gahler (PPE). – (DE) Senhora Presidente, devemos fazer uma oferta concreta ao povo de Cuba e também ao regime da ilha: em vez situação política actual, iremos financiar uma transição para a democracia em Cuba. O primeiro passo tem de ser a libertação de todos os prisioneiros políticos. Paralelamente, os Estados Unidos devem pôr fim às suas sanções, que têm ajudado a consolidar o regime em vigor, em vez de o derrotar. O próximo passo deve ser a realização de uma mesa-redonda composta por representantes do regime e do movimento dos direitos civis em Cuba a fim de elaborar um calendário para a transição para a democracia e para a realização de eleições democráticas.

Aliás, a Europa Central mostra que ainda há futuro para o antigo partido do Estado – mesmo para esse partido, existe então vida após a morte do antigo sistema. Nós, enquanto UE e enquanto Estados-Membros, devemos apoiar este processo de uma forma semelhante ao que fizemos na Europa Central. Esse apoio iria ajudar o povo cubano, estabilizar a região e também preparar o caminho para um novo tipo de relações com os Estados Unidos que não seriam uma repetição da era pré-Castro.

João Ferreira (GUE/NGL). - Senhora Presidente, lamentamos a morte de Orlando Zapata, lamentamos o facto de ter levado até às últimas consequências este seu protesto, independentemente das razões que o motivaram. Mas não podemos é aceitar que, a pretexto deste triste e lamentável acontecimento, recrudescam inaceitáveis campanhas políticas e ideológicas contra Cuba e o seu povo.

Independentemente das considerações que cada um possa fazer sobre as opções do povo cubano, há que respeitar essas opções, há que respeitar o seu direito soberano de decidir sobre o seu destino e sobre as formas de organização política do seu Estado.

Por isso condenamos toda e qualquer forma de ingerência ou ataque incluindo o criminoso bloqueio a que se encontra sujeita desde há quase meio século.

Por isso também entendemos que a postura lógica da União Europeia e o caminho a seguir deverá de ser o da total normalização das relações com Cuba, com a retirada da posição comum contra Cuba que representa uma inaceitável discriminação exercida sobre Cuba e o seu povo.

Acima de tudo, não aceitamos a imensa hipocrisia que percorre muitas das cadeiras deste Parlamento e denunciámos vivamente a política de dois pesos e duas medidas da União Europeia.

Antonio López-Istúriz White (PPE). – (ES) Senhora Presidente, dirijo-me, nesta minha intervenção, à mãe de Orlando Zapata e aos seus companheiros de sofrimento na luta pela liberdade em Cuba: não estão sozinhos.

Hoje, através desta resolução – pela qual gostaria, na qualidade de Secretário-Geral do meu partido, de agradecer aos respectivos autores e especialmente a todos os partidos que a assinaram – o Parlamento está a falar a uma só voz contra esta ditadura isolada e decrépita. Hoje, estamos a assinar o início da sentença de morte internacional deste regime.

Estou seguro de que, com base na maioria das intervenções que escutei, estamos todos unidos na firme e clara condenação da morte do seu filho. No entanto, muitos de nós vamos além desta declaração: podem estar certos de que iremos continuar vigilantes para conseguir a libertação incondicional de todos os prisioneiros políticos na ilha.

Continuaremos atentos à situação das violações dos direitos humanos na ilha. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) lutar, seguramente, para manter a posição comum da União Europeia e estou certo de que, com base no que ouvi, muitos outros farão o mesmo.

Não iremos enviar sinais contraditórios, mas fornecer orientações claras para alcançar o nosso sonho de vermos uma Cuba democrática. O sacrifício extremo feito por Orlando produziu uma resposta nas boas consciências do mundo inteiro. Façamos com que o sacrifício silencioso de milhares de cubanos seja celebrado num futuro próximo numa Cuba livre.

Gesine Meissner (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, para nós é relativamente fácil falar quando as violações dos direitos humanos ocorrem noutra local onde há pessoas que também morrem por aquilo em que acreditam. É importante insistir nessa questão. Zapata perdeu efectivamente a vida em resultado da sua greve de fome e existem outros prisioneiros que foram recentemente incentivados a entrar em greve de fome.

Necessitamos, portanto, de considerar cuidadosamente como poderemos avançar de forma específica. Alguns afirmaram que não devemos, de forma alguma, dialogar com Cuba, uma vez que o regime é, a nosso ver, inaceitável. Outros – e parece-me que esta posição não é nada positiva, Senhor Deputado João Ferreira – manifestaram a opinião de que existe hipocrisia aqui e que o povo de Cuba deve ter liberdade para tomar as suas próprias decisões políticas. Acredito que a liberdade de tomar decisões políticas pára realmente no momento em que os direitos humanos são violados e em que morrem pessoas. Nestas circunstâncias, nós, enquanto Parlamento Europeu, temos de fazer alguma coisa.

Neste contexto, é absolutamente correcto que as propostas específicas que foram colocadas sobre a mesa – nomeadamente algumas sugestões novas do senhor deputado Gahler – sejam pormenorizadamente discutidas

e que consideremos o que podemos fazer para intervir contra as violações dos direitos humanos em todo o mundo e para ajudar as pessoas em todo o mundo.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, uma vez que estamos hoje a debater as nossas relações com Cuba na sombra da morte trágica de Orlando Zapata, temos de reconhecer que a visão que temos de Cuba data de uma época em que as nossas ideias eram definidas por uma conjuntura em que se era amigo ou inimigo. Tínhamos, por um lado, os cubanos maus, que eram vassalos da intenção da União Soviética de prosseguir a revolução internacional e, por outro lado, os cubanos bons, que salvaram o país das garras dos barões do açúcar, da máfia, da CIA e do imperialismo norte-americano. Por um lado tínhamos os cubanos maus, os comunistas opressores do povo, e por outro os que proporcionaram educação e cuidados médicos à população e que lhes acabaram com a fome. Hoje, para que a morte de Orlando Zapata tenha sentido – se é que a morte alguma vez tem sentido – devemos, em todos os casos, ter a maior consideração por esse legado. Esta morte não pode ter sido em vão.

A outra coisa que deve acontecer é que a UE deve prosseguir rotas claras, rotas políticas dedicadas e não podemos deixar-nos ficar sob o jugo dos Estados; temos de libertar-nos das antigas hipotecas ideológicas e temos de estar em condições de igualdade no diálogo político e insistir numa melhoria clara da situação dos direitos humanos, para que possamos falar em breve de uma Cuba livre e para que o povo da ilha possa viver em democracia.

Alf Svensson (PPE). – (SV) Senhora Presidente, o embargo comercial dos Estados Unidos está em vigor há quase 50 anos. Este embargo trouxe a pobreza e a opressão ao povo de Cuba, tal como já foi aqui sublinhado por muitos oradores diferentes.

Muitos conhecerão o relatório elaborado pela Human Rights Watch em Novembro de 2009, intitulado “New Castro, Same Cuba” [Um Novo Castro, a Mesma Cuba], que propôs o levantamento do embargo e o prazo de seis meses para a libertação dos prisioneiros políticos pelos ditadores cubanos. Se não conseguirem fazê-lo, deverá então ser introduzido um embargo mais inteligente. Esse embargo seria do mesmo tipo que já foi usado recentemente em diversas ocasiões e que implica o congelamento de activos e de investimentos estrangeiros e a aplicação da proibição de viajar. Os principais Estados democráticos e a UE devem, naturalmente, apoiar essa medida. Seria interessante conhecer a opinião do Presidente em exercício do Conselho relativamente a esta proposta da Human Rights Watch.

Anna Záborská (PPE). – (SK) A participação na luta contra as violações dos direitos humanos deve ser uma prioridade para a União Europeia em toda e qualquer circunstância.

Orlando Zapata, um prisioneiro político cubano, morreu na sequência de uma greve de fome. Um outro prisioneiro cubano está a fazer uma greve de fome como forma de protesto em nome dos 25 prisioneiros que se encontram com problemas de saúde graves e cujas vidas estão em perigo. Não é solução fazer o que o Governo espanhol sugeriu quando ofereceu asilo ao prisioneiro que está a morrer à fome. Estou surpreendida com o Governo espanhol, que preside, neste momento, à União Europeia, porque a sua proposta não resolve a situação. A libertação imediata dos prisioneiros políticos é bastante difícil. Por isso, peço ao senhor Comissário Piebalgs que leve a Comissão Europeia a iniciar negociações com o Governo cubano com vista a autorizar a visita pela Cruz Vermelha Internacional aos prisioneiros políticos cubanos. Essa visita permitiria a realização de uma avaliação objectiva das suas condições e ajudaria em negociações futuras. A Cruz Vermelha foi autorizada a fazê-lo na prisão de Guantánamo.

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também eu, defendo o respeito dos direitos humanos na Europa, assim como noutras partes do mundo. A morte de Orlando Zapata é um grito de ajuda de uma pessoa a chamar a atenção de uma forma muito dramática para algo que era – pelo menos para ele – uma situação completamente insuportável. Gostaria de ver-nos, enquanto europeus, tomar uma posição clara relativamente ao cumprimento dos direitos humanos consagrados na Carta das Nações Unidas, independentemente da situação política.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, creio que o debate realizado em torno da questão da situação dos prisioneiros de consciência em Cuba, devido à morte de um deles, Orlando Zapata, permite constatar que existe um elevado nível de consonância entre os deputados e os grupos políticos. Estou seguro de que isso ficará demonstrado amanhã na votação das resoluções resultantes deste debate, que estão, no essencial, em linha, com a posição do Conselho, da Comissão e de todas as instituições da União Europeia. Esta posição reforça a União Europeia neste diálogo fundamental com Cuba e na consecução do objectivo do progresso e da melhoria da situação do povo cubano.

Penso que estamos de acordo quanto à necessidade de erguermos prontamente a nossa voz em qualquer lugar onde ocorra uma violação dos direitos humanos. Considero que se trata de um princípio fundamental que foi sublinhado e que deve sempre ser avaliado utilizando o mesmo critério.

A União Europeia deve erguer a sua voz assim que ocorrer uma violação dos direitos humanos, porque essa atitude é uma característica da sua própria personalidade. Neste caso, estamos a fazê-lo relativamente a Cuba, afirmando e exigindo a libertação de todos os restantes prisioneiros de consciência em Cuba e o respeito dos direitos humanos na ilha.

Mas não é apenas isso: há que trabalhar efectivamente, que ser eficaz e que alcançar resultados para melhorar o bem-estar e as condições de vida dos prisioneiros de consciência ou até mesmo possibilitar a sua libertação.

Em alguns casos, isso foi conseguido e em alguns casos, houve progressos. Esses progressos aconteceram porque, entre outras coisas, existe um elemento fundamental da política da União Europeia relativamente a Cuba que é o diálogo político. Este diálogo foi reatado recentemente – o que considero muito positivo – e, ao colocar um fim às sanções que faziam parte da posição da União Europeia, e que não faziam qualquer sentido, e ao reatar esse diálogo político, foi possível fazer algo que já não se conseguia fazer desde 2003: dialogar com as autoridades cubanas sobre os prisioneiros de consciência.

Como é natural, a avaliação que alguns já referiram, a avaliação do resultado desse diálogo, terá de realizar-se periodicamente e terá que se efectuar uma avaliação desse processo ainda durante o ano em curso. Muitos de vós – e refiro-me, por exemplo, às intervenções dos senhores deputados Mauro, Yáñez-Barnuevo ou Michel – destacaram a importância desse diálogo, dessa cooperação e da autoridade moral da União Europeia para dialogar com Cuba e para obter progressos, porque é esse o objectivo final.

Saudamos, portanto, o acordo obtido por maioria nesta Câmara relativo à situação dos direitos humanos em Cuba, que se resume, a meu ver, numa mensagem: apesar de continuarmos abertos ao diálogo com Cuba, a União Europeia vai continuar a exigir a libertação de todos os prisioneiros políticos que aí se encontram e o respeito dos direitos civis e políticos dos cidadãos cubanos.

Andris Piebalgs, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, considero que este debate voltou a provar que, em questões de direitos humanos e de democracia, o Parlamento Europeu é um farol.

A Comissão também nunca irá tolerar a violação dos direitos humanos e da democracia. Isso significa, portanto, que essa posição irá continuar a ser a pedra angular da nossa política, não só devido à sua força, mas também porque acreditamos que quando temos pontos de vista determinados, devemos dá-los a conhecer.

Tal como também sabem, a nossa base para o trabalho realizado com Cuba residirá na manutenção da posição comum de 1996. Essa posição constitui a base e é muito clara quanto à necessidade da introdução de algumas alterações fundamentais nos direitos humanos em Cuba.

Simultaneamente, os diálogos construtivos que tiveram início em 2008 estão também a dar sinais positivos. Não diria que temos conseguido progressos espectaculares, mas têm sido feitos progressos relativamente a uma série de questões.

Penso que é este o caminho que devemos prosseguir. E devemos também continuar a reunir-nos com a sociedade civil. A Comissão acompanhará a conclusão do Conselho que diz que, sempre que necessário, as reuniões com a oposição democrática farão parte das visitas de alto nível e iremos procurar activamente realizá-las.

Presidente. – Recebi sete propostas de resolução apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Krzysztof Lisek (PPE), *por escrito*. – (PL) Orlando Zapata Tamayo, detido em 2003 juntamente com um grupo de outros 75 dissidentes durante um ataque aos grupos da oposição levado a cabo pelas autoridades, morreu na sequência de uma greve de fome de dois meses numa prisão cubana. Espero que a morte trágica

de um dos prisioneiros políticos mais conhecidos de Cuba nos recorde a todos que a questão dos direitos humanos em Cuba não está resolvida.

Concordo em absoluto com as exigências do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e de muitas organizações de direitos humanos de que os governos dos Estados europeus devem pressionar as autoridades cubanas no sentido da libertação incondicional dos prisioneiros políticos, mediante a ameaça de bloquear qualquer tentativa para melhorar as relações UE-Cuba. Sou de opinião de que o levantamento completo das sanções contra Cuba pela União Europeia, sem negociar a libertação efectiva de todos os prisioneiros políticos, foi prematuro. Simultaneamente, gostaria de salientar que os cidadãos de Cuba não devem pagar pelos erros das pessoas que tomam tais decisões. É mais do que tempo de o país tomar medidas concretas que visem a democratização, a construção da sociedade civil e o respeito dos direitos humanos, em particular, a liberdade de expressão e de associação.

Gostaria de fazer minhas as palavras do antigo Primeiro-Ministro da Espanha, José María Aznar, e de dizer que é inaceitável que, durante as visitas a Cuba, os políticos europeus se recusem a encontrar-se com os representantes da oposição. Temos de encontrar instrumentos para apoiar o desenvolvimento de um sistema democrático em Cuba e transmitir à nação cubana os valores universais associados à construção da democracia e de uma sociedade democrática.

Tunne Kelam (PPE), *por escrito*. – (EN) A morte prematura de Orlando Zapata Tamayo, após sete anos de prisão ilegal contra a qual só lhe restou um meio de protesto, deve ser considerada responsabilidade do repressivo regime cubano. A nossa responsabilidade é ter em mente as palavras da mãe de Orlando Zapata: “Não devia ser preciso passar pelo que o meu filho passou”. Durante os últimos quatro anos de liderança de Raúl Castro, a expectativa de que a ditadura comunista em Cuba poderia tornar-se mais humana foi claramente defraudada. Os cubanos continuam a arriscar as suas vidas quando manifestam as suas opiniões. Existem ainda cerca de 200 prisioneiros políticos em Cuba. Tanto os Estados Unidos como os Estados-Membros condenaram a morte de Orlando Zapata, mas esse protesto não foi suficientemente forte nem surgiu em tempo útil. Em casos como este, não se pode, tal como a Presidência espanhola fez, demorar a reagir. A moral do caso Zapata é que não se pode ignorar a dura realidade da ditadura cubana. A nossa política em relação a Cuba deve continuar a estar subordinada às mudanças concretas que ocorrem na ilha. A UE tem de tomar o partido do povo cubano, em vez de acalentar esperanças de que será possível confiar nos assassinos de Zapata.

(A sessão, suspensa às 17h25, é reiniciada às 18h00)

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-Presidente

13. Período de perguntas (perguntas ao Conselho)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de perguntas (B7-0017/2010).

Examinamos hoje as perguntas dirigidas ao Conselho.

Pergunta n.º 1 do deputado **Georgios Papanikolaou** (H-0052/10)

Assunto: Cooperação UE-Turquia no domínio da imigração ilegal

O maior número de imigrantes ilegais na UE entra na Grécia proveniente da Turquia pelas fronteiras marítimas. Em seguida dispersam-se por toda a UE.

Dado que a Turquia ambiciona, justificadamente, tornar-se membro da UE, que iniciativas tenciona a Presidência espanhola tomar no sentido de pressionar a Turquia a cooperar, uma vez que essa cooperação é indispensável?

Como avalia a Presidência os progressos registados nas negociações entre a UE e a Turquia sobre o acordo de readmissão e entre a Turquia e o Frontex sobre o acordo de troca de informações e a participação da Turquia em operações conjuntas? A Grécia tem sido informada sobre os progressos dessas negociações?

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o reforço da cooperação com países terceiros – com países de origem e de trânsito de migrantes – é, como sabem, um elemento-chave no combate da União Europeia contra a imigração ilegal.

Trata-se de uma das grandes mudanças, evoluções e avanços resultantes da chamada “Abordagem Global das Migrações” e do chamado “Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo”. A cooperação com os países originários da migração é um dos elementos mais importantes da nova política de imigração – uma política praticamente inexistente na União Europeia antes de 2004 –, e um dos elementos primordiais da política que surgiu na sequência da reunião de Hampton Court, em 2004, é a cooperação com os países de origem e de trânsito da migração ilegal.

Como referi, isto faz parte do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo e, a este propósito, nas suas conclusões de Dezembro do ano passado sobre o alargamento, o Conselho saudou o início do diálogo reforçado com a Turquia sobre a migração e solicitou que se adoptassem medidas concretas sobre, designadamente, a readmissão e os controlos de fronteiras.

O Programa de Estocolmo reafirmou a necessidade de se agir contra a imigração ilegal, e também se depreende claramente deste Programa e das conclusões do Conselho de Dezembro de 2009 que temos de concluir os acordos de readmissão com a Turquia e, entretanto, aplicar os acordos bilaterais em vigor.

Posso dizer-vos que a última ronda de negociações sobre o acordo de readmissão apenas teve lugar no dia 19 do passado mês de Fevereiro, em Ancara, e que o Conselho vai continuar a apoiar a Comissão nos seus esforços para conseguir um resultado tão favorável quanto possível destas negociações.

Devo também referir a colaboração e a cooperação entre a Frontex e a Turquia. O Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho facilita a cooperação operacional entre os Estados-Membros e países terceiros, e importa dizer também que estão em curso negociações sobre um acordo do tipo previsto neste regulamento entre a Frontex e a Turquia.

É uma missão operacional que envolve a troca de informações, a análise do risco, a investigação e operações conjuntas coordenadas da Frontex. É neste quadro que se desenvolve, actualmente, a cooperação operacional entre a agência europeia e as autoridades turcas.

Esperamos que as negociações sejam frutíferas e que terminem tão brevemente quanto possível, mas, seja como for, os Estados-Membros serão informados sempre que haja novidades.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Muito obrigado pela sua resposta. Gostaria de fazer duas observações adicionais.

Em primeiro lugar, quero referir o facto de, no seguimento do debate de hoje, o Parlamento grego ir votar, hoje ou amanhã, uma iniciativa legislativa do Governo grego tendente a facilitar e flexibilizar a aquisição da nacionalidade grega. A Grécia tornar-se-á certamente ainda mais atractiva para os imigrantes, especialmente os ilegais, que passarão a acreditar que, mais cedo ou mais tarde, conseguirão regularizar a sua situação. Gostaria de saber se a Presidência considera estas alterações uma boa medida do ponto de vista estratégico.

Em segundo lugar, lembro que foi anunciado em Fevereiro que a Frontex vai estabelecer o seu primeiro posto avançado no Pireu, para reforçar a presença no mar Egeu. Existe algum calendário específico para esta iniciativa?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Deputado, não consigo precisar-lhe, neste momento, o calendário das negociações que estão a decorrer. O certo é que existe vontade política para que sejam bem-sucedidas. A informação que refere relativamente à Grécia realça a necessidade e a oportunidade do reforço da luta contra a imigração ilegal através dos acordos de readmissão.

Temos de apoiar estas conversações, estas negociações conduzidas, essencialmente, pela Comissão. Devo recordar que, ainda no ano passado, mais precisamente em 5 de Novembro, o Ministro Billström, em representação da Presidência sueca, e Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão, fizeram uma visita à Turquia.

A esta visita seguiram-se contactos por parte da Comissão. Na nova Comissão, o caso está entregue, no essencial, à senhora Comissária Malmström, que conhece muito bem o Programa de Estocolmo, visto que participou na sua concepção e na sua elaboração. Estou optimista quanto ao facto de as informações a que se refere poderem ser contrabalançadas por uma regulamentação muito mais sólida dos acordos de readmissão, verdadeiros acordos de readmissão com a Turquia. Não posso dar-lhe, neste momento, um calendário exacto dos acordos, mas posso garantir-lhe que a Presidência do Conselho e a Comissão estão determinadas a alcançá-los. E não apenas com a Turquia, mas também com outros países que, em alguns casos, são países de origem ou de trânsito de migração ilegal.

Devo dizer-lhe, ainda, que os acordos da Frontex, neste caso com a Turquia, são negociados directamente pela agência. Trata-se, em muitos casos, de conversações de carácter técnico e operacional, mas, ainda que não esteja institucionalmente envolvido nas negociações, o Conselho é mantido ao corrente e informa os restantes Estados-Membros, incluindo, naturalmente, a Grécia.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) O senhor Presidente em exercício do Conselho disse que estão em curso conversações entre a Frontex e a Turquia e que a Comissão informa o Conselho sobre essas conversações. Gostaria, pois, que nos dissesse se essas conversações entre a Turquia e a Frontex assentam no respeito pela fronteira entre a Grécia e a Turquia, ou seja, se são reconhecidas e respeitadas as fronteiras externas da UE. Lembro que, até hoje, a perseguição da Turquia aos aviões da Frontex tem sido justificada por essa controvérsia.

Queria também perguntar se a Turquia impôs quaisquer outras condições para chegar a acordo com a Frontex.

Roger Helmer (ECR). – (EN) Quero felicitar o senhor Ministro pela sua excelente resposta e pelo esplêndido trabalho que estamos a desenvolver na Europa para proteger os direitos dos imigrantes.

O que me inquieta é o facto de, por vezes, sermos incapazes de proteger os direitos dos nossos próprios cidadãos que se mudam de um país para o outro. Penso, em particular, em alguns eleitores da minha circunscrição, na região de East Midlands, que aplicaram as suas poupanças de reforma na aquisição de uma casa em Espanha e que, depois de aí viverem dois ou três anos, descobrem que têm *bulldozers* à sua porta e que os seus direitos de propriedade, os seus direitos à execução do contrato são simplesmente ignorados pelos tribunais e autoridades do país.

Ficaria grato se o senhor Ministro nos pudesse esclarecer sobre as razões do sucedido e sobre as medidas que a Espanha vai tomar para resolver este problema de cidadãos europeus que vivem no seu país.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, em relação à pergunta sobre a Grécia, é evidente que as fronteiras dos Estados-Membros da União devem ser respeitadas. É justamente esse o objectivo dos acordos.

Quando existe um acordo com um país terceiro através do qual a imigração ilegal pode passar, e existe também um acordo de readmissão – é esse o objectivo –, que reforça os acordos da União Europeia com esse país terceiro – é essa a abordagem global e a filosofia do Pacto Europeu sobre a Imigração –, o que acontece é que as fronteiras dos Estados-Membros da União são reforçadas. É esse o efeito. Se não controlarmos eficazmente a imigração ilegal, porque a cooperação com os outros países é insuficiente e não existem acordos de readmissão, na prática, essas fronteiras ficam enfraquecidas. Por conseguinte, o objectivo das negociações e dos acordos de readmissão é, naturalmente, o reforço das fronteiras, incluindo, obviamente, as da Grécia.

Quanto à pergunta do senhor deputado sobre os cidadãos britânicos que se mudaram para Espanha e aí investiram parte das suas poupanças, devo dizer que, evidentemente, não estou aqui como representante da Espanha enquanto país em litígios judiciais com cidadãos que aí vivem, mas sim como representante do Conselho da União. Essas relações ou quaisquer problemas que possam existir serão dirimidos pelos tribunais independentes do Estado espanhol. Abster-me-ei, pois, de falar em nome de um determinado país sobre matérias específicas que não são relevantes face ao direito da União Europeia.

Presidente. – Pergunta n.º 2 da deputada **Marian Harkin (H-0053/10)**

Assunto: Violência doméstica

No âmbito da declaração da Presidência espanhola proferida durante a sessão plenária de Janeiro de 2010, a Presidência manifestou a firme intenção de lutar contra a violência exercida sobre as mulheres, de apresentar uma proposta legislativa nesse domínio e de instituir um observatório europeu da violência doméstica. Poderá a Presidência comunicar mais desenvolvidamente as suas intenções nessa matéria e indicar para quando poderá ser esperada a concretização de tais iniciativas?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, é bem sabido que uma das prioridades da Presidência espanhola do Conselho da União é a luta contra a violência de género, ou melhor, a igualdade entre homens e mulheres na União Europeia, ainda não plenamente conseguida 50 anos após o nascimento da União. A violência contra as mulheres é, acima de tudo, a forma de discriminação mais generalizada, o maior flagelo da sociedade europeia e de outras sociedades em todo o mundo – na verdade, e infelizmente, de praticamente todas.

É um objectivo fundamental da Presidência porque consideramos que é um objectivo fundamental da Europa. Por essa razão, por se tratar de um objectivo da Europa, de um problema de dimensão europeia, para combater esse fenómeno é necessária uma estratégia igualmente europeia. Esta questão foi incluída não apenas no programa da Presidência espanhola, mas também no programa de dezoito meses do Trio de Presidências, que inclui também a belga e a húngara.

Congratulamo-nos com o facto de o Parlamento Europeu ser uma instituição que sempre desempenhou um papel activo neste domínio e que, repetidas vezes, solicitou que fossem tomadas medidas contra a violência de género. Por exemplo, numa resolução que adoptou em Novembro do ano passado, o Parlamento instou a Comissão a elaborar uma directiva global relativa a medidas de prevenção e de combate contra todas as formas de violência de género. O Parlamento também instou os Estados-Membros a aperfeiçoarem as suas estatísticas sobre este tema.

Fazendo eco da posição do Parlamento, a Presidência espanhola, como já referi, considerou este assunto fundamental. Mais concretamente, deu início à criação de um observatório sobre a violência de género pelo Conselho de Ministros “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores” (EPSCO), que aprovou algumas conclusões sobre este assunto na passada segunda-feira, 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. A directiva relativa à decisão de protecção contra a violência de género está igualmente em fase de elaboração. São duas iniciativas muito importantes e fundamentais que esperamos que possam ser desenvolvidas e ultimadas antes do fim do semestre da Presidência espanhola do Conselho Europeu.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Agradeço-lhe, Senhor Ministro, e felicito a Presidência espanhola pelo destaque que dá à questão da violência de género. É um problema que, demasiadas vezes, é mantido, literalmente, à “porta fechada”, porque é nessas circunstâncias que a maior parte da violência ocorre: no interior da casa da família. Creio que a vossa iniciativa levará seguramente a uma maior sensibilização do cidadão comum em toda a UE.

O senhor Ministro referiu a resolução adoptada pelo Parlamento Europeu em Novembro de 2009. Uma das coisas a que se apelava nessa resolução era a criação de uma base jurídica transparente neste domínio. Gostaria de saber se o senhor Ministro apoiaria a elaboração, pela Comissão, de uma directiva global relativa às medidas a tomar para impedir a violência de género, e qual a sua opinião sobre a criação de uma base jurídica transparente.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, Senhora Deputada Harkin, como sabe, o Tratado de Lisboa altera as bases jurídicas do direito europeu – no que respeita aos regulamentos e directivas –, porque reúne num único pilar, o comunitário, os três pilares anteriores: o pilar comunitário, a política externa e de segurança e a justiça e assuntos internos.

Tudo isto foi reunido num só pilar e numa única personalidade jurídica, o que significa que o método comunitário normal e tradicional está a ser introduzido no âmbito da política externa e nos domínios mais específicos da justiça – cooperação judiciária em matéria civil e penal – e da cooperação policial. Isto traduz-se numa maior presença da Comissão e do Parlamento no Tribunal de Justiça do Luxemburgo.

No domínio da cooperação em matéria penal, há uma hipótese ainda em aberto, que é a de um quarto dos governos da União Europeia poderem tomar iniciativas neste campo. Foi o que aconteceu com a directiva relativa à violência de género: doze governos apresentaram uma iniciativa sobre a qual o Conselho e o Parlamento terão de adoptar uma decisão final, por se tratar de um processo legislativo ordinário.

A directiva já está em fase de preparação e é adequada à possibilidade estabelecida pelo Tratado de os governos tomarem a iniciativa, tendo, em nossa opinião, uma base jurídica correcta e apropriada, porque diz respeito à cooperação judiciária em matéria penal.

Estamos a falar de crimes que envolvem maus tratos, violência contra pessoas, algo que em todos os países da União constitui um crime. Trata-se, pois, de proteger as vítimas desse crime. A sua base jurídica reside na cooperação em matéria penal e, portanto, entendemos que é perfeitamente possível – como disseram os serviços jurídicos do Conselho – desenvolvê-la através desse texto legal, que terá de ser objecto de análise e debate neste Parlamento.

Espero que o seja em breve, porque penso que é isso que milhões de mulheres e homens da União Europeia esperam. Estão à espera de uma protecção que – como a senhora deputada muito certamente disse – não pode continuar “à porta fechada”, tanto a nível nacional como europeu. Tem de fazer parte da agenda europeia. É esse o objectivo da iniciativa apresentada por 12 governos da União Europeia.

David Martin (S&D). – (EN) Quero associar-me à senhora deputada Harkin nas suas felicitações à Presidência espanhola por esta ter colocado a violência contra as mulheres no topo da sua agenda política.

Não sei se a Presidência querará analisar uma experiência realizada há 20 anos. O município de Edimburgo, financiado pelo Fundo Social Europeu, levou a cabo uma campanha subordinada ao tema da violência contra as mulheres e denominada “Tolerância Zero”.

A conclusão a que se chegou foi a de que o assunto requer uma abordagem holística. É necessária uma política de informação, é necessária a participação das autoridades competentes em matéria de habitação e é necessário o envolvimento da autoridade policial e das autoridades judiciais.

Querará o Conselho estudar este projecto, para apurar que ensinamentos podem ser retirados?

Andreas Mölzer (NI). – (DE) O senhor Ministro López Garrido fez uma breve referência ao facto de, como é óbvio, a violência doméstica ser dirigida não apenas contra as mulheres mas também contra as crianças, mas a violência doméstica é também um problema no âmbito dos cuidados aos idosos, em consequência da procura excessiva. Em que medida todas estas facetas da violência doméstica serão tidas em conta pelo projectado Observatório Europeu da Violência Doméstica?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Deputado Martin, é claro que a filosofia que subjaz a esta iniciativa – que é apoiada pelo Parlamento Europeu no que respeita ao regulamento, neste caso por vias legais, pelas vias mais eficazes, as vias judiciais de um Estado democrático – é aquilo a que correctamente se chamou “tolerância zero” relativamente à violência de género. Tem a ver com uma visão da violência de género como algo que está entranhado há séculos e muito profundamente, incluindo a nível cultural, nas estruturas das nossas sociedades.

Por conseguinte, só uma abordagem global e ambiciosa ao combate à violência de género pode ser eficaz, porque se trata de uma forma de violência muito difícil de erradicar, extremamente difícil de erradicar. É por isso que, apesar dos progressos feitos na luta contra este tipo de violência a nível nacional, continuamos a enfrentar sistematicamente este flagelo, que, muitas vezes, é apenas a ponta do *iceberg*, pois só uma pequena percentagem da violência realmente existente é denunciada, e por isso ela continua a existir.

Precisamos, pois, de uma abordagem global e ambiciosa, que recorra a todos os instrumentos legais ao nosso dispor, que sensibilize através dos meios de comunicação e que assegure que os sistemas educativos têm em conta o problema. Na segunda-feira passada, o Conselho de Ministros “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores” (EPSCO) adoptou esta abordagem global e ambiciosa, ou seja, a “tolerância zero”.

Quanto à pergunta do senhor deputado sobre a violência contra as crianças e os idosos, penso que se trata de violência contra os vulneráveis, os mais vulneráveis. Tal como na expressão “sobrevivência dos mais fortes”, que existe em vários países da UE, no meu país ela manifesta-se através da violência que está associada à vulnerabilidade do mais fraco e que demonstra e exprime a cobardia dos que exercem violência sobre os mais vulneráveis, sejam as mulheres, as crianças ou os idosos. É este o fenómeno que se manifesta nesta situação.

De facto, o Conselho e o Parlamento convidaram a Comissão a ponderar a iniciativa de um ano europeu de combate à violência contra as crianças, os jovens e as mulheres. Esta proposta está incluída no Programa Daphne III. Trata-se, Senhor Deputado, de uma forma de exprimir a necessidade de estender a protecção a todas as pessoas vulneráveis, incluindo, naturalmente, as crianças e os idosos, os dois grupos que referiu.

Presidente. – Pergunta n.º 3 do deputado **Bernd Posselt** (H-0054/10)

Assunto: Estratégia europeia para a região do Danúbio

Que medidas tenciona o Conselho adoptar, a fim de poder apresentar ainda no corrente ano, conforme previsto, o projecto de estratégia para a região do Danúbio? Qual é o calendário e quais são as prioridades temáticas?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Deputado Posselt, a estratégia para a região do Danúbio é um dos elementos do programa do Trio de Presidências de Espanha, Bélgica e Hungria. Como é bom de ver, foi por iniciativa da Hungria que essa estratégia foi introduzida no programa.

Os três países estão, portanto, empenhados em ajudar a desenvolver a estratégia da União Europeia para a região do Danúbio e, nesse sentido, em Junho do ano passado, o Conselho instou a Comissão a apresentá-la antes do final deste ano. Aguardamos que a Comissão o faça.

O que a Comissão fez foi dar início a uma consulta pública. Uma consulta pública que vai durar até Março do corrente ano e, ulteriormente, com base nos resultados da consulta, a Comissão proporá a estratégia, que, esperamos, poderá ser formalmente adoptada em Dezembro deste ano sob a forma de uma comunicação da Comissão. Temos de esperar pela sua elaboração.

Em todo o caso, quero assinalar que houve uma reunião importante em que se avançou quanto a possíveis conteúdos da estratégia e que se realizou em 25 de Fevereiro, em Budapeste, entre os governos da Áustria, Bulgária, República Checa, Alemanha, Hungria, Roménia, Eslováquia e Eslovénia, na qual foram aprovadas conclusões importantes, que sugerem quais devem ser os elementos fundamentais dessa futura estratégia. Trata-se de unir forças entre estes países, no seio da União Europeia e com a sua cobertura, utilizando fundos europeus, mas de forma financeiramente neutra, para atingir objectivos de progresso e de um significativo desenvolvimento económico, social e turístico.

Estamos, pois – repito –, a aguardar uma comunicação da Comissão sobre este assunto, assim que termine a consulta. Nesse momento, o Conselho adoptará uma posição, logo que receba a referida comunicação.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Agradeço-lhe a sua resposta sensata e exaustiva, Senhor Ministro. Tenho apenas duas breves perguntas complementares. Primeira: em que medida a estratégia para a região do Danúbio está relacionada com os domínios dos transportes e da cultura? Penso que ambos os domínios são especialmente importantes quando se trata de cooperação transfronteiras. Segunda: já existe uma lista final dos países envolvidos, ou isso ainda está por decidir, uma vez que o Parlamento propôs um alargamento?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, a lista dos países, como se compreende, não é decidida pelo Presidente em exercício do Conselho. Os governos que referi há pouco estão interessados em desenvolver esta estratégia, mas temos de aguardar que a Comissão publique a sua comunicação.

No entanto, quero dizer que estes países consideram que, nesta estratégia, a União Europeia deve ter um papel de liderança, especialmente a Comissão, facilitando a cooperação na região do Danúbio.

A declaração a que já aludi, de 25 de Fevereiro, diz que a estratégia para a região do Danúbio pode servir para aumentar a prosperidade, a segurança e a paz dos povos que vivem na região, através de uma cooperação transregional e transnacional, bem como de uma coordenação a esse nível.

Considera também como domínios políticos estratégicos a incluir na estratégia os seguintes: as infra-estruturas, a inovação, as actividades culturais e artísticas, o desenvolvimento económico sustentável, o turismo, a segurança alimentar, a economia, a cooperação em relação às pequenas e médias empresas, a investigação e o desenvolvimento, a migração, o desporto, a educação, o emprego, a saúde, os assuntos sociais e outros aspectos que o documento cobre de forma extensiva e ambiciosa.

Penso que a estratégia para a região do Danúbio constitui um documento importante, pelo que agradeço a sua pergunta, que me deu oportunidade de a referir. Creio que se trata de um objectivo ambicioso e, neste momento, aguardamos – volto a repetir – que a consulta seja realizada e que a Comissão elabore a sua comunicação, mas a vontade política existe na realidade. Os três membros do Trio de Presidências e a Presidência do Conselho têm vontade política para lançar esta estratégia para a região do Danúbio.

Paul Rübzig (PPE). – (DE) O Danúbio é um rio e, quando se trata de rios, há que prestar atenção ao seu grau de limpeza. Assim, penso que é importante saber que estações de tratamento e que instalações de tratamento de águas residuais estão a ser ponderadas para, de forma adequada, melhorar a qualidade da água do rio. Para nós, o objectivo seria que o Danúbio tivesse a qualidade da água potável desde a nascente até à foz. A minha segunda pergunta é a seguinte: de que forma podemos melhorar a utilização da energia hídrica para a produção de energia eléctrica, mas também, e sobretudo, para a armazenagem de água, de forma a obtermos uma melhoria da segurança de aprovisionamento da Europa em matéria de energia?

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) O êxito da estratégia da União Europeia para a região do Danúbio dependerá de um plano de acção ambicioso e da identificação de projectos específicos que melhorem a vida dos cidadãos dessa região.

Gostaria de saber se já se iniciou o processo de identificação de projectos estratégicos de desenvolvimento da região do Danúbio e quais os critérios utilizados na selecção desses projectos.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, naturalmente, estou convencido de que o objectivo referido pelo senhor deputado Rübzig será contemplado pela estratégia para a região do Danúbio, de cuja dimensão já vos falei.

Os objectivos da estratégia são realmente importantes e abarcam uma enorme quantidade de questões que afectam a vida quotidiana das pessoas que vivem naquela região. Têm, pois, a ver com a economia, as dimensões culturais e a protecção do ambiente e dos recursos naturais, entre os quais está, evidentemente, a água.

Como foi dito, o ambiente natural está intrinsecamente ligado à região, e estou convencido de que será claramente contemplado na estratégia, que deve ser liderada pelos países que a estão a promover. São os países que referi, que se reuniram há poucos dias em Budapeste para avançarem na definição dos objectivos e na clarificação da estratégia, que ainda não está suficientemente definida.

Penso, portanto, que é prematuro falar – refiro-me à intervenção da senhora deputada – dos critérios de selecção ou da elegibilidade dos projectos, alguns dos quais mencionei. Poderia mencionar outros, como os temas da navegação, da segurança energética, da luta contra as alterações climáticas, dos efeitos das mudanças nos mercados financeiros e, em geral, todos os domínios que esta estratégia e a sua aplicação podem, sem dúvida, melhorar.

Penso que todos devemos trabalhar em conjunto na União Europeia, porque estamos perante algo que tem uma dimensão europeia e que afecta toda a União Europeia e as suas principais políticas. Estou convencido, por exemplo, de que a política de coesão vai ser objecto de atenção, não só a coesão social como também uma vertente contemplada no Tratado de Lisboa, que é a coesão territorial. É uma forma de coesão, uma dimensão da coesão que surge no Tratado de Lisboa e que se encaixa perfeitamente nesta iniciativa relativa à estratégia para a região do Danúbio.

Presidente. – Dado referirem-se a assuntos semelhantes, as perguntas seguintes serão tratadas conjuntamente: Pergunta n.º 4 do deputado **Konstantinos Poupakis** (H-0055/10)

Assunto: Modelo social europeu e luta contra a pobreza

Dado que em período de crise e de recessão económica, os desempregados, bem como os trabalhadores com salários baixos e os pensionistas com pensões modestas deparam-se com as maiores dificuldades para manter um nível de vida digno. A mobilização tanto do Fundo Social Europeu como do Fundo de Adaptação à Mundialização revelou-se insuficiente, uma vez que 80 milhões de cidadãos da UE vivem abaixo do nível de pobreza.

Dado que o modelo social europeu não se baseia apenas no bom desempenho económico mas igualmente no elevado nível de protecção social, como se propõe o Conselho, no âmbito de uma política comum e em cooperação com as próximas presidências, ajudar as camadas sociais mais desfavorecidas a fim de lhes facilitar a vida e, paralelamente, proteger os grupos de concidadãos ameaçados pela pobreza e a exclusão social, a fim de assegurar a essência da Europa social?

Pergunta n.º 5 do deputado **Liam Aylward** (H-0102/10)

Assunto: Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social

Para 2010 está previsto um montante de 17 milhões de euros a título do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Embora este ano europeu se proponha promover uma maior sensibilização para estas questões, é necessário lançar uma eficaz acção conjunta, a fim de introduzir alterações reais nas vidas de milhões de pessoas na União Europeia afectadas pela pobreza e pela exclusão social. Que acções tenciona promover o Conselho conducentes à adopção de medidas concretas durante o presente ano? Poderá o Conselho especificar de que forma este ano europeu - e correspondente orçamento - será utilizado eficazmente para lograr resultados a longo prazo?

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, a Presidência concorda com o senhor deputado quanto ao objectivo de garantir um nível elevado de protecção social – em particular no que se refere aos grupos em risco de pobreza e de exclusão social –, objectivo esse que constitui uma das pedras angulares do modelo social europeu. Especialmente num período de recessão económica como o que atravessamos.

Quanto ao desemprego: estima-se que o número de desempregados tenha aumentado mais de cinco milhões desde o início da crise económica. Daí que muitos lares se tenham confrontado com uma quebra de rendimentos e muitos estejam em risco de pobreza e de endividamento excessivo. Também é provável que o desemprego se mantenha em níveis elevados e que, por isso, haja desemprego prolongado, que pode levar à exclusão social.

As consequências sociais da crise económica serão, portanto, um ponto importante da agenda política europeia nos meses mais próximos, e sê-lo-ão, sem dúvida, na agenda europeia do Trio de Presidências.

Contamos com um instrumento, uma ferramenta com este propósito, que é a declaração de 2010 como Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, com quatro objectivos específicos: o reconhecimento do direito das pessoas à dignidade e a um papel activo na sociedade; o comprometimento da opinião pública em relação às políticas de inclusão social; o aumento da coesão social; e, naturalmente, um envolvimento a longo prazo de todos os níveis de governo no combate à pobreza e à exclusão social. Esse envolvimento deve ter como principal objectivo a protecção dos mais vulneráveis – um conceito que já utilizei ao responder a uma pergunta anterior –, que acabam por ser os que mais sofrem com a pobreza e a exclusão social. É o que acontece com as crianças, as mulheres e os idosos.

Por conseguinte, vamos certamente apoiar as diferentes iniciativas que possam surgir relacionadas, directa ou indirectamente, com a luta contra a pobreza e a exclusão social, e devo dizer que espero que isso se converta num objectivo central de toda a estratégia de crescimento e de criação de emprego da União Europeia. Um dos objectivos fixados no documento apresentado pela Comissão em 3 de Março é a redução em 20 milhões do número de pessoas em risco de pobreza.

Konstantinos Poupakis (PPE). – (EL) Obrigado pela sua resposta, Senhor Ministro.

No entanto, dado que, como afirmou, a taxa de desemprego atingiu os 10% em 2009, 45% dos desempregados europeus permanecem sem trabalho durante mais de um ano e, na ausência de um quadro institucional claro, rapidamente surgiram formas flexíveis de emprego, daí resultando 19 milhões de desempregados pobres, gostaríamos de saber – porque o senhor Ministro foi sempre muito preciso, o que saúdo – que medidas concretas e imediatas e que políticas de emprego activas e passivas tencionam adoptar, a nível europeu e de acordo com os princípios e o espírito do modelo social europeu, tendo em vista a questão dos trabalhadores pobres e dos desempregados, em particular os afectados pelo desemprego prolongado, que enfrentam problemas imediatos de sobrevivência.

Liam Aylward (ALDE). – (EN) Pode o Conselho dizer-nos, em linhas gerais, o que vai fazer para que a recomendação sobre a inclusão activa – um instrumento de combate à pobreza das famílias aprovado pelo Conselho de Ministros “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores” – seja integrada na estratégia “UE 2020” e aplicada de modo a garantir uma redução efectiva da pobreza?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, devo reiterar que foi a primeira vez que houve o propósito de se adoptar uma estratégia europeia tão ambiciosa para este problema. Ou seja, uma estratégia de luta contra a pobreza e a exclusão social e, sobretudo, de inclusão activa tanto das pessoas afectadas pelo desemprego prolongado como dos idosos, e eis-nos de regresso, uma vez mais, ao conceito de “mais vulneráveis” no contexto social.

Para começar, a União Europeia, em resposta à crise económica que estamos a viver, pôs em prática uma política coordenada, um tratamento de choque imediato a curto prazo que envolveu a injeção de dinheiros públicos no sistema financeiro. Consequentemente, foi activado aquilo a que os economistas chamam “estabilizadores automáticos”, ou seja, a protecção social garantida pelos Estados-providência. Houve, pois, uma reacção que teve, no mínimo, um efeito paliativo para as pessoas que ficaram desempregadas e para as que têm dificuldade, pelo menos a curto prazo, em encontrar um novo emprego.

Ou seja, houve uma reacção que importa ter em conta, porque é uma reacção palpável, actual, imediata e a curto prazo da União Europeia. Acresce que a União Europeia está a ponderar uma estratégia de luta contra a pobreza resultante do desemprego prolongado, baseada na formação, especialização, reciclagem ou educação – que não termina quando se é jovem – e tendente à criação de condições de empregabilidade. Esta é uma parte muito importante da estratégia “UE 2020”, a que já aludi anteriormente e que foi incluída nas conclusões da reunião do Conselho de Ministros “Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores” realizada esta semana e já aqui referida inúmeras vezes.

É uma estratégia europeia e um dos objectivos a que a União vai dar prioridade, que são os que integram a estratégia “UE 2020”. Um desses objectivos quantificados – veremos se são aprovados no Conselho Europeu de 25 e 26 de Março, que vai analisar a comunicação da Comissão – é a redução em 25% do número de pessoas em risco de pobreza.

Lembremo-nos de que, na Europa, existem 80 milhões de pessoas em risco de pobreza; a redução deste número em 20 milhões e o concomitante aumento da população activa são objectivos a médio prazo que fazem parte da estratégia e que, por conseguinte, vão conformar toda uma série de estratégias europeias coordenadas.

No fim de contas, Senhoras e Senhores Deputados, a solução está na coordenação das políticas sociais e de emprego. O Tratado de Lisboa di-lo claramente: temos de coordenar as nossas políticas sociais e de emprego.

É isso que a União Europeia, pressionada pela crise, está a começar a fazer. É a melhor resposta a esta situação, recorrendo, obviamente, aos instrumentos de que dispomos na União Europeia, que são elementos da União Europeia, como o mercado interno ou os Fundos Estruturais europeus.

Vicky Ford (ECR). – (EN) As consequências de natureza económica são, naturalmente, mais graves nuns Estados-Membros do que noutros. Agradeço-lhe que tenha falado nos pensionistas. Em meu entender, a Comissão tem competência para reter os Fundos Estruturais no caso de os Estados-Membros não cumprirem a legislação da UE.

Poderá a Presidência diligenciar no sentido de ser averiguado se as recomendações do relatório Auken, aprovado neste Parlamento em Março do ano passado, estão ou não a ser cumpridas? Essas recomendações referem-se aos donos de propriedades em Espanha. As consequências foram devastadoras para muitos pensionistas europeus, levando alguns deles à pobreza e à exclusão.

Ádám Kósa (PPE). – (HU) Quero fazer apenas uma pergunta. A pobreza afecta principalmente dois grupos sociais: os menos qualificados e as pessoas com deficiência. Na pergunta, é afirmado que os dois instrumentos orçamentais utilizados não foram suficientes para acorrer eficazmente ao problema destes dois grupos. A minha pergunta é a seguinte: tenciona o Conselho Europeu estudar uma forma mais eficaz de ajudar estes dois grupos sociais e de melhorar a sua situação?

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhora Presidente, a primeira pergunta, sobre pensionistas que possuem propriedades em Espanha, é muito semelhante a uma outra que me fizeram anteriormente, e a resposta é também muito semelhante à que já dei.

A questão prende-se com a clarificação da aplicação de legislação interna de um Estado-Membro, e isto é tudo o que devo dizer. Não posso falar em nome do Conselho sobre este assunto, para o qual existem vias judiciais no Estado-Membro. Estou certo de que, fosse qual fosse o Estado-Membro em que os factos tivessem ocorrido, teriam sido tratados exactamente da mesma forma, ou seja, através das vias legais internas.

Quanto à pergunta sobre as pessoas vulneráveis, concordo em absoluto com a necessidade de se prestar especial atenção aos dois grupos a que o senhor deputado se referiu. Tanto mais que temos agora um novo instrumento que podemos utilizar: a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que refere os direitos das pessoas especialmente vulneráveis – sejam os idosos ou as pessoas com deficiência –, a sua dignidade e a sua participação na vida social e cultural. De qualquer modo, faz referência à sua protecção, à protecção da sua dignidade física e integridade mental contra tratamentos degradantes ou desumanos.

A União Europeia desenvolveu diversos instrumentos para fazer face a este problema, incluindo um estudo detalhado da situação. Gostaria de referir um resultado interessante do Eurobarómetro de 2007 segundo o qual metade dos europeus pensa que todos os idosos, que são as pessoas mais vulneráveis, são tratados de forma inadequada ou mesmo maltratados no que respeita à satisfação das suas necessidades. Quase metade dos europeus considera que a sociedade trata essas pessoas de forma reprovável e que isso se deve precisamente ao facto de serem vulneráveis.

Os Estados-Membros e a União Europeia aplicaram o método aberto de coordenação no intercâmbio de experiências sobre o assunto entre os diferentes Estados-Membros. Importa dizer, a este propósito, que algumas das matérias de que estamos a falar são reguladas por legislação nacional. São matérias da competência nacional e, portanto, é aos Estados-Membros que cabe resolvê-las, de acordo, designadamente, com o princípio da subsidiariedade.

A União Europeia pode apoiar essas políticas, mas não as pode substituir completamente. Pode acompanhá-las, mas penso que isso também tem a ver com a já referida dimensão social. Retomo o tema mais uma vez, porque o considero importante. A dimensão social da estratégia de crescimento e de criação de emprego mereceu um destaque especial no documento apresentado pela Comissão e será debatida pelos Chefes de Estado e de Governo.

Penso que a dimensão social deve abarcar os problemas que referiram e que não tinham igual destaque na estratégia anterior. Uma vez que estamos a viver uma crise com consequências a nível social, julgo que, futuramente, teremos de prestar muita atenção ao impacto social da crise económica.

Robert Atkins (ECR). – (EN) O que vai o Ministro que representa a Presidência fazer para proteger os grupos de cidadãos nossos que estão em risco de pobreza e exclusão social em consequência directa da política espanhola relativa a residentes britânicos e de outros Estados-Membros em diversas zonas de Espanha, que estão a ser prejudicados e cujas propriedades estão a ser alvo de expropriações ao abrigo de políticas de ordenamento duvidosas? O Ministro que representa a Presidência não pode continuar a evitar este assunto; tem de interpelar o Governo espanhol e convidá-lo a tomar as medidas necessárias.

Daniel Hannan (ECR). – (ES) Muito obrigado pela sua presença, Senhor Ministro López Garrido. A questão que quero colocar refere-se à pobreza de cidadãos europeus que se encontram em algumas zonas de Espanha. Sei que está aqui em representação do executivo e não das autoridades judiciais espanholas, e que não é porta-voz da Comunidade Valenciana, mas precisamos de uma resposta. Existem abusos que nada têm a ver com o texto da lei, mas sim com o modo como ela é aplicada, e esse problema tem solução. Só lhe peço que o Governo espanhol investigue os abusos já conhecidos.

Presidente. – O seu espanhol é impressionante, Senhor Deputado Hannan. Deixo, mais uma vez, ao critério do senhor Ministro a decisão de abordar ou não este assunto.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, não quero abusar da minha posição de Presidente em exercício do Conselho, usando-a para defender um determinado Governo ou uma lei nacional em concreto. Não quero abusar desta posição, porque certamente seria criticado se usasse esta tribuna para defender a actuação de um determinado Estado-Membro ou de um Governo central ou regional deste ou daquele país.

Sabem perfeitamente que este tipo de questões deve ser tratado a nível nacional, através das vias próprias existentes a esse nível. A Espanha não é excepção, já que todos os 27 Estados-Membros da União Europeia são Estados de direito e possuem instâncias judiciais competentes para decidir sobre o tipo de abusos que são alegados.

Essas instâncias judiciais existem em todos os países europeus, e estou certo de que – e não me refiro apenas ao caso de Espanha – outros países europeus, onde decerto também ocorrem abusos ou violações da lei, têm as instâncias próprias do Estado de direito para decidir sobre eles.

É o que se passa em todos os países europeus onde acontecem casos destes. Não quero esquivar-me a uma resposta nem dizer simplesmente que não respondo, mas sabem perfeitamente que, quando me fazem perguntas no Parlamento, é natural que eu não queira usar a minha posição de Presidente em exercício do Conselho para me debruçar sobre uma questão interna de um Estado-Membro da União.

Presidente. – A pergunta n.º 6 foi retirada.

Dado referirem-se a assuntos semelhantes, as perguntas seguintes serão tratadas conjuntamente:

Pergunta n.º 7 do deputado **Justas Vincas Paleckis** (H-0057/10)

Assunto: Regime de vistos entre a União Europeia e a Rússia

A Presidência espanhola do Conselho velará pela supressão de visto obrigatório para os cidadãos europeus e russos. Este processo pode ser demorado e dependerá muito da capacidade da Rússia para executar correctamente o plano de acção elaborado para o efeito.

A abertura da UE à província russa de Kaliningrado, ou o processo inverso, é atestado pelo movimento da UE e da Rússia rumo "à demolição do muro dos vistos". A política anti-isolacionista da região de Kaliningrado e os princípios da cooperação transfronteiriça são do interesse tanto da Rússia como da UE. Nesta óptica, a Polónia e a Lituânia, países vizinhos, negociaram a facilitação da travessia das fronteiras às populações fronteiriças, o que ainda não foi posto em prática.

Como avalia o Conselho a situação específica da província de Kaliningrado no âmbito do diálogo entre a UE e a Rússia em matéria de vistos? De que modo poderia este diálogo ser explorado tendo em vista a assinatura de acordos de trânsito local entre os Estados-Membros da UE (Lituânia, Polónia) e a Federação da Rússia e, conseqüentemente, a simplificação das formalidades relativas à passagem da fronteira para os residentes nas zonas fronteiriças?

Pergunta n.º 8 da deputada **Laima Liucija Andrikiene** (H-0080/10)

Assunto: Relações UE-Rússia: agenda da Presidência espanhola

A Presidência espanhola da UE definiu uma agenda ambiciosa no que toca às relações UE-Rússia, que prevê a conclusão das negociações com a Rússia sobre o novo Acordo de Parceria e Cooperação (APC), um acordo com a Rússia em matéria de isenção de vistos e progressos relativamente a um acordo de comércio livre entre a UE e a Rússia.

A fim de concluir um acordo de comércio livre com a UE, a Rússia tem de, primeiro, aderir à OMC. Há perspectivas concretas de que a Rússia venha a aderir, em breve, à OMC? Será que o Conselho tem uma estratégia especial sobre a forma de obrigar a Rússia a aderir à OMC?

Será que o Conselho verificou progressos substanciais que se refere às negociações com a Rússia sobre o novo APC?

O Conselho considera oportuna a ideia de um regime de livre comércio com a Rússia, considerando a divergência na própria UE sobre esta matéria? O Conselho considera a Rússia mais preparada para um regime de isenção de vistos do que outros parceiros da UE, como a Ucrânia, a Moldávia ou a Geórgia?

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, suponho que se trata de duas perguntas, uma das quais se refere aos vistos obrigatórios para os cidadãos europeus e russos e a outra às relações entre a União Europeia e a Rússia no seguimento da Cimeira de Estocolmo e à adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio. É assim que interpreto as duas perguntas, Senhora Presidente.

Quanto aos vistos, lembro que o Conselho adoptou, em 2003, os regulamentos que estabelecem um Documento de Trânsito específico e um Documento de Trânsito Ferroviário Facilitado. Três anos mais tarde, a Comissão concluiu que a entrada em vigor deste sistema se processava com fluidez e que ambos os parceiros estavam satisfeitos.

A longo prazo – estamos a falar da província de Kaliningrado em relação ao resto da Federação da Rússia –, o regime do chamado “Trânsito Facilitado” dependeria da futura aplicação de acordos sobre políticas de vistos entre a União Europeia e a Federação da Rússia.

Numa declaração conjunta emitida após a reunião do Conselho Permanente da Parceria UE-Rússia sobre justiça e assuntos internos, realizada em 2 de Dezembro do ano passado, os participantes decidiram debater eventuais alterações ao acordo entre a União Europeia e a Rússia sobre a concessão de vistos, a fim de facilitar as viagens dos cidadãos europeus e russos, nomeadamente dos residentes na província de Kaliningrado.

Ainda de acordo com a mesma declaração conjunta, a União Europeia e a Rússia esperavam negociar e celebrar acordos sobre o pequeno tráfego fronteiriço entre a Rússia e os Estados-Membros da União Europeia vizinhos que pudessem estar interessados. Neste contexto, o Regulamento (CE) n.º 1931/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece as regras para o pequeno tráfego fronteiriço nas fronteiras terrestres externas dos Estados-Membros e que altera o disposto na Convenção de Schengen, autoriza os Estados-Membros a celebrar, com países terceiros, acordos bilaterais sobre a aplicação dessas regras para o pequeno tráfego fronteiriço.

Nestes casos, a negociação dos acordos é da responsabilidade dos Estados-Membros envolvidos e da Federação da Rússia. De qualquer modo, o Conselho regista que também estão em curso negociações entre a Lituânia e a Rússia e entre a Polónia e a Rússia.

Em relação à pergunta sobre as relações estratégicas entre a União Europeia e a Rússia, o Conselho pode informar o Parlamento de que, na sequência da cimeira com a Rússia que teve lugar em Estocolmo, em Novembro, haverá uma outra cimeira durante o semestre da Presidência espanhola. Esta nova cimeira entre a União Europeia e a Rússia realizar-se-á neste país e significa que há um novo impulso nas relações entre ambas as partes.

Como é óbvio, podem surgir, em qualquer altura, obstáculos difíceis de ultrapassar ou divergências, mas as relações entre a União Europeia e a Rússia são amplas e multifacetadas. Temos laços económicos e comerciais cada vez mais estreitos, um nível elevado de interdependência em matéria de energia – temos de o reconhecer –, interesses comuns noutros domínios relacionados com problemas que ultrapassam os nossos países, e desafios, incluindo os desafios globais, que temos de enfrentar e que devemos enfrentar tão solidariamente quanto possível.

Por conseguinte, será sempre vantajoso para nós procurar oportunidades para reforçar as nossas relações com a Rússia, mantendo-nos sempre firmes no que respeita aos nossos princípios e aos valores fundamentais da União Europeia.

Quanto à adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio, a União Europeia apoia-a, mas cabe à Rússia adoptar as medidas que lhe permitam avançar nesse sentido.

No que se refere ao novo acordo entre a União Europeia e a Rússia, ambas as partes concordam em que seria bom que fosse um acordo amplo. O Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e a Rússia, negociado na década de 1990, está desactualizado em vários aspectos. Muita coisa aconteceu e muita coisa mudou desde então, e temos de avançar para o novo acordo, relativamente ao qual somos ambiciosos. Pusemos a fasquia alta e queremos que, se possível, fiquem cobertos todos os domínios das relações entre a União Europeia e a Rússia.

Tem-se avançado significativamente em alguns domínios das negociações. Noutros, avança-se mais lentamente, designadamente nos do comércio e do investimento. Seja como for, é muito importante para nós que haja cláusulas e acordos sólidos com a Rússia em matéria de comércio, investimento e energia.

Quanto ao regime de livre comércio, concordamos em negociar um acordo de comércio livre logo que a Rússia tenha aderido à Organização Mundial do Comércio, mas só se e quando isso acontecer.

A liberalização dos vistos é um assunto da maior importância política que afecta, muito directamente, cidadãos russos e da União Europeia. Penso que, nesta matéria, é comum a intenção de, logo que possível, facilitar a obtenção de vistos.

O ideal seria a liberalização dos vistos, ou seja, a supressão da obrigatoriedade dos vistos, mas é evidente que ainda há muito a fazer a este respeito. Temos, também, de assegurar o equilíbrio entre os valores em jogo, respeitantes à segurança, e, além disso, tudo isto tem de ser feito numa base de reciprocidade.

Quanto à Ucrânia, à Moldávia e à Geórgia, cada um destes países apresenta uma situação diferente no que se refere à política de vistos e, actualmente, não podemos prever qual será a evolução nesses três países, em comparação com o diálogo sobre vistos que mantemos com a Rússia.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Gostaria de referir, mais uma vez, os dois pontos mais críticos. O primeiro é sobre a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. Estas são as maiores falhas. Qual é a intensidade do diálogo sobre estes pontos críticos? Pressentimos que, nesta matéria, se está a retroceder, e não a progredir.

O segundo é sobre a segurança energética. Em que ponto se encontram, exactamente, as negociações sobre a energia?

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Deputado, uma das prioridades ou objectivos estratégicos centrais da União é, como sabe, a segurança energética. Na União Europeia – especialmente desde que, no início de 2009, vários Estados-Membros foram gravemente afectados pela crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia –, damos muito valor à segurança energética e consideramo-la, sem dúvida, um dos nossos principais objectivos, naturalmente associado ao grande objectivo da luta contra as alterações climáticas.

A estratégia do Conselho e da Presidência do Conselho em relação à energia e à segurança energética centra-se na necessidade de se avançar no sentido de uma maior diversificação de fornecedores e de fontes de energia e respectiva distribuição. Temos, pois, de alargar o leque de opções, para evitar oligopólios ou uma dependência excessiva.

Alguns países europeus têm um nível de dependência energética obviamente excessivo em relação à Rússia, que resulta do facto de a Europa ter estado dividida durante grande parte do século XX e, em alguns casos, da inexistência de interligações directas entre países europeus.

Quando aquela crise eclodiu, verificámos que alguns países que não estavam a ser afectados por ela não podiam ajudar os países em dificuldades, porque não existiam interligações. Os objectivos da Europa no domínio da energia são, portanto, de extrema importância a médio e longo prazo, motivo por que defendemos a diversificação das fontes de energia, projectos como o Nabucco ou o *Nord Stream* e o *South Stream*, estes últimos relacionados com a Rússia, e a criação de algo que ainda não existe na Europa: um mercado único da energia. Para alcançar estes objectivos, que o Tratado de Lisboa facilita, porque estabelece uma competência em matéria de energia anteriormente inexistente, é imprescindível estabelecer uma relação estratégica com a Rússia em matéria de energia e noutros domínios.

No Tratado de Lisboa, encontramos também novos instrumentos relacionados com a política externa. A política externa europeia foi reforçada: há agora um Presidente do Conselho Europeu e uma Alta Representante, e vai haver um Serviço europeu para a acção externa. Ou seja, a visão exterior da União Europeia foi fortalecida, e isso reforçará a nossa posição nas negociações que mantemos com outros países em todos os domínios – incluindo os da economia e da energia. Esta é, em suma, a perspectiva que lhe posso dar sobre as relações com a Rússia.

Estamos a negociar um acordo em que o tema da energia é fundamental; essas negociações estão a começar, e temos as melhores perspectivas em relação a elas, mas, como é evidente, qualquer acordo depende de negociações muito complexas que, por sua vez, estão inseridas no conjunto das negociações relativas ao acordo de cooperação que, como referi, queremos actualizar, porque muita coisa aconteceu na Europa nos últimos 15 ou 20 anos. Uma delas é a relação especial que iniciámos e devemos manter com a Rússia, que, como todos sabem, foi um dos países que mais mudanças sofreu nos últimos anos.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a propósito da pergunta n.º 9, que iria fazer em nome da minha colega, senhora deputada Morkūnaitė-Mikulėnienė, e que está relacionada com a pergunta anterior, lembro que a Rússia tenciona construir uma central nuclear junto à fronteira oriental da União Europeia, na província de Kaliningrado, e que a Bielorrússia tem planos semelhantes. Tendo em conta o que se passou em Chernobyl, esses planos estão a suscitar desconfianças relativamente aos perigos que envolvem. Tenciona o Conselho levantar a questão da segurança ambiental na próxima ronda de conversações com a Rússia? Para nós, esta é uma questão muito importante.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Queria voltar às perguntas n.º 7 e n.º 8 e às relações entre a União Europeia e a Rússia. O senhor Ministro López Garrido afirmou, com razão, que essas relações se devem basear em valores, mas, nesse caso, a União tem obrigações especiais para com os defensores dos direitos humanos na Rússia.

Gostaria de, a este propósito, fazer a seguinte pergunta: a política dos Estados-Membros da UE e da UE no seu todo não deveria prever regras específicas para a concessão de vistos a defensores dos direitos humanos na Rússia? O objectivo seria o de facilitar a obtenção de vistos por parte dessas pessoas.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Em relação à intervenção sobre o tema da segurança nuclear, devo dizer que a responsabilidade, que, neste domínio, é nacional, é regulada pelas convenções internacionais da Agência Internacional da Energia Atómica, ou seja, pela Convenção sobre a Segurança Nuclear, de que são partes a Bielorrússia, a Rússia, a Euratom e a maioria dos Estados-Membros da União Europeia.

O Conselho entende que as partes contratantes situadas próximo de uma instalação nuclear projectada devem ser consultadas, porque podem ser afectadas por ela. Por conseguinte, o acordo entre a Euratom e a Rússia sobre as aplicações pacíficas da energia nuclear, que está em fase de conclusão, deverá incluir disposições relativas aos requisitos comprováveis em matéria de segurança nuclear e de protecção da saúde e segurança dos trabalhadores. Queria também lembrar que este assunto é analisado periodicamente no âmbito do diálogo sobre energia entre a União Europeia e a Rússia.

Quanto à avaliação das consequências num contexto internacional, o Conselho faz notar que a Bielorrússia é parte da Convenção de Espoo sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiras, que fixa obrigações vinculativas no que respeita à avaliação das consequências e de eventuais riscos ambientais. Contudo, o Conselho chama a atenção para o facto de, neste caso, a responsabilidade da avaliação ambiental recair, em grande parte, sobre os promotores dos projectos.

A Federação da Rússia não é parte contratante desta Convenção. Em todo o caso, gostaríamos que a Rússia aplicasse voluntariamente a Convenção de Espoo. É, aliás, o que vem fazendo, há já algum tempo, em relação às centrais nucleares existentes.

Por último, no que se refere à pergunta do senhor deputado sobre os direitos humanos na Rússia, já houve um debate em que foram feitas perguntas sobre direitos humanos, e penso que os critérios relativos à defesa desses direitos e à denúncia das violações desses direitos são aplicáveis em qualquer local. Assim, temos o direito e, diria mesmo, a obrigação moral de condenar essas violações seja qual for o país em causa, como condenamos e devemos condenar as violações que ocorrem na União Europeia ou num dos Estados-Membros.

A ligação entre isto e a política de vistos representa um salto que, neste momento, é muito difícil medir ou concretizar. Estão a decorrer negociações gerais sobre vistos. Julgo que é no âmbito dessas negociações gerais que poderá ser sugerido um procedimento específico de facilitação de vistos, mas, como disse, estamos em negociações alargadas sobre vistos com a Rússia, e penso que é nisso – na organização dos vistos em termos gerais – que nos devemos concentrar.

Efectivamente, é daí que poderão advir os melhores resultados em termos de livre circulação de pessoas e, no que aos europeus e à Europa no seu conjunto diz respeito, uma excelente oportunidade para que os seus valores possam ser vividos e partilhados por outros cidadãos e em locais fora da União Europeia.

Presidente. – As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta, obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

Está encerrado o período de perguntas.

14. Composição das comissões e das delegações: ver Acta

15. Entrega de documentos: ver Acta

16. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

17. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 19H20)